

REVISTA INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO E CULTURA DA UFABC

conectadas

7 vol. ISSN 2764-0345

TRABALHADORAS e TRABALHADORES DO ABC ● ● ●

lutas, memórias e patrimônio cultural



Sumário

- 3** Apresentando
- 4** Manifesto AMA-A ABC: Para que não se esqueça, e nunca mais aconteça! Ditadura nunca mais!

11 DOSSIÊ TEMÁTICO: Trabalhadoras e trabalhadores do ABC: lutas, memórias e patrimônio cultural

- 13** Ama-a ABC: Uma história de luta por verdade, memória e reconhecimento de metalúrgicos vítimas da ditadura brasileira
- 30** As bruxas do Grande ABC/SP: resistências e demonização das mulheres trabalhadoras
- 45** Em paralelo à "italianada": Grupos Nacionais e Pobres no Antigo Município de Vila de São Bernardo
- 68** Os desafios para a valorização do patrimônio industrial em Santo André



93 ARTIGOS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA

- 94** A prática extensiva na disciplina de tópicos especiais em dança: relato de experiência
- 107** Análise qualitativa sobre o uso de jogos digitais na construção do raciocínio geográfico
- 120** As relações internacionais e os blockbusters: promovendo a reflexão a partir de linguagens artísticas
- 128** Assessoria pedagógica nas escolas: o contexto pós ensino remoto em turmas de 3º e 4º anos do ensino fundamental
- 135** Compreendendo a biologia molecular e a biotecnologia
- 139** Formação continuada de professores em cultura afro-brasileira

- 151** Glauber Rocha e o Sertão: "Deus e o Diabo na Terra do Sol" e sua compreensão da sociedade sertaneja na década de 1960
- 161** Mapeamento cultural da Universidade Federal da Bahia
- 173** Memórias das lutas e empoderamento popular em Heliópolis
- 184** Movimentos de reivindicação de memórias como espaços de ressignificação de identidades: Análise da organização e resistência operária em uma Universidade Pública de MG.
- 194** OPEB: um observatório, muitas vozes
- 212** REALidade Virtual: projeto de extensão no ensino médio



221 Recursos tecnológicos para utilizar na educação básica

232 Reflexões e construção de práticas de docentes sobre habilidades sociais durante o curso "(Neuro) Ciência, Cultura e Educação

235 SAP Ciência UFABC: traduzindo ciência para a sociedade

241 Tecnologias de manufatura aditiva: curso de extensão online e gratuito 2021-2022



APRESENTANDO

APRESENTANDO

conectadas

Caríssimas e caríssimos:

Com grande alegria publicamos mais uma edição da Conectadas, a Revista Interdisciplinar de Extensão e Cultura.

Nossa sétima edição traz uma significativa gama de mudanças, realizadas para ampliar sua caracterização extensionista: passamos a publicar contribuições de autoras não vinculadas a instituições de ensino, compreendendo que a extensão e a cultura constituem sua base a partir da participação. Passamos a publicar também materiais não inéditos, visando alargar o ciclo de difusão de trabalhos que já tiveram sua qualidade reconhecida em outras ocasiões e publicações.

Inspirada pela guinada sociopolítica iniciada em outubro passado, a edição deste semestre reúne textos em torno do tema "Trabalhadoras e trabalhadores do ABC: lutas, memórias e patrimônio cultural". O impacto das lutas das classes trabalhadoras da região do ABC acumula

estudos, pesquisas e manifestos que corroboram com a vocação política do território, internacionalmente reconhecida pelo seu legado. A UFABC, desde seu primeiro dia, assume papel de participante ativa na mobilização, preservação e difusão da memória do ABC, assim como seu potencial de produção de novas frentes caracterizantes da região, como a implementação de processos inovadores na ciência e na tecnologia, a comunhão das comunidades originárias, rurais, quilombolas, ciganas e indígenas com a comunidade da universidade, a construção de parcerias culturais e extensionistas dialógicas, a busca constante pelo aprimoramento da acessibilidade às pessoas com deficiência, o intercâmbio com a gestão pública regional e com as redes de educação, além, claro, do ensino público de qualidade.

O modo de construção da Revista também reflete a interdisciplinaridade e a interação dialógica indissociável da prática extensionista: conduzida integralmente por mulheres técnicas-administrativas e por algumas bolsistas da UFABC, contando com um conselho editorial plural composto por pessoas de todo o país, a revista é um laboratório orgânico e horizontal de experimentos sociais criativos e interações transformadoras e que se aprimora a cada nova edição.

Desejamos que façam uma excelente leitura e, principalmente, que estejam conosco nas próximas edições.

Saudações culturais e extensionistas,

Gabriela Maruno

Produtora Cultura e Pró-reitora de Extensão e Cultura

MANIFESTO AMA-A ABC

**PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA
E NUNCA MAIS ACONTEÇA!
DITADURA NUNCA MAIS!**

Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC

A AMA-A ABC – Associação de Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC, é uma organização da sociedade civil, fundada em 1999 por ex-diretores do então Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que foram perseguidos e tiveram seus mandados cassados pela ditadura.

Atua na defesa e pela garantia dos direitos de seus associados e associadas, que buscam a condição de anistiados políticos com base na Lei Federal 10.559/2002, através de requerimentos administrativos ao Governo Federal e suporte jurídico quando necessário.

Os princípios que orientam a associação são os da Justiça de Transição, na defesa da Verdade, da Memória, da Justiça e da Reparação.

O Manifesto “Ditadura Nunca Mais”, divulgado por entidades de São Paulo agrupadas na “Plenária Paulista Anistia e Reparação”, foi uma iniciativa da AMA-A ABC, apoiada pelas entidades que marcou, como em todos os anos, o repúdio ao golpe militar cometido em 31 de março de 1964.

A data é um marco a não ser esquecido. Quase sexagenária, recorda um acontecimento que ainda hoje influencia intensamente a conjuntura política atual. Essa sobrevivência foi vista na exaltação feita pelo bolsonarismo e as Forças Armadas, nos 31 de março entre os anos de 2019 e 2022; no culto e nos apelos aos quartéis e à intervenção militar na política, que culminaram nos episódios terroristas de 12 dezembro de 2022, e golpistas de 8 de janeiro de 2023 em Brasília.

Ao reforçar em todos os anos que a ditadura militar de 1964, que durou 21 anos, causou e ainda causa tantos efeitos maléficos na sociedade brasileira, as entidades que assinam o Manifesto lembram que a palavra de ordem baseada na Justiça de Transição continua atual:

“Para que nunca se esqueça. Para que nunca mais aconteça. Ditadura Nunca Mais”!



ASSOCIAÇÃO DOS METALÚRGICOS ANISTIADOS E ANISTIANDOS DO ABC

Rua João Basso, 231, 1º andar (sala 101), Centro –
São Bernardo do Campo - SP • CEP: 09721-100 •
Tel.: (011) 4128-4225 • CNPJ: 03.491.176/0001- 81
• email: ama.aabc@gmail.com

31 de março de 2023

DITADURA NUNCA MAIS!

EM DEFESA DA VERDADE, MEMORIA, JUSTIÇA, REPARAÇÃO E DEMOCRACIA

Todo 31 de março o Brasil é lembrado que em 1964 as Forças Armadas deram um golpe de estado no governo eleito e constitucional do presidente João Goulart. Durante 21 anos os militares mantiveram um regime de terror e violência que perseguiu movimentos populares e organizações políticas, sociais e sindicais dos trabalhadores do campo e das cidades.

Nos 4 anos do governo Bolsonaro o exército, marinha e aeronáutica produziram um ritual macabro exaltando o que fizeram quase 60 anos atrás. Governo e Forças Armadas quiseram transformar verdades em mentiras. Transformar o que foi um golpe contra a classe trabalhadora, o povo e a democracia, em uma revolução, além do genocídio de 700 mil pessoas mortas na pandemia, como resultado de uma “gripezinha”. No dia 8 de janeiro atacaram o Congresso, o STF e o Palácio do Planalto, mais um passo depois dos ataques de 12 de dezembro; da preparação de atentados terroristas com bombas e caminhões de combustível e de acampamentos delirantes nas portas de quartéis.

Em 1964 o objetivo da ditadura militar foi manter a miséria, a opressão, a intolerância e a violência contra a classe trabalhadora e o povo brasileiro durante os 21 anos de sua existência.

Durante 21 anos os militares e as classes dominantes atacaram e eliminaram direitos sociais e a democracia. Prenderam, sequestraram, torturaram, assassinaram e desapareceram com lideranças populares, sindicais, de esquerda e democráticas que se opuseram à ditadura dos generais.



As Forças Armadas se prestaram a servir aos ricos, aos imperialistas estadunidenses e ao capital internacional; aos latifundiários e empresários da indústria, finanças e comércio; aos fascistas e reacionários da sociedade brasileira patriarcal, colonial e escravagista. Sua obra foi perseguir o povo, oprimir e violar seus direitos.

MAS A DITADURA FOI DERROTADA E EM 1988 UMA NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL FOI PROCLAMADA.

Desde então vêm crescendo as lutas pelo direito a uma vida melhor. Lutas da classe trabalhadora e do povo por direitos sociais, culturais e trabalhistas; luta antirracista contra 380 anos da sociedade escravagista; dos povos originários pelo direito de existir com seus modos de vida e crenças; pela liberdade de culto das religiões afro-ameríndias; das mulheres contra a sociedade patriarcal e machista; das pessoas LGBTQIA+ pelo direito de viverem livremente suas vidas; lutas das pessoas com deficiência por inclusão social, da juventude pobre e preta contra a violência policial e militar,

lutas em defesa do meio ambiente contra a catástrofe ecológica. Lutas por todos os direitos ameaçados e suprimidos pelo poder do dinheiro e da minoria rica e opressora e também pelo Estado e seus instrumentos a serviço da concentração de poder político, riqueza e violência.



Manifestação da chapa Solidariedade - Convergência Socialista (1981)



Congresso da UNE - Convergência Socialista (1981)

As entidades de anistiados e anistiandos de todo o Brasil lutamos pelos direitos à Anistia e Reparação consagrados na lei 10559/02 e no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988.

Representamos milhares de atingidos pela perseguição ditatorial policial-militar e empresas públicas e privadas, aos lutadores e lutadoras do povo brasileiro.

Nosso empenho na luta por Verdade, Memória, Justiça, Reparação e Democracia tem dezenas de anos e nos organizamos em entidades nacionais, regionais e por categorias. Nossa luta vem desde as campanhas por

ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA DURANTE A DITADURA MILITAR

Desde 2002 reivindicamos os direitos previstos nos dispositivos legais junto à Comissão de Anistia e ao Estado brasileiro. Também reivindicamos programas e políticas públicas que defendam os direitos de perseguidos políticos pela ditadura militar; reivindicamos a herança da Comissão Nacional da Verdade e lutamos por programas que promovam Saúde, Renda, Cultura, Educação e a todos e todas que sofreram a perseguição do Estado e das empresas.

Nesse 31 de março de 2023 vemos com esperança a reconstrução da Comissão de Anistia destruída durante os 6 últimos anos nos governos Temer e Bolsonaro. Agora no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania com o ministro Silvio Almeida, vamos lutar para que a Comissão promova os direitos assegurados pela lei 10559/02 e o artigo 8º da ADCT e acompanhe as palavras do ministro em seu discurso de posse no Ministério em 2 de janeiro de 2023.



DITADURA NUNCA MAIS!

EM DEFESA DA VERDADE, MEMORIA, JUSTIÇA, REPARAÇÃO E DEMOCRACIA



Minha primeira mensagem é de reverência à luta **por Memória, Verdade e Justiça**. Minha segunda mensagem, é dirigida ao presente. Pessoas com deficiência, pessoas idosas, **anistiados e filhos de anistiados**, vítimas de violência, da fome e da falta de moradia...

Jamais aceitaremos o preço do silenciamento e da injustiça. **A verdadeira paz será aquela que construiremos com a verdade, com o cultivo da memória e a realização da justiça.**”

Nesse 31 de março de 2023, as entidades de anistiados e anistiandos aqui representadas em Brasília reafirmamos: 31 de março é o dia da mentira e da ditadura contra a classe trabalhadora, o povo e a democracia.

**EM DEFESA DA VERDADE, MEMORIA,
JUSTIÇA, REPARAÇÃO E DEMOCRACIA
DITADURA NUNCA MAIS!**

ARTIGOS | DOSSIÊ TEMÁTICO:

TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO ABC:

LUTAS, MEMÓRIAS E

PATRIMÔNIO CULTURAL

conectadas





AGORA É BOTAR PRA QUEBRAR

COMÍCIOS COM LULA EM SÃO BERNARDO NO DIA 3 DE MAIO

PT PARTIDO DOS TRABALHADORES

ATENÇÃO COMPAREÇA E TRAGA O TIT DE ELEITOR

- 9 HORAS - VILA SÃO JOSÉ
SUA PROLETADE TEM FRENTE A SARACIM DA ENFERMIA DO CÔRDIS SANTA MARGA (PRÓPRIO A PTDA)
- 11 HORAS - JARDIM PETRÔNIO
NO FINAL DE SUA 072 VILAS
- 14 HORAS - RUDGE RAMOS
LÍDIO DO BARRIO (EM FRENTE A 0213 311 0000)
- 16 HORAS - JARDIM CALUX
PRACÇA DO DALLER (PRÓPRIO A PTDA)
- 18 HORAS - PAULICEIA
PRACÇA DE VAREJA DA PAULICEIA
- 20 HORAS - ALVES DIAS
MUNICÍPIO



“A classe trabalhadora não é hostil ao governo e ao progresso da Nação. Ao contrário é uma classe que colabora”



O METALÚRGICO

ANO 1 - SANTO ANDRÉ, ABRIL DE 1977 - NÚMERO 4

LÍMITE A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO!

CONTRATO COLETIVO!!

LIBERDADE SINDICAL!

VIVA O 1º DE MAIO!

SALÁRIO DIGNO (MÍNIMO) 8 HORAS!

INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, MÁQUINAS, MAQUINARIAS, BARRIOS VIBES E RIO G. DA SERBA

INDÚSTRIAS DE LIMA, SÉ - C/ST. JOVIAO, 10 - VILA SANTOS - 04.100

AVENIDA DE SÃO JOÃO - C/ST. JOVIAO - 04.100 - SÃO PAULO

COMPANHEIROS e COMPANHEIRAS

Abnega de miséria!
Basta o custo de vida!
Fim de exploração!
Fim de perseguições e dispensas arbitrárias!
Depois de várias reuniões com os patrões, verificamos que eles não querem conceder NADA. Por isso nossa assembleia geral DECRETOU:

GREVE GERAL

A partir de ZERO HORA de 3.a FEIRA

Essa é a única linguagem que os patrões entendem. As máquinas voltarão a rodar quando conseguirmos:

- 34,1 o/o acima do aumento do governo,
- Estabilidade no emprego,
- Delegado sindical com estabilidade,
- Reajuste de salário a cada 3 meses,
- Piso salarial de 3 salários mínimos.

Companheiros e Companheiras, nossa palavra de ordem é:

lutar Até a Vitória

Cuidados Companheiros:
- Não fuja dentro da fábrica assistindo passinhos.
- Não participe de reuniões permanentes.
- Não preste atenção às provocações ou boletins que não tenham timbre do sindicato.
- Não abra todo dia um sindicato receber instrução.

ASSEMBLÉIA GERAL 2.a

Nos seguintes artigos foram utilizadas fotos e recortes de jornais presentes no acervo da ProEC e do AMA-A ABC, por isso, não foi possível identificar todas as fontes e contextos das imagens e recortes.

Caso você tenha identificado a fonte ou contexto de alguma imagem, envie um e-mail para revistaconectadas@ufabc.edu.br e realizaremos as adequações.



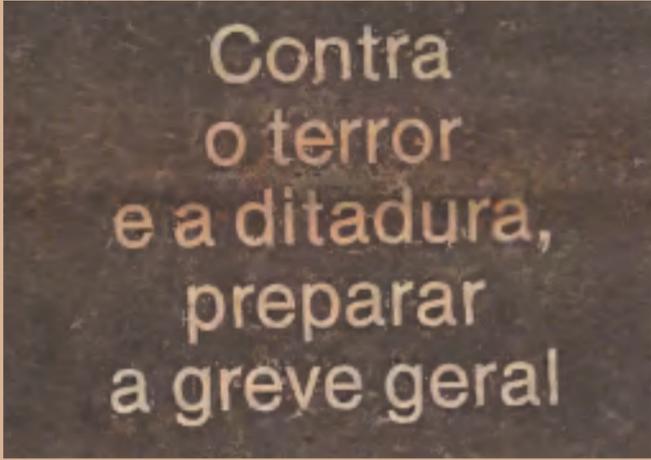
AMMA-A ABC

**UMA HISTÓRIA DE LUTA POR
VERDADE, MEMÓRIA E RECONHECIMENTO
DE METALÚRGICOS VÍTIMAS DA DITADURA BRASILEIRA**

Eliane Cristina da Silva Nascimento, José Blanes Sala,
Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho,
Marilda Aparecida de Menezes, Sidney Jard da Silva

RESUMO

O objetivo deste trabalho é reconstituir a trajetória da Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC (AMA-A ABC), entidade que representa uma experiência de organização de trabalhadores para além do sindicato, a partir das memórias dos seus associados. Nossos resultados demonstram que esta instituição foi se transformando, de um início em que se dedicava primordialmente aos processos de anistia de trabalhadores cassados, presos e perseguidos pela repressão da Ditadura Militar para constituir-se em um espaço de memória, resistência, sociabilidades,



Contra
o terror
e a ditadura,
preparar
a greve geral

pesquisa e defesa dos Direitos Humanos no Brasil. O material de pesquisa utilizado é constituído por entrevistas realizadas com militantes e companheiras de militantes vinculados à AMA-A ABC, coletados no âmbito do projeto “Memórias de Vida e de Luta”, uma parceria entre a própria AMA-A ABC, a Rede TVT, a Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Universidade de São Paulo (USP).



palavras-chave

Memória operária Reparação
AMA-A ABC
Resistência Ação coletiva
à Ditadura de trabalhadores

A ANISTIA QUE NÃO VEIO

João José de Albuquerque

stia sem a revogação da Lei da Segurança Nacional é anistia, mas, sim, hipocrisia. A anistia do medo não é a mesma que foi concedida ao seu chefe que retornou ao seu antigo cargo e trinta e seis dias depois ganhou uma nova estrela. A anistia de Figueiredo é para uma abertura de fachada. A anistia

sem a sua própria casa de reunião, o Sindicato.

A anistia pretendida pelo governo não trás de volta aqueles que acreditaram que o regime autoritário não podia ser combativo apenas com palavras, nos momentos em que nem isso era possível se fazer, pois imperava a censura contra todos. A anistia é um ato nobre de

INTRODUÇÃO

No dia 01 de janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro, um capitão reformado do Exército brasileiro, assumiu a Presidência da República. Em sua biografia política, a defesa do golpe militar de 1964 e a exaltação da memória de torturadores do regime autoritário. Em oposição à sua obstinada tentativa de impor à sociedade brasileira uma memória oficial verde oliva, um espectro avermelhado de memórias subterrâneas emergiu e se deparou com a necessidade de disputar não apenas o presente e o futuro do país, mas o próprio passado. Memórias silenciadas e, novamente violentadas, retor-

naram ao centro do debate político brasileiro. Entre tantas histórias que ressurgiram e resistiram a “história oficial”, destacaram-se as memórias operárias daqueles que enfrentaram o regime autoritário por meio de práticas de resistência individual e coletiva cotidianas, seja no chão de fábrica, seja em grandes eventos heróicos como as greves de 1968 em Contagem e Osasco (MARINHO et al., 2020; ANDRADE, 1998; ROVAI, 2012; 2014; WEFFORT, 1972), ou as greves de 1978, 1979 e 1980 do ABC Paulista (FONSECA et al., 2019; RECOARO et al., 2020; SANTOS JR; MENEZES, 2019), passan-

do pelo duro enfrentamento da oposição metalúrgica ao sindicalismo pelego da capital paulista (NOGUEIRA, 1990; SADER, 1988). O presente trabalho integra uma agenda de pesquisa mais ampla iniciada no projeto “Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais: análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 70” (CAPES, Edital 12/2015), finalizado em fevereiro de 2020; o qual teve continuidade no projeto intitulado “Direitos Humanos: dos fundamentos teóricos às tendências contemporâneas no nível local” (UFABC/CAPES-PrInt), em andamento, que mais recentemente, gerou um desdobramento no Projeto de Extensão (ação de cultura) intitulada “Memória e Justiça Reparativa: a memória dos/as anistiados/as e anistiandos/as como patrimônio Histórico Cultural” (PAAC 2021 - Edital ProEC nº 72/2020 - Cultura

e PAAC 2022 - Cultura - Edital nº 49/2021 - PROEC). O ponto de intersecção entre estas agendas de pesquisa e de cultura é o estudo da memória de trabalhadores e sindicalistas que foram perseguidos por suas atividades políticas e sindicais durante o regime militar.

Por mais de duas décadas, entre 1964 e 1985, os trabalhadores brasileiros e suas entidades representativas estiveram sujeitas às mais variadas práticas de opressão econômica, política e social. Muitos padeceram silenciosamente com as suas famílias vitimadas pelo arrocho salarial, pelas péssimas condições de trabalho, pela ausência de políticas públicas. Outros, que ousaram enfrentar abertamente ou clandestinamente o regime, foram exilados, presos, torturados, desaparecidos ou assassinados.

Mas também houve aqueles que fazendo parte do primeiro ou do segundo grupo conseguiram sobreviver, resistir e persistir na defesa da memória e do reconhecimento daqueles que sucumbiram física ou psicologicamente à violência do Estado. Este é o caso dos integrantes da Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC (AMA-A ABC), entidade aqui estudada.

O material de pesquisa utilizado é constituído por entrevistas realizadas com militantes e suas companheiras vinculados à Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC (AMA-A ABC) e com seus familiares mais próximos. Trata-se, neste sentido, de memórias individuais de um grupo de trabalhadores que foi testemunha de um evento histórico traumático, o que nos coloca, dentro da perspectiva metodológica da história oral testemunhal e, portanto, diante de todos os cuidados que esta modalidade de pesquisa acadêmica demanda na relação entre entrevistador e entrevistado (ALBERTI, 2005; MENEZES, 2010).

Neste sentido, como nos ensina Correa (2016) e Rovai (2014), não se trata de “dar voz” a esses atores, como se a academia tivesse o monopólio da fala, mas sim de buscar um novo aprendizado dos fatos históricos a partir da reconstituição de uma história não oficial que se contrapõem a uma “história oficial” que busca, mais uma vez, apagar o passado de luta e resistência dos trabalhadores e outros grupos sociais oprimidos pelo fantasma do autoritarismo militar que, novamente, assombra a sociedade civil brasileira.

Fonte: Acervo AMA-A ABC

Metalúrgicos anistiados mudam direção



Nova direção da Associação dos Metalúrgicos do ABC, eleita dia 25 de setembro para o biênio 2001-2003

Existe uma associação em São Bernardo que reúne os metalúrgicos anistiados e que lutam pela

volta do restabelecimento pleno de seus direitos como cidadãos brasileiros.

Executiva:

Manoel Anísio Gomes - presidente

Vilmar Roberto Aléo - secretário

Gilberto de Souza Cunha - tesoureiro

Rubens Teodoro de Arruda - diretor adjunto

Luiz Gonzaga - diretor adjunto

Conselho Fiscal

Celso Germano da Silva

João Batista Cavalcanti

José Soares Malta

CONTEXTO PARA UMA NOVA FORMA DE AÇÃO COLETIVA DE TRABALHADORES

A ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1985, representou um período de forte repressão política contra os trabalhadores, sindicatos, movimentos sociais, organizações e partidos políticos, órgãos de imprensa, instituições religiosas, atores da cena artística. O clima de ameaças, punições e violência foi instaurado sobre pessoas, grupos e instituições cujos discursos, ações e expressões criativas eram julgados como ameaça às estruturas autoritárias do Estado. Apesar das ações repressivas das instituições do aparelho de estado e, também, de empresas, a resistência persistiu em diversos espaços da sociedade. O fato é que o governo autoritário-militar não conseguiu calar todas as vozes e exterminar ações de resistência.

Foram diversas formas de resistência, algumas invisíveis, como foi o caso de organizações políticas forçadas à condição de clandestinidade; outras mais visíveis, formuladas nos marcos da lei, como as questões trabalhistas na justiça implementadas por diversos sindicatos de trabalhadores rurais, bem, como as experiências de formação de oposições sindicais. Além disso, houve múltiplas ações e discursos que expressaram a tessitura de uma resistência microbiana, às vezes dissimulada,

para enfrentamento das condições de exploração do trabalho e dominação política (SCOTT, 1985;1990). No caso dos metalúrgicos do ABC, vários autores evidenciam a importância da resistência cotidiana no chão de fábrica e da luta silenciosa por dignidade (ABRAMO,1999; ANTUNES, 1988; MARONI, 1982; MARTINS, 1994; RODRIGUES, 1997; SANTANA, 2018).

As formas de resistência tecidas silenciosamente durante o auge da ditadura militar na década de 1970 eclodiram em movimentos grevistas, como foi o ciclo iniciado em 1978 com a greve da Scania e as posteriores greves de 1979 e 1980, considerados importantes na transição democrática no Brasil (NORONHA, 2009; SANTANA, 2018; PEREIRA NETO, 2019).

dos trabalhadores contra as empresas.

Na greve de 1980, a repressão sobre os movimentos grevistas se intensificou, com intervenção no sindicato, cassação da diretoria e prisões.

Os cassados foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A repressão também se estendeu aos trabalhadores que participaram das greves, muitos foram

Pro patrão, flor.

Pro operário, pau.

GREVE GERAL

Os trabalhadores almejavam a democracia para “os de baixo” com justiça social e isso se confrontava com a transição “dos de cima”, representada pelos empresários e políticos que estavam no poder (PEREIRA NETO, 2019, p.120; SANTANA, 2018, p. 20). Esse confronto de projetos políticos resultou em medidas de contenção e punição às ações autônomas

incluídos na chamada “lista negra” e, além de serem demitidos, ficaram impossibilitados de serem contratados em outras empresas.



As marcas desse contexto de repressão se expressam não apenas nos limites da estrutura e ação sindical como nas trajetórias, corpos e mentes dos trabalhadores. Desempregados e com direitos políticos cerceados, as formas de engajamento profissional e político foram diversas, desde o engajamento na CUT e PT, como assessores, cargos de confiança ou com carreiras parlamentares nas esferas do município, estado, câmara

e senado federal, até o retorno às suas áreas de origem e busca de outras formas de subsistência. Entretanto, tais impactos não conseguiram desagregar os laços político-afetivos construídos nas lutas no chão de fábrica, nos movimentos de greves, nas atividades do sindicato. Trabalhadoras e trabalhadores continuaram se encontrando e dialogando nos sindicatos, nas residências, em atividades de lazer, nas igrejas.

Com o avanço da democratização no país, cresceram as ações e lutas pela Anistia Política, apesar dos limites da Lei de Anistia n. 6.683/1979, que conforme nos explica Mezarobba se deu basicamente nos termos que o governo queria (2010, p.11).

Na década de 1990, após a constituição de 1988, começou a articulação para encaminhamentos de pedido de Anistia. Foram encaminhados cerca de 30 processos de membros da diretoria cassada no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), apresentando como comprovação o documento de cassação assinado pelo então

Ministro Murilo Macedo, mas havia ainda necessidade de encaminhar processos de, e trabalhadores que foram perseguidos, presos, demitidos os constantes da Lista Negra do DEOPS. Segundo orientação dos advogados, estes processos deveriam ser encaminhados por meio de um órgão de representação dos trabalhadores.

Logo Oficial AMA-A ABC



Desse modo, em 1999 constituiu-se a Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistianos do ABC com objetivo de lutar pelos direitos dos que foram perseguidos pela ditadura militar durante o ciclo de greves de 1978 e década de 1980. Esse objetivo está presente no Estatuto da entidade, conforme Artigo 3º e tem

Fonte: <https://m.facebook.com/people/AMA-A-ABC/100070607186232/>

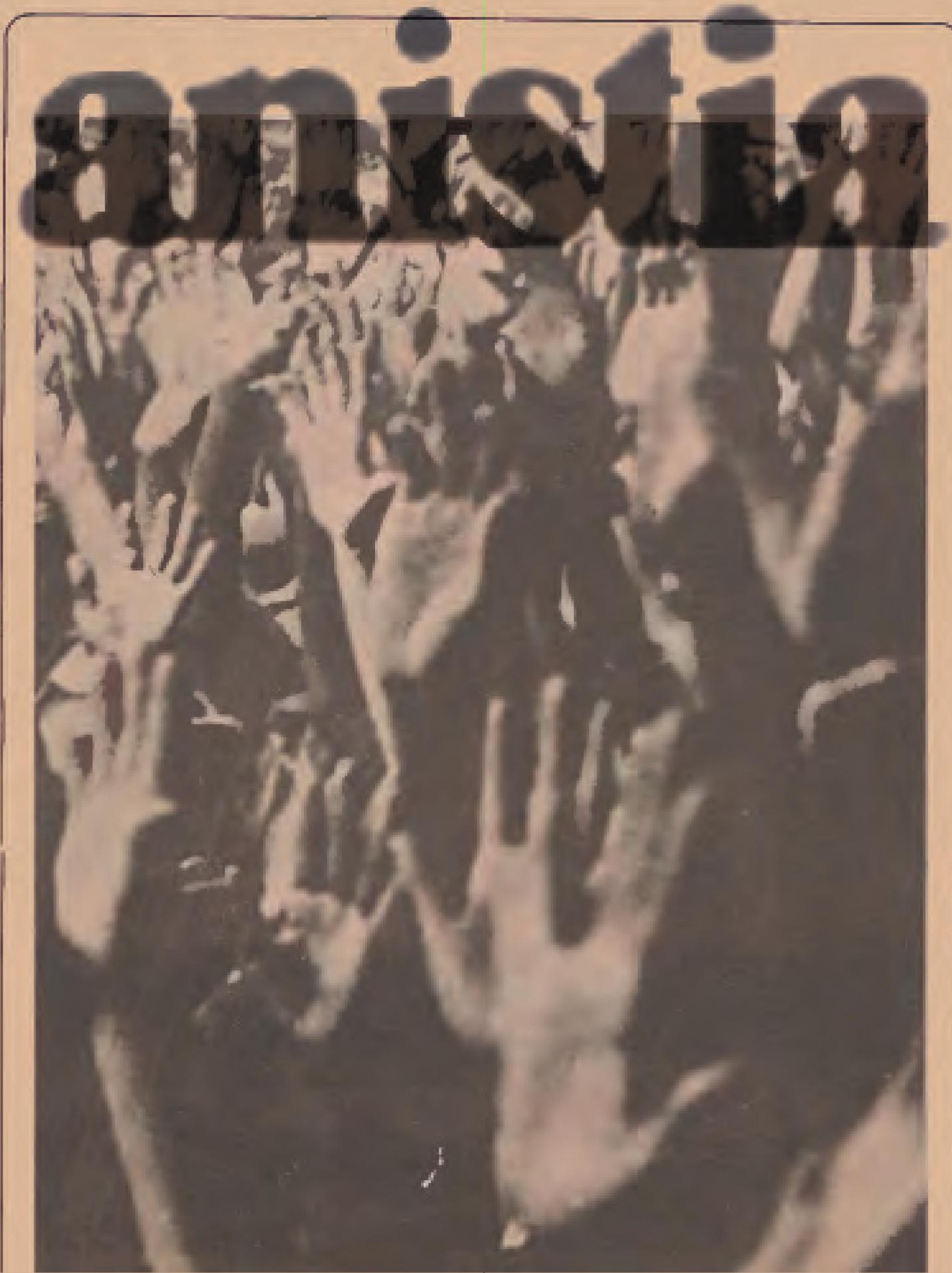
sido divulgado em vários outros documentos da associação, como a Moção do 3º. Seminário da AMA-abc realizado em 24 e 25 de agosto de 2018, em que se afirma:

A AMA-A ABC é uma organização da sociedade civil que luta por Anistia Política e Reparação às pessoas perseguidas pelos órgãos policiais e militares e pelas empresas, durante o período da ditadura militar (1964-1985) (...) A Luta por Anistia e Reparação tem amparo constitucional na Constituição de 1988, bem como em Lei Federal, a lei de 109.559/2002, que prevê a compensação econômica. No entanto, mantem alguns limites da Lei de Anistia de 1979, como a não identificação e punição dos torturadores.

ANISTIA
Em Genebra, a Federação Internacional de Operários Metalúrgicos — Fiom — instou o presidente Figueiredo a outorgar uma “anistia incondicional” aos treze sindicalistas.

A lei 10.559/2002 e a instalação da Comissão da Anistia representaram um avanço em relação à Lei de Anistia de 1979, pois conforme Mezarobba (2010, p. 14-15) “conseguiram, mais uma vez, ampliar o processo de acerto de contas – com a capacidade de o Estado em reparar economicamente ex-perseguidos políticos que a Lei n. 6.683 não havia conseguido reabilitar”, ainda que “isso não tenha necessariamente relação com o sofrimento vivido pela vítima”.

Tão importante quanto a reparação econômica é o direito à memória e a luta contra o esquecimento, que é uma arma política para as vítimas de guerras, genocídios, tortura, perseguição política (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 96). No Brasil, esta luta envolveu setores das igrejas, sindicatos, partidos políticos de esquerda, organismos de Direitos Humanos e, no que se refere diretamente a esta pesquisa, os(as) militantes e suas companheiras(os) que organizaram a AMA-A ABC.



A AMA-A ABC PELA VOZ DOS SEUS ASSOCIADOS

Nosso objetivo nesta seção é compreender os sentidos que as narrativas atribuem ao papel da AMA-A ABC e às suas experiências pessoais no contexto do regime autoritário.¹

As entrevistas analisadas constituem o material empírico a partir

Nossa hipótese de trabalho, seguindo Araújo e Santos (2007), é que a luta por anistia política e reparação é também uma luta pelo direito à verdade, memória e reconhecimento dos que foram perseguidos pela ditadura

do qual pretendemos verificar e demonstrar a referida hipótese. Neste ponto, cabe assinalar que os entrevistados ocupam uma posição-sujeito específica, foram vítimas do regime autoritário brasileiro na condição de mi-

litantes sindicais pertencentes à categoria operária dos metalúrgicos do ABC Paulista, uma região que, reconhecidamente, foi protagonista na resistência à ditadura e na luta pela redemocratização do país. Com isto, queremos referir que o imaginário social sobre este grupo e sobre os eventos históricos ocorridos nesta região específica determinam, nos discursos dos entrevistados, os ditos e os não-ditos, as constituições de sentido e de identidade, dinâmica inerente a este processo de recriação do vivido, em sua relação com a língua (ORLANDI, 2007).

¹ O corpus da análise constitui-se de 12 entrevistas, gravadas ao longo do ano de 2019, das quais foram selecionados excertos em que os entrevistados falam sobre a AMA-A ABC e sobre eles mesmos em relação à instituição e à anistia/reparação.

Como registrado na introdução deste trabalho, a AMA-A ABC foi criada formalmente em 1999. Segundo dois de seus sócios fundadores, o grupo inicial não tinha conhecimento de nenhuma outra entidade ligada ao tema anistia ou associação

de anistiados, ou seja, por ter a AMA-A ABC nascido dentro do sindicato, ao lado da associação dos metalúrgicos aposentados, e pelas mãos de pessoas muito ativas nas atividades sindicais, a dimensão de classe, de categoria, de profissão, era uma forte referência para os seus fundadores.

Quanto aos motivos para a criação da AMA-A ABC, de início, a narrativa assume um tom pragmático e administrativo.

“ a iniciativa veio da experiência sindical [...] a gente, por conta própria, por assim dizer, montamos a associação (SOUZA, 2019)

,também

“ o parâmetro que tinha era a AMA, de aposentados [...] não tinha nenhuma associação de anistiados que a gente tivesse conhecimento” (ROSA, 2019)

**Lutar Até
a Vitória**

Rosa, 2019

"A gente tava entendendo que a gente tava muito perdido, não tava tendo uma direção naquilo que a gente queria. Então, havia uma necessidade de termos alguém nos auxiliando e ver como é que poderíamos fazer. Nós contatamos um advogado [...] combinamos que ele iria dar início nos processos, mas a gente não tinha um jeito legal de fazer esse pagamento, então foi necessário criar a associação (ROSA, 2019)."

Cassemiro, 2019

Tivemos a informação que todos os dirigentes cassados tinham direito a anistia, anistia por perca de mandato. E o pessoal se organizou nessa questão (CASSEMIRO, 2019).

Pereira, 2019

[...] eles pediram a documentação, eu trouxe tudo, mas foram os companheiros [da AMA-A ABC] que trabalharam nesse processo (PEREIRA, 2019).

Não obstante este objetivo mais imediato de compor os processos para proceder aos pedidos de reparação financeira junto ao governo federal, em uma análise mais profunda das entrevistas e depoimentos, é possível perceber que outros discursos se entrecruzavam, denotando que esta entidade já nascia com possibilidades maiores do que uma ação meramente administrativa



Stein, 2019

A primeira reunião aqui que eu participei, eu arrumei confusão [...] eu fiquei ouvindo o pessoal falando, não nós temos que receber [...] dinheiro, tal, dinheiro, dinheiro. Eu pedi a palavra né, e falei: oh gente [...] nós temos que pensar em o quê que é esse projeto aqui. É uma recuperação da memória, é uma luta pela justiça, nós temos que nos aliar com outras entidades que fazem isso, inclusive a Associação dos ex-presos [...] a gente tem que olhar outras coisas também (STEIN, 2019, grifo nosso).

Souza, 2019

Mas isso acontecia de forma individual [...] e aí nós sentimos a necessidade, até tendo como experiência e como exemplo o próprio sindicato: eu, individualmente, não sou nada [...] nós precisamos nos reunir, pra gente ter um posicionamento único a respeito disso [...] E, nos reunimos, e aí sentimos a necessidade de se criar uma associação, sabe, se reuniu tem que ter algo que nos une, e esse algo que nos une até hoje é a AMA-A. [...] achávamos que sozinho não dava pra tocar, e foi a melhor coisa que a gente fez (SOUZA, 2019).

Ultrapassados os desafios e debates iniciais a entidade foi se consolidando e ampliando sua atuação, fato que os entrevistados narram com sentimento de orgulho. A partir de uma mudança de estatuto foi criado o espaço, também, para o anistiando e, hoje, já se verifica que o estatuto deveria ser novamente alterado para atender a questão dos direitos humanos (ROSA, 2019). Outra mudança considerada importante foi que “começamos a fazer contato com o pessoal e em 18 [2018], se não me falhe a memória, foi criada a Plenária Paulista de Anistiados. Então hoje nós temos todas as associações ligadas” (ROSA, 2019).

Assim, a AMA-A ABC “cresceu, pelo menos do ponto de vista de todos compreenderem a importância do trabalho que é feito” (BEZERRA, 2019) e ampliou sua capilaridade.

Souza, 2019

Eu tenho orgulho de dizer que a nossa associação, que surgiu meio que às pressas, hoje ela é muito respeitada no país. Todas as entidades respeitam a AMA-A e o próprio governo, mesmo com a posição que ele tem hoje, ele respeita a AMA-A. [...] nós temos, primeiro, um bom relacionamento com outras entidades, no mesmo tema da anistia, um bom relacionamento. Com outras entidades, nós temos com estudantes, faculdades temos ido fazer palestras [...] (SOUZA, 2019).

Agra, 2019

quando eu me aproximei aqui dos companheiros, me deram todo apoio, mas em parte também porque aqui havia uma identidade concreta né [...] essa identificação com os companheiros (AGRA, 2019).

Villauta, 2019

a AMA é de um significado importantíssimo para os dirigentes sindicais que sofreram repressão, que foram cassados, ou que tiveram uma participação militante nas greves [...] a criação da AMA foi uma sacada muito inteligente e nós precisávamos e precisamos da AMA (VILLAUTA, 2019).

Rosa, 2019

A minha esposa costuma dizer que eu sou apaixonado pela AMA-A, que eu esqueci da família [...] [é trabalho, é militância] é prazer também [...] eu não quero viver sem a AMA-A (ROSA, 2019).

Torini, 2019

Eu sempre achei muito importante foi muito válida, embora o meu processo quem juntou foi eu sozinha (TORINI, 2019).

Stein, 2019

É um pessoal que eu admiro, eu gostaria de ter o pique de muitos companheiros [...] tem que manter porque é um lugar onde você vai vendo isso que o governo tá fazendo [...] se a gente não tivesse a AMA-A como é que a gente ia saber o que tá sendo feito lá nos bastidores (STEIN, 2019).

Bezerra, 2019

Eu pra mim, participar da AMA-A foi, inclusive, conhecer um pouco mais das leis em relação a anistia, tá sendo a troca de experiência porque tem companheiros aí que já tá há muito tempo. Ah, tá sendo pra mim aprendizado, super aprendizado (BEZERRA, 2019).

Eusebio e Silva, 2019

Muito importante né não teria como ficar sem ela não né [...] eu, por exemplo, agradeço muito [...] só temos que agradecer. [...] eu sou muito feliz porque a gente tem um lugar de vim, conversar com os companheiros e tudo, relembrar a história da gente (EUSEBIO E SILVA).



Fonte: Acervo AMA-A ABC



Fonte: Acervo AMA-A ABC

Carvalho, 2019

Eu era meio rejeitado aqui no sindicato [...] agora com a AMA-A voltei a abertura né (CARVALHO, 2019).

Casemiro, 2019

[...] os colegas da AMA-A são muito autênticos, eles entendem bem, tem paciência com todo mundo, orienta quem tem direito de ser anistiado, quem não tiver vai dizer por que não, se tiver chance de entrar com o processo, entra com o processo (CASSEMIRO, 2019).

Souza, 2019

[...] a gente voltou às origens naquele voo próprio, agora nós estamos juntos aqui, a Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos, junto com o Sindicato (SOUZA, 2019).

Em relação aos processos de anistia, todos os entrevistados foram contemplados com a reparação econômica por terem sido enquadrados na categoria de dirigentes sindicais cassados, ex-presos políticos e/ou constantes da lista negra. Ao falar sobre o assunto, notamos um esforço em reafirmar um direito: “nós temos que ter realmente uma reparação [...] reconhecer que você tem direito” (AGRA, 2019); “fui vítima de uma ação indevida de um governo militar” (VILLAUTA, 2019); “é direito mesmo [...] ele tinha saúde e não podia trabalhar [...] foi o governo que proibiu dele trabalhar, não foi ele que não quis” (TORINI, 2019); “o governo, ao nos anistiar, reconhece de que nós participamos de uma luta” (SOUZA, 2019); “eu fui cassado e perdi meus direitos políticos [...] perdi meu meio de sobrevivência, que era o meu emprego” (PEREIRA, 2019).

Os sentimentos de reconhecimento e de necessidade de reafirmação de direitos permeia as narrativas dos entrevistados, e inferimos que isto se dá porque em paralelo há um sentimento de ressentimento, pois ao mesmo tempo em que consideram que a luta valeu a pena, estão conscientes de que é preciso manter a resistência e que a cultura político-sindical criada pela AMA-A deve permanecer.²

² Neste ponto, é digno de nota que estes militantes convivem com um julgamento social, com críticas que os rotulam como usurpadores do dinheiro público e que questionam, inclusive, a veracidade das repressões sofridas por tais trabalhadores.



Fonte: Acervo AMA-A ABC

Em síntese, o que as narrativas dos entrevistados demonstram é que a AMA-A tem sido um espaço institucional importante de informação, orientação e encaminhamento de processos de anistia ao Ministério da Justiça, dos trabalhadores que foram prejudicados economicamente e politicamente pela repressão da ditadura militar e das empresas. Além da relevância dessa atuação, a associação tem sido um espaço de sociabilidades, compartilhamento de memórias e atualização de identidade de militantes sindicais e de membros de organizações políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A força de mobilização e enfrentamento dos metalúrgicos do ABC Paulista ao regime militar tem sido largamente analisada pela produção acadêmica no campo da história e das ciências sociais, especialmente o período final da década de 1970 quando se desenrolou o citado "Ciclo de Greves", paralisações de grande porte que contribuíram para redesenhar a política e as práticas sindicais por todo o país. Duas das principais consequências dessa profunda inflexão na luta operária foi a constituição, na década de 1980, do

Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que assumiram protagonismo crescente nas décadas subsequentes até a chegada de um ex-sindicalista anistiado à Presidência da República. Contudo, ao contrário da formação e atuação do PT e da CUT ao longo do processo de redemocratização do país, temática largamente abordada pela literatura especializada, as intervenções do Sindicato dos Metalúrgicos no contexto da chamada Justiça de Transição ou Justiça Restaurativa tem me-

recido pouca atenção da análise social em suas diferentes faces. Neste trabalho, a partir da análise de entrevistas e depoimentos dos associados da AMA-A ABC, demonstramos que uma entidade representativa não é somente uma instância político-sindical, pois ela significa para os seus membros e nos seus membros, isto é, alcança dimensões mais profundas de luta pela memória e reconhecimento, inclusive no próprio meio sindical. Também foi possível demonstrar a transformação que esta instituição vem sofrendo, de um início mais voltado à administração dos processos de anistia para constituir-se em um espaço de memó-

ria, de resistência, de pesquisa e de promoção dos Direitos Humanos no Brasil. Com efeito, além de papel representativo, a AMA-A ABC exerce um papel muito singular, em uma dimensão pessoal dos seus membros – uma instituição de aprendizado, de convivência entre pares, um espaço para compartilhar memórias com seus iguais, um espaço de acolhimento e que causa bem-estar às pessoas.

Por fim, no cenário político atual, no qual o caminho autoritário novamente se colocou como uma possível alternativa para a crise sanitária, econômica, política e social vivida pelo país, a narrativa

dos militantes da AMA-AABC se apresentou como um ato de resistência e de defesa do direito à verdade, à memória e ao reconhecimento do protagonismo dos operários e sindicalistas do ABC Paulista na conquista e manutenção não do poder, como outrora nos ensinara Maquiavel, mas da democracia como nos ensina as suas próprias trajetórias de vida. Quarenta ou cinquenta anos atrás eram pessoas-trabalho, atualmente são pessoas-memória (MÉDA³ apud SANTOS JR; MENEZES, 2021) que continuam lutando por direitos e liberdades. Agora não mais contra as condições de exploração nas fábricas

e opressão do Estado, mas pelo direito à memória e reconhecimento de suas lutas e de si mesmos. Já não são mais os peões, enaltecidos por sua força física, habilidades técnicas e capacidade de enfrentamento aos patrões, mas personagens que lutam por reconhecimento e reparação. Contar e recontar suas experiências é luta e labor no enfrentamento das perdas, tristezas, ressentimentos e busca de autoestima. Como nos ensina Eclea Bosi (1987), a memória é um trabalho em que os personagens lapidam suas experiências e engenhosamente tecem os fios de suas identidades.

³ MÉDA, D. Le travail: une valeur en voie de disparation? 2 ème. Paris: Flammarion, 2010 (apud SANTOS JR; MENEZES, 2021).



Referências

ABRAMO, Laís. O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

ANDRADE, Régis de C. Trabalho e sindicalismo: memória dos 30 anos do movimento de Osasco. *Tempo Social*, v. 10 (2), p. 37-49, 1998.

ANTUNES, Ricardo. A rebeldia do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 79, p. 95-111, dezembro 2007.

BOSI, Eclea. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 2ª edição. São Paulo: Ed. USP, 1987.

FONSECA, Karen Christina Dias da; JARD DA SILVA, Sidney; RODRIGUES, Eduardo Magalhães; MARINHO, Maria Gabriela Silva Martins da Cunha. Entre sujeitos e sentidos: uma análise do Ciclo de Greves 189 do ABC Paulista a partir dos discursos da Folha e do Estadão. In: LEITE LOPES, Jose Sergio; HEREDIA, Beatriz (org.). *Movimentos cruzados, histórias específicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019, p. 189-224.

MARINHO, M. G. S. M. da C.; MEZA, E. C. de C. M.; FONSECA, K. C. D. da. Sindicalismo, Autoritarismo e Repressão entre dois polos: As greves metalúrgicas de Osasco em perspectiva histórica (1968-1980). *Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho*, v.1, n. 52, p. 40-52, 2020.

MARONI, Amnérís. A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, Heloisa de Souza. Igreja e movimento operário no ABC. São Paulo: Hucitec, 1994.

MENEZES, Marilda. Ética e história oral. In: WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FIAMEN-GUE, Elis Cristina; VELÔSO, Thelma Maria Grisi (org.). *Ideologia e esquecimento: aspectos negados da memória social brasileira*. São Paulo: Letras à Margem/CNPq, 2010, p. 19-46.

MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. *SUR – revista internacional de direitos humanos*, v. 7, n. 13, p. 7-25, dez. de 2010.

NOGUEIRA, Arnaldo J. F. M. A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro: a experiência do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1997.

NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, n. 76, p. 119-168, 2009.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. As greves metalúrgicas de 1978 e 1979 em São Paulo, Osasco e Guarulhos no ciclo nacional. In: LEITE LOPES, Jose Sergio; HEREDIA, Beatriz (org.). *Movimentos cruzados, histórias específicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019, p. 81-124.

RECOARO, Deise; MENEZES, Marilda Aparecida de; JARD DA SILVA, Sidney; SANTOS JÚNIOR, Jaime. Invisibilidades, insurgências e emergências. *Política & Trabalho*, n. 52, p. 87-105, 2020.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta; Fapesp, 1997.

ROVAI, Marta G. de O. Memória afetiva e performance de gênero: as mulheres na greve de Osasco [Capítulo 5, p. 159-232]. *Osasco 1968: a greve no feminino e no masculino*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROVAI, Marta G. de O. A memória na luta contra o trauma: significados da greve de Osasco em 1968 nas narrativas de trabalhadores. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 6, n. 11, p. 41-56, jan.-jun. de 2014.

SADER, Eder (1988). Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Classe trabalhadora, confronto político e democracia: o ciclo de greves do ABC paulista e os desafios do sindicalismo atual. *Lua Nova*, São Paulo, v. 104, p. 19-65, 2018.

SANTOS JR, Jaime dos; MENEZES, Marilda A. À margem da história? Mulheres metalúrgicas e a memória das greves do ABC (1978-1983). In: LOPES, José S. L.; HEREDIA, Beatriz A. (org.). *Movimentos cruzados, histórias específicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019, p. 227-266.

SANTOS JR, Jaime dos; MENEZES, Marilda A. Histórias de mulheres militantes na perspectiva dos(as) filhos(as): (des)engajamentos políticos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 42, p. 1-17, 2021.

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University, 1985.

SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance. Hidden Transcript*. New Haven: Yale University, 1990.

WEFFORT, Francisco. *Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968*. *CADERNOS DO CEBRAP*, nº5, 1972.

Entrevistas

AGRA, Celso. [Entrevista concedida ao] Projeto Memórias de Vida e de Luta. São Bernardo do Campo, 5 set. 2019.

BEZERRA, Lenice. [Entrevista concedida ao] Projeto Memórias de Vida e de Luta. São Bernardo do Campo, 17 e 31 out. 2019

CARVALHO, José Santana de. [Entrevista concedida ao] Projeto Memórias de Vida e de Luta. São Bernardo do Campo, 22 ago. 2019.

CASSEMIRO, Natal. [Entrevista concedida ao] Projeto Memórias de Vida e de Luta. São Bernardo do Campo, 29 ago. 2019.

CUNHA, Isaías Urbano da. [Entrevista concedida ao] Projeto Memórias de Vida e de Luta. São Bernardo do Campo, 26 set. 2019.

EUSEBIO E SILVA, Antonio. [Entrevista concedida ao] Projeto Memórias de Vida e de Luta. São Bernardo do Campo, 19 set. 2019.

PEREIRA, José Candido. [Entrevista concedida ao] Projeto Memórias de Vida e de Luta. São Bernardo do Campo, 13 nov. 2019.

ROSA, Cláudio. [Entrevista concedida ao] Projeto Memórias de Vida e de Luta. São Bernardo do Campo, 21 e 28 nov. 2019.

SOUZA, Gilberto. [Entrevista concedida ao] Projeto Memórias de Vida e de Luta. São Bernardo do Campo, 8 ago. 2019.

STEIN, Elias. [Entrevista concedida ao] Projeto Memórias de Vida e de Luta. São Bernardo do Campo, 7 nov. 2019.

TORINI, Livonete Aparecida. [Entrevista concedida ao] Projeto Memórias de Vida e de Luta. São Bernardo do Campo, 12 set. 2019.

VILLAUTA, Mariano Palma. [Entrevista concedida ao] Projeto Memórias de Vida e de Luta. São Bernardo do Campo, 24 out. 2019.

DOCUMENTOS

AMA-A. Estatuto da Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC, 2016.

Caderno do Seminário 15 Anos AMA-A. A luta pela anistia e reparação. 28 e 29 de agosto de 2014.

Moção do 3º. Seminário da AMA-A ABC, 24 e 25 de agosto de 2018.

Diários de Campo, AMA-A e SMABC, 2017-2018.

Documentos

AMA-A. Estatuto da Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC, 2016.

Caderno do Seminário 15 Anos AMA-A. A luta pela anistia e reparação. 28 e 29 de agosto de 2014.

Moção do 3º. Seminário da AMA-A ABC, 24 e 25 de agosto de 2018.

Diários de Campo, AMA-A e SMABC, 2017-2018.



*Esta greve
também é justa*



AS BRUXAS DO GRANDE ABC/SP

RESISTÊNCIAS E DEMONIZAÇÃO
DAS MULHERES TRABALHADORAS.

Eliane Cristina de
Carvalho Mendoza Meza

palavras-chave

**Mulheres, Trabalhadoras,
ABC, Bruxas**

resumo

O artigo tem por objetivo analisar o texto da escritora Silvia Federich (2019) sobre as mulheres que resistiram ao poder estatal e que foram consideradas bruxas sob a ótica do trabalho de três mulheres operárias da região do ABC narradas através de entrevistas semiestruturadas concedidas à autora por ocasião da pesquisa do doutorado em curso. É de conhecimento geral que as mulheres são as que mais sofrem quando as condições econômicas e sociais se põem difíceis e romper com a condição que lhes foi designada (submissas) faz com que as ordens das coisas sejam alteradas, gerando desconforto na sociedade, principalmente no núcleo de poder de um determinado lugar. Mulheres lutando por seus direitos, até hoje, são chamadas de obstinadas, de bruxas e o artigo vai narrar um fato marcante na vida de três entrevistadas, bruxas do ABC

introdução

A opressão dos homens contra as mulheres data de muito tempo; para Federici (2017) desde a mudança do Feudalismo para o Capitalismo, tendo sido, inclusive, essencial a ele. O trabalho gratuito, disfarçado de amor, bem como a reprodução de mão de obra foi, e ainda é, parte importante para a estruturação do capital e que para isso acontecesse foi necessário que as mulheres exercessem esse papel de forma dócil, sem contestar. No contexto de Federici (2019), as mulheres que protestaram, contestaram e não aceitaram docilmente a função designada pelo capitalismo, eram consideradas bruxas. Dentre outros processos, a junção do Estado com a Igreja deu uma conotação espiritual às resistências femininas, transformando-as em pessoas que fizeram pacto com o diabo; uma forma de controle bastante eficaz no que diz respeito, inclusive, à opinião pública.

Apesar de o enorme espaço de tempo decorrido dos fatos narrados por Federici (2019) até os dias atuais, a mulher insubmissa ainda é vista como problemática, é demonizada, e é considerada como perturbadora da ordem natural das coisas.



Todas as entrevistadas tiveram que começar a trabalhar desde cedo e, também desde cedo, começaram a participar dos grupos das Igrejas Católicas que em sua maioria pregava a Teologia da Libertação, como por exemplo: as Comunidades Eclesiais de Base e Juventude Católica Operária (JOC).

Elas trabalharam por um certo tempo em fábricas da região e Sader (1988) narra que foi desenvolvido um "sistema de opressão contra qualquer forma de organização e resistência operária nas empresas" (SADER, 1988, p. 73). Esse sistema englobava chefes, encarregados e supervisores, cuja função era a de manter a ordem proibindo discussões sobre política ou sindicato; esse sistema contava

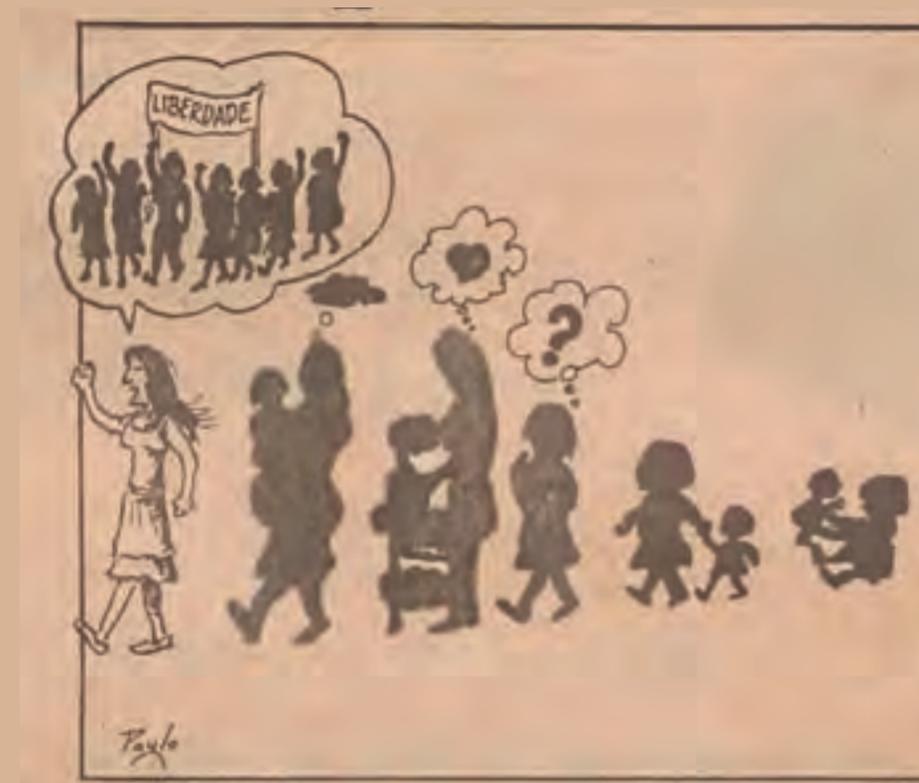
As mulheres foram acusadas de bruxaria porque a reestruturação da Europa rural no início do capitalismo destruiu seus meios de sobrevivência e a base de seu poder social, deixando-as sem nenhum recurso além da dependência da caridade de quem estava em melhores condições; elas resistiam à pauperização e à marginalização social (FREDERICI, 2019, p. 62 e 63). Apesar de o enorme espaço de tempo decorrido dos fatos narrados por Federich (2019) até os dias atuais, a mulher insubmissa ainda é vista como problemática, é demonizada, e é considerada como perturbadora da ordem natural das coisas.

com a repressão estatal a fim de eliminar qualquer resistência sindical dos trabalhadores para que se integrassem às políticas patronais.

Apesar dos sistemas de controle, as operárias tinham seus processos de resistências "a partir dos inevitáveis contatos pessoais, troca de informações, solidificações de confianças coletivas" (SADER, 1988, p. 75).

A luta por melhores condições de trabalhos para as mulheres as faziam ser vistas como insubmissas e sempre eram perseguidas e até mesmo amaldiçoadas, o que nos leva a fazer um paralelo às mulheres insubmissas que foram perseguidas como bruxas, conforme narrativa de Frederici (2019):

As mulheres são as que mais sofrem quando as condições econômicas e sociais se põem difíceis e romper com o papel designado de submissas faz com que as ordens das coisas sejam alteradas, gerando desconforto na sociedade, principalmente no núcleo de poder de um determinado lugar. Mulheres lutando por seus direitos, até hoje, são chamadas de obstinadas, de bruxas e o artigo vai narrar um fato marcante na vida de três entrevistadas, bruxas do ABC.



*Recorte retirado do acervo ProEC

contexto e metodologia

Em 1964 o Brasil sofreu um golpe de Estado e foi instalada uma ditadura civil/militar que durou até o final da década de 1970. Esse período também ficou conhecido como tempo de trevas, reino da exceção e anos de chumbo; aqueles (as) que lutavam eram integrados (as) em um processo de resistência (Reis, 2005). Nesse momento as pautas do movimento de mulheres da região convergiram com a luta contra a ditadura, mas não perderam o foco nas lutas específicas.

Na cidade de São Paulo, desde o final do século XVIII a população majoritária era composta por mulheres e com a consolidação de uma economia de exportação, a urbanização da cidade se deu de forma marginal, onde proliferava a pobreza;

esse era o espaço social das mulheres pobres, livres, forras e escravas. É nesse ambiente que se articulam "papéis femininos propriamente históricos, de improvisação, mudanças e vir a ser, dificilmente adaptáveis aos papéis hegemônicos de comportamento das mulheres (...) que não tem a ver com a identidade abstrata do conceito de "condição feminina" (DIAS, 1983, p. 32).

As entrevistadas viveram a tensão entre a maternidade, cuidados com a casa e a necessidade de trabalhar, como toda mulher pobre. Essa tensão estava presente em todos os aspectos da vida de cada uma delas e as características da região, tanto em termos de trabalho quanto em termos da vida social. Para Souza-Lobo (2021):

As práticas sociais, familiares, culturais e de trabalho das mulheres são simultaneamente aproveitadas nas relações de trabalho propriamente capitalistas ou não, formais ou informais. Ao mesmo tempo, essas práticas são constantemente reformuladas pelas mulheres, como estratégias de sobrevivência, mas também como estratégias de resistência à dominação e à subordinação.



*Recorte retirado do acervo ProEC

Composta por sete municípios: Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, a região do Grande ABC fazia parte do município de São Bernardo do Campo até a década de 1960, quando foi dividida. Sua criação está diretamente ligada à industrialização paulista que acabou por desencadear a evolução do espaço metropolitano intensificando o “crescimento horizontal da expansão suburbana da metrópole” (KLINK, 2001). Com o passar do tempo e a criação das rodovias, a região se tornou um polo de indústrias dos mais variados tipos, tais como: automobilística, transformadoras de resinas plásticas e metal mecânica (Klink, 2001). Esse desenvolvimento da região atraiu famílias oriundas

*Recortes retirados do acervo ProEC

de outros estados, trazendo esperança de uma vida melhor e esse foi o caso das famílias das três mulheres nas quais o artigo se baseia. Elas são filhas em famílias operárias e que, devido a insuficiência de renda, precisaram começar a trabalhar desde tenra idade, aos 13 e 14 anos, para ajudar na manutenção financeira da casa. Aprenderam, desde muito cedo, que a mulher ganhava menos exercendo a mesma função dos homens e que também não tinham direitos básicos como trabalhadoras; assim, entenderam a necessidade da luta pela igualdade de direitos para modificar os lugares onde conviviam. Como Lobo (1989) coloca: “o trabalho doméstico faz parte da condição de mulher, o emprego faz parte da condição de mulher pobre” (LOBO, 1989, p. 171. (g.n.)).

Trabalho: direito e luta da mulher de hoje

O artigo foi desenvolvido apoiado em entrevistas com três mulheres que lutaram por seus direitos desde a década de 1970, mesmo com opressão da ditadura militar no Brasil, na região do Grande ABC em São Paulo. Todas as entrevistas tiveram o uso autorizado pelas entrevistadas e foram dadas para o mestrado e doutorado da autora, onde narram suas trajetórias pública (dentro do movimento de mulheres e movimento sindical) e privada.



Marta

entrevistada

Mulheres unidas na luta por uma vida melhor

"Nós devemos reforçar os movimentos que lutam por uma mudança na sociedade. Por isso, daqui para frente, vamos atuar ainda mais nos bairros, Sindicatos e Associações". Essa foi a decisão tomada por mais de 800 mulheres que participaram do 7º Congresso da Mulher Paulista, no Teatro Ruth Escobar.

No dia 8 de março, estava sendo comemorado o Dia Internacional das Mulheres. Mas elas não estavam ali para festejar e sim discutir seus problemas e apresentar reivindicações. Entre elas, a maior participação na sociedade, maior valorização de seu trabalho tanto nas fábricas como em casa, e mais creches e escolas públicas para seus filhos.

Como disse dona Ana, da Associação das Donas-de-Casa de Mauá, estamos pedindo creche para os filhos do trabalhador. Homem e mulher que quando saem para o trabalho, não sabem se quando voltarem os filhos estarão vivos, mortos ou na rua, aprendendo tudo o que não presta.

Mas as reivindicações não pararam aí. Dinha, metalúrgica de Santo André, acha que a mulher trabalhadora precisa exatamente do que todos os brasileiros precisam: "Anistia, liberdade política, liberdade partidária e direito de greve".

— O único problema é que mulher é mais oprimida. Então



"Dona Ana,
precisamos de creche
para o filho
do trabalhador"

quando luta, ajuda a modificar a situação de toda a sociedade. Vejam só na Arno, onde a ajustadora ganha metade do salário do ajustador. Se ela lutar pela equiparação salarial, estará lutando contra o rebaixamento do salário do homem.

O Congresso terminou no dia 8 de março. Mas a luta das 800 mulheres vai continuar. Já foram marcadas várias reuniões em Sindicatos e Associações, onde, juntas, elas levarão à frente a luta por suas reivindicações.

Paulista, nascida em Santo André em 1953, ainda vive na cidade até o momento da segunda entrevista (quatro de outubro de 2019); casada, mãe de três filhos, branca. Começou a trabalhar desde muito cedo no bar da família para ajudar a mãe, viúva, a sustentar as três irmãs. Quando completou treze anos foi trabalhar em uma oficina de costura e lá trabalhou até se casar, aos dezessete anos; teve três filhos e parou de trabalhar para se dedicar à criação deles. Quando seus filhos cresceram voltou a estudar até terminar a formação em magistério, depois disso foi dar aula para população vulnerável na cidade de Santo André, em São Paulo/Brasil.

Começou a militância voltada para o movimento de mulheres, mas dentro da Igreja Católica, na Comunidade Eclesial de Base. Junto com outras mulheres, fazia reunião para discutir sobre a situação social/econômica e como afetava o dia a dia delas e suas famílias; isso fez com que essas mulheres se juntassem a vários grupos de protestos, bem como ao grupo de mulheres que militavam na região, na época, pedindo melhores condições de vida. Um dos vários contextos marcantes foi a Greve Geral dos Metalúrgicos da região do ABC, que durou 41 dias.

Marta

entrevistada

O Sindicato dos Metalúrgicos criou o Fundo de Greve dos Metalúrgicos do ABC e, segundo a entrevistada, enquanto os maridos resistiam reunidos na greve (alguns deles ficaram nos fundos da Igreja do Bonfim, em Santo André, cercados pela polícia), elas iam pedir alimentos junto a instituições e moradores da região, com o apoio da Igreja Católica.

Igreja do Bonfim



Não eram só mulheres que participavam desse movimento, mas elas eram maioria. Elas cozinhavam os alimentos e “jogavam” os pratos prontos por cima do muro da igreja, visto que a política não permitia que ninguém entrasse e quem saísse era preso. Além da alimentação diária dos (as) grevistas, os alimentos arrecadados também eram distribuídos entre as famílias deles (as), em um esforço coletivo para que ninguém passasse fome, pois os (as) trabalhadores (as) ficaram sem seus pagamentos e não tinham dinheiro para comprar comida para suas famílias. O ativismo feminino no mundo capitalista é uma forma de protesto, que não é tolerado pela burguesia do local. O entendimento da entrevistada é de que lutar pelos direitos das pessoas é uma forma de lutar pelo bem comum, ainda que dentro da estrutura capitalista. Mesmos estando na luta pelo aumento de salário dos (as) trabalhadores (as), elas eram discriminadas, xingadas, agredidas fisicamente, da mesma maneira que as bruxas da Idade Média.

Fonte: <https://www3.santoandre.sp.gov.br/turismo/santoandre/santuario-nosso-senhor-do-bonfim/>

Márcia

entrevistada

Nascida em Santo André, em 16 de março de 1962, solteira, sem filhos, filha de família operária, com seis irmãos, quatro irmãs e dois irmãos. A mãe trabalhava na indústria têxtil e o pai era guarda de portaria na empresa Ford. Vindo de família pobre, assim como outras entrevistadas, começou a trabalhar desde muito cedo para ajudar nas despesas da casa. Frequentava a Igreja Católica do bairro Vila Vitória, participando na Juventude Operária Católica (JOC), onde começou sua militância na vida pública.



Aos quatorze anos começou a trabalhar em fábricas/indústrias químicas na região do ABC e sempre foi sindicalizada. Direcionou sua trajetória de trabalho para conseguir alcançar a diretoria do Sindicato dos Químicos, no que teve êxito, pois foi eleita diretora do Sindicato dos Químicos em 1985, onde liderou algumas greves, causando uma mudança na estrutura sindical ao assumir o cargo, pois na época nenhuma mulher tinha chegado a tal posição por ser um espaço majoritariamente masculino.

Trilhando o caminho já relativamente aberto por ela, outras mulheres se tornaram líderes sindicais e se juntaram com outras mulheres sindicalistas criando a Comissão Regional Sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, dentro da estrutura da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o objetivo de, dentre outras coisas, incentivar a participação das mulheres nas direções dos Sindicatos e na CUT. Brigou por direitos específicos para as mulheres dentro das empresas, pois existiam situações que eram consideradas naturais para os homens, mas que não eram para as mulheres. Podemos citar teste de gravidez para a admissão, exigência de boa aparência para o emprego, regulação do tempo das mulheres quando iam ao banheiro, entre outras pautas.

Nós elegemos a primeira mulher na CIPA e nós fomos nos articulando até eu me tornar diretora [do sindicato] e ter estabilidade e na ditadura era muito difícil ser diretora de sindicato. Na convenção fui eu e só uma mulher, o restante era só homem e eu consegui me eleger me defendendo, eu tinha 21 anos, 22; eu estou dizendo isso para você porque assim, é lógico que a junção de todas essas coisas que somadas, me levaram a chegar em um espaço que era institucional, que antes você andava de camiseta, calça jeans e [para] chegar em um espaço desse foi preciso mudar.

"As mulheres são uma propriedade, um bem que é preciso guardar a quatro chaves, serres feitos para a domesticação e que só atingem sua perfeição numa situação subalterna". O axioma, de Nietzsche, até hoje permanece incrustado no pensamento do homem ocidental, entravando um desenvolvimento harmônico de todas as potencialidades femininas num mundo construído e dominado pelo macho da espécie.

Se não aparece luzidio, no discurso dos patrões, pais, maridos, noivos e filhos, transmuda-se em eufemismos, surgindo de vez em quando em situações, frases e gestos detectados na rotina do relacionamento homem-mulher.

De certa forma, é o que transparece na proposta do ex-ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, de estender o trabalho noturno à mulher, como um tipo de resposta às suas aspirações de igualdade de condições com o masculino. A medida, do Prieto, é séria

anos. Nesse contexto, o que se espera das mulheres como de resto, de todos os que ousam enfrentar o aparelhamento defensivo do regime, na luta por melhores dias, é a união de todos, sob a mesma bandeira e o mesmo hino, pois todos se encontram no mesmo barco.

A fala nervosa de dona Ana, camponesa aposentada de Mauá, que participou, em março passado, do I Congresso da Mulher Paulista, diz explicitamente aquilo de que mais se precisa: "Eu vou morrer, porque já estou com 60 anos, é demais. Mas deixo a luta para vocês. Se nossos avós, nossos antepassados tivessem se unido mais forte, nós não estaríamos aqui."

da mulher brasileira deve ser uma luta só, pois a situação que se coloca é que, tanto entre as representantes da elite intelectual e empresarial, como entre as trabalhadoras, em geral, a discriminação é o único signo que as aglutina.

E, como a esmagadora maioria da população feminina encontra-se submersa na exploração e sem esperanças de acesso às benesses do sistema, será de todas a luta pelos direitos comuns, enquanto mulheres. Suas reivindicações, colocadas no I Congresso da Mulher Paulista, encontram pontos de interesse de toda a sociedade, e delas particular, daí a necessidade de caminharem juntas de uma situação

como lutas

trabalho igual, igual salário; por melhores salários para todos os trabalhadores; contra o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco; pelo direito e condições sociais que permitam realmente optar por ter ou não ter filhos em bom estado de saúde e demais garantias de vida; direito de greve; equiparação salarial de homens, mulheres e crianças; contra o trabalho noturno para ambos os sexos; que as empresas aceitem pessoas com mais de 35 anos; por melhores condições de vida, moradia e trabalho; pela oportunidade de trabalho para as mulheres casadas; pela garantia de emprego para a gestante e que as mulheres não sejam obrigadas a provar que não estão grávidas quando vão ser admitidas no emprego; pelo fim da educação repressiva e diferenciada entre os

Mulher ainda sofre discriminação

Não foi um caminho fácil, mesmo com pouca idade ela entendeu que falar sobre direitos dentro das fábricas era um ato de resistência. Sader (1988) narra que foi desenvolvido um "sistema de opressão contra qualquer forma de organização e resistência operária nas empresas" (SADER, 1988, p. 73). Esse sistema englobava chefes, encarregados e supervisores, cuja função era a de manter a ordem proibindo discussões sobre política ou sindicato; esse sistema contava com a repressão estatal a fim de eliminar qualquer resistência sindical dos trabalhadores para que se integrassem às políticas patronais. Márcia foi demitida por resistir a esse sistema:

Comecei a minha atuação dentro da fábrica assim, é... mais atuante né porquê... assim eu fiquei desempregada por períodos muito poucos, eu fui de escritório em escritório até eu perder um por justa causa em um escritório que eu trabalhava por causa já... eu já estava aí nessa né eu já estava nesses métodos ver, julgar e agir, eu jogava... eu sabia jogar dominó de dupla, tudo quanto é estratégia de estar perto do trabalhador eu... (risos) e eu aprendi a jogar dominó e eu jogava dominó na hora do almoço com a peãozada, eu trabalhava no escritório, mas eu... e aí, é lógico né, não ia durar muito se a empresa descobrisse que eu estava organizando; aí eu consegui eleger um cara, consegui assim, consegui convencer um cara a sair na CIPA e aí... a gente falava assim: "eu estou acompanhando essa pessoa!" porque a gente pegava uma pessoa e acompanhava ela até ela crescer, assumir... esse era o método da gente que estava na Igreja, sempre acompanhando a pessoa, o crescimento dela e tal (...), só que a empresa me... começou a me sacar né, todo dia jogar dominó!

Apesar dos sistemas de controle, as (os) operárias (os) tinham seus processos de resistências e o objetivo dessa resistência era fazer com que os trabalhadores se sindicalizassem e tivessem melhores chances na luta por seus direitos trabalhistas. Em suas lutas pelos direitos das mulheres dentro das empresas a entrevistada era xingada pelos homens, mesmo dentro do sindicato.

Para Federici (2019) “as bruxas (...) eram mulheres que resistiam à própria pauperização e exclusão social (...). As pessoas que as processavam acusavam-nas de ser encrenqueiras, ter língua ferina, de armar confusão entre a vizinhança” (FREDERICI, 2019, p. 63) e isso era exatamente do que a entrevistada era acusada: de ser uma bruxa, puta, encrenqueira que gostava de arrumar confusão. Não é um paralelo aleatório! Todas as vezes que Márcia se posicionava contra o sistema dentro de alguma empresa em favor das mulheres era esse o tipo de coisas que ela ouvia e, infelizmente, até os dias atuais as mulheres que estão na vida pública continuam escutando.

Márcia
entrevistada

Em suas lutas pelos direitos das mulheres dentro das empresas a entrevistada era xingada pelos homens, mesmo dentro do sindicato.

As bruxas de ontem e de hoje

“as bruxas (...) eram mulheres que resistiam à própria pauperização e exclusão social (...). As pessoas que as processavam acusavam-nas de ser encrenqueiras, ter língua ferina, de armar confusão entre a vizinhança” (FREDERICI, 2019, p. 63)

Deise

entrevistada

Nasceu em 1954 na cidade de Penápolis, morou na região de Araçatuba, Guararapes e depois veio para São Caetano do Sul com treze anos. É a última de doze irmãos e, por isso, a dinâmica da sua infância foi diferente da dos outros irmãos. No momento da entrevista morava em São Bernardo, divorciada, mãe de duas filhas e mulher negra.



O início da caminhada da Deise dentro do universo político se deu com a Gerência de Políticas para Mulheres na prefeitura de São Bernardo do Campo, onde ficou de 2009 até 2012, mas antes disso ficou como coordenadora da Pastoral Operária de São Bernardo e depois como coordenadora da Pastoral Operária da região do ABC. Sua nomeação como liderança sofreu resistência que hoje entendemos ser de caráter sexista:

*Recorte retirado do acervo ProEC

Foi uma discussão, não foi uma coisa simples porque eu, na época, era dona de casa, era mãe e dona de casa e aí só podia homens ser liderança da Pastoral Operária? E as mulheres que eram professoras, as mulheres que eram donas de casa, as pessoas que eram de outras categorias, não eram operárias? Não eram operárias, mas eram trabalhadores e aí nós começamos essa discussão dentro da Pastoral Operária e foi muito interessante porque a gente, a gente conseguiu mudar algumas coisas assim, sabe, e eu fui uma dessas mudanças que como dona de casa, mas eu assumi uma liderança na Pastoral Operária e acho que a gente trabalhou e fez bastante coisa.



**PASTORAL
OPERÁRIA**
A serviço da classe trabalhadora urbana.

“ a burguesia emergente católica manteve a tradição da coesão como clã masculino e patriarcal, colocando a repressão do desejo feminino a serviço da satisfação das necessidades sexuais dos homens e gerando mão de obra abundante; (FREDERICI, 2019, p. 63)

QUEREM ESCRAVISAR O MENOR E A MULHER QUE TRABALHAM

De repente, quando ninguém estava esperando, o governo lançou dois "pacotinhos" sobre os trabalhadores: o projeto de lei autorizando as empresas a utilizar a mulher no horário noturno, o outro reduzindo o salário do menor pela metade. Esses projetos, por serem apresentados pelo Executivo, serão automaticamente aprovados pelo Congresso, cuja maioria dos deputados ainda pertence ao partido do governo, a ARENA. É verdade que, diante das manifestações de repulsa partidas da maioria das entidades dos trabalhadores, o governo anunciou que vai reformular esses projetos. Mas sejam quais forem as modificações que se farão, uma coisa fica bem clara: esses projetos de lei são do interesse dos patrões e, por isso, só eles foram ouvidos a respeito do assunto.

Afirmase isso porque ambos os projetos consagram um retrocesso na legislação trabalhista que outros políticos e legisladores nos legaram. Eis que o trabalho noturno da mulher não existe na legislação em vigor. Trata-se de um direito da mulher conquistado pelo movimento sindical brasileiro de 50 anos atrás.

Igualmente, o direito de o menor ganhar igual ao adulto resultou da pressão do movimento trabalhista daquela época. Assim, hoje o trabalhador menor não pode ser admitido por menos do que o salário mínimo regional, salvo se sua contratação estiver condicionada ao aprendizado mediante de ofício. Nesse caso, ele ganhará 50% do salário mínimo no primeiro ano de empresa, e 75% no segundo e terceiro ano (última lei de aprendizagem). No entanto, para ser o

trabalhador menor como aprendiz, a empresa deve fazer prova disso no Ministério do Trabalho. E essa prova é feita com certidão da escola profissionalizante onde o menor estiver estudando. Além disso, a jornada de trabalho do menor aprendiz não pode ser superior a 6 horas.

BURLAS DAS EMPRESAS

O pretexto invocado para acabar com o direito de o menor ganhar igual ao adulto, foi a burla reiterada das empresas à lei atualmente em vigor. Alegou-se que as empresas violam essa lei, colocando menores como aprendizes em trabalho que não demanda nenhum aprendizado. Dessa forma, conclui o governo que, se a lei não é respeitada, o melhor é extingui-la de uma vez: todos os menores ganharão metade do salário mínimo e não haverá mais esse problema de distinguir entre os que estão aprendendo o ofício ou não....

FIM DOS DIREITOS

A lei do menor que se pretende apagar agora existe há 3 anos. A história da sua extinção é recente e a seguinte: logo após 1964, quando se instalou no país o regime político atual, vigorava a lei que determinava o pagamento do salário do adulto ao menor. Essa lei vinha do plano de 1937, mas houve algumas alterações, por iniciativa do movimento sindical de 1917/20. O primeiro governo da chamada

Revolução de Março, na sua furia de liquidar com os direitos dos trabalhadores, substituiu essa lei pela que reduzia o salário do menor pela metade. Há três anos, graças ao movimento de protestos que os sindicatos vinham fazendo, o presidente Getúlio fez vigorar a antiga lei de antes de 64. Agora, querem fazer a legislação do menor regressar ao negro período de 1964/66, numa tentativa de retirar dos trabalhadores mais um de seus direitos.

A mesma coisa acontece com o trabalho da mulher. Querem novamente colocá-la na condição de serva do patrão, pois a noite ela será muito mais explorada do que durante o dia.

NOSSOS PROTESTOS

As direções sindicais já formularam muitos protestos contra esses novos plágios dos patrões e do governo. Mas isso não é o suficiente para deter o avanço da exploração desumana da classe patronal.

Faz-se necessário que os trabalhadores, independentemente das providências formais dos sindicatos, organizem-se e se mobilizem em defesa dos seus direitos e conquistas. Comecem, pois, a discutir o problema com os colegas, aí dentro da fábrica, e convidem todos a formar um comitê de defesa, ou uma simples comissão de empresa que, em contato com o Sindicato, estudará a fórmula de fazermos chegar até o governo os protestos da categoria de cada fábrica.

Como Coordenadora organizava a Semana do Trabalhador, uma semana voltada para a formação política e social das (os) trabalhadoras (os), quando eram convidadas pessoas para falar sobre a conjuntura e sobre a organização dos trabalhadores. Também ia para as comunidades da região para conversar com as pessoas sobre "como funciona a sociedade, sobre a exploração do capitalismo e sobre o trabalhador como sujeito". Frederici (2019) coloca que a burguesia emergente católica manteve a tradição da coesão como clã masculino e patriarcal, colocando a repressão do desejo feminino a serviço da satisfação das necessidades sexuais dos homens e gerando mão de obra abundante; em uma época ditatorial onde o governo buscava se aliar com a Igreja, não seria diferente a resposta referente à candidatura de uma mulher negra em um grupo onde se defendia justamente os trabalhadores e trabalhadoras. A resistência era tanto por ser uma mulher, quanto por ser uma mulher negra, uma combinação que desagradava a muitos dentro do grupo; ainda assim, ela se manteve firme, defendeu seu posicionamento/sua candidatura e saiu vitoriosa.

Ao chegar na prefeitura de São Bernardo à frente de um órgão voltado para políticas para mulheres, Deise percorreu um caminho de engajamento na luta pelos direitos femininos e com recorte racial, que não tinha sido realizado até então.

Mulher quer igualdade

A questão racial ficou mais forte quando fui trabalhar em políticas públicas que aí a gente não consegue trabalhar, pensar em trabalhar, fazer políticas para as mulheres sem fazer um recorte de raça porque em tudo que a gente vai ver, assim, os piores índices são sempre as mulheres negras, então você vai falar de mortalidade materna quem mais morre... quem mais é atingida por mortalidade materna são as mulheres negras, por uma questão cultural, porque acha que a mulher negra é boa parideira, porque não sei o que, uma série de coisas né; [...]

[...] você vai para a questão do emprego, de promover a inserção no mercado de trabalho as que mais... o número maior de desempregadas e que tem um acesso à formação mais difíceis são as mulheres negras, maioria das trabalhadoras domésticas são negras, então assim, não dá para pensar em política pública, não dá para pensar em ação é... para promover igualdade de gênero sem promover igualdade de raça, sem considerar a questão de raça porque todos os índices ruins de exclusão as mulheres que são maioria, as mulheres negras que são maioria, são as que mais morrem de violência doméstica, são as que mais morrem de mortalidade materna, são as que mais ficam desempregadas, são as que ganham menos, nos programas sociais a maioria das mulheres que recebem bolsa família, por exemplo, são mulheres negras, então quando eu comecei a trabalhar com políticas públicas é que eu comecei a me inteirar mais e a articular melhor, mas acho que pessoalmente, antes disso, eu acho que a questão racial... as mulheres negras sempre me inspiraram muito.

Como mulher negra essas questões estavam muito presentes no seu cotidiano e entender as dificuldades e buscar desenvolver políticas com o viés raça foi uma forma de buscar a equidade entre as mulheres dentro de um contexto de políticas públicas.

**AINDA QUE SEJAMOS
CHAMADAS DE
OBSTINADAS,
BRUXAS E
OUTRAS COISAS,
NÃO PODEMOS DEIXAR
DE PROTESTAR, NÃO
PODEMOS DEIXAR DE
BUSCAR UMA NOVA
REALIDADE PARA NÓS E
PARA AS OUTRAS
MULHERES.**



considerações finais

Desde a Idade Média, as mulheres que resistem aos sistemas social e econômico impostos pela burguesia dominante são chamadas de bruxas. No presente trabalho as entrevistadas tem trajetórias singularidades, mas, de certo modo, expressam histórias de um grupo social localizado em um espaço e tempo, região do ABC nas décadas de 1970/1980, período ditatorial brasileiro.

Apresentamos um fato marcante da vida de cada entrevistada e o que podemos concluir é que: qualquer que seja a forma e local de luta, o fato de ser uma mulher resistindo ao papel designado pela sociedade para sua vida, faz com que ela seja agredida verbalmente e até fisicamente, da mesma maneira que as bruxas eram na Idade Média. Demonstrar descontentamento com a vida imposta pela burguesia dominante é romper com a ordem social determinada pelo capitalismo e isso é inaceitável.

Ainda que sejamos chamadas de obstinadas, bruxas e outras coisas (nós, mulheres, conhecemos bem o repertório!), não podemos deixar de protestar, não podemos deixar de buscar uma nova realidade para nós e para as outras mulheres.

referências

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. Revista de História, n. 114, 1983.

FREDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa. São Paulo: Elefante, 2017.

FREDERICI, Silvia. Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais. São Paulo: Boitempo, 2019.

KLINK, Jeroen Johannes. Cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC. São Bernardo do Campo: Lamparina, 2001.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021. 3 ed.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988/2010

*Recortes retirados do acervo ProEC



EM PARALELO À “ITALIANADA”:

Grupos Nacionais e Pobres no Antigo Município de Vila de São Bernardo

Lucas Silva Gazinhato¹

Maria Gabriela Silva Martins Cunha Marinho²

(1889-1938)

¹ Doutorando no programa de Ciências Humanas e Sociais (UFABC) Mestre em Ciências Humanas e Sociais (UFABC). Graduado em História (FSA).

² Doutora em História Social (USP), mestre em Política Científica e Tecnológica (Unicamp), graduação em Comunicação Social (UFMG-IMSP). Professora e Coordenadora do Núcleo de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal do ABC (NCTS-UFABC).

TIÃO RISONHO





Procura de emprego, uma rotina para quatro entre dez trabalhadores

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar fragmentos do cotidiano de grupos nacionais e pobres no município de Vila de São Bernardo no seu período de vigência como território, que abarcava o atual conjunto de cidades que formam o ABC paulista (1889-1938). O artigo propõe um estudo que busca o paradeiros de outros grupos de trabalhadores, além do imigrante de origem europeia: negros, indígenas, mestiços e cablocos que ficaram à margem desse processo de modernização industrial, pouco ou nunca citados nas obras de historiadores, memorialistas e sociólogos sobre a região do ABC. A partir dos argumentos acima, coloca-se a seguinte questão: como viviam trabalhadores e trabalhadoras na-

cionais e pobres do município de Vila de São Bernardo no período de 1889 a 1938? Como metodologia mais pertinente, adotou-se a perspectiva histórica dos Estudos Culturais que trabalha com a identificação e busca de fragmentos de vida de grupos sociais subalternizados, entre os quais se inserem os nacionais e pobres, aqui abordados. Encontramos sua presença na região de maneira ativa que, apesar das poucas citações, apresenta-nos vida, vivências e experiências muito ricas para melhor se compreender a história do ABC paulista.

palavras-chave

ABC paulista. Cultura popular. Pobreza. Trabalhadores nacionais.



Paço Municipal de São Bernardo do Campo em 1979

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar fragmentos do cotidiano de grupos nacionais e pobres no município de Vila de São Bernardo no seu período de vigência como território, que abarcava o atual conjunto de cidades que formam o ABC paulista (1889-1938)³. Esses fragmentos foram retirados de obras e textos sobre a região que majoritariamente tinham como propostas analisar os processos de formação dos municípios da região do ABC, sua urbanização, industrialização e processo de imigração europeia.

O interesse na temática se formou pela averiguação de poucas referências aos grupos nacionais pobres na região do ABC paulista durante o período proposto. Ao realizar leituras que abordam a região anteriores ao recorte proposto, é possível encontrar breves

Fonte: Máquinas Paradas | Fotógrafos em Ação (foto de Roberto Gervitz)



citações a esses grupos, em especial os de etnia indígena, negra e mestiça (SANTOS, 1992, BARBOSA, 1975, BOTACINI, 1979).

Mas não há nenhum trabalho que tenha como foco analisar esses sujeitos no período de interesse, em termos de cotidianos, permanência ou desaparecimento da região⁴.

*Sociólogo diz
que cultura do
trabalho é a
marca
do ABC*

Vila de Souza
Recorte de manchete do
Diário do Grande ABC (1990)

³ O recorte temporal, apesar de justificado, não limita o desenvolvimento do texto. Portanto, alguns fatos e citações referem-se em períodos um pouco anteriores ou posteriores ao recorte de 1889 a 1938, sem com isso tirar do contexto proposto neste artigo.

⁴ Em relação a períodos anteriores, é relevante citar dois trabalhos dos quais abordam questões referentes à vida de escravizados e ex-escravizados na região: O texto de José de Souza Martins de sobre a escravidão em São Caetano do Sul, em especial nas fazendas beneditinas (MARTINS, José de Souza. A escravidão em São Caetano, 1598-1871. Associação Cultural, Recreativa e Esportiva Luíz Gama, São Caetano, 1988); e a pesquisa de Luiz Gonzaga Piratininga Júnior sobre a vida de seu antepassado, Nicolau Piratininga, ex-escravizado de uma fazenda beneditina da região (PIRATININGA JÚNIOR, 1991).

Usamos a alcunha de “nacionais” porque são assim chamados pelas ciências humanas os grupos de nosso interesse, em especial a parcela pobre da população, “negros, índios, mestiços, pretos, pardos, cablocos, caipiras, mulatos, nativos, brasileiros, os da terra.” (SANTOS, 2003, P. 15).

No período abordado, costumavam exercer atividades fora das relações estabelecidas aos imigrantes europeus, ou se as executavam, eram colocados na escala mais baixa, tanto salarial como nas relações de trabalho⁵.

⁵ No mundo rural, por exemplo, muitas vezes esses grupos exerciam trabalhos no interior das grandes fazendas, como peões ou capangas. Eram contratados também para a preparação do terreno de propriedades que se tornaram médios ou grandes latifúndios, cortando mato ou queimando e limpando o solo (MARTINS, 1993) A respeito da atuação na indústria, a sua presença era encontrada nos ofícios mais simples e, com raras exceções, em minoria no ambiente fabril. Além disso, possuíam menor remuneração, dada a preferência pelo imigrante, principalmente o italiano, como mão de obra industrial (SANTOS, 2003, JANOTTI, 1999).

A partir dos argumentos apresentados, e com base em obras historiográficas, memorialistas e sociológicas sobre o ABC paulista, coloca-se a seguinte questão:

Como viviam trabalhadores e trabalhadoras **nacionais** e pobres do município de Vila de São Bernardo no período de 1889 a 1938?



Como metodologia mais pertinente, adotou-se a perspectiva histórica dos Estudos Culturais que trabalha com a identificação e busca de fragmentos de vida de grupos sociais subalternizados, entre os quais se inserem os nacionais e pobres, aqui abordados. Nessa direção, trabalhou-se em especial as contribuições de E.P. Thompson e Carlo Ginzburg.

Em primeiro lugar, Thompson define a noção cultural de uma classe e as bases para a sua formação. Pela construção de experiências comuns, sujeitos formam identidades mútuas e em diferentes contextos históricos confrontam outras classes com interesses distintos. Busca-se aqui, portanto, analisar, como esses grupos, em um contexto de marginalização, fizeram parte de um núcleo específico da Classe Trabalhadora da região, alinhando-se tal abordagem com a perspectiva desenvolvida por Thompson.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de suas experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.

(THOMPSON, 2020, P. 10)



Fonte: Máquinas Paradas | Fotógrafos em Ação (foto de Renato Tapajós)

Por outro lado, tais grupos de trabalhadores nacionais têm sido duplamente marginalizados. De um lado, no contexto histórico específico. De outro, também na produção de obras históricas que abordam o ABC. Desse modo, a busca por suas experiências e modo de vida deve ser realizada levando em conta a fluidez de sua presença em fontes e documentos. A pesquisa passa, portanto, a perseguir pistas, mesmo mínimas, deixadas nos documentos disponíveis, levando em conta pequenos detalhes, fragmentos e relatos de terceiros (GINZBURG, 1989). Desse modo, as contribuições da micro-história, especialmente seu interesse pelos acontecimentos cotidianos, remotos e frágeis, presentes nas fontes disponíveis, tornam-se

uma ferramenta importante para o resgate de vivências tão escassas nas pesquisas. Contudo, a redução da escala na análise dos acontecimentos históricos não oblitera o contexto mais amplo, no caso, a sociedade brasileira no início de sua "modernização" mais intensa. Pelo contrário, contribui para que se entendam as experiências, vivências e particularidades de grupos fora da perspectiva padrão e da narrativa oficial (REVEL, 1998).



Em São Caetano 15 grevistas foram presos nas proximidades da Dall'Anese

Os estudos que tiveram como atenção a análise de grupos sociais "excluídos" e "marginalizados" ⁶ de certos contextos históricos também contribuiram para a análise aqui empreendida. O estudo dos "excluídos" tende a buscar pelas parcelas da população majoritariamente esquecidas ou deixadas de lado pela história hegemônica produzida pelas elites sociais e econômicas (PERROT, 1988, LAPA, 2008,

SANTOS, 2003). Em muitos momentos, quando esses grupos "excluídos" surgem nas linhas dos textos da historiografia "oficial", sua presença se dá em apontamentos negativos, depreciativos ou alarmantes, como nas descrições de revoltas populares e mobilizações coletivas, observadas como amontoados acéfalos de turbas violentas (RUDÉ, 1991).

⁶ O uso de terminologias como "excluídos", "marginalizados", "protoprolariado", entre outros, costuma ser bastante debatido nas ciências humanas, principalmente por causa das características e definições de cada termo



São Bernardo do Campo, 400 mil habitantes e todos os contrastes

1 A construção do ABC industrial no início do século XX

Apresentado o arcabouço teórico-metodológico, optou-se por organizar a presente análise a partir de três seções:

1

Na primeira, encontra-se sistematizada a historiografia acerca da constituição da região do ABC paulista. Trata, principalmente, do período da Vila de São Bernardo como pólo de urbanização e industrialização, e o processo de chegada e inserção de imigrantes europeus.

2

Na segunda seção, estão arroladas as informações sobre a presença dos grupos nacionais e pobres antes do período de industrialização e urbanização.

3

Por fim, o terceiro segmento analisa fragmentos dessa presença no contexto temporal destacado, em especial sua dinâmica na rotina e na vida dos distritos do Município de Vila de São Bernardo.

Octaviano Gaiarsa apresenta um interessante apanhado de informações sobre o possível surgimento da denominação ABC paulista e outros termos usados para designar o conjunto de cidades que se formaram do município de Vila de São Bernardo:

Uma frase histórica – Foi o jornalista Paulo Zingg, Diretor da “Folha do Povo” que, pela primeira vez usou a expressão “triângulo de João Ramalho” para designar a comunidade dos três municípios da região industrial e que durante vários anos foram governados por três prefeitos amigos e perfeitamente entrosados na tarefa de dirigir os seus destinos.

A expressão “ABC” parece dever-se um dos colaboradores do mesmo jornal, Dario de Lorenzo, “que em certa ocasião publicou um artigo sob o título de “1952 e o ABC”. Daí por diante, a expressão “Triângulo do ABC” ou “Triângulo de João Ramalho”, generalizou-se e ficou consagrada. Mais tarde foram criadas outras, “Pentágono Industrial” ou “de João Ramalho”.

(GAIARSA, 1968, P. 232) (Grifo nosso)

* para serem atribuídos a parcelas de grupos sociais (SANTOS, 2009). Muitas vezes, essas nomenclaturas estão relacionadas a perspectivas questionáveis, pois analisam certos grupos como deixados de fora das relações econômicas e sociais de um determinado local, o que costuma ser uma afirmação imprecisa, já que grupos ou classes mais pobres estão inseridos em dinâmicas distintas que outros economicamente mais possuídos (Idem).

Desse modo, é possível verificar o surgimento do termo ABC no início da década de 1950, elaborado por Dario de Lorenzo do jornal "Folha do Povo". Além disso, outros termos que tinham como objetivo designar a região, como "Pentágono Industrial", estiveram relacionados com o crescimento da industrialização.

A ênfase na questão da indústria relaciona-se diretamente com a história da região. O processo de industrialização estimulou a urbanização de certas partes do município da Vila de São Bernardo, principalmente devido à construção das linhas ferroviárias no final do século XIX. Tal processo imbrica-se ao fluxo e instalação de imigrantes europeus para o trabalho em fábricas e no setor rural. Segundo John French, a partir do início do século XX, duas fábricas de produtos têxteis se instalaram no distrito de Santo André, demarcando o processo de desenvolvimento industrial da região (FRENCH, 1995). A partir daí, passou a atrair ondas migratórias de trabalhadores europeus que se dirigiram para São Paulo desde a segunda metade do século anterior, destinadas em sua maioria como mão-de-obra nas fábricas (Idem) ⁷. A região abrigou, dessa forma, grandes complexos industriais de empresários destacados entre as elites paulistas, como as fábricas das famílias Matarazzo e Simonsen.

⁷ Registre-se que Newton Ataliba Barbosa aponta a existência de duas fábricas em São Caetano fundadas no século anterior: Fábrica de Sabão e graxa (1876) e Fábrica de formicida paulista (1890) (BARBOSA, 1975).

Em decorrência, alguns distritos do Município da Vila de São Bernardo aumentaram de tamanho e se projetaram, como se deu, por exemplo, com a mudança do nome da região para Santo André em 1938, recompondo um novo quadro territorial, como apontado anteriormente. Tal mudança, respondeu em grande medida ao desenvolvimento do distrito de Santo André, que apresentava o maior número de prédios no município em 1935, com 3.299 (GAIARSA, 1938).

Fábrica de móveis e cadeiras em São Bernardo do Campo na década de 1920





O trabalhador não entra em greve porque quer. Ele entra quando seu salário não dá nem para manter um mínimo de dignidade. E a situação exigia diálogo. Os patrões vieram com posição fechada e só restou a greve.

A região também não ficou aquém das movimentações operárias. No início do século XX, houve várias paralisações de trabalhadores e trabalhadoras das fábricas, majoritariamente influenciados pelo anarquismo, principalmente as vertentes anarco-sindicalista e anarcocomunista. Em fevereiro de 1906, ocorreu a greve do Ipiranguinha, considerada por John French a primeira de grande impacto no município. Assim o autor descreve o contexto que a greve ocorreu:

Com o incremento da industrialização brasileira a partir da década de 1930, a região vivencia igualmente o processo, considerado "redentor" por figuras como Robert Simonsen, que viam na industrialização massiva do país a solução para seus males sociais e políticos (DECCA, 1981).

Ainda segundo French, com base em dados estatísticos, a população do município da Vila de São Bernardo saltou de 25 mil pessoas em 1920 para 60 mil em 1934 a ocupação de mão de obra na indústria era 4.316 na década em 1920 e de 6.409 no ano de 1934 (FRENCH, 1995).

A greve do Ipiranguinha, que começou a 23 de fevereiro de 1906, foi uma ação muito consciente de operários qualificados empreendida pelos 150 tecelões da fábrica, irritados com o fato de a administração não haver revogado a recente redução que havia feito nas taxas por peça acima da média que lhes eram pagas anteriormente. A greve de um mês dos tecelões demonstrou a coesão desses operários qualificados e a certeza que tinham de ser indispensáveis: os tecelões não se opuseram quando o proprietário reabriu a seção de fição da fábrica porque "não consideravam [a reabertura] prejudicial a sua causa" (Idem, P.20)

A paralisação de **um mês** demonstra já uma organização de **trabalhadores imigrantes qualificados**, os quais tinham consciência de **conceitos referentes a taxas e do fruto de seu trabalho.**



*Fotos retiradas do acervo AMA-A ABC

A partir daí, podemos citar outras movimentações de operário nas primeiras décadas do século XX: A adesão de operários das fábricas da região pela redução da jornada de trabalho em oito horas (1907); A paralisação dos canteiros na divisa entre Mauá e Ribeirão Pires (1913-1914).

E a passeata dos trabalhadores da fábrica do Ipiranguinha em 5 de maio (1919), que resultou no trágico assassinato do operário Constantino Castellani, morto pela polícia⁸ (FRENCH, 1995, MEDICI, 1987, GAIARSA, 1968, COSTA, 2020).

Esses acontecimentos estão dentro de um contexto histórico da luta por melhores condições de trabalho para a Classe Trabalhadora e mais direitos, que carrega um forte legado desde os dias atuais.

⁸ Para mais informações sobre a morte de Castellani, veja a pesquisa recente realizada por Jairo Costa no 100º aniversário do ocorrido (COSTA, 2020).

BRAÇOS CRUZADOS MÁQUINAS PARADAS

Fonte: Máquinas Paradas | Fotógrafos em Ação
(recorte da fotografia de Roberto Gervitz)



Fonte: Máquinas Paradas | Fotógrafos em Ação (foto de Roberto Gervitz)

Podemos identificar como a região do ABC, no período do município de Vila de São Bernardo, foi influenciada pelo processo de desenvolvimento industrial, nesse início do século XX focado na região Sudeste do Brasil. A vinda de imigrantes europeus, em sua maioria italianos, ocasionou a formação de novos bairros e empreendimentos. Isso ocasionou o resgate desse recorte histórico de uma região do ABC atrelada exclusivamente ao universo da indústria e da imigração européia.

Mapa do município de Vila de São Bernardo (1938)



Fonte: FRENCH, 1995, P. 65

Observando a mapa, notamos que a região, mesmo estando em meio a um intenso processo de urbanização no período, continha traços de uma sociedade rural, em especial os conflitos regionais característicos da política do coronelismo, a exemplo das figuras dos coronéis José Luiz Flaquer, Agenor de Camargo e João Batista de Oliveira Lima (PETROLLI, 1983).

Interessante destacar que, segundo John French, o município de Vila de São Bernardo ainda no início dos anos 1930 continha fortes traços de uma sociedade rural e extrativista, com pouco acesso às estradas de ferro, com exceção das regiões que viriam a ser futuros municípios, como Santo André e São Caetano, que continham polos industriais em expansão, como mencionado anteriormente.

Além disso, existiam outras vivências em paralelo nos distritos e bairros "industriais", grupos que estavam presentes antes desses processos, que ficaram à margem da história local.

2 Negros e indígenas - origens sociais na região

Newton Ataliba Madsen, ao analisar a densidade populacional da região que veio a ser chamada de ABC paulista na transição do século XVIII para XIX apresenta alguns dados instigantes

A povoação ao seu redor cresceu, e em 1776 contava com 994 habitantes, provavelmente "imigrantes" na sua maioria, crescendo para 1.345 em 1813.

O censo de 1822 era de 864 brancos, 456 mulatos e 587 pretos, num total de 1.907 habitantes (não incluindo índios periféricos) o que demonstra que também havia acontecido uma "imigração" de africanos para a região de São Bernardo

(BARBOSA, 1975, P. 19)

É possível observar que mais da metade da população da região nesse período era composta de negros e mulatos, podendo ser maior, dadas as discussões sobre etnia serem muito carregadas pelo racismo, em especial a escravizados e ex-escravizados.

É importante destacar a existência das duas fazendas da ordem beneditinas existentes na região, uma em São Caetano e outra em São Bernardo, que utilizaram a mão-de-obra de escravizados por mais de dois séculos (1631-1871). Na maioria africanos, com uma pequena porcentagem de indígenas, essas duas fazendas usaram de trabalho dos escravizados para produzirem mercadorias como louça, telhas e tijolos (PIRATININGA JÚNIOR, 1991). A abolição de escravizados na região ocorreu em dois momentos anteriores a 1888:

O primeiro em 1871, quando os padres da ordem de São Benedito deram a liberdade para todos os escravizados sob seu

julgo (Idem); e 1879 por pressão de José Luiz Fláquer, médico respeitado da região, que era adepto do pensamento Republicano e Abolicionista. A exigência veio para a sua permanência na região, pois havia recebido uma proposta de trabalho em São Carlos (MEDICI, 1987).

Com a liberdade, alguns ex-escravizados e seus descendentes permaneceram na região, sobrevivendo em sua maioria do trabalho agrícola (Ibidem). Outros migraram para a região central de São Paulo, formando fortes vínculos sociais e comerciais com o seu entorno, a exemplo da família Piratininga, cuja a figura paterna, Nicolau, havia sido escravizada pela ordem beneditina em São Caetano (Ibidem).



A VILA QUE VIROU METRÓPOLE

Fonte: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sma/atlas/cultura-e-historia-a-vila-que-virou-metropole>

A questão do indígena é também importante destacar, já que, mesmo não sendo contabilizada, sua presença era notada. E analisando registros mais antigos, pode-se averiguar uma significativa presença de populações indígenas, inclusive sendo elas as responsáveis pela extinção da unidade municipal de Vila de Santo André da Bor-da do Campo, primeiro núcleo de colonos da região, em meados do século XVI (BARBOSA, 1975, SANTOS, 1992, GAIARSA, 1968).

A dispersão se deu pelos constantes conflitos entre as populações indígenas que já habitavam a região (Idem). Esses grupos sofriam desde o início do processo de colonização com as campanhas de

exploração portuguesa, principalmente com a ação dos bandeirantes.

Outro fator importante referente aos povos indígenas em São Paulo e na região do ABC consiste em sua contribuição para a formação da classe de camponeses pobres da região.

Com o cumprimento e regularização de leis que proibiam a escravização de indígenas na região por ordens da coroa portuguesa, utilizados principalmente durante o século XVII, muitos grupos⁹ ficaram alocados em aldeamentos das ordens religiosas dos jesuítas e capuchinhos (MONTEIRO, 2022, JECUPÉ, 2020).

Além disso, o fim da escravidão indígena causou a pobreza de colonos europeus que usavam de sua mão de obra para a produção de bens de subsistência para o consumo interno da região.

(MONTEIRO, 2022)

⁹ A composição étnica dos indígenas em São Paulo no período em questão era formada por dois grupos: oriundos da região, em sua maioria das etnias dentro do grupo dos Carijós, que eram hostis aos bandeirantes; e grupos trazidos de outros locais do país para a escravização (MONTEIRO, 2022, JECUPÉ, 2020).

Com o tempo, descendentes destes dois grupos, em especial os indígenas, começaram a compor a chamada população "cabocla", grupos de trabalhadores rurais pobres que exerciam atividades de subsistência, como por exemplo, o corte e a venda de lenha. Veremos mais adiante sua presença no município de Vila de São Bernardo, nas regiões de São Caetano e Mauá.

Com base no que apresentamos acima, é possível verificar como a região era composta, antes do período do início da chegada de imigrantes europeus, de outros grupos, frutos principalmente da escravização de africanos pela ordem beneditina e de povos indígenas, locais e trazidos de outras regiões do Brasil.



Fonte: POPULAÇÃO CABOCLA EM UM ESPAÇO DE FRONTEIRA: PAISAGEM E USO COMUM DA TERRA NA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA DE SANTA CATARINA (SÉCULOS XIX E XX)

Mas será que estes grupos nacionais desapareceram com o limiar do ABC Industrial e imigrante do século XX?

Veremos a seguir alguns fragmentos de sua presença na região.

3 Nacionais pobres em paralelo a “italianada”

A construção de uma memória sobre o ABC que se “formou” de fato no final do século XIX e início do XX pela industrialização e a mão-de-obra imigrante, excluindo majoritariamente grupos pobres e nacionais, coincide com outras discussões que cruzam as obras historiográficas das últimas déca-

das sobre outros contextos. Em pesquisa realizada sobre as populações pobres e nacionais habitavam o centro de São Paulo no período de 1890 a 1915, Carlos José Ferreira dos Santos, com base em análises de fontes documentais e fotográficas, conclui que o desaparecimento desses sujeitos da história da cidade ocorreu devido ao processo de “modernização” e branqueamento da cidade, que tentou os expulsar de sua região central (SANTOS, 2003). Mas, como o autor aponta, os trabalhadores nacionais estavam presentes na formação da paulicéia moderna, mesmo com a lógica de exclusão política do período. A resistência por meio da cultura deixou as marcas de suas práticas no centro da cidade durante o período e nos dias atuais (Idem).

abcd
abcd
abcd
abcd



Charge Revolta da Vacina

José Murilo de Carvalho na obra *Os Bestializados* aponta como a visão sobre um “povo” politicamente ativo no início da Primeira República estava relacionada a concepções europeias e liberais sobre participação política, não levando em conta a realidade nacional (CARVALHO, 1987). Analisando acontecimentos como a Revolta da Vacina de 1904, Carvalho co-

menta como os interesses e visões das Classes Populares não eram as mesmas das elites, o que tornou sua atuação política ignorada ou não enxergada da maneira que as elites esperavam (Idem). Então, o “povo” que foi mais cabível para as concepções sobre população nos moldes modernos, seriam os imigrantes europeus, que viriam já “instruídos” pela civilidade dos países europeus¹⁰, apesar dos “frutos podres” do movimento operário citados anteriormente.

¹⁰ Questões a respeito da preferência de europeus frente a populações nacionais também se encontram na gênese da Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916), na região sul do Brasil. Com a chegada de imigrantes vindo majoritariamente da Alemanha, muitos camponeses “caboclos” tiveram suas terras desapropriadas pelos governos do Paraná e de Santa Catarina para dar aos grupos de trabalhadores recém chegados da Europa (MACHADO, 2004).

A respeito da região do ABC, o jornalista, Ademir Médici, em obra que reúne reportagens sobre a formação de São Bernardo do Campo, a partir de testemunhos dos moradores, traz a lembrança de uma figura distinta

Rafael Preto morreu na metade dos anos 50. No Alvarenga. Com 120 anos. Rafael era um homem bom, sábio no seu analfabetismo, estimado. Rafael, cujo nome completo era Rafael de Souza Pereira, foi escravo e sempre dizia que havia sido vendido três vezes

(MEDICI, 1984, P. 66)

A descrição da figura de Rafael de Souza Pereira, conhecido como Rafael "Preto", aponta para a remanescente do passado escravista da região, como mencionado acima.

Trabalhadores negros no ofício de catadores de lixo



Fonte: Nem tudo era Italiano... (Carlos José Ferreira dos Santos)

A existência de escravizados é algo presente e apontado nas obras sobre a região, mas o seu paradeiro e de seus descendentes após a abolição, principalmente os que permaneceram na região, é fator de pouco conhecimento.

Em outro trabalho de Medici, De pilar a Mauá, surgem duas histórias distintas. nos depoimentos do barbeiro Fiore Fiorelini

Tem também a história do Geracuçu, mistura de Geraldo e cobra jararacuçu. Era o único preto da cidade e adorava beber. Gostava do Fiore e queria ser seu padrinho. E era bravo. Todos o temiam. Geracuçu chegava num armazém e tinha que rezar o Credo de traz para a frente para que o dono abrisse as portas e lhe servisse cachaça.

De outra feita foi muito comentada a morte de outro negro, de pés enormes e que não tinha sapatos. Na hora do sepultamento não queriam enterrar o negro sem calçados. O par de sapatos comprado não entrava nos enormes pés do falecido, principalmente porque ele tinha enormes unhas. Fiore se apresentou para cortar as unhas, usando uma faca. Alguém comentou: - Não corta não Fiore, porque dói...

(MEDICI, 1987, P. 140)

Os dois relatos, além de mostrarem a presença de outros sujeitos que não os imigrantes europeus, também apresenta elementos de descrição fortemente vinculados ao chamado

racismo anti-negro,

conjunto de atributos negativos elencados a populações de origem africana e seus descendentes (ROSA, 2014). Os pés descalços, a embriaguez, aparecem como maneira de diminuir os grupos, principalmente se comparados com pessoas brancas.

Além disso, por ser um testemunho, e sua relação com a memória, também observamos uma contradição na fala de Fiorelini, pois em um primeiro momento comenta ser Geracuçu o único negro da cidade, mas logo aponta a existência de outro, que havia falecido.

Ainda sobre os grupos nacionais, José de Souza Martins, em um texto sobre os imigrantes italianos pobres da região que viria a ser São Caetano do Sul, comenta sobre o ofício da extração de madeira em fins de 1870. Segundo ele, tal profissão era, para os imigrantes,

“[u]m sinal bem nítido de um retrocesso de alguns colonos para a economia marginal da população cabocla da região, parte da qual vivia desse tipo de extrativismo desde o século XVIII”

(MARTINS, 1991, P. 21) (grifo nosso)



Foto utilizada por Carlos José Ferreira dos Santos para a identificação da população negra

Martins revela a presença de uma população “cabocla”, que vivia da extração de madeira, atividade considerada como “marginal”, provavelmente devido a sua baixa remuneração.

“Esse foi, também, um período muito tenso da história local, envolvendo confrontos entre italianos e não italianos. É difícil estabelecer uma relação de causa e efeito entre a crise agrícola e as tensões sociais. Mas, os conflitos são muito indicativos do ambiente de crise que havia no lugar. No dia 20 de setembro de 1887, o jornal

A PROVINCIA DE SÃO PAULO

noticiava que,

'Em S. Caetano houve anteontem (domingo) grande barulho, cacetadas, facadas, etc., até dentro da capela. Os colonos desavindo-se com os empregados da olaria do Sr. Samuel Mesquita, travaram tremenda luta, havendo facadas, cacetadas e tiros. (...)'

Um ano depois, o chefe de polícia informava que no dia 13 de agosto, uma segunda-feira, 'na colônia de S. Caetano houve grande desordem motivada pelo jogo', envolvendo brasileiros. A ponto de que, pouco depois, em setembro de 1888, Cármine Barile foi nomeado inspetor-de-quarteirão de S. Caetano pelo delegado de polícia do Brás. (Idem, P. 21 e 22)



Recorte do jornal A Província de São Paulo

A citação acima mostra um clima de tensão entre imigrantes italianos e grupos locais. A diferença de visão social pode ter sido um dos motivadores, pois percebemos uma visão por parte de alguns imigrantes que viam as populações nacionais como "atrasadas" em comparação aos recém-chegados, a exemplo da atividade econômica do corte de madeira, como visto acima. A observação do chefe de polícia sobre a desordem causada por brasileiros por causa do jogo é um ponto interessante de se observar, dado a especificidade de seu apontamento a esse grupo social. É possível encontrar na memória dos moradores da região de Pilar, que veio a ser tornar o municí-

pio de Mauá em 1954, outras visões sobre essas populações pobres nacionais. As recordações de Godofredo de Godoy registrada pelo jornalista Ademir Medici destacam a vida no bairro do Pilar no final do século XIX. Sobre as primeiras atividades econômicas locais, ele aponta o seguinte

Os caboclos cortavam lenha e mandavam em mucutas para São Paulo. Mucutas, ensina Godofredo de Godoy, eram argolas de cipó recheadas de lenha e amarradas com mais cipó. Serviam para uso em fogões de lenha.

(MEDICI, 1987, P. 28)

Nesta passagem, novamente encontramos a atividade do corte de madeira feita por trabalhadores "caboclos". A citação também traz um fator muito importante para compreendermos a economia desses grupos: a venda da madeira cortada para a capital. Isso representa uma dinâmica que vai além de uma simples economia de subsistência, e demonstra a partição desses sujeitos na economia da região. Mais adiante, com bases nessas recordações, Medici remonta como era a situação das propriedades locais:

As terras não tinham valor, pertenciam aos brasileiros. Os Cyrillo e os Fiorelini compraram seu sítio, início do século, por 400 mil réis. Costumava-se dizer que os proprietários vendiam suas terras a troco de uma garrafa de pinga, um lenço vermelho e um chapéu largo

(Idem, 1987, P. 75) (grifo nosso)

O trecho reforça o estereótipo da população local como atrasada. A propriedade dos "brasileiros" não tinha valor, até serem compradas pelos imigrantes. Talvez o ponto marcante seja a expressão de que aqueles trocavam sua propriedade por coisas fúteis, como uma garrafa de bebida alcoólica, por exemplo.

Em outra parte do texto, uma observação sobre o cotidiano da região em meados da década de 1920 chama a atenção

Nas casas, o último que chegava é que fechava a porta. As pessoas eram todas conhecidas. Até pelo vulto se conhecia as pessoas. Brigas ocorriam só quando de bebedeiras ocasionais. O pessoal do mato chegava aos sábados para comprar na cidade. *Bebiam. Às vezes* (ibidem, p. 103) exageravam. Então saiam desentendimentos

Mesmo não especificando quem seria esse “pessoal do mato”, é possível supor que a observação seja sobre os grupos citados anteriormente de trabalhadores pobres nacionais. A relação entre bebidas alcoólicas e agressividade novamente é evocada, como na região de São Caetano, citada anteriormente. Talvez os desentendimentos não fossem apenas um reflexo do exagero da bebida, mas também um modo desses sujeitos expressarem a exclusão que sofreram nessa nova sociedade urbana composta por imigrantes europeus.

Tora de araucária embarcada em um caminhão após a derrubada, década de 1950 | Fonte: POPULAÇÃO CABOCLA EM UM ESPAÇO DE FRONTEIRA: PAISAGEM E USO COMUM DA TERRA NA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA DE SANTA CATARINA (SÉCULOS XIX E XX)



Considerações Finais

Ao analisarmos algumas pesquisas sobre a história da região do ABC paulista, encontramos, principalmente no recorte em que o município de Vila de São Bernardo abrangia todo o território, vozes com pouca expressão nas páginas dos textos sobre a história local.

O ABC se formou na historiografia e sociologia como um modelo de pólo industrial, que se desenvolveu pela vinda de imigrantes europeus, na sua maioria italianos, que não só trouxeram sua força de trabalho, mas também as experiências das lutas operárias do continente de origem, dando corpo a Classe operária do Brasil.

Só que no limiar do século XX, o foco nessa parte da história da região silenciou as vivências de outros grupos, frutos das experiências de povos indígenas e africanos vivendo e resistin-

do a exploração e escravização de colonos e ordens monásticas européias. Os primeiros, com o extermínio e escravização nos primeiros séculos da colonização, passam a compor as camadas pobres das populações rurais paulistas, fazendo parte da chamada cultura "cabocla". Os segundos, com a abolição das ordens beneditinas e pela pressão política local antes de 1888, vivem dos ofícios do período da escravização, também sofrendo as consequências da exclusão da população negra com o advento das relações de trabalho pós-abolição.

No período de vigência da divisão municipal de Vila de São Bernardo (1889-1938), encontramos esses grupos de nacionais pobres se es-

gueirando, existindo nos relatos da região contidos nas obras históricas, sociológicas e memorialísticas selecionadas, que tinham como objetivo descrever a formação local e o desenvolvimento dos futuros municípios, dentro do contexto da industrialização, urbanização e da imigração européia. Encontramos sua presença de maneira ativa, realizando a extração e venda de lenha para o comércio local e de São Paulo, e entrando em conflito com o preconceito de alguns grupos de imigrantes europeus. Eles também foram vítimas dos preconceitos, principalmente a população negra e descen-

dente de escravizados, marcados por estereótipos raciais e sociais.

Mas sua presença, mesmo que escassa nos registros, apresenta-nos vida, vivências e experiências muito ricas para melhor se compreender a história do ABC paulista. O potencial dessa perspectiva para pesquisas com outros focos e objetivos, como por exemplo a questão de gênero dentro desses grupos nacionais e pobres, é um ponto que achamos interessante deixar registrado.

Por fim, concluímos registrando nossa satisfação com os dados apresentados e comentados de nossa pesquisa, mesmo sendo de um estágio bem inicial. A procura por fontes em arquivos, museus e centros de memória das cidades do ABC e de São Paulo apresentam uma alternativa para se expandir este debate com mais complexidade e informações, o que pretendemos realizar no desenrolar de nossa pesquisa.

Referências

BARBOSA, Newton Ataliba Madsen. Imigração italiana em São Bernardo. São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal, 1975

BOTACINI, Roberto. Mauá... sua História. Ribeirão Pires: Editora Combrig, 1979 BOTACINI, Roberto; SILENE, Maria. Cem anos de colonização italiana no ABC. Ribeirão Pires: Editora Combrig, 1976

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

COSTA, Jairo. Constantino Castellani, o primeiro rebelde. Santo André: Editora Estranhos Atratores, 2020

DECCA, Edgar de. O Silêncio dos Vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981 FRENCH, John D. O ABC dos operários: Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Editora Hucitec, 1995

GAIARSA, Octaviano A. A cidade que dormiu três séculos: Santo André da Borda do Campo, seus primórdios e sua evolução histórica. Santo André: Prefeitura Municipal, 1968

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Sociedade e política na Primeira República. São Paulo: Atual, 1999

JECUPÉ, Kaká Werá. A terra dos mil povos: História indígena do Brasil contado por um índio. São Paulo: Editora Peirópolis, 2020

LAPA, José Roberto de Amaral. Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas: Editora da UNICAMP, 2008

MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da UNICAMP, 2004

MARTINS, José de Souza. O tempo da pobreza e do trabalho na me-

mória histórica de S.Caetano. Revista Raízes, Ano III, N.4, 1991

_____. O Cativo da Terra. São Paulo: Editora Hucitec, 1993 MEDICI, Ademir. São Bernardo, seus bairros, sua gente. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1984

MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

_____. De Pilar a Mauá. Mauá, Prefeitura Municipal, 1987

PETROLI, Valdenizio. História da Imprensa no ABC paulista. Dissertação (Mestrado). Instituto Metodista de Ensino Superior, Mestrado em Comunicação Social, 1983 PIRATININGA JÚNIOR, Luiz Gonzaga. Dietário dos escravos de São Bento. São Paulo: Editora Hucitec, 1991

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

REVEL, Jacques (org). Jogo de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998

ROSA, José Eduardo. Negritude e Sindicalismo: Anseios negros na construção da Central Unica dos Trabalhadores (CUT). São Paulo: Porto de Ideias, 2014 RUDÉ, George. A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra (1730-1848). Rio de Janeiro: Campus, 1991

SANTOS, Wanderley dos. Antecedentes Históricos do ABC paulista: 1550-1892. São Bernardo do Campo:Secretaria de Educação, Cultura e Esportes 1992 SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo era italiano: São Paulo e a pobreza: 1890-1915. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003

SANTOS, Milton. Pobreza Urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa, Vol. 1: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2020

OS DESAFIOS PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM SANTO ANDRÉ

Suzana Kleeb
Elaine Moraes de Albuquerque
Fátima Tavella Leal



A trajetória do ABC tem como um de seus legados a pujante presença da indústria em seu território. Entretanto a valorização do patrimônio industrial decorrente dessa trajetória não ocorreu na mesma proporção desta importância econômica e da presença na paisagem ao longo do tempo. Tal fragilidade é evidenciada nos poucos bens que foram elencados como marcadores da identidade operária.

**R
E
S
U
M
O**

Tendo em vista compreender como acontece a valorização deste patrimônio cultural, este artigo evidencia dois casos de destacadas indústrias localizadas em Santo André – Rhodia Química e Moinho São Jorge – que deixaram de funcionar, mas que mantêm suportes físicos na paisagem até os dias atuais. A partir de solicitações da sociedade civil foram realizados estudos que resultaram no tombamento de estruturas fabris dessas empresas.

Contudo, diante de dificuldades diversas, estes bens ainda não alcançaram a completude de seu processo de valorização cultural, mostrando, assim, que aderência das narrativas da memória e do patrimônio cultural à vida cotidiana da cidade ainda são importantes desafios a serem enfrentados.

PALAVRAS CHAVE

PATRIMÔNIO
INDUSTRIAL

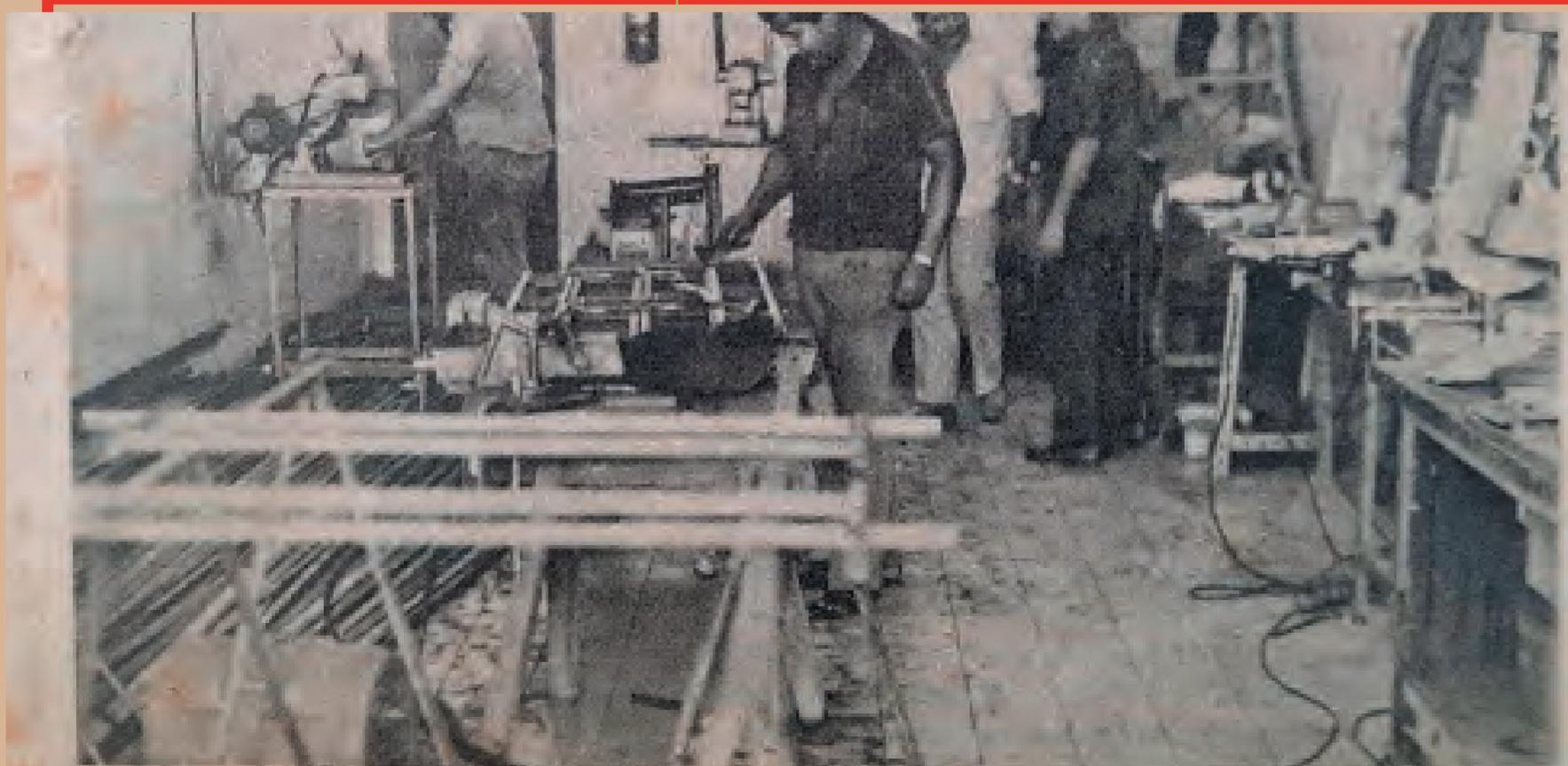
Santo André

Rhodia

Memória

Moinho São
Jorge

O ABC, área que integra a Região Metropolitana de São Paulo (SP), é um espaço privilegiado quando se trata da memória do trabalho, sobretudo aquele industrial que amalgamou identidades à região com sua presença marcante desde os meados finais do século XIX. As mudanças de estruturas produtivas e tecnológicas ao longo dos séculos XX e XXI legaram transformações desafiadoras com novos tipos de emprego e formas diferenciadas de atividade industrial como, na atualidade, a indústria 4.0. Estas metamorfoses tanto no mundo do trabalho como dos alicerces da atividade industrial ao longo do tempo expuseram reflexões sobre o significado de sua memória, realçando diversos suportes que a enraizaram, seja nas pedras da cidade (HALBWACHS, 1990), no gesto, na imagem, em objetos de uso cotidiano (BOSI, 2003), nos movimentos e lutas operárias.



Os ex-dirigentes fazem portões e vitrôs para a Serralheria 12 de Maio

Este conjunto, longe de compor um todo linear, evidencia lutas, debates e contradições que enriquecem e sinalizam a diversidade não apenas da atividade em si, mas das diferentes formas e expressões do lembrar e de sinalizar as lembranças a depender do indivíduo ou grupo social envolvido com esta ação.

Trata-se de um campo de disputas materiais e simbólicas que trazem no contrapelo o exercício democrático do direito à memória e da valorização (ou não) de bens considerados como expressão da vivência industrial, sustentáculo da memória coletiva e do patrimônio cultural desta região.

INTRODUÇÃO

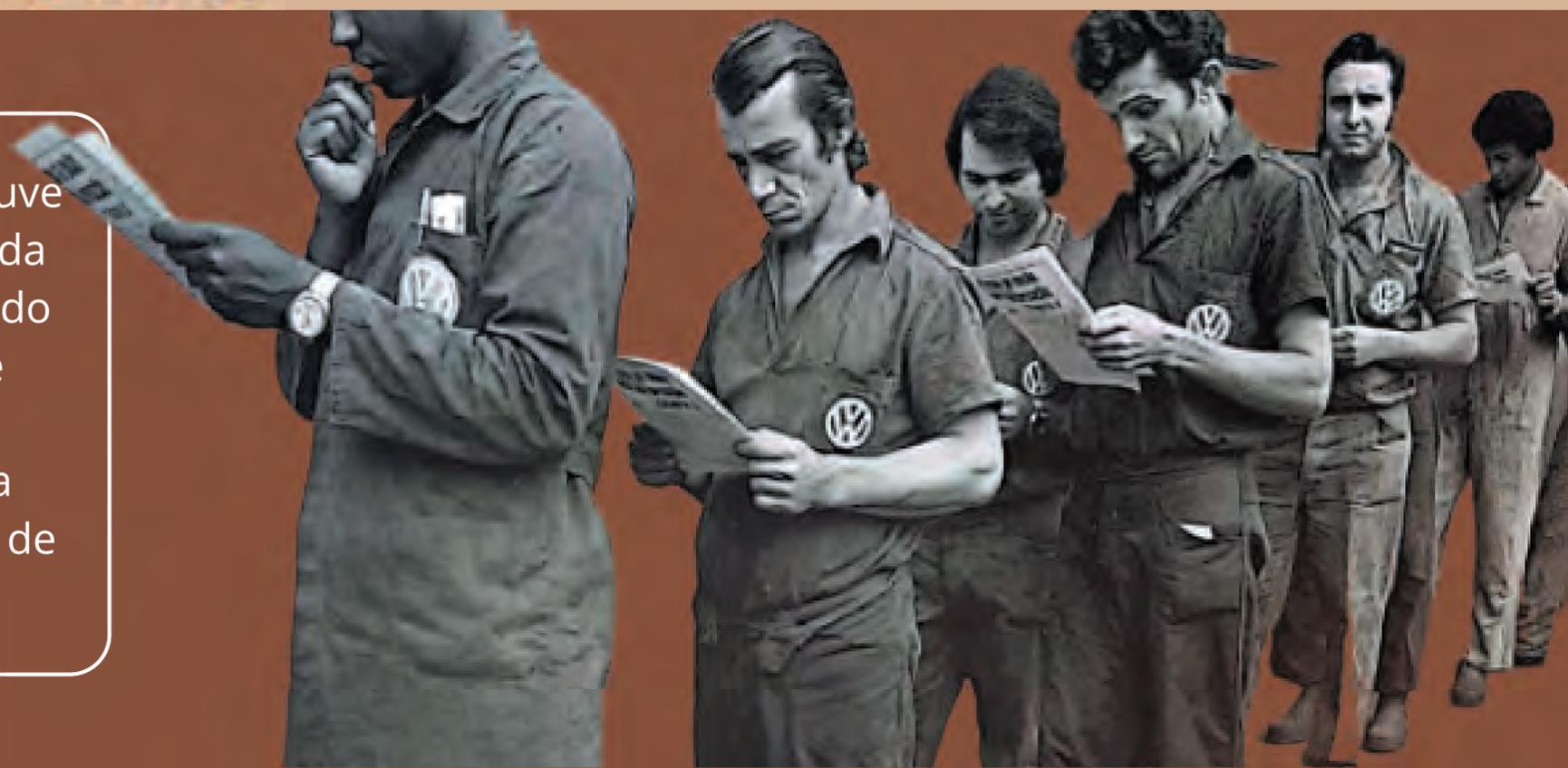


ESTA CARTA É NOSSA!

Apesar destas considerações, a longa trajetória da indústria no ABC não legou a valorização do patrimônio industrial na mesma proporção de sua importância econômica e presença na paisagem ao longo do tempo. São poucos os bens que foram elencados com valor marcador de identidade operária. Na verdade, esta condição reflete a própria sinalização desta tipologia

de bens culturais no país que desde os anos 1930, com o fortalecimento dos primeiros movimentos a favor da proteção do patrimônio cultural nacional, acabou focalizando com maior empenho o tombamento e salvaguarda de bens remanescentes da arquitetura colonial, religiosa e moderna; com quase nenhum caso de patrimônio industrial.

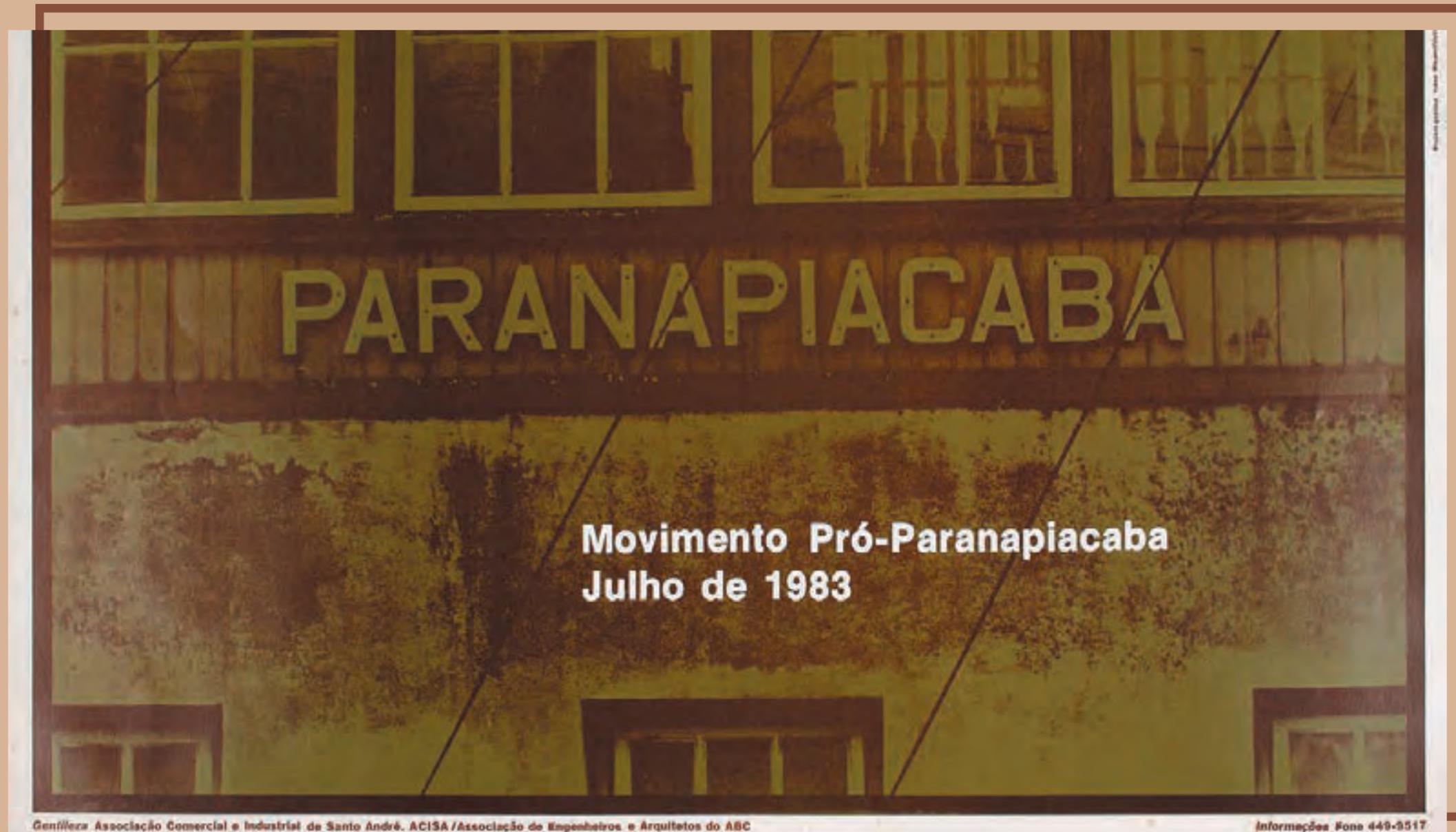
Em novo momento, com a **Constituição de 1988**, houve um alargamento de conceitos, valores e significados da memória e do patrimônio cultural brasileiro, abarcando um conjunto amplo de expressões, tipos de bens e manifestações culturais, bem como fortalecendo a participação social para seu reconhecimento. E esta condição se refletiu tanto em ações de estados como de municípios. E no ABC não poderia ser diferente.



Nos anos 1980 e 90, nesta região, estabeleceu-se um movimento de consolidação de instituições públicas – museus, centros de memória e conselhos de defesa do patrimônio cultural – voltadas para guarda e fruição de bens culturais locais.

Também, nesse período fortaleceu-se a presença de movimentos sociais – memorialistas, associações sindicais e operárias, organizações, professores e jornalistas – atentos ao diálogo e preservação de memória coletiva regional.

A questão do patrimônio industrial também figurou na pauta, mas como um alerta:



Genêlera Associação Comercial e Industrial de Santo André. ACISA / Associação de Engenheiros e Arquitetos do ABC

Informações Fone 449-9517

“ricas construções para abrigar indústrias costumam vir ao chão sem qualquer estudo prévio, indo por terra a própria história da tecnologia desenvolvida por mão de obra muitas vezes aqui formada”

MÉDICI, PARA O DIÁRIO DO GRANDE ABC (1987).

Destacaram-se o Movimento Pró-Paranapiacaba (1985), o Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC (1987) e o SOS Carlos Gomes (1988) (PASSARELLI e ALVES, 2013; PAIVA, 2012).

No caso específico de Santo André, município alvo deste artigo, desde os anos 1990 se procederam tombamentos e reconhecimento do significado cultural de diversos bens, assim como impulso na guarda, pesquisa, exposição e difusão de produtos culturais que tinham por base documentos e fotografias ligados ao trabalho industrial e às lutas operárias.

Mas, a valorização da presença física de edificações fabris como marcas na paisagem da trajetória industrial, mesmo que estudadas e debatidas, não receberam o reconhecimento que poderiam expressar na cidade. E esta condição é cada vez mais difícil de ser alcançada diante da intensa especulação imobiliária e de novos usos imputados às antigas áreas industriais sem análise da importância destes bens para a identidade fabril local, regional ou nacional

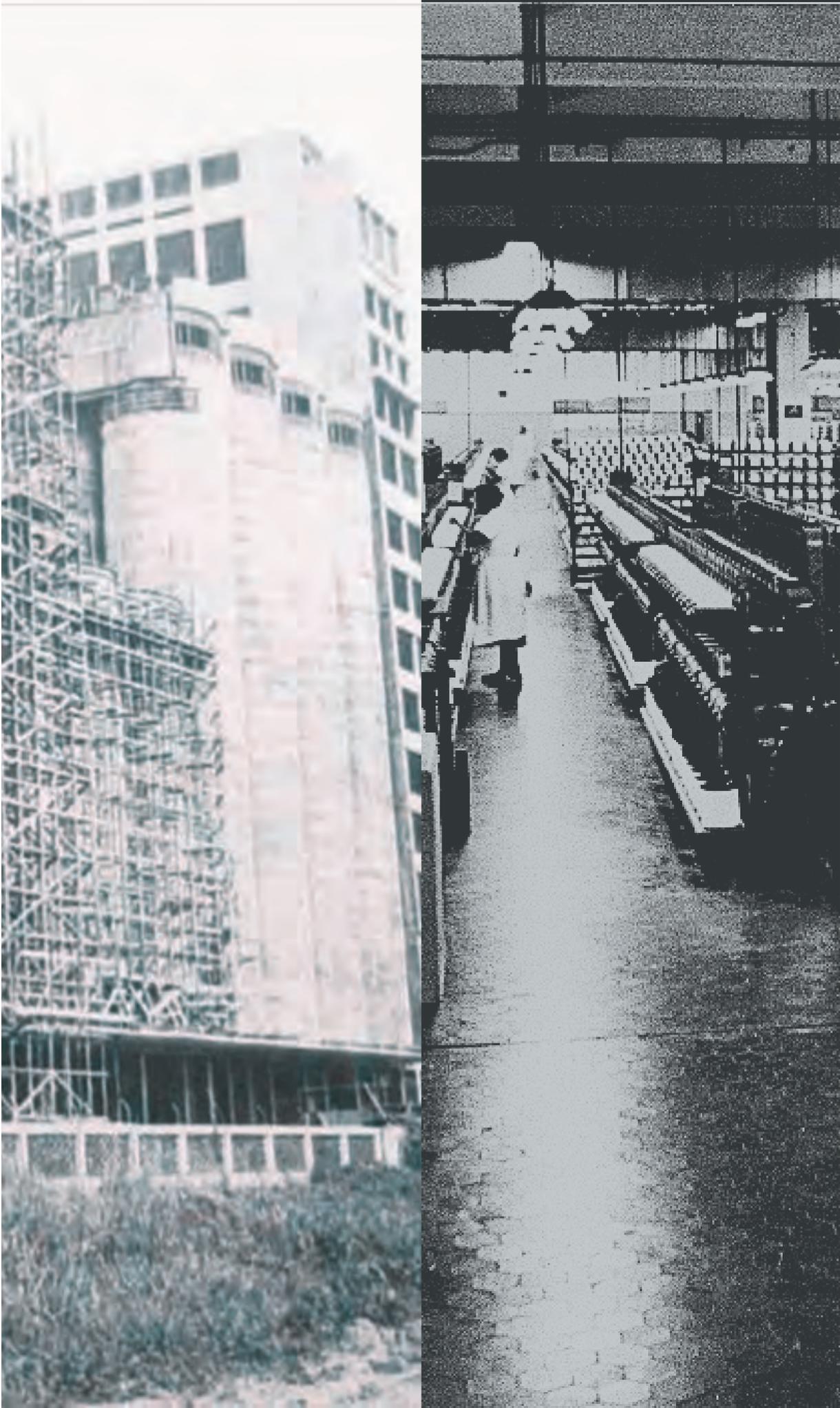


Sobre esta responsabilidade e os conflitos associados a ela é que este artigo se dedica nas próximas seções, valendo-se de dois exemplos de indústrias de importância não apenas local como nacional que cessaram suas atividades – Rhodia Química e Moinho São Jorge – e cujo legado físico tem sido objeto de estudo e debate a respeito de sua preservação. No cerne reside a questão: o que e como conservar bens portadores de conhecimentos e da memória dos processos de industrialização, da sociabilidade e luta operária, levando-se em consideração dinâmicas de desenvolvimento com viés mais amplo, para além da visão economicista. A resposta a esta questão não está dada, o que se propõe é lançar mais 'um grão de sal' a este desafio do século XXI.

O resultado é a perda cada vez mais evidente de elementos testemunhais, que vem sendo reforçada por narrativas simplificadoras de que a manutenção e valorização destes bens físicos imobilizariam dinâmicas de desenvolvimento



**É FATO QUE NÃO SE
PODE CONSERVAR
TUDO, MAS, TAMBÉM,
NÃO É POSSÍVEL
DEMOLIR OU
TRANSFORMAR
RADICALMENTE TUDO
(KÜHL, 2006).**



METODOLOGIA

A construção deste artigo teve como principal fonte de estudo os processos administrativos de pedidos de estudo de tombamento do Moinho São Jorge, nº 41.623/2011 e da Rhodia Química, nº 19.232/2013, junto ao Comdephaapasa – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. São dois bens situados no município de Santo André, compondo o foco territorial deste estudo.

Além dos processos foram coletados artigos acadêmicos e jorna-

lísticos sobre o tema e foi realizada pesquisa no acervo de documentos e biblioteca do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa/Secult/PSA. Por fim, foi feita breve pesquisa exploratória em redes sociais ligadas aos movimentos articulados à memória local com vistas a observar se havia debates a respeito da conservação desta tipologia de bens culturais. Os resultados estão evidenciados ao longo do texto, visando compreender as posições frente aos dois casos e como estes dialogam com proteção do patrimônio industrial neste município.

**BREVE CONTEXTO
DA ATUAÇÃO
INDUSTRIAL E
SOCIOCULTURAL DA
RHODIA QUÍMICA
EM SANTO ANDRÉ**



O distrito de Santo André compunha o município de São Bernardo criado em 1889. O núcleo populacional deste distrito concentrou-se nos arredores da estação ferroviária da linha Santos a Jundiaí (atual estação Santo André - Prefeito Celso Daniel) desde os meados finais do século XIX. Nesse momento algumas experiências industriais se fixaram, mas sem grande perenidade. Foi neste momento que a empresa de capital francês Société Chimique des Usines du Rhône, visando instalar uma indústria química no Brasil adquiriu terras nas cercanias dessa estação ferroviária. As condições eram muito favoráveis: isenção de impostos por 10 anos, presença de água em abundância e de transporte dos insumos e da produção, facilitados pelo trem e depois pela Avenida dos Estados.

A pujança desse setor se estabeleceu nos meados finais dos anos 1910 com incremento de atividades econômicas focadas em pequenas fábricas – tecelagens, olarias, móveis e serrarias –, comércios e serviços (PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, FCMSB, Livros de Impostos e Profissões).



CARNAVAL 1938

LANÇA PERFUMES

A Companhia Chimica Rhodia Brasileira, fabricante dos insubstituiveis lança-perfumes Rhodo, Rigoletto, Rodouro e Rhodo Metallico, deante dos boatos des-encontrados que ainda estão circulando, vem declarar categoricamente, que continua absolutamente livre, como aliás o foi sempre, o emprego de lança-perfumes nas ruas e logradouros publicos.

A Companhia Química Rhodia Brasileira, filial brasileira conhecida como Rhodia Química, foi criada em 1919, produzindo cloreto de etila para lança-perfume – uma febre naquela época – além de analgésicos.

Nos anos 1930 a produção estava consolidada e o entorno da empresa configurava uma linear paisagem industrial entre a linha férrea, o rio Tamanduateí e alguns exemplares no núcleo do entorno da estação ferroviária. As maiores estruturas fabris eram Lanifício Kowarick, Companhia Streiff de pequenos móveis, Fichet & Schwartz-Hautmont, Laminação Nacional de Metais e a empresa irmã Companhia Brasileira Rhodiaceta, produtora de fios sintéticos desde 1929. A maioria das empresas tinha impacto nacional na produção de alguns bens de consumo, levando Santo André à posição de sede do município e nas décadas seguintes firmou-se como um dos municípios mais pujantes do país. Nos anos 1940 e 50 a Rhodia Química investiu em produtos veterinários e criação de um serviço especializado em pesquisas terapêuticas com o setor denominado como Rhodia Farma. Esta iniciativa levou à produção de um rol de medicamentos nacionais, que até então eram importados.

Na década de 1960, com apoio de políticas nacional de desenvolvimento para outras regiões, a empresa instalou filiais em Pernambuco e no interior de São Paulo. Em 1978 as áreas gerenciais e administrativas deixaram Santo André e se deslocaram ao Centro Empresarial em São Paulo. Com redirecionamento das propostas de expansão da empresa nos anos seguintes o parque industrial andreense perdeu espaço, e com isso diversos galpões foram demolidos, inclusive alguns dos primordiais. Em 2011, em nova reestruturação, o Grupo Solvay adquiriu a Rhodia e a área química foi desmobilizada. Era o fim desta parte da empresa em Santo André.

Ao lado da atividade industrial a Rhodia se destacou por sua atuação sociocultural no município, especialmente com atividades desportivas, de lazer e cultura para seus funcionários e familiares. Em 1925 foi criado o Clube Atlético Rhodia ou ADC Rhodia com times de diversas modalidades esportivas e um corpo cênico.



Foram diversas as atividades – apresentações teatrais, shows, bailes carnavalescos, certames culturais e desportivos – que tiveram como lugar o clube, que fechou suas portas na cidade em 2000 (BEVILACQUA, 1997; DIÁRIO DO GRANDE ABC, 2003 e 2016). Contudo, esta memória ainda está presente no imaginário das pessoas que se envolveram com essas atividades e o acervo do clube, resultante destas atividades, se encontra salvaguardado no Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

Do todo que foi apresentado evidencia-se o importante legado da empresa para a memória. Além dos registros das lembranças individuais, coleções de fotografias e documentos pessoais, restaram como base física da atividade industrial diversos galpões e estruturas fabris que marcam até os dias atuais a paisagem de Santo André.

Todos estes elementos se configuraram como suportes de lembrança e de identidade de muitos trabalhadores e trabalhadoras, bem como de moradores da região que convivem com a presença física há mais de 100 anos no centro da cidade. Tais motivações levaram a que se solicitasse a abertura do estudo de tombamento, o que será objeto na próxima subseção.



**BREVE CONTEXTO
DA ATUAÇÃO
INDUSTRIAL E
SOCIOCULTURAL
DO MOINHO SÃO
JORGE EM
SANTO ANDRÉ**



Para o outro caso de estudo, Moinho São Jorge, o ramo da moagem de grãos de trigo se instalou na cidade em 1936 com o Moinho Fanucchi, empresa de sócios do ramo em Santos, polo desta atividade até então. Praticamente não havia produção nacional de trigo e o Banco do Brasil era responsável pela compra, estocagem e distribuição de grãos aos poucos complexos moageiros existentes. Tratava-se de um segmento industrial concentrado desde a importação até a produção dos subprodutos de trigo.

Além do moinho citado, grupos estrangeiros detinham não apenas o processamento, mas também distribuição da farinha que era liberada em acordo com interesses de mercado, nem sempre equalizados com as necessidades do

consumo do produto. Foi neste contexto que nasceu o Moinho São Jorge, inicialmente planejado para ser construído em Santos, mas condições geomorfológicas trouxeram o empreendimento para Santo André.

A empresa foi capitaneada pela família Chammas, com início de atividade em 1953, localizada em uma posição estratégica ao lado da linha férrea e da Avenida dos Estados, ambos facilitadores para a descarga de grãos e distribuição da farinha ao mercado consumidor. O desenho do edifício seguiu diretrizes fornecidas pela fábrica do maquinário, a alemã MIAG, e obedeceu às mais modernas exigências técnicas e mecânicas para o funcionamento do moinho, visando obtenção de farinha, semolina e farelo de trigo. Além desta estru-

tura foram construídos dois espaços diferenciados. O primeiro foi um salão de festas ligado a um jardim suspenso, instalados no 8º andar da edificação. O amplo espaço, com paredes e piso cobertos em mármore, ficou conhecido popularmente como 'Palácio de Mármore'. O segundo foi a capela em devoção a São Jorge, cujo diferencial era a localização, no ponto mais alto da edificação, e a arquitetura e decoração religiosa.



A estrutura produtiva arrojada levou a que no final dos anos 1950 o Moinho São Jorge tivesse a maior capacidade de estocagem e moagem do país, que foi ainda mais ampliada nos anos 1960 diante da expansão do consumo e da necessidade de estocagem de grãos por parte do governo federal. Contudo, nos anos 1970, mudanças nas estratégias econômicas estatais que estimularam a melhoria da tecnologia de produção de trigo nacional, além de um incêndio que atingiu diversos andares do Moinho – especialmente os setores de moagem – e a morte de dois dos sócios mais ativos do empreendimento representaram um período de grandes dificuldades para a empresa. O Moinho continuou sua produção, mas com poucas transformações tecnológicas. Assim como os demais grandes moinhos da 'época de ouro', o Moinho São Jorge tornou-se menos produtivo. Dificuldades financeiras levaram à atual paralisação total das atividades produtivas e a edificação tem sido objeto de ações de depredação e pichações.



Também para este caso, além da importância no cenário industrial local e nacional, o significado do Moinho São Jorge ultrapassa a dinâmica econômica, haja vista a qualidade técnica da edificação e das particularidades artísticas de seus apêndices – salão de festas e capela. Além disso, sua maior presença na memória coletiva de parcelas da sociedade andreense são os bailes e festas de formaturas realizadas no 'Palácio de Mármore'

Idealizado para receber atividades sociais da empresa com a presença de chefes de estado, personalidades e eventos musicais, foi o aluguel deste espaço para atividades de formaturas de escolas locais e apresentações mais populares que democratizou seu uso para amplos grupos sociais e levou tanto o Moinho e sobretudo o 'Palácio de Mármore' para um lugar especial da memória afetiva da população.

OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Para que se possa compreender procedimentos de proteção do patrimônio industrial com relação a estes dois casos em Santo André, nesta subseção se fará uma breve descrição da solicitação de tombamento e seus desdobramentos. Ao final desta subseção se apresentam reflexões a respeito desta prática. O primeiro dos casos, a Companhia Química Rhodia Brasileira, teve protocolada em maio de 2013 solicitação da sociedade civil junto ao Comdephaapasa – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André – para estudo de tombamento deste bem. A proposta resultou no processo administrativo PA nº 19.232/2013 e foi apresentada visando preservar todo o complexo industrial em face de sua ligação com a memó-

ria e a história da cidade e com a arquitetura industrial que estava em processo de apagamento frente às demolições da maioria dos prédios industriais da região. A solicitação foi notificada aos proprietários em junho de 2014, mas somente em 2016 houve deliberação do Comdephaapasa a favor do estudo de tombamento, o que deflagrou os procedimentos de vistoria do imóvel e designação do técnico para elaboração do estudo.

Em março de 2017 o Corpo Técnico de Apoio ao Patrimônio Cultural – CTAPC se manifestou favorável ao tombamento do lote e preservação especial de alguns dos pavilhões da empresa – CK, D e Rhodia Farma, também conhecido como BF – por estes expressarem momentos de significativa expansão da indústria. O pavilhão D como um exemplar da primeira fase de ocupação do lote e início da produção química, o CK por representar a expansão desta ocupação e a necessidade de reserva de espaços para a organização da crescente capacidade produtiva da indústria e o edifício da Rhodia Farma por ter sido construído para atender exclusivamente as necessidades de produção farmacêutica.

Nesse mesmo momento, o Comdephaapasa solicitou ao responsável pela empresa que

prestasse esclarecimentos sobre processo de remediação ambiental e nesse mesmo ano (2017) o conselheiro-relator solicitou ao CTAPC informações adicionais sobre a torre da caixa d'água, arruamento interno do lote, áreas verdes e arborização. Em setembro do mesmo ano as informações foram encaminhadas ao conselheiro solicitante e finalmente em março de 2018 foi apresentado ao Comdephaapasa o parecer da relatoria, com modificações nos bens a serem protegidos. Da proposta de proteção apontada pelo CTAPC restou apenas a edificação da Rhodia Farma, mas foram incluídos a torre da caixa d'água e dois galpões que até então não haviam sido mencionados, os pavilhões L e T – construídos respectivamente nos anos 1920 e 30 – e seus respectivos arruamentos lindeiros.

OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS

A justificativa para mudança se calçou nas condições de conservação dos outros pavilhões e da distância entre eles, que poderia inviabilizar interesses em caso de outro uso do lote. O Comdephaapasa acatou o parecer da relatoria e deliberou pelo tombamento do lote, com proteção especial para os bens solicitados. O restante da área poderia ser utilizado para outros fins, desde que fossem instituídas e levadas em consideração diretrizes de preservação do conjunto, quaisquer que fossem os usos a serem levados a cabo na área.

Após essa deliberação de tombamento, uma ação inusitada interferiu frontalmente no andamento natural desse processo que seria a formulação das diretrizes, homologação e publicização do tombamento. Em maio de 2018 foi impetrado pedido de nulidade processual pela Prefeitura de Santo André/Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Renda, considerando falhas administrativas.

Dentre elas, ganhou destaque a inclusão nos estudos de tombamento do lote da Rhodia Farma que já havia sido desapropriado pela Prefeitura de Santo André para instalação de Poupatempo em 2010 (Decreto municipal nº 16.111 de 8.12.2010) e, assim, não compunha mais o lote da empresa, objeto de estudo de tombamento. Em agosto do mesmo ano (2018) o Conselho acatou parcialmente o pedido de impugnação, deliberando por novo estudo de tombamento, considerando a exclusão da área desapropriada e conseqüentemente o edifício da Rhodia Farma, ainda que fosse evidente pelos estudos sua articulação incondicional com o restante do complexo industrial.

Destas articulações se evidenciou que as mudanças ocorridas durante o processo de tombamento e este último redimensionamento estava associado a interesses de setores do poder público que viam o tombamento como um entrave para os interesses planejados para a área, em especial para os objetivos do lote da Rhodia Farma, visto como espaço favorável para implantação de um Centro de Inovação do Parque Tecnológico de Santo André, em que se buscava a “revitalização da região como núcleo de startups”.

Realçava-se que seria preciso levar em conta a “preocupação do núcleo não se desenvolver adequadamente e em afugentar investidores, que de acordo com pesquisa realizada não querem envolvimento com o poder público” (PA nº 19.232/2013, p.256). Ou seja, denota-se que havia lacunas de diálogo e entendimento entre o que seria importante para a valorização deste bem como patrimônio industrial e interesses de uso do espaço.

OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS

O processo de tombamento praticamente não teve movimentação desde então até 2020, quando, em Ata de reunião ordinária do Comdephaapasa de 11.02.2020, se indicou que o imóvel continuava em fase de recurso quanto à deliberação do tombamento (PA nº 19.232/2013, p.271). Em nova Ata de reunião ordinária de 11.08.2020 os conselheiros foram informados que ações para formatação do uso da edificação da antiga Rhodia Farma estavam em curso e que se firmava o compromisso em manter as características externas da edificação. Ao mesmo tempo, informou-se que havia um interessado na compra do lote em processo de tombamento. Para tanto, havia urgência de definições do Conselho com relação às áreas que teriam proteção especial no lote tombado.

Com vistas a facilitar interfaces com os interessados foi incluído novo procedimento no Comdephaapasa que envolvia diálogo com estes, antes mesmo da finalização do processo de tombamento, com vistas a chegar a uma “decisão que beneficie ambas as partes” (PA nº 19.232/2013, p. 280)

Como fruto desse procedimento foi solicitada a exclusão da torre da caixa d’água do conjunto a ser protegido. Em votação apertada entre os conselheiros o resultado foi favorável à retirada deste elemento, restando, então, a proposta de proteger apenas os dois galpões L e T.

Seguindo-se o rito, solicitou-se ao CTAPC

que elaborasse as diretrizes de tombamento posteriormente repassadas para a relatoria e, após debates entre os conselheiros, foi aprovado em 09.03.2021 de forma unânime o tombamento com proteção dos galpões supracitados, com as diretrizes elencadas pelo CTAPC. Como valores que ensejaram a proteção figuraram: referência na paisagem, importância histórica, singularidade da atividade industrial durante décadas, qualidade arquitetônica adaptada à atividade industrial, antiguidade, referência simbólica da marca em nível local e nacional, significado na memória coletiva e patrimônio industrial de Santo André, e, por fim, valor urbanístico diante do aproveitamento da gleba.

Desde ponto em diante estão em curso tratativas com interessados na ocupação e uso do lote tombado e até a data da redação deste artigo, o bem ainda não estava homologado pelo Prefeito Municipal. Ao mesmo tempo, o antigo prédio da Rhodia Farma permanece desocupado, sem boa parte de esquadrias que compunham as características da edificação.



OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS

O segundo caso, também requerido pela sociedade civil, é o estudo de tombamento do Moinho São Jorge, formalizado por meio do processo administrativo PA nº 41.623/2011, aberto em setembro de 2011. A motivação para tal demanda conformou-se diante do reconhecimento da importância histórica do Moinho para a cidade, significado no imaginário coletivo local do 'Palácio de Mármore' e da capela em devoção a São Jorge, e em face das características da arquitetura industrial. No ano seguinte (2012) a solicitação foi encaminhada ao CTAPC para início dos estudos e vistorias no bem com uma peculiaridade: a solicitação era que se analisasse de forma fragmentária apenas o 'Palácio de Mármore' e a capela em devoção a São Jorge.



Dificuldades de acesso para vistoria manteve o processo em suspensão até 2016 quando se retomou os estudos, mesmo sem vistoria e neste ano, em abril, os resultados até então consolidados foram apresentados ao Comdephaapasa com a recomendação por parte do CTAPC de que o estudo apenas dos dois bens não era coerente, diante da articulação destes com o complexo industrial. Era "entendido por este Corpo Técnico que não podem ser tratados de forma desvinculada da indústria como um todo.

Ou seja, é entendido que o conjunto do Moinho São Jorge deve ser objeto principal do presente estudo de tombamento" (PA nº 41.623/2011, p.54). Esta proposição foi acolhida no parecer da relatoria do Comdephaapasa, porém, sem uma sinalização clara a respeito do tombamento em si. O relator evidenciou mais uma vez a necessidade da vistoria para que se pudesse tomar uma posição.

OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Em nova reunião dos conselheiros datada de 09.05.2017 o estudo de tombamento e a relatoria foram apresentados e o Comdephaapasa solicitou que se reencaminhasse ao CTAPC para a apresentação de "diretrizes específicas para a Capela e 'Palácio de Mármore' e acesso a esses bens e quais as restrições que seriam propostas para o restante do conjunto" (PA nº 41.623/2011, p.80). Observe-se que a fragmentação do bem foi retomada neste momento, mesmo havendo o parecer de que não se deveria desvinculá-los.

A necessidade de vistoria continuava a ser elencada pelo Comdephaapasa como fundamental, o que era coerente pois os conselheiros e o CTAPC não tiveram acesso ao bem até então. Após tratativas, que envolveram inclusive a Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de Santo André, foi possível realizar uma vistoria de conselheiros e técnicos em setembro de 2018, condicio-

nada apenas ao 'Palácio de Mármore' e ao jardim suspenso. Diante da insuficiência de informações, uma nova vistoria de conselheiros e técnicos foi autorizada em setembro de 2019, então com visita ao salão de festas, jardim e à capela.

De posse das informações e com o fechamento dos estudos de tombamento, o CTAPC exarou parecer favorável ao tombamento do bem em sua totalidade, apresentando diretrizes para sua proteção. Este parecer foi acompanhado pela relatoria e em janeiro de 2021 o Comdephaapasa deliberou de forma unânime pelo tombamento do complexo industrial Moinho São Jorge, conforme Ata de reunião ordinária datada de 19.01.2021. Os valores que foram elencados para a valorização deste patrimônio cultural foram sua referência na paisagem, a importância histórica, a singularidade monumental da edificação, seu papel no desenvolvimento da indústria moageira de trigo em contexto nacional, a qualidade arquitetônica industrial e de tecnologia, sua antiguidade e significado na memória coletiva, a importância artística das obras de arte e dos artistas envolvidos na criação, e, por fim, a referência simbólica da marca para moradores e consumidores dos produtos farináceos (PA nº 41.623/2011, p.236). No mesmo momento, solicitou-se a abertura de outro processo administrativo para estudo de proteção de bens móveis e integridades presentes no interior do Moinho. E, para

o caso da estrutura física do complexo industrial, o passo seguinte, que seria a homologação do Prefeito Municipal. Contudo, após este encaminhamento, surgiu um impasse elencado pela Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de Santo André. Em manifestação datada de 13.01.2022 esta Secretaria opinou "pela inviabilidade do tombamento do Moinho São Jorge, pelo evidente conflito que tal ato gerará nas ações de execução fiscal que o município move em desfavor da empresa Indústrias Reunidas São Jorge S/A" (PA nº 41.623/2011, p.343). Em abril do mesmo ano o assunto foi apresentado aos conselheiros do Comdephaapasa e em consulta à Secretaria de Assuntos Jurídicos, esta informou que seria necessário "aguardar a conclusão do processo judicial antes de continuar com o tombamento, pois compreende que durante o andamento do processo não é possível realizar nenhum tipo de ação que possa desvalorizar o bem".

OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS

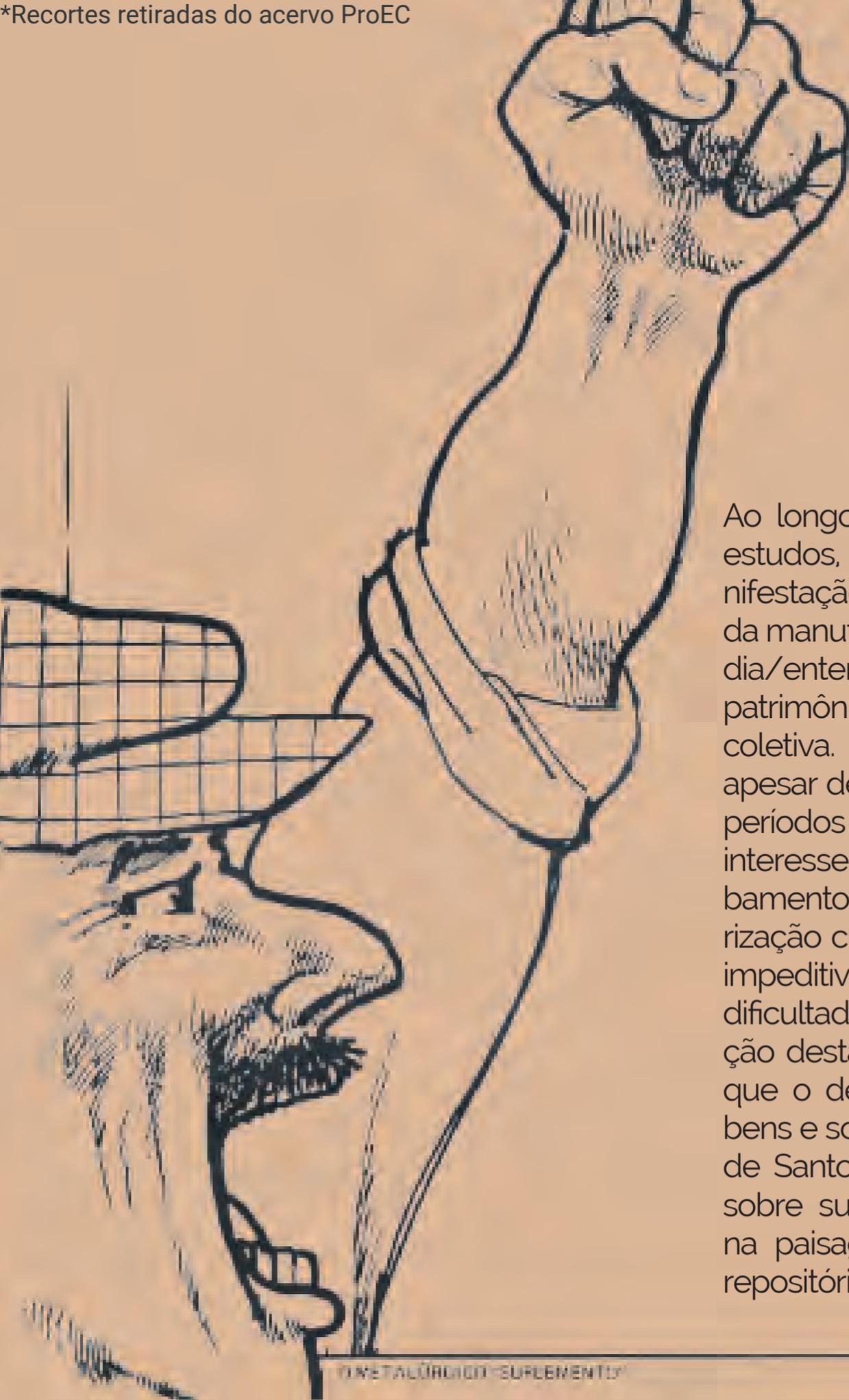
O tema foi objeto de diversas discussões em reunião subsequente, sendo que umas das conselheiras presentes à reunião ordinária de 12.04.2022 indicou tratar-se de:

“uma visão equivocada e ultrapassada, pois os tombamentos são ações administrativas que valorizam os bens culturais e alerta para as diversas invasões e depredações que o edifício vem sofrendo”.

Apesar destes dilemas, que, sem dúvida, envolvem discussões jurídicas presentes em diversos estudos de tombamento no país, desde então este processo de tombamento não apresentou novas movimentações administrativas. No caso do bem em questão não foram realizadas novas vistorias, mas é notório a partir de uma análise visual a partir do entorno que o bem encontra-se em processo de degradação, com aumento de áreas pichadas e depredações pontuais.

Com base na apresentação dos dois estudos nas páginas anteriores revela-se a importância e significado destes bens para a compreensão da lógica e da atividade industrial nestes dois ramos de produção, tanto em nível local como nacional. São exemplares que carregam aspectos sobre a natureza desta atividade econômica que possivelmente não poderiam ser clarificados ou seriam esclarecidos de forma fragmentária sem a conservação das estruturas físicas e/ou de suportes físicos que constituem seus fundamentos.

Evidencia-se, mais uma vez, que não se trata de guardar tudo, mas que, sob bases científicas e com diálogo com a sociedade civil, é preciso elencar, proteger e sinalizar de forma contundente aqueles bens materiais e imateriais que trazem assentimento, tanto para a trajetória da atividade produtiva em si como para a memória em suas dimensões política, econômica e sociocultural.



PELA CULTURA

Ao longo do processo de ambos os estudos, observou-se que houve manifestação da sociedade civil a favor da manutenção de marcos que entendia/entende como integrantes de seu patrimônio industrial e sua memória coletiva. Deste significativo empenho, apesar de dificuldades administrativas, períodos de inatividade processual e interesse diversos, chegou-se ao tombamento, que é a última etapa de valorização cultural dos bens. Ainda assim, impeditivos de diversas ordens tem dificultado a homologação e publicização desta ação. Revelou-se, também, que o desconhecimento sobre estes bens e sobre sua trajetória no contexto de Santo André impacta diretamente sobre sua conservação, manutenção na paisagem e valorização de bens repositórios de seu patrimônio indus-

trial. O resultado a longo prazo envolverá o empobrecimento dos sustentáculos da memória coletiva e o esmaecimento do democrático exercício das disputas materiais e simbólicas, aspectos estes, diretamente atuantes na construção das identidades dos cidadãos andreenses.

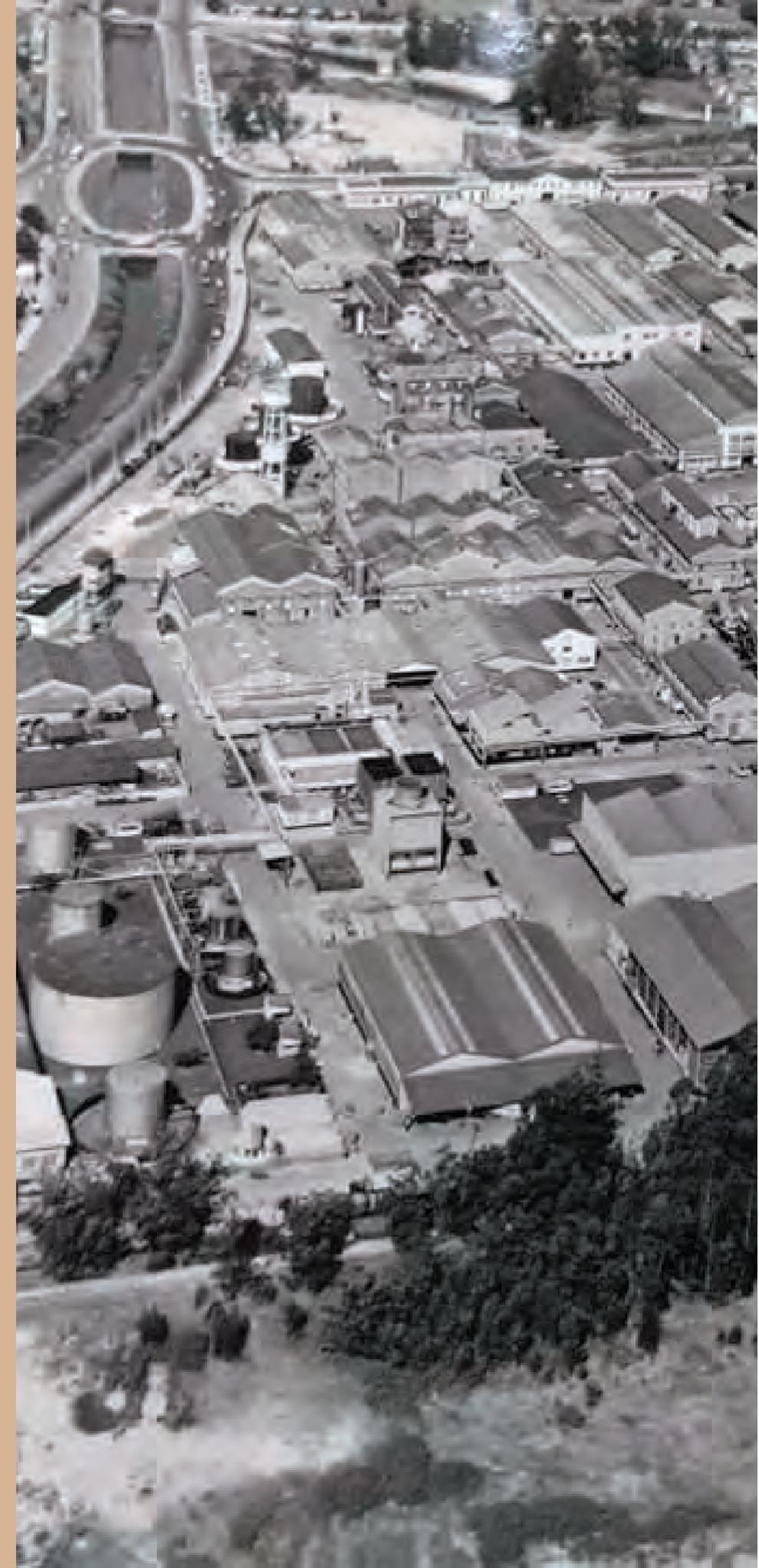
Há, portanto, uma responsabilidade coletiva a ser considerada no que diz respeito à conservação e valorização do patrimônio cultural de Santo André. E, para os casos em discussão, extrapolam-se as responsabilidades no entorno de limites territoriais locais pois, como se viu, são bens cujos valores ultrapassam estes limites, alcançando significado no desenvolvimento de ramos de produção industrial em nível nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste estudo é possível lançar luz aos desafios da valorização do patrimônio industrial em Santo André, município que teve papel importante na lógica industrial brasileira durante décadas, especialmente durante os momentos em que esta lógica tinha como premissa a ocupação de grandes glebas em áreas próximas às malhas de transporte. Na atualidade, com as dinâmicas de reestruturação produtiva deste segmento Santo André tem buscado formas de ampliar o desenvolvimento econômico sob a perspectiva de um novo formato dessa atividade na cidade, denotando que, em larga medida, não é necessário o uso de grandes áreas como no passado.

Ao mesmo tempo, dinâmicas que vão além do nível local tem se valido destes antigos

lotes – especialmente aqueles mais próximos a áreas centrais do município – para a construção de edifícios multifamiliares, transformando totalmente a paisagem anteriormente composta por galpões, chaminés e outras estruturas industriais. São sinais dos tempos atuais em que há um déficit habitacional, com aquecimento da atividade de construção e especulação imobiliária. Esta dinâmica, no entanto, pouco ou quase nada tem se preocupado com a análise prévia da área em que se implantará um novo empreendimento, ajustada a uma narrativa que realça o papel negativo de alguns suportes materiais da trajetória industrial como impeditivos ao desenvolvimento.





Ou seja, reforça-se um conflito polarizador de que o que é novo e atual é indiscutivelmente bom ainda que o que é antigo e fora de uso precisa ser extinto para dar lugar exclusivamente ao novo.

Evidentemente que a vida cotidiana é feita de perdas e ganhos e a memória não pode encerrar de forma totalizante o espaço citadino. Por outro lado, referências culturais que se expressam 'nas pedras da cidade' ou por outras formas de manifestações são constitutivas da trajetória local, garantindo aderência do indivíduo a seu espaço e ao da cidade, de modo que possa ter a capacidade de se expressar, de viver e vivenciar sua trajetória pessoal a partir da interdependência com vivência social e aportada na memória coletiva, garantindo-se, assim, assentimento a seu papel social.

Deste estudo se evidenciou, também, que as práticas associadas à valorização do patrimônio cultural estão, em linhas gerais, descoladas de políticas mais amplas do município. Apesar de esforços pontuais, os casos aqui estudados refletem as dificuldades em estabelecer fluxos de informações em via de mão dupla. De modo geral, agentes sociais envolvidos na defesa do patrimônio cultural são acessados em momentos em que pouco resta a fazer no que diz respeito à conservação de um suporte de memória.

Entende-se que é preciso ir além da apropriação de reminiscências do passado apenas em momento de perigo. É necessário que se articule historicamente este passado ao presente não tal como ele foi (BENJAMIN, 1987) mas na conexão da vivência atual e do que se pretende para o futuro. Ou seja, a memória e políticas públicas de sua valorização não são exclusivas para o estudo do passado em si mesmo. Sua integração e interdependência às políticas públicas de planejamento da cidade é fundante quando se busca valorizar o espaço urbano e a qualidade de vida dos cidadãos.

Ações respaldadas nesta interface certamente poderiam diminuir ruídos, respaldar interesses coletivos e fortalecer a dimensão política e cidadã como substrato da transformação dos espaços em que se expressam a vida cidadina.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, arte e política – Obras escolhidas, v.1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BEVILACQUA, Walter. E o nome dela? Crônicas reais de um tempo em que Santo André também fabricava lança-perfumes. Santo André: Diário do Grande ABC, 1997.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória. Ensaios de Psicologia social. São Paulo: Ateliê editorial: 2003.

HALWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

JORGE, Salomão. Antonio Adib Chammas. O bandeirante do progresso de São Paulo. São Paulo: Ed. do autor. 1979.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. Patrimônio. Revista Eletrônica do IPHAN, n. 4, 2006. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=165> Acesso em abril de 2023.

_____. Patrimônio Industrial: a necessidade de diálogos entre disciplinas, a restauração e a arquitetura. TST TRANSPORTES, SERVICIOS Y TELECOMUNICACIONES, v. 44, pp. 39-52, 2021.

PAIVA, Marcelo Cardoso de. O patrimônio cultural do ABC Paulis-

ta: horizontes possíveis nas políticas municipais de preservação. Revista CP-C-USP, São Paulo, n.14, pp. 1-187, maio 2012/out. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/45356> Acesso em abril de 2023.

PASSARELI, Silvia Helena e ALVES, Luiz Roberto. Patrimônio Cultural: Valores e Visões na Região do Grande ABC. RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social. Salvador, v.2 n.2, pp.112-135, maio / ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/9874/7144> Acesso em abril de 2023.

RHODIA. Oitenta anos construindo o futuro: Rhodia Farma, 80 anos. São Paulo: Museu da Pessoa, 1999.

_____. 1919-1959 – 40 anos. São Paulo: s.e, 1959.

_____. 1919-1969 – 50 anos crescendo com o Brasil. São Paulo: s.e, 1969.

Documentos textuais

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, Fundo Câmara Municipal de São Bernardo, Livros de Impostos e Profissões. Acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

_____. Processo Administrativo n °19.232/2013. Estudo de Tombamento da Rhodia. Comdephaapasa

REFERÊNCIAS

_____. Processo Administrativo n ° 41.623/2011. Estudo de Tombamento do Moinho São Jorge. Comdephaapasa

Jornais e Revistas

DIÁRIO Carioca. Novo e grande empreendimento dos Irmãos Chammas, 6.08.1953 disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_04&pesq=%22moinho%20s%C3%A3o%20jorge%22&pagfis=19824 Acesso em abril de 2023.

DIÁRIO do Grande ABC. Preservação industrial, o desafio maior. Ademir Médici, 14.06.1987. Hemeroteca da Biblioteca do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

_____. Moinho São Jorge completa 50 anos, 21.04.2003. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/143563/moinho-sao-jorge-completa-meio-seculo> Acesso em abril de 2023.

_____. Produção do Moinho cai 70%, 12.03.2016. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/1873157/producao-do-moinho-santo-andre-cai-70> Acesso em abril de 2023.

_____. Sede de festas famosas, palácio de mármore sobrevive de histórias, 17.01.2021. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/2017/Noticia/3665238/sede-de-festas-famosas-palacio-de-marmore-sobrevive-de-historias> Acesso em abril de 2023.

JORNAL GGN. Negócios e história: a trajetória do Moinho São Jorge, 21.06.2014. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/historia/negocios-e-historia-a-trajetoria-do-moinho-sao-jorge/> Acesso em abril de 2023.



ARTIGOS E RELATOS DE EXPERIÊNICA



conectadas



ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE O USO DE JOGOS DIGITAIS NA CONSTRUÇÃO DO RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO

Paulo Henrique Cardoso dos Santos, Roberta Assis Maia

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a utilização de critérios para avaliação e seleção de jogos digitais que colaboram para a construção do raciocínio geográfico, buscando entender a importância das metodologias ativas na mediação da aprendizagem, compreender o papel do professor como mediador no processo de aprendizagem, relacionar o uso de Jogos Digitais com a construção do raciocínio geográfico e verificar se a aplicação do jogo digital simula uma situação-problema necessária para a construção da aprendizagem. A pesquisa parte da hipótese de que a construção do raciocínio geográfico pode ser potencializada com o uso de jogos digitais e foi baseada em estudo bibliográfico, realizado a partir de artigos e livros, além de análise qualitativa de jogos digitais, verificando se eles podem simular uma experiência significativa na construção de conhecimentos. Assim, espera-se que esse trabalho auxilie os professores na escolha e contextualização de jogos digitais.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como os jogos digitais, mediados por metodologias ativas, colaboram com o ensino de geografia na construção do raciocínio geográfico, além disso, (I) entender a importância das metodologias ativas na mediação da aprendizagem, (II) compreender o papel do professor como mediador no processo de aprendizagem (III) relacionar o uso de Jogos Digitais com a construção do raciocínio geográfico e (IV) verificar se a aplicação do jogo digital simula uma situação-problema necessária para a construção da aprendizagem. Essa reflexão será construída a partir do questionamento de “como podemos utilizar critérios de avaliação para selecionar jogos digitais, mediados por metodologias ativas, que colaborem para a construção do raciocínio geográfico nos alunos do ensino fundamental”. A escolha dessa temática tem como pretensão refletir sobre a importância da utilização de jogos digitais na construção de uma aprendizagem significativa para aluno.

O conceito de raciocínio geográfico vem se tornando cada vez mais presente no debate sobre o ensino de geografia no Brasil, esse conceito pode ser entendido como uma forma de exercitar o pensamento espacial, a partir da compreensão de como os fenômenos geográficos se apresentam na realidade que o aluno está envolvido.

Dessa forma, a partir do uso de jogos digitais podemos simular vivências necessárias para a interpretação de conceitos, importantes para a construção do raciocínio geográfico, assim, como forma de estabelecer um critério com o objetivo de verificar se o jogo digital selecionado simula uma situação-problema necessária para a construção do raciocínio geográfico foi elaborada uma metodologia para a escolha do jogo digital com a definição de critérios que levam em conta aspectos qualitativos do jogo digital, como a apresentação do jogo, a motivação, a qualidade do conteúdo, objetivo educacional que se pretende atender e a sua capacidade de apoiar a construção de conhecimentos pertinentes ao raciocínio geográfico.

METODOLOGIA

A metodologia dessa pesquisa será baseada em estudo bibliográfico, realizado a partir de artigos e livros, além de análise qualitativa de jogos digitais a partir de critérios de qualidade necessários a construção do raciocínio geográfico.

Para a análise e avaliação se o jogo digital pode simular uma experiência significativa e motivante na construção do raciocínio geográfico será selecionado um jogo digital para verificar se ele simula uma situação-problema necessária para a construção do raciocínio geográfico, assim foi elaborada uma metodologia de análise da qualidade do jogo digital para auxiliar a reflexão sobre sua capacidade de apoiar a construção de conhecimentos pertinentes ao raciocínio geográfico.

A análise qualitativa de jogos digitais será realizada a partir de critérios definidos por Medeiros e Schimiguel (2012), que compreendem a qualidade do conteúdo, o alinhamento do Objetivo da Aprendizagem, a motivação, a imersão, o feedback e adaptação, a apresentação, a interação social e a reusabilidade, a tabela 1 apresenta os critérios e suas respectivas definições.

TABELA 1 - DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE PARA ANÁLISE DE JOGOS DIGITAIS.

CRITÉRIO	DEFINIÇÃO
QUALIDADE DO CONTEÚDO	Veracidade e apresentação equilibrada das ideias com nível apropriado de detalhes, enfatizando os pontos significantes.
ALINHAMENTO DO OBJETIVO DA APRENDIZAGEM	Alinhamento entre as metas de aprendizagem, atividades, avaliações e características dos alunos.
MOTIVAÇÃO	Capacidade de motivar o interesse do jogador.
IMERSÃO	Capacidade de envolver o jogador profundamente.
OBJETIVOS CLAROS	Metas claras do que deve ser realizado.
FEEDBACK E ADAPTAÇÃO	Elaboração do feedback positivo e negativo do jogo. Conteúdo que se adapta de acordo com a habilidade do jogador.
APRESENTAÇÃO	Informação visual.
INTERAÇÃO SOCIAL	Disponer meios de interação com outros jogadores.
REUSABILIDADE	Capacidade de ser utilizado em diferentes contextos de aprendizagem e com alunos de diferentes idades e interesses.

Fonte: Medeiros e Schimiguel (2012)

Essa análise será adaptada com os critérios da Base Nacional Comum Curricular (2018) necessários a construção do raciocínio geográfico como analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.

A proposta da BNCC prevê que o raciocínio geográfico desenvolva no estudante habilidades de interpretar o espaço que vivem, compreendendo como ele é construído e influenciado pelas relações entre a natureza e a sociedade, ou seja, esse conceito tem como objetivo levar o aluno a compreender o mundo ao seu redor e suas relações com o espaço, a paisagem e os lugares.

Nessa direção, a tabela 2 apresenta como a BNCC está organizada, descrevendo os seus princípios, os principais conceitos e os níveis de complexidade geografia contemporânea.

TABELA 2 - DESCRIÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO SEGUNDO A BNCC

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
Analogia	Um fenômeno geográfico sempre é comparável a outros. A identificação das semelhanças entre fenômenos geográficos é o início da compreensão da unidade terrestre.
Diferenciação	É a variação dos fenômenos de interesse da geografia pela superfície terrestre (por exemplo, o clima), resultando na diferença entre áreas.
Conexão	Um fenômeno geográfico sempre é comparável a outros. A identificação das semelhanças entre fenômenos geográficos é o início da compreensão da unidade terrestre.
Distribuição	Exprime como os objetos se repartem pelo espaço.
Extensão	Espaço finito e contínuo delimitado pela ocorrência do fenômeno geográfico.
Localização	Posição particular de um objeto na superfície terrestre. A localização pode ser absoluta (definida por um sistema de coordenadas geográficas) ou relativa (expressa por meio de relações espaciais topológicas ou por interações espaciais).
Ordem	Ordem ou arranjo espacial é o princípio geográfico de maior complexidade. Refere-se ao modo de estruturação do espaço de acordo com as regras da própria sociedade que o produziu.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular

A partir dessa análise será possível afirmar se a utilização de jogos digitais pode simular uma vivência prática na vida do aluno contextualizada com as características necessárias para a construção de um aprendizado geográfico significativo.

DISCUSSÃO

1 - O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS MEDIADAS POR TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

As metodologias ativas surgiram no século XX como uma alternativa à pedagogia tradicional, baseada principalmente na transmissão de conteúdos, a partir de diversos movimentos de renovação das teorias educacionais e fundamentadas na construção do conhecimento significativo do aluno, que assume um papel mais ativo e investigativo no processo de ensino e aprendizagem, essa mudança passa por diversos pensadores como Montessori, Frenet, Piaget, Vygotsky, Ausubel, Paulo Freire entre outros, na perspectiva de Lovato et al (2018),

no século XX, a educação é o resultado de um processo que passa por diversos pensadores, os quais discutem os modelos de ensino e destacam a necessidade de autonomia do estudante. Podemos destacar as ideias de aprendizagem pelo condicionamento de Montessori, a aprendizagem por experiência de Frenet, as teorias de aprendizagem de Piaget e Vygotsky, a aprendizagem significativa de David Ausubel, a crítica ao modelo de educação bancária de Paulo Freire e o construtivismo do francês Michael Foucault (LOVATO et al, 2018 p.157)

Ao discutir sobre os modelos de ensino esses pensadores da educação destacaram a necessidade de incentivar a autonomia do estudante e apresentaram propostas e respostas à multiplicidade de fatores que in-

terferem no processo educacional.

Partindo desses pressupostos, entende-se que o docente deve levar em conta que a construção da aprendizagem é potencializada pelas interações sociais, assim, as experiências dos alunos devem ser incentivadas e respeitadas durante todo o processo, pois, a partir desses conhecimentos prévios será possível provocar novas aprendizagens e incentivar o protagonismo dos alunos, que podem participar ativamente do seu processo educacional.

Nesse sentido, as metodologias ativas são de grande importância para que o estudante consiga exercer sua autonomia, que lhe possibilitará um melhor desenvolvimento educacional, de acordo com Corrêa e Boll:

As metodologias ativas de ensino abordam a abertura de espaço escolar em direção à outras possibilidades de ação e atuação crítica. É nessa perspectiva que as metodologias ativas se mostram como grandes aliadas do processo de ensino-aprendizagem, permitindo que o estudante explicita seus próprios caminhos de construção do conhecimento, identificando erros e desenvolvendo a capacidade de traçar novas possibilidades que lhe proporcionem o resultado esperado. (CORRÊA; BOLL, 2019 p.7-8)

Dessa forma, podemos entender que a introdução de metodologias ativas no processo educacional “[...] *dão ênfase ao papel protagonista do aluno, ao seu envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do processo, experimentando, desenhando, criando, com orientação do professor*” (MORAN, 2018 p.41).

Assim sendo, as metodologias ativas apresentam uma proposta de ação que coloca o professor na função de mediador e promove os estudantes a serem os protagonistas na construção do seu conhecimento.

Assim, é necessário criar condições para auxiliar professores nos processos de construção de situações de aprendizagens que facilitem a efetiva participação do aluno, afinal, se queremos que os alunos sejam criativos *“eles precisam experimentar inúmeras novas possibilidades de mostrar sua iniciativa”* (MORAN, 2015, p.17).

Embora as metodologias ativas não precisem fazer uso de tecnologia, esses recursos podem auxiliar no desenvolvimento de uma aprendizagem significativa e criam possibilidades para potencializar a ação pedagógica na mediação e construção de novos conhecimentos, para Moran:

O que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente. Por isso a educação formal é cada vez mais blended, misturada, híbrida, porque não acontece só no espaço físico da sala de aula, mas nos múltiplos espaços do cotidiano, que incluem os digitais. O professor precisa seguir comunicando-se face a face com os alunos, mas também digitalmente, com as tecnologias móveis, equilibrando a interação com todos e com cada um. (MORAN, 2015 p.16)

Portanto, a utilização de jogos digitais no processo de construção de conceitos pode sugerir uma alternativa interessante para motivar o aluno a participar da aula, favorecendo a criação de uma atmosfera mais divertida, descontraída, agradável e prazerosa para a construção do conhecimento.

Os jogos digitais são ferramentas lúdicas de auxílio ao aprendizado, enquanto os alunos jogam eles podem desenvolver a autonomia necessária para resolverem situações problemas, reforçando competências como a

tomada de decisões, o trabalho em equipe, o protagonismo e a colaboração, segundo Moran:

Alguns componentes são fundamentais para o sucesso da aprendizagem: a criação de desafios, atividades, jogos que realmente trazem as competências necessárias para cada etapa, que solicitam informações pertinentes, que oferecem recompensas estimulantes, que combinam percursos pessoais com participação significativa em grupos, que se inserem em plataformas adaptativas, que reconhecem cada aluno e ao mesmo tempo aprendem com a interação, tudo isso utilizando as tecnologias adequadas. (MORAN, 2015 p.18)

Para Prensky (2012 p.44), *"a Aprendizagem Baseada em Jogos Digitais pode desempenhar um papel importante na interiorização de conteúdos que não motivem as pessoas de forma intrínseca, mas que precisem ser aprendidos"*, assim, se os jogos digitais forem corretamente utilizados, podemos construir uma aprendizagem eficaz, divertida e versátil adaptada a diferentes situações educacionais, mudando a forma que o conteúdo é apresentado, o aluno é motivado a explorar outras formas de aprendizagem.

A Aprendizagem Baseada em Jogos Digitais permite que o jogador tenha um sentimento de pertencimento com o conteúdo e oferece uma oportunidade para o estudante construir sua aprendizagem a partir de tomadas de decisões, pois, *"os jogos digitais oferecem oportunidades para os aprendizes tomarem suas próprias decisões. Dessa forma, as recompensas se tornam uma atividade prazerosa e interativa onde o resultado é diferente das formas narrativas tradicionais de aprendizado"*. (AOKI; FIUZA; LEMOS, 2018 p.2)

2 - A CONSTRUÇÃO DO RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO A PARTIR DE JOGOS DIGITAIS

A seleção dos jogos digitais leva em conta que o seu objetivo principal deve ser focado na construção de conhecimentos, dessa forma, podem ser aplicados em situações cotidianas para contextualizar o que foi aprendido ou para resolução de problemas do dia a dia.

Portanto, os jogos digitais podem ser aplicados na construção de conhecimentos para impulsionar a compreensão dos conteúdos a partir de objetivos e desafios claros, que podem ser ajustados ao aluno, a escolha dessa metodologia ativa ocorre pela criação de um ambiente motivador e envolvente onde se *"aprende jogando"*. No ensino de geografia, a utilização de jogos digitais pode ser uma ferramenta de mediação didática para a construção de conceitos.

Ao pensar geograficamente, os alunos passam a entender a importância da geografia como um conhecimento significativo e são capazes de estabelecer analogias entre os diferentes fenômenos que ocorrem no espaço geográfico e suas consequências sociais, naturais, ambientais e econômicas, que o torna participante ativo no processo de se enxergar como sujeito no mundo que o cerca, para Giroto:

[...] o professor deve dialogar criticamente com aquilo que o educando já sabe. Mas para que tal diálogo seja mais frutífero, é fundamental criar as condições para que os educandos sejam os principais sujeitos deste diálogo, criando situações nas quais os mesmos já não consigam responder aos problemas da realidade com os conhecimentos, sentidos e significados que possuíam, sendo instigados a buscar outros caminhos interpretativos, outras formas de compreender e interpretar a realidade. (GIROTO, 2015 p.84)

Assim, os conceitos da geografia são ferramentas importantes para a apropriação de elementos necessários para a análise de fenômenos espaciais, que permitem que os alunos construam conhecimentos significativos a partir da vivência e interpretação das relações espaciais no seu cotidiano, esse processo de interpretação é denominado na geografia como raciocínio geográfico, na concepção de Castellar, Pereira e Paula (2022);

[...] na Geografia, o espaço geográfico combina, ao mesmo tempo, elementos absolutos, relativos e relacionais que devem ser considerados na forma como se aprende sobre os fenômenos do espaço geográfico produzido. Esses fatores precisam estar presentes no processo de construção do raciocínio geográfico escolar, obedecendo o nível de complexidade e leitura de mundo desempenhados na educação básica. (CASTELLAR; PEREIRA; PAULA, 2022 p.433-434)

O desenvolvimento do raciocínio geográfico apropria-se dos processos de construção de conhecimentos articulados a estruturação teórica e metodológica da geografia, desta forma, as categorias geográficas de espaço, território e lugar estão diretamente ligadas com a realidade do estudante, desta forma, o raciocínio geográfico tem vários elementos e informações que podem ser utilizados na construção do conhecimento.

Para Giroto (2015 p.72), o raciocínio geográfico está fundamentado na *“capacidade de se estabelecer relações espaço temporais entre fenômenos e processos, em diferentes escalas geográficas”*, ou seja, o desenvolvimento de habilidades e competências espaciais no aluno é auxiliado por meio da articulação de conceitos e procedimentos teórico-metodológicos da ciência geográfica com conhecimentos práticos, possibilitando que o aluno tenha um papel ativo na construção de significados.

Dentro desse contexto, o raciocínio geográfico pode ser entendido como um processo reflexivo fundamentado nas bases teóricas da geografia, embora o espaço seja o conceito fundamental, é necessário que os alunos dominem outras categorias da geografia, como o território, o lugar, a região, a natureza e a paisagem, para Giroto:

destaca-se, então, a necessidade de que o estudante, ao se apropriar dos conceitos, conteúdos, linguagens e ferramentas da geografia, possa construir um raciocínio geográfico sobre o mundo em que vive. Não se trata, dessa forma, de formar um sujeito que apenas entende de geografia, mas pouco sabe sobre o mundo em que vive. (GIROTO, 2015 p 82)

Esse conceito também está presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como um importante processo cognitivo desenvolvido pelos alunos para a interpretação de vários conceitos acerca do espaço geográfico, segundo a BNCC:

o Raciocínio Geográfico é uma maneira de exercitar o pensamento espacial, aplica determinados princípios para compreender aspectos fundamentais da realidade: a localização e a distribuição dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas. (BNCC, 2018 p. 359)

A proposta da BNCC prevê que o raciocínio geográfico desenvolva no estudante habilidades de interpretar o espaço que vivem, compreendendo como ele é construído e influenciado pelas relações entre a natureza e a sociedade, ou seja, esse conceito tem como objetivo levar o aluno a compreender o mundo ao seu redor e suas relações com o espaço, a paisagem e os lugares através dos conceitos de Analogia, Conexão, Diferenciação, Distribuição, Extensão, Localização e Ordem.

A partir desses conceitos, podemos pensar a implementação de metodologias ativas baseadas no uso de jogos digitais como uma ferramenta pedagógica para a aprendizagem de geografia, onde podemos apresentar conteúdos, temas e objetivos de uma forma interativa, estimulando a curiosidade dos alunos nos assuntos estudados, para Lima:

entende-se que ensinar Geografia pode ser divertido e a criatividade ao apresentar os conteúdos, conceitos, temas e objetos de aprendizagem da Geografia pode fazer diferença no estímulo aos estudantes, pois, criar uma atmosfera de acolhimento e divertimento, por meio de metodologias e cenários educativos que despertem a curiosidade dos estudantes é um grande passo para quererem aprender o que estão sendo provocados. (LIMA, 2021 p. 98)

Desta forma, as temáticas abordadas pelos jogos digitais podem ser inseridas na construção do raciocínio geográfico, apresentando conteúdos como a localização e orientação, os fenômenos físicos e humanos que ocorrem na superfície terrestre, o ordenamento territorial e as ações antrópicas entre outros, de uma forma mais atrativa, dinâmica e interativa. A introdução dos jogos digitais no ensino de geografia permite que os alunos explorem outras formas de aprendizagem eficazes para a construção de conceitos geográficos, pois impulsionam o envolvimento dos alunos em diversas temáticas por eles vivenciados, para Moraes e Castellar:

[...] as metodologias ativas amplamente difundidas têm se apresentado como eficazes, por serem estratégias que minimizam ou solucionam alguns dos problemas encontrados no espaço escolar. Entre suas potencialidades estão a de impulsionar o envolvimento dos alunos por meio de atividades lúdicas, como o uso de jogos, e partir de situações vivenciadas por eles para tratar de temas como cidade ou meio ambiente. (MORAES; CASTELLAR, 2018 p.423)

Ao nos debruçarmos sobre a da incorporação dos jogos digitais no ensino de geografia são apresentadas outras possibilidades de construção de conhecimentos e conceitos geográficos, diante desse contexto, podemos pensar nesse processo como uma ferramenta pedagógica para a aprendizagem de conceitos geográficos, dessa forma, a escolha do jogo digital não pode estar descontextualizada de uma intenção educacional que potencializa sua aplicação, segundo Viera e Gomes (2021 p.2) *“Não se trata do uso indiscriminado do jogo, tampouco do jogo pelo jogo, mas sim seu uso enquanto uma linguagem, que permita mobilizar princípios, categorias e conceitos para a construção de conhecimento pelo aluno, mediado pelo professor”*.

Selecionado de forma adequada, os jogos digitais podem ser recursos pedagógicos utilizados para mediar a construção do raciocínio geográfico, a partir deles podemos simular à vivência prática do aluno, possibilitando a construção de conhecimentos e conceitos geográficos de diversas temáticas, incentivando o protagonismo e a participação do aluno em um ambiente educacional mais ativo, autônomo, interativo e atrativo, que desperta a curiosidade dos estudantes de uma forma lúdica e divertida.

3 - ANÁLISE QUALITATIVA DO JOGO “RISE OF THE TOMB RAIDER” NA CONSTRUÇÃO DO RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO

Para atender critérios qualitativos, os jogos digitais necessitam proporcionar uma experiência lúdica, significativa e motivante ao mesmo tempo que desenvolva no aluno habilidades necessárias para a construção de conceitos, para de Sena et al (2016 p.2) *“os jogos trazem em si uma infinidade de conceitos que estimulam a aprendizagem, pois permitem a interação com o meio e a construção coletiva de conceitos e experiências, bem*

como a geração de conhecimento”.

Para Medeiros e Schimiguel (2012 p.9), pretensão de se avaliar um jogo digital leva em conta a necessidade de “auxiliar os professores a refletirem sobre os vários aspectos que envolvem jogos eletrônicos educacionais e escolherem os jogos que melhor se aplicam aos seus planos de ensino.”

Para definir os critérios para análise do uso de jogos digitais na construção do raciocínio geográfico, foi utilizada a metodologia elaborada por Medeiros e Schimiguel (2012), que avalia a Qualidade do conteúdo, o Alinhamento do Objetivo da Aprendizagem, a Motivação, a Imersão, o Feedback e Adaptação, a Apresentação, a Interação Social e a Reusabilidade, adaptada com os critérios da BNCC (2018) necessários para a construção do raciocínio geográfico definidos como Analogia, Conexão, Diferenciação, Distribuição, Extensão, Localização e Ordem.

Assim, Rise of The Tomb Raider® é um jogo de ação e aventura de uma famosa franquia de jogos produzida pela empresa Crystal Dynamics®, ele acompanha a personagem principal, a arqueóloga Lara Croft, em viagens para diversas partes do mundo, explorando lugares místicos em busca de artefatos descritos em várias lendas antigas. Nesse jogo a protagonista viaja para a Sibéria em busca da **Fonte Divina**, um artefato que garante imortalidade ao possuidor, dessa forma, podemos apresentar os seguintes aspectos do jogo:

Qualidade de conteúdo - O jogo apresenta ótimos gráficos, com uma animação fluída e sem travamentos com ótima jogabilidade e fluidez através de diversos cenários que ajudam na narrativa do jogo.

Alinhamento do objetivo de aprendizagem – de acordo com as séries, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades do BNCC o jogo pode ser trabalhado com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II na unidade temática Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na Europa, na Ásia e na Oceania, nas seguintes habilidades: (EF09GE16) Identificar e comparar diferentes domínios morfoclimáticos da Europa, da Ásia e da Oceania e EF09GE17) Explicar as características físico-naturais e a forma de ocupação e usos da terra em diferentes regiões da Europa, da Ásia e da Oceania.

Motivação - Em Rise of the Tomb Raider, Lara Croft precisa encontrar a Fonte Divina, um artefato sagrado que promete conceder imortalidade.

Imersão - A jogabilidade é fluída e os controles são simples e intuitivos, o jogador caminha livremente pelos cenários, como as regiões inóspitas nas gélidas montanhas da Sibéria. O jogo se desenvolve em cenários distintos e a heroína pode explorar diversos cenários como cavernas, cidades abandonadas, cavernas, montanhas entre outros, o jogo tem um sistema de simulação de dia/noite e simulação de sensação clima que aumenta a imersão do jogo.

Objetivos claros - O objetivo do jogo é fazer escolhas e ações, a partir de conhecimentos sobre as temáticas apresentadas.

Feedback e adaptação - O feedback é realizado pelas escolhas do jogador e pela repetição da fase/missão que o jogador não conseguiu terminar.

Apresentação - O jogo tem gráficos bem elaborados e bonitos, com um design bem atrativo, principalmente para o público-alvo do jogo, com um som atraente e bem elaborado.

Interação social - O jogo não apresenta interação social com outros jogadores reais.

Reusabilidade – o jogo é uma obra comercial e possui direitos autorais, atualmente está disponível para computadores e consoles Xbox 360, Xbox One, PlayStation 4 e Google Stadia, que limitam sua reusabilidade

em sala de aula.

Desenvolvimento do raciocínio geográfico - O jogo apresenta fenômenos geográficos como a relação de localização, relevo e clima, além de identificar e comparar diferentes domínios morfoclimáticos da região asiática, assim, atende os objetivos da aprendizagem do raciocínio geográfico relacionados aos princípios de diferenciação e extensão, que segundo a BNCC (2018) compreende verificar se “É a variação dos fenômenos de interesse da geografia pela superfície terrestre (por exemplo, o clima), resultando na diferença entre áreas” e analisa um “*espaço finito e contínuo delimitado pela ocorrência do fenômeno geográfico*”. Para atender aos objetivos de aprendizagens relacionados aos princípios de diferenciação e extensão podemos destacar que o jogo simula as características de uma determinada região, como por exemplo, clima e vegetação que são ligadas a um conjunto de características geográficas locais ou regionais, neste jogo a paisagem siberiana mostra características de alta latitude, com pouca iluminação solar e clima frio ou polar, esses conceitos podem ser aplicados nos anos finais do ensino fundamental, principalmente em temáticas sobre a relação de aspectos geográficos como latitude, clima e vegetação na constituição de uma paisagem.

Podemos concluir que o jogo digital atinge o objetivo educacional proposto, pois apresenta vários aspectos qualitativos, que o configura como um jogo motivante e cativante, além de estimular habilidades de diferenciação e extensão do raciocínio geográfico, apresentando fenômenos geográficos como a relação de localização, relevo e clima, em diferentes domínios morfoclimáticos da região da Ásia, podendo ser utilizado para trabalhar habilidades listadas na BNCC, que podem ser potencializadas com o uso desse jogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho propôs um ensaio teórico sobre a temática do uso de jogos digitais no ensino de geografia a partir da perspectiva das metodologias ativas, nesse sentido, a utilização de tecnologia, cada vez mais comum na atualidade, não pode ser ignorada em sala de aula, assim, é fundamental pensar nas potencialidades da construção de conceitos geográficos a partir do uso de jogos digitais, dessa forma, esses recursos digitais devem estar contextualizados aos objetivos pedagógicos.

Para que os jogos sejam instrumentos efetivos no processo educacional é necessário que seu uso se adapte aos objetivos de aprendizagem estabelecidos pelo professor, se bem selecionados, podem articular os conteúdos teóricos à vivência prática do estudante, pois possuem características importantes para melhorar a interação dos conceitos e conteúdos estudados, tornando o ensino mais interessante e atrativo.

Assim, a escolha do jogo digital deve levar consideração a necessidade de avaliação da sua qualidade, definindo critérios para aproveitamento de suas potencialidades, pois sua utilização deve estar contextualizada com objetivos, estratégias e práticas pedagógicas que problematizem uma situação-problema.

Nesse sentido, as características definidas por Medeiros e Schimiguel (2012) como a qualidade do conteúdo, o alinhamento do Objetivo da Aprendizagem, a motivação, a Imersão, o feedback e adaptação, a Apresentação, a interação social e a reusabilidade, ajudam a entender como o jogo pode ser contextualizado para auxiliar a construção de conceitos relativos ao raciocínio geográfico.

Por fim, espera-se que o professor a utilize criticamente esse tipo de recurso para mediação da aprendizagem, ou seja, que o jogo digital tenha um objetivo educacional claro para simular uma vivência de situação-problema necessária para a construção da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AOKI, Ricardo Luiz; FIUZA, Patricia Jantsch; LEMOS, Robson Rodrigues. Utilização de narrativas digitais em ambientes de aprendizagem baseada em jogos digitais: uma revisão sistemática da literatura. **Etd: educação temática digital**, v. 20, p. 1138-1160, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/-8649913>. Acesso em: 22 de agosto de 2022

CORRÊA, Maiara Lenine Bakalarczyk; BOLL, Cintia Inês. Perspectivas sobre o uso de metodologias ativas no contexto da cultura digital. **#Tear. Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 8, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3498/2534>. Acesso em: 22 de agosto de 2022 <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3498>

BRASIL. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ENSINO FUNDAMENTAL. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella [CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella](#); PEREIRA, Marcelo Garrido; De PAULA, Igor R. Pensamento espacial e raciocínio geográfico: considerações teórico-metodológicas a partir de la experiência brasileira. **Revista de Geografia Norte Grande**, v. 81, p. 5-457, 2022. DE SENA, Samara *et al.* Aprendizagem baseada em jogos digitais: a contribuição dos jogos epistêmicos na geração de novos conhecimentos. **RENOTE**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 2016. DOI: 10.22456/1679-1916.67323. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/67323>. Acesso em: 26 ago. 2022.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. ENSINO DE GEOGRAFIA E RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO: as contribuições de Pistrak para a superação da dicotomia curricular. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 5, p. 71-86, 2015. LIMA, Janiara Almeida Pinheiro . O JOGO, A GAMIFICAÇÃO E O LÚDICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19. *Uáquiri (UFAC)*, v. 3, p. 10, 2021.

LOVATO, Fabricio Luis LOVATO, Fabricio Luís *et al.* Metodologias Ativas de Aprendizagem: Uma Breve Revisão. **REVISTA ACTA SCIENTIAE**, v. 20, p. 154-171, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/acta/article/view/3690>. Acesso em: 22 de agosto de 2022

MEDEIROS, Maxwell de Oliveira; SCHIMIGUEL, Juliano. UMA ABORDAGEM PARA AVALIAÇÃO DE JOGOS EDUCATIVOS: ÊNFASE NO ENSINO FUNDAMENTAL. **RENOTE**. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 10, p. 1-10, 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/renote/article/view/36378>. Acesso em: 22 de agosto de 2022

MORAES, Jerusa Vilhena ;CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. METODOLOGIAS ATIVAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA: UM ESTUDO CENTRADO EM JOGOS. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, vol. 17, n 2, 2018.

MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem profunda. In: MORAN, José; BACICH, Lilian (Org.). **METODOLOGIAS ATIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO INOVADORA: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-PRÁTICA**. Porto Alegre: Penso, 2018.

_____. MUDANDO A EDUCAÇÃO COM METODOLOGIAS ATIVAS. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (orgs.). Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens. Vol. II. Ponta Grossa, UEPG/PROEX, 2015. p. 15-33.

PRENSKY, Marc. APRENDIZAGEM BASEADA EM JOGOS DIGITAIS. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

VIEIRA, Solange Francieli ; GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. POTENCIAL PEDAGÓGICO DOS JOGOS DIGITAIS DE SIMULAÇÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA. In: **XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA**, 2021, João Pessoa, Paraíba. A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal. João Pessoa, Paraíba: ANAIS de Evento Revista ENANPEGE, 2021

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E OS BLOCKBUSTERS: PROMOVENDO A REFLEXÃO A PARTIR DE LINGUAGENS ARTÍSTICAS

Clara Decol Sentanin¹, Julia Protes Lamberti², Edson José Neves Júnior³ e Cristine Koehler Zanella⁴

RESUMO

“As Relações Internacionais e os Blockbusters: crítica e métodos de análise” é o título do curso que desenvolvemos ao longo do ano de 2022, em formato virtual, que propunha a análise teórica e metodológica crítica de produções cinematográficas voltadas para o grande público, os chamados blockbusters. Com aulas síncronas e por meio virtual, o curso foi aberto a participantes de todo país e é mais um dos frutos da parceria entre dois grupos de estudos, o Relações Internacionais e Linguagens Artísticas, vinculado ao curso de Relações Internacionais da UFU, e o Grupo de Estudos do Sul Global, vinculado ao curso de Relações Internacionais da UFABC. Este texto relata a experiência deste curso, partindo das motivações e trabalhos progressos que fundamentaram sua proposição, passando por sua organização, desenvolvimento, e culminando no relato da atividade proposta aos participantes que busca fomentar que esses desenvolvam ações de integração universidade-sociedade a partir de iniciativas extensionistas.

Palavras-chave: Artes. Cinema. Métodos de análise. Crítica. Relações Internacionais.

1 Estudante de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e membro do Grupo de Estudos em RI e Linguagens Artísticas (GERILA).

2 Estudante de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e membro do Grupo de Estudos do Sul Global (GESG).

3 Professor da graduação e pós-graduação em Relações Internacionais da UFU, coordenador do curso de graduação em Relações Internacionais da UFU e coordenador do GERILA.

4 Professora da graduação e pós-graduação em Relações Internacionais da UFABC e coordenadora do GESG.

TEXTO

A atividade “As Relações Internacionais e os Blockbusters: crítica e métodos de análise” propôs como objetivo a análise teórica e metodológica crítica de produções cinematográficas voltadas para o grande público, os chamados blockbusters, com vistas ao desenvolvimento dessas habilidades e o fomento da replicabilidade dessa ação pelos participantes em iniciativas extensionistas próprias. O projeto se baseia na experiência de extensão, de ensino e de pesquisa dos coordenadores e ministrantes do curso com temas relacionados à análise fílmica a partir das Relações Internacionais (RI). A experiência dos professores Edson José Neves Jr (vinculado à Universidade Federal de Uberlândia - UFU) e Cristine Koehler Zanella (vinculada à Universidade Federal do ABC - UFABC) já rendeu três livros sobre Relações Internacionais e Cinema (NEVES JUNIOR, ZANELLA, 2015, 2016 e 2021), diversas ações de extensão e ações culturais, artigos científicos (ZANELLA e NEVES JUNIOR, 2017, 2021) e experiências de inserção de métodos de ensino baseados na conexão entre cinema e RI nos programas das disciplinas sob sua responsabilidade. Hoje atuando em instituições distintas, os professores mantêm a parceria, articulando este curso a partir de dois grupos de estudos, o Grupo de Estudos de Relações Internacionais e as Linguagens Artísticas (GERILA), vinculado ao curso de Relações Internacionais da UFU, e o Grupo de Estudos do Sul Global (GESG), vinculado ao curso de Relações Internacionais da UFABC.

No curso “As RI e os blockbusters”, gratuito e aberto para estudantes de qualquer instituição de ensino superior sediada em território nacional, a equipe se constituiu, além dos professores, de um grupo de monitoras, selecionadas pelo seu interesse e pesquisa prévia com o grande tema de estudo das Relações Internacionais por meio de linguagens artísticas. As monitoras do curso foram as alunas Clara Decol Sentanin e Brida Juliani Peres (estudantes do curso de graduação em Relações Internacionais da UFU e membras do GERILA) e Julia Protes Lamberti (estudante do curso de graduação em Relações Internacionais da UFABC e membra do GESG). Também participou como professor convidado em uma aula relativa à produção audiovisual chinesa Paulo Menechelli, doutorando em Relações Internacionais pela UnB.

Em termos de desenvolvimento, a proposta do curso consistiu em debates mensais sobre um filme de grande bilheteria que deveria ser assistido previamente, seguido de atividades didáticas a ele relacionadas. Todos os encontros foram realizados virtualmente, em modalidade síncrona, via plataforma RNP.

A opção por blockbusters deveu-se ao fato de serem obras de grande circulação, instrumentos de comunicação de massa, exemplares instrumentos da indústria cultural e relevantes na formação de uma opinião pública global pelo elevado grau de difusão. Os blockbusters (filmes arrasa-quarteirões) são grandes e dispendiosas produções cinematográficas, direcionadas ao grande público, com narrativas simples, foco na ação em detrimento da dramaturgia e, principalmente, associadas a uma ampla estratégia de marketing dos conglomerados midiáticos dos quais os estúdios fazem parte (Mascarello, 2006, p. 336-339). Essa classificação fílmica se tornou comum nos anos 1950, mas os blockbusters se tornaram o tipo hegemônico no cinema hollywoodiano nos anos 1970, com o filme *Tubarão* (1975) e com o início da franquia *Star Wars* (*Uma Nova Esperança*, 1977). A perspectiva crítica adotada no curso teve por objetivo problematizar a narrativa fílmica, sem descuidar da complexidade envolvida na produção de qualquer obra cinematográfica, mesmo nos blockbusters. Em termos de participantes, o curso contou com 39 participantes, pro-

venientes dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, selecionados a partir do preenchimento de um formulário que, além de dados pessoais, requeria que os candidatos e as candidatas informassem a razão pela qual queriam frequentar o curso. Mesmo se tratando de uma justificativa breve, consideramos essa informação importante para identificar, desde cedo, as pessoas que se identificavam com a proposta e que se dispunham a contribuir de forma participativa no curso. Eliminamos, nesta etapa, 7 pessoas que deixaram totalmente em branco o campo ou que não demonstraram qualquer empenho em informar alguma razão para o aceite de suas candidaturas.

Os encontros foram organizados de forma que os professores organizadores apresentavam um método de análise do cinema aplicado à análise do filme indicado para o encontro. A proposta era compartilhar métodos de análise fílmica que mobilizassem teorias e conceitos próprios do campo das Relações Internacionais, viabilizando que a análise do filme se desse a partir de uma metodologia própria. Ao longo da apresentação e especialmente ao final dela os participantes interagiam (preferencialmente por vídeo ou áudio, mas também por meio do chat da plataforma), expondo dúvidas e sobretudo trazendo as suas percepções da obra analisada, formuladas criticamente a partir dos métodos compartilhados pelos professores.

Com os objetivos traçados e considerando a compatibilidade dos calendários da UFU e UFABC, sedes dos grupos que, em parceria, ofereceram o curso, os encontros e atividades didáticas foram assim distribuídos:

Imagem 1: esquema do cronograma das aulas e atividades do curso.

Data	Atividade
26 de abril (sexta-feira – 14h-16h)	Aula 1. A segunda trilogia de Star Wars e o fenômeno transnacional da deterioração da democracia liberal
27 de abril	Atividade Didática – Análise de Discursos. Atividade de pesquisa e análise.
Maio	Recepção
28 de junho (sexta-feira – 14h-16h)	Aula 2. Capitão América: Guerra Civil e as convenções do Tratado de Sétima com o regime internacional de controle de armamentos
29 de junho	Atividade Didática – Análise Imagética. Estudo Iconográfico e Iconológico.
26 de julho (sexta-feira – 14h-16h)	Aula 3. A condição do feminino por meio das personagens de Egdar Allan Poe, Laila Organa, Rey e Almirante Holdo na saga Star Wars
27 de julho	Atividade Didática – Análise Fílmica Temática. Atividade de curso ao partir de personagens.
30 de agosto (sexta-feira – 14h-16h)	Aula 4. Fantasia Negra: o espelho cultural da África e a relação entre tecnologia e poder internacional
31 de agosto	Atividade Didática – Estudo de Representatividade Negra. Atividade de recepção.
27 de setembro (sexta-feira – 14h-16h)	Aula 5. Shang-Chi e as relações entre o Ocidente e a China: um soft power com características chinesas
28 de setembro	Atividade Didática – Estudo de Indústria Cultural. Atividade de análise política.
25 de outubro (sexta-feira – 14h-16h)	Aula 6. Batman: o cavaleiro das trevas como alegoria do terrorismo e da Guerra ao Terror
26 de outubro	Atividade Lúdica – Oficina “Cômicas” de Memes. Atividade de criatividade.
22 de novembro (sexta-feira – 14h-16h)	Aula 7. Darat: uma representação sobre o acesso a recursos naturais estratégicos e a sua gestão
23 de novembro	Entrega das propostas de ações de extensão sobre Relações Internacionais e os Blockbusters.
06 de dezembro (sexta-feira – 14h-16h)	Aula 8. Evento de encerramento do curso
07 de dezembro	Atividade de avaliação do curso por parte de alunos e alunas.

Fonte: acervo próprio.

Ao final de cada aula, por meio da plataforma Moodle, atividades específicas (entre as quais, análise do discurso, análise imagética, estudo de recepção, estudo de indústria cultural, e até mesmo uma oficina de memes) deveriam ser submetidas, de forma a fomentar o exercício da aplicação e compartilhamento das críticas particulares realizadas. Nessas ocasiões, de forma didática e lúdica, procurou-se estimular o desenvolvimento de formas alternativas de abordagens conectando Relações Internacionais e cinema, que não apenas aquelas utilizadas nas discussões das aulas.

A título de exemplo, para primeira atividade foi solicitado aos participantes que aplicassem os indicadores da Crise da Democracia - método procedimental utilizado na análise dos filmes da franquia Star Wars -, em discursos de lideranças políticas contemporâneas, do mundo real. Para a ocasião, foi indicada leitura específica, instrumental, sobre o método de Análise de Discurso. Na segunda atividade tratamos do método iconográfico e interpretação iconológica para os participantes poderem aplicá-los em imagens extraídas de outros filmes. Na terceira atividade foi solicitada a aplicação de método no qual se verificasse a construção do feminino em outros filmes, partindo de três critérios: físico, figurino e complexidade das personagens. Na quarta a tarefa se concentrou na recepção: foi exigido aos integrantes do curso verificar em publicações online de lideranças do movimento negro como as representações presentes no blockbuster Pantera Negra foram recebidas e interpretadas. Na quinta atividade exigiu-se a verificação de como ocorreu a construção de inimigos do Ocidente em outros filmes hollywoodianos. No último exercício, mais lúdico, foi exigida a elaboração de memes a partir dos filmes e discussões desenvolvidas ao longo do curso, tendo em vista a relevância dos memes como instrumentos críticos na cultura digital atual.

Nas etapas finais do curso, como forma de incentivar os participantes a articularem ações de extensão em suas práticas acadêmicas e, portanto, de difundir o conteúdo compartilhado e construído no curso, foi proposta a entrega de um projeto sintético de uma ação de extensão envolvendo a análise do cinema a partir de temas que interessam às Relações Internacionais. Os cursos elaborados pelos integrantes deveriam ser voltados para estudantes do ensino médio, de preferência abordando obras de tipo blockbuster, e deveriam empregar métodos de análise derivados dos empregados no curso. A intenção central foi converter os participantes em multiplicadores do curso "As Relações Internacionais e os Blockbusters: crítica e métodos de análise", dando-lhes ferramentas para replicar práticas extensionistas futuramente.

Em termos de experiência da equipe, o trabalho das monitoras do curso foi bastante tranquilo e transcorreu de forma intuitiva. As monitoras ficaram responsáveis por controlar a entrada e saída dos alunos da plataforma em que as aulas ocorreram, pelo monitoramento do chat da plataforma e por registrar o controle de presença dos alunos nas aulas. Além disso, cada monitora se responsabilizou por acompanhar as atividades didáticas referentes a determinadas aulas (de acordo com o interesse pessoal e experiência prévia de pesquisa de cada uma com a temática) e fazer comentários a respeito do desempenho dos alunos nos fóruns em que estes postavam as mesmas após cada aula, fomentando a interação.

O exercício de ler e comentar as atividades dos alunos foi bastante interessante, pois foi possível conhecer diferentes perspectivas e reflexões a respeito das temáticas que eram apresentadas nas aulas e propostas nas atividades, além das mais variadas referências pessoais e bagagens culturais de cada aluno - o que gerou discussões interessantes no fórum. Ademais, observar as produções dos alunos a partir da perspectiva da monitoria foi uma experiência estimulante para colocar em prática um pensamento mais crítico de nossa parte. Por meio da observação dessas produções, era possível não só fazer novas reflexões críticas das discussões das aulas e rememorar o conteúdo aprendido, mas também observar pontos levantados pelos alunos em seus textos com a perspectiva das pesquisas individuais de cada monitor, acrescentando não só nos aprendizados do curso, mas também nos conhecimentos acadêmicos de cada discente engajado nas atividades de monitoria nesse curso.

Para além dessas atividades, as monitoras também assistiram às aulas

e participaram das discussões que eram fomentadas entre professores e alunos, o que por si só já foi uma experiência enriquecedora, estimulante e divertida. Foi muito bom aprender novas formas de estudar e produzir conhecimento no campo das Relações Internacionais, participar e observar novas metodologias e modelos didáticos sendo postos em prática pelos professores Edson e Cristine. Para alunos que desejam seguir a carreira acadêmica nas RI, principalmente nos que desejam seguir uma linha de estudos voltada às artes e as RI, cursos de extensão como este contribuem muito para se observar as melhores abordagens ao produzir e analisar conhecimentos unindo esses dois campos de estudos que, a primeiro olhar, parecem muito distintos um do outro, mas que podem - e devem - ser utilizados em conjunto para analisar o mundo e as RI. Ao observar as aulas ministradas pelos professores, foi possível aprender ainda mais sobre o uso desses dois campos e a melhor metodologia para utilizar o cinema nos estudos das Relações Internacionais. No geral, consideramos sempre muito benéfico entender diferentes formas de estudar e ensinar RI, por isso foi ótimo acompanhar de perto o processo dos professores ao colocar em prática este curso.

Outra vantagem de participar ativamente do curso RI e Blockbusters, tanto na posição da monitoria quanto de discente, foi poder conhecer alunos de vários lugares e universidades do Brasil, estabelecendo novos contatos e amizades com pesquisadores ativos e interessados na área de RI e Linguagens Artísticas. Um ponto extremamente positivo do curso, tanto na perspectiva de discente quanto na perspectiva de monitora, foi o fato das aulas terem sido ministradas online. Como as vagas não eram reservadas apenas a alunos da UFABC e da UFU, instituições dos grupos que ofertaram o curso e de onde provinha a equipe organizadora de professores e monitoras, foi possível conectar e estabelecer laços com diversos pesquisadores e discentes com interesses comuns no cenário de Cinema e Relações Internacionais de outros estados do país, enriquecendo não só a proposta do curso, como os conteúdos discutidos durante as aulas. Além disso, por meio dessa modalidade, alguns dos participantes e monitores acompanhavam as aulas de locais diferenciados, que muitas vezes trouxeram comentários e histórias interessantes desses locais que enriqueceram alguns dos temas e debates apresentados em muitas das aulas.

Ademais, é interessante mencionar que, por meio desse curso, foi possível expandir as áreas de interesse no campo das Relações Internacionais e o Cinema. De fato, o uso do cinema como ferramenta para analisar as Relações Internacionais é bem amplo, mas o curso trouxe uma perspectiva de uso dos filmes, principalmente os blockbusters - que são os filmes que mais são consumidos pelo público geral - para analisar e levantar discussões em áreas das RI que não trazem, tradicionalmente, o uso do cinema em sua metodologia de ensino em meio às universidades, como o caso do Direito Internacional, que muitas vezes foi tema ou menção durante às aulas, aparecendo também nos materiais de apoio do curso, como é o caso, por exemplo, do texto Star Wars e o Direito Internacional, escrito pela professora Cristine para Revista Mundorama.

Também merece registro neste relato de experiência o fato de termos criado um grupo de WhatsApp próprio para que os participantes do curso interagissem de forma dinâmica. Registramos que esse grupo foi particularmente interessante por ter permitido uma comunicação rápida entre os participantes e por ter viabilizado um canal prático, de grande acessibilidade a todos, para troca de conteúdo. Observamos que, por meio do WhatsApp, os participantes se sentiram muito à vontade para fazer o compartilhamento de materiais de interesse para além dos disponibilizados na plataforma, para trocar ideias e impressões relativos às interpreta-

ções dos filmes e para resolver questões práticas de acesso às aulas do curso. Além disso, de forma natural, embora não esperada, as aulas e o espaço do WhatsApp foram, inclusive, incubadoras de novas articulações dos participantes em torno de temas de interesse comum identificados.

Imagem 2: print de tela do grupo de Whatsapp da turma, com registro de compartilhamento de materiais e criação de novos grupos de trocas a partir de interesses em comum identificados.



Fonte: acervo próprio.

Em perspectiva crítica, é importante mencionar adversidades verificadas ao longo do curso. Primeiro, do ponto de vista didático, por ser uma primeira experiência para muitos participantes, foram relatadas dificuldades em responder às atividades didáticas. Isso porque eram tarefas nas quais se exigia a assimilação da abordagem metodológica e a sua aplicação em outros casos. Ou seja, era exigido reflexão e proposição, não se tratando de simplesmente responder questões relacionadas ao tema da aula mensal.

Quanto à organização, a periodicidade/duração e o turno de realização do curso, que ocupou praticamente todo o ano letivo de 2022 foi outro complicador. Como foi um curso longo, os participantes relataram dificuldades em participar devido às exigências pessoais e profissionais. Assim, 15 dos 39 alunos e alunas efetivamente finalizaram o curso, cumprindo com a frequência exigida e com a entrega das atividades, fazendo jus, assim, à emissão de certificado de conclusão. Ademais, como o horário possível para as aulas, segundo agenda dos professores, eram as tardes das terças-feiras, os estudantes foram prejudicados por demandas das Universidades em que estavam matriculados. A graduação em Relações Internacionais da UFU, por exemplo, alterna semestralmente os turnos das aulas conforme o estudante progride na grade. Assim, aqueles que puderam acompanhar o curso no primeiro semestre de 2022 por terem aulas pela manhã, tiveram de desistir no segundo semestre de 2022 pelas

aulas ocorrerem, então, pela tarde. Detalhes como esse merecem melhor reflexão em caso de proposição de uma nova edição do curso, futuramente.

De todo modo, apesar desses problemas pontuais, acreditamos que o curso foi bastante proveitoso e esperamos ter estimulado o pensamento crítico sobre as grandes produções cinematográficas. Além disso, esperamos ter alimentado a motivação para que os participantes desenvolvessem ações de integração universidade-sociedade a partir de iniciativas extensionistas que contemplem a análise academicamente embasada de filmes e, também, a pesquisa nesta área.

REFERÊNCIAS

NEVES JÚNIOR, E. J.; ZANELLA, C. K. (Org.). **As Relações Internacionais e o Cinema - Volume 3: Organizações Internacionais e Governança Global**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

_____. **As Relações Internacionais e o Cinema. Volume 2: Estado e Conflitos Internacionais**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

_____. O cinema e a extensão em relações internacionais: métodos, trajetórias e resultados. **Revista da Extensão da UFRGS**, v. -, p. 30-37, 2016.

_____. (Org.). **As Relações Internacionais e o Cinema. Volume 1: Espaços e Atores Transnacionais**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

ZANELLA, C. K.; NEVES JÚNIOR, E. J. 'Movies in the teaching of International Relations: the Brazilian experience'. **Carta Internacional**, v. 16, p. 1-22, 2021.

_____. O ensino de Relações Internacionais e o cinema: reflexões sobre o uso de filmes como uma ferramenta pedagógica. **Meridiano 47**, 18, p. 1-20. 2017.

ZANELLA, C.K. Star Wars e o Direito Internacional. **Mundorama**, v. 13, p. 1-5, 2019.

MASCARELLO, Fernando. Cinema Hollywoodiano Contemporâneo In: MASCARELLO, Fernando (org.). **História do cinema mundial**. Campinas/SP: Papyrus, 2006.

ASSESSORIA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS: O CONTEXTO PÓS ENSINO REMOTO EM TURMAS DE 3º E 4º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL¹

Silvana Maria Bellé Zasso, Alessandra da Silveira, Juliane de Oliveira Alves Silveira, Carmen Regina Gonçalves Ferreira

RESUMO

Neste texto apresentamos um relato de experiência sobre as ações do Projeto de Extensão “Assessoria Pedagógica nas Escolas” vinculado ao Laboratório de Alfabetização e Práticas de Incentivo à Leitura (LAPIL), e ao Grupo de Pesquisa em Alfabetização e Letramento (GEALI/FURG), que teve por objetivo realizar acompanhamento pedagógico junto a escolas da rede pública municipal de Rio Grande/RS no período de agosto a dezembro de 2022, em turmas de 3º e 4º ano do Ensino Fundamental. Caracteriza-se como uma experiência piloto de docência compartilhada entre professoras e bolsistas voluntárias, graduandas e egressas do curso de Pedagogia da FURG/RS. Trazemos sob a perspectiva das bolsistas, o que significou a participação no projeto para o seu processo de formação inicial. Nas formações, partimos do princípio da dialogicidade tomando por referência o relato das bolsistas em relação às demandas observadas no processo de construção da escrita e da leitura na turma, foi possível verificar a importância de se proporcionar espaços de formação, não apenas para experienciar à docência, mas para acompanhar professoras em exercício, bem como participar das orientações pedagógicas semanais do projeto. Tais ações proporcionaram a ampliação dos conhecimentos estudados na graduação confrontando-os com a prática no contexto das escolas pós ensino remoto.

Palavras- Chave: Alfabetização; Assessoria Pedagógica; Pós Ensino Remoto; Formação Inicial; Contexto Escolar.

¹ Este texto será enviado para avaliação no VI Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALF), que ocorrerá de 16 a 19 de agosto de 2023 de forma presencial na UFPA/Pará e de forma remota de 28 a 30 de agosto de 2023. Sendo aprovado o trabalho será apresentado e publicado nos anais do evento.

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão intitulado Assessoria Pedagógica nas Escolas foi desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande - FURG e está vinculado ao Laboratório de Alfabetização e Práticas de Incentivo à Leitura - LAPIL e ao Grupo de Pesquisa em Alfabetização e Letramento - GEALI², ambos do Instituto de Educação. Ele foi estruturado com a participação de acadêmicas do curso de Pedagogia, professoras da Universidade, professoras em pós-doutoramento e envolveu cinco escolas públicas do município de Rio Grande/RS.

O relato de experiência aqui apresentado situa-se no contexto pós pandemia do COVID-19, o qual, trouxe inúmeros desafios a partir do que foi vivenciado pelo Ensino Remoto (ER), principalmente às docentes que atuam em segmentos do processo de alfabetização, especialmente dos 3º e 4º anos e, também, nas demais turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF). Foi neste cenário que surgiu a nossa proposta de Assessoria Pedagógica nas Escolas, oriunda de demandas de escolas públicas do município de Rio Grande/RS que diagnosticaram que muitas das crianças que cursam o 3º e o 4º ano, no retorno às aulas presenciais em 2022, apresentavam lacunas da alfabetização provenientes das dificuldades de aprendizagens vivenciados nos dois anos de ER. Preocupadas com essa situação, algumas escolas procuraram o Laboratório de Alfabetização e Práticas de Incentivo à Leitura (LAPIL- FURG) buscando uma possibilidade de parceria para juntas procurar sanar tais dificuldades.

Com o intuito de contribuir com as docentes no processo de aprendizagem das crianças, bem como na formação das acadêmicas do curso de Pedagogia, foi se delineando a proposta de Assessoria Pedagógica junto a cinco escolas públicas do município de Rio Grande/RS, sem apoio financeiro de órgãos de fomento, situando-se assim como uma ação voluntária de todos os integrantes da ação por meio de um acompanhamento pedagógico de forma dialógica num movimento de ação-reflexão-ação (FREIRE, 2001) entre docentes e bolsistas. Dessa forma, as ações desse projeto de extensão visam não somente a formação continuada das docentes em exercício, como também a inicial, por meio do trabalho conjunto entre docentes e discentes, no contexto da escola. Desta forma, no presente texto, apresentamos sob a perspectiva das bolsistas, o que significou a participação no projeto para o seu processo de formação inicial.

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA PROPOSTA DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS

No campo de estudos e pesquisas da formação de professores Pimenta (1996, 2005, 2012); Tardif (2002); Cunha (1989); Nóvoa (2002, 2007) Zeichner (1993), ao abordarem sobre a formação inicial, apontam inúmeras discussões e problematizações que buscam a valorização de aspectos como a construção de um profissional reflexivo, pesquisador de sua prática, que ao longo do seu desenvolvimento na profissão tece a sua identidade docente frente a articulação dos aspectos teóricos e práticos. Nesse sentido, o compromisso com a formação inicial e continuada de professores alfabetizadores têm nos acompanhado no espaço do LAPIL/GEALI. Para tanto, procuramos manter uma perspectiva de formação pautada na ação-reflexão-ação (FREIRE, 2001) em que há a valorização e reconhecimento dos saberes prévios, tanto dos acadêmicos como das professoras em exercício em todas as nossas ações de ensino, pesquisa e extensão, garantindo assim espaços de “escuta do outro” com a intenção de per-

ceber o que aprendemos e o que temos ainda a aprender (IMBERNÓN, 2009). Na ação piloto do projeto de extensão de Assessoria Pedagógica nas escolas vivenciada no segundo semestre de 2022, não foi diferente no que diz respeito aos espaços de formação com as bolsistas.

A equipe constituiu-se de 05 estudantes, entre elas 04 em formação inicial no curso de Pedagogia da FURG (duas no 1º semestre e duas no 3º semestre) e 01 egressa formada no começo de 2022 na mesma instituição. Devido à falta de investimento financeiro nas universidades públicas, foi necessário selecionar as escolas que ficassem situadas próximas às suas residências ou da própria universidade. Após esse primeiro movimento, a equipe do projeto fomentou trocas frequentes com a coordenação das escolas e as professoras regentes envolvidas em receber as bolsistas. Explicamos a proposta, o que seria a docência compartilhada, a frequência da inserção das bolsistas nas escolas, como elas poderiam contribuir com o processo de alfabetização da turma, entre outras questões.

O projeto começou efetivamente em agosto de 2022, constituiu-se assim, a seguinte configuração de atuação: três bolsistas realizaram a docência compartilhada em turmas de 3º ano e duas em turmas do 4º ano do EF. Duas bolsistas ficaram na mesma escola em função da proximidade de suas residências. Após atuarem duas vezes por semana junto às docentes mantivemos uma dinâmica de encontros semanais de formação, nos quais as bolsistas relatavam quais eram as maiores dificuldades dos alunos em relação à leitura e a escrita, bem como, aspectos que envolviam o fazer pedagógico da sala de aula.

Os relatos evidenciaram os dilemas da docência e, ao mesmo tempo, as dificuldades ainda apresentadas pelas crianças no que se refere ao domínio da escrita e da leitura, além disso as aprendizagens que as acadêmicas foram construindo em relação à prática alfabetizadora. Diante dessas demandas, elaborávamos ações de formação por meio de leituras de artigos e discussões com o intuito de ampliar os conhecimentos das bolsistas em relação aos fundamentos da alfabetização; promovemos, também, oficinas de jogos sobre o sistema de escrita alfabética e; várias formas de se trabalhar a leitura de forma prazerosa ou com foco no processo de proficiência ou interpretação textual.

As ações de inserção nas escolas juntamente com os encontros formativos proporcionados pelo projeto, apresentaram-se como uma potente possibilidade de enriquecimento das vivências das bolsistas que se encontravam em formação inicial. Tal experiência poderá incidir em sua futura atuação como docente, uma vez que estar neste espaço-tempo da sala de aula ao lado de uma professora mais experiente, e participar de espaços de reflexão nos encontros formativos, se constituem em um potente momento de construção de “seus saberes-fazer docentes, a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano” (PIMENTA, 2012, p.18-19).

Na seção seguinte apresentamos alguns dos dilemas vivenciados pelas bolsistas durante a execução do projeto de extensão. Bem como, as contribuições advindas das experiências nas escolas e nos momentos de formação realizados na universidade que foram registrados em um relatório-reflexivo entregue ao final das atividades de 2022.

OS DESAFIOS E AS APRENDIZAGENS VIVENCIADOS NO PROJETO NA PERSPECTIVA DAS BOLSISTAS

Ao analisarmos as escritas dos relatórios entregues pelas bolsistas, constatamos diversas manifestações que caracterizam a experiência como tendo sido positiva, porém desafiante. As bolsistas relataram que a grande maioria dos alunos apresentavam diversas dificuldades relacionadas à leitura e a escrita. Segundo a bolsista 1 *“Assim que se iniciou a inserção na escola [...], pude enxergar ainda mais claramente os estragos que o período de isolamento deixou nas crianças e as consequências que os professores estavam enfrentando para realizar o trabalho docente”*. Pimenta (2012) ao abordar sobre a docência enfatiza que não se constitui em uma ação burocrática que se restringe a aplicação de conhecimentos pautados em habilidades técnico-mecânicas, mas sim em uma atividade reflexiva e investigativa, em que o professor deve atuar com criticidade frente às demandas sociais que se apresentam, buscando referenciais para modificá-la, entendendo-a como uma prática social. Foi nesse sentido, que cientes desses desafios, as bolsistas empenharam-se em estudar e discutir formas de auxiliar esses alunos a avançarem em suas aprendizagens. Os momentos de formação na universidade parecem ter sido de extrema importância para as bolsistas, que asseguram que foram espaços que as auxiliaram a enfrentar as dificuldades encontradas nas turmas, como pode-se verificar no trecho que segue:

Aprendi muito com vocês, coisas que eu nem imaginava que poderia ser elaborado em uma sala de aula, tenho muita gratidão por fazer parte, e não esquecendo tudo que aprendo em aula na FURG, as teorias e as práticas que aprendi em sala de aula andam lado a lado, todos os movimentos e estudos tem um sentido (Bolsista 1).

Como se observa, a bolsista ressalta o quanto a vivência nas ações do projeto foi capaz de ampliar os seus conhecimentos por meio do movimento de teoria e prática a partir de processos de reflexão oriundos da experiência em sala de aula e dos momentos de formação. Nesse sentido, é que experiências como essa geram *“uma tripla e interativa situação de formação que envolve, de forma simultânea, os alunos (futuros professores), os profissionais no terreno (professores cooperantes) e os professores da escola de formação”* (CANÁRIO, 2001, p. 40). Dessa maneira, é possível compreender que a formação e as atividades no espaço da escola podem ser articuladas e se efetivarem de forma contínua. Tal pressuposto orientou nossos encontros formativos, que inicialmente partiram do compartilhamento de reflexões sobre as inserções na escola, e após o estudo direcionado a fim de contribuir com o experienciado em sala de aula. Destacamos o registro a seguir em que reforça a importância deste momento na formação para a bolsista, que revela não ter nenhuma experiência em sala de aula:

[...] as reuniões foram um modo de me fazer sentir mais segura e preparada para aqueles momentos [...] após um mês na escola, comecei o processo de desenvolver atividades com as crianças. Como não tinha experiência nisso até então, fiquei bem nervosa, mas com a ajuda da professora, que se dispôs a me ajudar no que eu precisasse, e das reuniões de formação, consegui ter um entendimento maior do que exatamente fazer na hora de elaborar a atividade (Bolsista 3).

Nessa direção, ressaltamos a relevância do conceito *“epistemologia da prática”* que remete ao conjunto de saberes que são utilizados pelos profissionais no seu lócus de trabalho, os quais são acionados para desempenhar suas tarefas (TARDIF, 2000). Especificamente, a epistemologia da

prática engloba os conhecimentos, as competências, as habilidades e as atitudes, ou seja, é a mobilização de todos os conjuntos de saberes que são resgatadas pelo docente no seu fazer cotidiano. Assim, ao estarem inseridas na escola, as bolsistas puderam vivenciar a epistemologia da prática dos professores ao refletirem acerca de seus fazeres em sala de aula nos momentos de formação. Como se observa no excerto a seguir:

Tive a oportunidade de aprender muito com as professoras do projeto e também com a professora da turma em que trabalhei. Estar na escola, na sala de aula, me ajudou a compreender melhor como funciona a relação professor-aluno, e as interações que tive com as crianças [...] me mostraram uma forma de ver certas coisas de um modo diferente, e isso era essencial na hora de trabalhar com elas e ajudá-las nas atividades (Bolsista 3).

Como vimos, as bolsistas em seus relatórios salientaram o quanto aprenderam com as professoras nos momentos em que observavam a forma como elas conduziam o seu fazer docente junto à turma. Ao longo do desenvolvimento do projeto as relações entre professora/bolsista foi se estreitando o que facilitou o processo de docência compartilhada, favorecendo o protagonismo das bolsistas que a cada momento se sentiam mais à vontade para sugerir atividades que tinham sido trabalhadas nos encontros de formação, como relatado no trecho a seguir:

[...] com o passar das semanas ela começou a me apresentar sempre o que estava trabalhando com eles e, o que pretendia desenvolver nas semanas seguintes. A partir deste momento, eu comecei a sugerir atividades e até realizar com mais autonomia algumas delas em sala de aula com os alunos. [...] no início percebi que a professora usava muitas folhinhas, [...] entretanto, conforme eu ia dando as minhas sugestões, ela começou a se abrir mais e a realizar atividades diferentes com eles, [...] começou a realizar mais jogos como bingo (de palavras, sílabas, rimas e números), parlendas, trava-línguas, brincadeiras de roda, como 'corre cutia', passou a ler mais histórias para eles, e eu também passei a levar outras para lermos juntos, trabalhar a produção textual, construção de frases. (Bolsista 5)

No relato da bolsista 5 percebemos o quanto a professora foi permitindo sua participação nas aulas, proporcionando maior visibilidade e autonomia na condução e sugestão das atividades. Evidencia-se nessas ações de docência compartilhada que a professora regente, ao acolher a bolsista, dispõe-se a compartilhar, ensinar e aprender a partir do que emerge de sua turma, mas também a partir do que a bolsista propõe ao seu planejamento e na relação com as crianças, configurando-se assim, essa ação, como um momento de troca, de reflexão e construção coletiva para ambas. É, portanto, nesse movimento dinâmico que [...] os saberes teóricos propositivos se articulam, aos saberes da prática, ao mesmo tempo resignificando-se e sendo por eles ressignificados (PIMENTA, 2005, p.26). Diante do exposto, ao pautarmos as ações experienciadas pelas bolsistas no projeto de extensão Assessoria Pedagógica nas Escolas, observamos o quanto as ações de inserção na escola aliadas aos momentos de formação proporcionaram às bolsistas a possibilidade de tecer conhecimentos e experiências capazes de assegurar um processo significativo de exercício da profissão docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências desenvolvidas neste projeto de Assessoria Pedagógica nos fazem seguir em nossas ações de ensino, pesquisa e extensão pela riqueza expressa nos dados dos encontros de formação. Como vimos, os relatos que emergiram do relatório final das bolsistas confirmam a perspectiva de formação inicial pautada na prática profissional como sendo a mais contundente para a formação docente.

O contato direto com o contexto da sala de aula proporciona a possibilidade de observar de que forma as docentes com toda a sua experiência, procuram auxiliar os alunos em suas aprendizagens, o que para as bolsistas representou uma aula prática sobre os processos de ensino-aprendizagem tão difundidos nos cursos de Pedagogia. Portanto, isso foi efetivado pela ação desenvolvida pelo projeto que visava proporcionar trocas permanentes entre todos os sujeitos envolvidos.

Consideramos, nesse sentido, que o processo de formação inicial aliado à prática, por meio da práxis reflexiva oferece possibilidades concretas de ampliar conhecimentos, entender a dinâmica da escola, a aplicabilidade das teorias. Sendo assim, rever o que sabe e o que ainda necessita conhecer/aprender para que seja possível construir uma identidade docente sólida em um eterno movimento de busca por aprofundamento teórico e aperfeiçoamento da prática.

Vivenciar esta docência compartilhada, embora, bastante pontual e voluntária nos instiga a seguir na defesa da implementação de políticas públicas educacionais permanentes envolvendo a escola e a universidade. Vimos nos dados que este movimento de ação-reflexão-ação possibilitou tanto a formação inicial como a continuada de professores alfabetizadores situadas na “epistemologia da prática”, a qual oportunizou a produção de conhecimentos na docência como prática social.

REFERÊNCIAS

CANÁRIO, R. **A prática profissional na formação de professores.** In: CAMPOS, Bártolo Paiva (Org.). Formação profissional de professores no ensino superior. Porto, Portugal: Porto, 2001. p. 31-45.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CUNHA, M. **O bom professor e sua prática.** 18. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1989.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado: novas tendências.** Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.

NÓVOA, A. (org.) **Vidas de professores.** 2.ed. Porto: Porto Editora, 2007

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Lisboa: Educa, 2002.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teórica e prática.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. **Revista Faculdade de Educação.** São Paulo, v. 22, n.02, jul-dez,1996.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação,** n. 13, 2000, p. 5-24.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

ZEICHNER, K. **A formação reflexiva de professores: ideias e práticas.** Lisboa: Educa, 1993.

COMPREENDENDO A BIOLOGIA MOLECULAR E A BIOTECNOLOGIA

Gilmara Barros de Lima ¹, Sergio Daishi Sasaki ²

RESUMO

A criação desse projeto surgiu da convicção de que a disseminação do conhecimento científico à população é essencial para o avanço de uma sociedade fundamentada na ciência. Considerando o grande interesse despertado pelos diversos tipos de vacinas utilizadas contra a COVID-19, o objetivo inicial do projeto era esclarecer a estudantes do ensino médio questões pertinentes à saúde humana, dissipando incertezas quanto à base científica do uso de medicamentos e, principalmente, vacinas. Porém, no decorrer do projeto vimos também a necessidade de esclarecer aos estudantes os fundamentos da biologia molecular e sua aplicação em diversos setores da biotecnologia, aproximando-os assim um pouco mais do universo acadêmico. No total, tivemos a visita de 221 estudantes do ensino médio e seus professores de 6 colégios do ABC paulista ao campus de São Bernardo do Campo da UFABC. O projeto também contou com um curso sobre aplicação das técnicas de biologia molecular na produção de proteínas recombinantes que foi ministrado para uma turma selecionada de alunos e professores do ensino médio e alunos de graduação.

Palavras-chave: Biologia Molecular, Biotecnologia, Ensino Médio, Divulgação Científica.

TEXTO

Desenvolver um projeto de extensão que envolvia trazer alunos de ensino médio para a universidade foi empolgante e desafiador. O primeiro passo da equipe organizadora foi montar o roteiro da visita do estudante ao campus, de forma que a experiência fosse ricamente instrutiva, mas ao mesmo tempo divertida. Na sequência, foi necessário fazer um levantamento das escolas públicas de ensino médio do entorno da universidade e contactá-las, convidando-as a participar. Mas, como trazer os alunos ao campus? Considerando a escassez de recursos, um dos obstáculos cruciais que enfrentamos foi viabilizar o transporte dos alunos das escolas interessadas até o campus. Desta maneira, pudemos atender a um número limitado de escolas que nos procuraram, devido às poucas viagens de ônibus disponíveis, custeadas pela UFABC. Mas, visto que o projeto estava todo montado, abrimos oportunidade também para que algumas outras escolas, particulares e públicas, pudessem participar, haja visto que elas tinham condições de providenciar seu próprio transporte.

Durante todo o período do projeto (07/02/2022 a 16/12/2022) recebemos 221 alunos e professores, de seis colégios das cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Ribeirão Pires. Ao mesmo tempo que sabemos que essa oportunidade foi única para alguns deles, ficamos animados ao perceber que para a maioria, essa experiência os aproximou do ambiente acadêmico e serviu como um estímulo para a continuidade dos estudos. Durante a visita ao campus, buscamos proporcionar aos alunos a vivência de um dia como universitários. Inicialmente, eles realizaram um tour pelas instalações, seguido de uma aula teórica (ministrada por alunos de graduação e pós-graduação da UFABC) e, por fim, participaram de atividades práticas no laboratório didático da UFABC. Dentre essas atividades, incluímos treinamento em pipetagem, extração de DNA de frutas e eletroforese em gel de agarose para detecção de DNA.





A segunda fase do projeto envolveu a realização de um curso de uma semana na UFABC, destinado a alunos e professores do ensino médio selecionados previamente. O curso abordou técnicas de biologia molecular e a aplicação biotecnológica no desenvolvimento de proteínas recombinantes. Para esse curso, recebemos muitos interessados que se identificaram como estudantes de graduação de outras faculdades. Esses alunos expressaram o desejo de vivenciar, em particular, a experiência em laboratório que não têm a oportunidade de obter em suas próprias instituições. Alguns alunos da própria UFABC também demonstraram interesse, especialmente aqueles que estão começando e têm interesse em seguir carreira na área de Biologia ou Biotecnologia. Apesar do curso ter como público-alvo alunos e professores do ensino médio, devido ao interesse dos alunos de graduação relatados anteriormente, e por haver vagas disponíveis decidimos por permitir a participação também destes alunos. Pensamos que em uma próxima oportunidade, seria interessante abrir a possibilidade de inscrição também para esses graduandos.



Além da resposta incrivelmente positiva dos participantes, que compreenderam a importância da biologia molecular e seu papel no desenvolvimento biotecnológico de produtos, como vacinas, consideramos como conquistas do projeto o treinamento de alunos de graduação em Biotecnologia e da pós-graduação em Biossistemas da UFABC para a condução das aulas e atividades, bem como a oportunidade de interação desses estudantes com a realidade dos alunos do ensino médio.

Já estamos sendo procurados por diretores de escolas que não puderam participar no ano passado do projeto, mas que anseiam uma oportunidade para esse ano. Assim, seguimos nosso planejamento de estender o projeto dando mais oportunidades para que outros compreendam a biologia molecular e a biotecnologia.

A equipe que executou o projeto em 2022 foi constituída pelos alunos de graduação, Andrew Sguassabia e Stevan Gonzales; pelos alunos da Pós-graduação em Biosistemas, Everton Nencioni, Fábio Thimoteo de Mendonça, Fagner Sant'ana Januário, Gilmara Barros de Lima, Rodrigo Costa Leite, e contou com a coordenação do Prof. Sergio Daishi Sasaki. Agradecemos a pró-reitoria de extensão e cultura (Proec) e a equipe dos laboratórios didáticos do câmpus de São Bernardo do Campo da UFABC. Para quem tiver interesse no projeto, entrar em contato pelo e-mail: sergio.sasaki@ufabc.edu.br

Instagram: @ufabc.biomoltec

Ação de extensão universitária

COMPREENDENDO A BIOLOGIA MOLECULAR E A BIOTECNOLOGIA



Bio  **stemas**
Programa de Pós-graduação em Biosistemas
Universidade Federal do ABC

PROEC
PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA
Universidade Federal do ABC


UFABC
Universidade Federal do ABC

Formação continuada de professores em cultura afro-brasileira

Elaine Cristina do Nascimento Candido, Jamilly Nicacio Nicolete.

RESUMO

Este estudo tratou de abordar a temática do trabalho docente e a formação de professores na educação das práticas afro-brasileiras, para assim formar leitores que contribuam para a compreensão dos problemas educacionais e das políticas de acesso à educação. Esta pesquisa utilizou dados bibliográficos junto com um estudo de caso sobre a capacitação de professores em temas raciais para aplicar em sala de aula se ajustando à Lei 10.639/03. A metodologia teve dados de investigação com uma abordagem qualitativa em virtude de trabalhar valores e atitudes que incentivam o desenvolvimento de pesquisas que permitam uma adequada discussão nas salas de aula, em sua relação à obrigatoriedade do ensino de História e Cultura

Afro-Brasileira, com plataformas de ensino da capes e scielo. A sociedade junto à escola promove uma educação com práticas que transformem em um espaço que forme alunos críticos os processos sociais, sujeitos que considerem o processo histórico e o contexto social. Esse estudo fez refletir a formação desses profissionais, no processo de implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira no currículo da escola da educação básica, pois os/as professores/as usam conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no dia a dia, por exemplo, no que comem, no que vestem, no que dançam, no que ouvem musicalmente, entre outras. O propósito deste texto foi discutir a experiência de formação continuada de professores/as na perspectiva da história e cultura afro-brasileira junto aos professores/as no currículo escolar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira. No cotidiano escolar essa aproximação de professores e alunos algumas vezes acontece por "círculo da confiança", que seria uma roda de conversa onde os alunos falam mais em relação a um tópico, criando um ambiente seguro de falas, permitindo a possibilidade ao aluno escolher entre temas e aumentar seu desempenho escolar sobre um determinado assunto. Assim, o professor trabalha o conteúdo programado e oferece alternativas de autonomia ao aluno.

Palavras-chave: Cultura Afro-Brasileira, Lei 10.639.03, Formação continuada.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho com o tema Formação continuada de professores em cultura afrobrasileira possibilita ter reflexões sobre o dia a dia na organização escolar e na prática dos professores, referente a questões que abordam a formação de professores em cursos capacitação, especialização, treinamentos, palestras, seminários entre outras jornadas formativas, sobre a Cultura Afro-Brasileira e ensino desta temática após a Lei 10.639/03.

A temática discutida aborda o trabalho docente e a formação de professores na educação, nas práticas pedagógicas, para assim formar leitores que contribuem para a compreensão dos problemas educacionais nas políticas de acesso à educação, que democratiza uma conquista importante para a prática escolar da Cultura Afro-Brasileira.

Esta pesquisa vai utilizar dados bibliográficos junto com um estudo de caso sobre a capacitação de professores em temas raciais para aplicar em sala de aula se ajustando à Lei 10.639/03.

O embasamento do trabalho visa destacar a importância da implementação da lei 10639/03 na colaboração teórica da comunidade escolar sobre os acervos culturais da historiografia, e assim romper o modelo eurocêntrico, para oferecer conteúdos que propiciem uma participação coletiva em obter o desenvolvimento social.

Investiga a formação do profissional da educação, com a lei 10.639/03, usando a didática com conteúdos aplicados em sala de aula para devolver uma sociedade sem preconceito com responsabilidade de superação da desigualdade com melhorias, para conseguir reconhecimento social e mudanças nos espaços educacionais.

O trabalho ainda apresenta reflexões sobre uma expectativa do ser professor, ligada à ação docente na atualidade e na formação de professores para a temática afro-brasileira e o acesso à escola no processo de transformação de paradigmas, principalmente as representações de identidade que superam as desigualdades sociais.

A escola é um ambiente que apresenta aos sujeitos a possibilidade de viver socialmente a elucidativa, e também a identidade do professor para proporcionar condições objetivas de compreensão das melhores formas de assegurar formação centrada na organização dos próprios professores na inclusão da História e Afro-brasileira no currículo.

O professor é um agente que conduz jovens e crianças ao convívio social na democracia e na construção de práticas democráticas no seu espaço de trabalho, o professor decide os melhores meios de estudo, e as suas representações sociais, forma possibilidades de se pensar e estudar uma abordagem que permite um processo que forma o indivíduo em relação ao seu grupo social e a partir das representações sociais.

Segundo o pensamento de Ghedin (2000) "O profissional que atua com a educação jamais pode deixar a reflexão, pois esse processo serve para o próprio pensamento, portanto forma consciência de si próprio".

A formação inicial é ponto essencial para a melhoria da qualidade da educação, pois possibilita o acesso a novas propostas metodológicas que visam uma melhor estratégia no processo ensino-aprendizagem, pensando nisso a importância desta pesquisa para os professores serve para dar opções de como abordar a temática afro brasileira no cotidiano e também fazer uma crítica da escassez de conteúdos, de capacitação para este público.

Nota-se a necessidade crescente de professores em busca de capacitação para melhorar seu currículo e oferecer conteúdos de qualidade, por conta própria ou por indicação da secretaria de educação, faculdades ou outras instituições, além de outras leis, pois os conteúdos são essenciais

para que os profissionais da educação saibam tratar as temáticas de forma contínua e as leis e conteúdos sofrem mudanças e aperfeiçoamentos constantes ao decorrer do tempo.

Desse modo, as leituras e reflexões oferecem uma proposta de formação continuada no cotidiano escolar, através do estudo a partir dos problemas levantados de acordo com as necessidades dos professores sobre a História Afro-brasileira no currículo da escola, faz com que entendamos o interesse e o comprometimento dos conteúdos e a metodologia abordada à realidade da comunidade escolar, essa pesquisa tem a intenção de propor uma proposta para discutirmos os problemas enfrentados na escola sobre inclusão da História e Afro-brasileira no currículo, para trabalhar o mais a realidade da comunidade escolar.

Os resultados desta investigação pretendem mostrar propostas curriculares que contemplam questões do sistema de ensino, usando uma pesquisa qualitativa em plataformas de educação como Capes e Scielo, sobre a formação continuada de profissionais da educação sobre a temática afro-brasileira que incorporam saberes do exercício da cidadania, dos movimentos sociais, da cultura Afro-brasileira no currículo, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos.

Os cursos de licenciatura abordam de forma legislativa, em suas disciplinas o assunto da Cultura Afro-Brasileira, por isso os professores ao terminar os seus estudos não têm conteúdos apropriados para passar aos educandos, buscando alternativas na formação continuada, em plataformas do Ministério da Educação (MEC) entre outros.

A ausência de conteúdos de produção de textos da cultura afro na formação de professores surge a partir da necessidade de incluir cursos de capacitação a o cotidiano destes profissionais, para deixar suas aulas mais articuladas, que nos faz pensar na questão: Qual o papel da formação de professores na temática racial, para contribuir na formação da prática pedagógica desses professores?

Embora no dia 20 de novembro seja comemorado o dia da consciência negra no Brasil e no dia 25 de julho ser o Dia Internacional da Mulher Afro-latino-americana e caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, estes temas muitas vezes são tratados assuntos raciais "homenageando" este público, desta forma alguns meios de comunicação, como a televisão aberta, por exemplo, passar filmes, documentários e registros da cultura negra e algumas instituições oferecem capacitações deste assunto à comunidade.

Os conteúdos das capacitações, treinamentos entre outros do tema da história afrobrasileira, são alternativas que procuram solucionar possíveis respostas das dúvidas dos professores sobre a cultura afro-brasileira, algumas vezes esse assunto é abordado de maneira geral aos temas a serem discutidos em sala de aula. Isso acaba dando um apanhado geral de como solucionar as dúvidas gerais dos professores, além de ser cronometrado, isso faz com que muitos professores fiquem com dúvidas sem serem respondidas dependendo da quantidade de profissionais presentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão historiográfica conta acerca das práticas de reconstruir o ensino História do Brasil que coloque os negros no patamar de importância que realmente têm, para assim inspirar professores a terem bons resultados nas suas disciplinas, sugere conhecer o aluno fora da escola. De início isso pode parecer invasivo e fora da realidade da rotina escolar, porém conhecer melhor essa realidade pode modificar a visão em relação ao aluno tendo mais empatia, o aluno também pode conhecer melhor seu professor, se aproximando, não necessariamente que sejam amigos, mas trocar aspectos básicos da realidade familiar e atividades extraclases. É preciso ter uma comunicação que o aluno se ampliará sua capacidade de o desenvolvimento socioemocional, propor atividades coletivas, estimulando a empatia, a comunicação e o relacionamento entre os alunos, isso pode ser possível em qualquer disciplina.

A legislação do Brasil está organizada de acordo com as necessidades formativas do professor, conforme a sociedade se modifica e os desafios estão cada vez mais presentes. O Plano de Metas e Compromissos de Todos pela Educação, estabelece diretrizes para a Educação Nacional, onde a aprendizagem está no centro do processo educacional, estando de acordo com o art. 1º. “XII – instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação” (BRASIL 2012).

Essas ações têm o intuito de criar uma prática de ensino, pesquisa e extensão na formação de professores, na construção do conhecimento de uma nova sociedade, onde o indivíduo é participante das ações para transformação social.

A formação na cultura afro-brasileira pode acontecer por diferentes meios, realização de projetos interdisciplinares, a educação das relações étnica- raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimento e conjunto para a construção de uma sociedade justa, igual e equânime (BORGES, 2010).

A inclusão do tema história e da cultura afro-brasileira nos currículos da Educação brasileira é um momento histórico importante, para direcionar as relações entre pessoas de diferentes étnicas- raciais, a criação de pedagogias de combate ao racismo nas universidades, através de seus cursos de licenciaturas, ajuda na formação dos novos professores que atuem na educação (BORGES, 2010).

A formação docente de ensino pretende produzir mudanças que, acreditem no sucesso dos docentes, investir na formação inicial e continuada dos professores, uma formação específica de atuação, relacionada à diversidade étnica- racial, criar estratégias pedagógicas para auxiliá-las e reeducá-las (BORGES, 2010).

Para melhorar a estrutura da escola é preciso sala de recursos adaptadas, limpas e climatizadas, material didático para complementar a ação docente, esporte e lazer das crianças, atendimento especializado para alunos especiais, materiais lúdicos e jogos educativos e estimulantes.

Segundo Melo (2006), muitos consideram os professores um papel importante, e talvez único, para o futuro das sociedades que se preocupam em alcançar uma educação de qualidade.

Sendo assim admitem que os debates a respeito dos processos de construção de políticas públicas que se preocupam na correção de problemas sobre a cobertura, qualidade no campo educacional, devem privilegiar o desempenho e formação docente.

Para Libâneo (2003) se leva em consideração na formação de professores estudos sobre o contexto social, econômico, político e cultural onde

está inserido, sendo o exercício profissional docente relacionado às práticas escolar e o contexto social.

Sendo assim, vale destacar a relevância da formação dos docentes na construção do currículo, este deve contemplar as novas demandas da sociedade brasileira, que são voltadas para a promoção da equidade social e a atenção para a diversidade cultural.

Professores, também fazem parte da população afro-brasileira, e trabalha com ela; sendo assim, apoiar e valorizar o educando negro constitui preocupação com a nossa própria identidade. Ao insistirmos em desconhecê-la, nos mantemos alienados na nossa própria cultura, sendo os nossos antepassados. Temos que vencer os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes negras.

A cada dia nota que os profissionais do ensino são cada vez mais cobrados, para melhorar o desempenho em aula, a formação continuada não é somente uma medida paliativa, e sim uma proposta com a intenção de ajudar os professores acompanhar o desenvolvimento social, para formar opinião consciente da realidade da diversidade cultural e histórica do Brasil.

A questão central da formação contínua do educador tem que considerar o crescimento pessoal para desenvolver um profissional atento aos resultados, portanto as interdições do professor são necessárias conforme for surgindo temas sobre gênero, raça, ética, entre outros.

Para Ferreira (2008), os professores ao trabalhar com a educação escolar, devem acompanhar as mudanças sociais para desmistificar as características impostas pela sociedade que impera a opinião de uma elite dominante, onde exclui pessoas pelos estereótipos físicos, desenvolvendo assim os primeiros caminhos para que o aluno desenvolver um pensamento antirracista. As estruturas do conhecimento da escola têm a base na formação do cidadão que se transforma em nova realidade e novos saberes. Neste caso Ferreira acrescenta que:

Assim, a nova realidade permite qualificações elevadas para qualquer área profissional e posto de serviço, sendo as necessidades educacionais da sociedade maiores, sendo a formação continuada uma exigência (Ferreira, 2008, p. 22).

Mercado (1999) acrescenta dizendo “Torna-se imprescindível uma formação que permita ao indivíduo encontrar adaptações à realidade em constante mudança, sendo que a formação está equilibrada à mudança, a ativar aprendizagens nos indivíduos para facilitar os processos de ensino e aprendizagens dos alunos”. Com a formação continuada o professor consegue articular o trabalho docente tornando-os mais atrativos e capazes de proporcionar o aprimoramento profissional.

De acordo com o raciocínio do Mercado o trabalho do professor possui caráter revolucionário com a formação dos alunos, com conteúdos que deve contemplar a temática da valorização da ascendência negra, a formação continuada oferece subsídios para o professor desenvolver conteúdos que agregue valores, interação e socialização, criadas na história da civilização africana.

Entende-se que a escola e a sociedade possuem responsabilidades determinantes para continuar gerando conhecimento e conscientização da realidade dos profissionais em busca de novas possibilidades que tendem a diminuir a diferença social que alcance a população.

Hilton colabora dizendo: “Assim, a formação docente é caminho fundamental para construção de um novo olhar que facilite o estabelecimento de uma visão sobre a história e a cultura afro-brasileira” (HILTON, 2014, p. 206). Partindo disso, Pimenta (2006) colabora com o seguinte: “Institui uma

concepção de formação baseada no pressuposto de escola como mudança educativa”. A capacitação do professor propõe uma participação de profissionais qualificados e engajados com a temática com a finalidade de aperfeiçoar o ensino aprendizagem, pois o grau de qualificação interfere em novos conceitos que compreendem a diversidade cultural para corrigir a problemática situação social de muitos alunos.

METODOLOGIA

Em relação aos dados na investigação deste trabalho, tem uma abordagem qualitativa em virtude de trabalhar valores e atitudes que incentivam o desenvolvimento discussão nas salas de aula, em sua relação à obrigatoriedade do ensino de História e Cultura AfroBrasileira, para isso foi usada pesquisa em duas plataformas de ensino de ensino e formação continuada capes e scielo. Nesta pesquisa utiliza os estudos da lei Lei 10.639, aborda assuntos da temática afro relacionados à formação.

Quando o assunto é integrar a história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, não é apenas da falta de formação dos docentes, mas do descomprometimento político cultural das instituições formadoras.

Será possível descobrir formas de trabalhar a Lei 10.639 no contexto escolar como:

contação de histórias, oficinas artísticas, brincadeiras, filmes, dinâmicas de interação, entre outras.

Será possível descobrir formas de trabalhar a Lei 10.639 no contexto escolar como:

contação de histórias, oficinas artísticas, brincadeiras, filmes, dinâmicas de interação, entre outras. Como ser trabalhada a Lei 10.639: em sala de aula, buscar fontes bibliográficas do assunto para a construção do capítulo, usar dados de autores que discutem a temática para fazer uma pesquisa qualitativa.

O estudo da pesquisa é baseado em buscar informações a fim de se compreender conceitos teóricos de desenvolvimento de práticas docentes crítico-reflexivas, a reflexão apresenta deliberações que o professor refletir uma leitura crítica da experiência vivenciada, onde forma um processo de criação, resultantes de saberes acumulado.

Alguns aspectos relevantes devem ser levantados, como um espaço de formação sobre a educação das relações Etnicorraciais valorizando sua importância no processo de formação no ambiente escolar, com uma prática reflexiva e crítica. O processo de ensino-aprendizagem fortalece as relações interétnicas, requer:

Políticas educacionais que favoreça os setores da educação;

Relações étnicas baseadas em valorização dos processos de resistência individuais e coletivos, estimular os alunos a compreenderem o contexto social e fatos;

Compreensão dos valores e lutas historicamente submetidos;

Formar as novas gerações para a cidadania a partir da história, como um pressuposto para um trabalho edificante;

Criação de condições para garantia dos direitos abordados de maneira equânime as contribuições históricas e culturais de seus antepassados.

As potencialidades da reflexão devem funcionar como princípio de questionamentos, intervenções pedagógicas e seus conhecimentos profissionais, transformando o professor em um investigador de saberes no desenvolvimento da autonomia docente e o professor como um sujeito do conhecimento para formular hipóteses.

Utiliza uma postura pedagógica crítica pautada em uma abordagem que uti-

liza métodos de ensino eficazes, sem abrir mão da iniciativa do professor. Zeichner (apud PIMENTA; GHEDIN, 2005) destaca que a prática reflexiva, enquanto prática social pode ser realizada por termos coletivos, o que transforma as escolas em comunidades de aprendizagem.

Após são feitas discussões sobre Relações Étnico-raciais, usando livros sobre o tema e os participantes são convidados a pensar alternativas práticas e lúdicas sobre como trabalhar as Relações Étnico-raciais com aqueles materiais. Trazendo reflexão, integração cognitiva, e novas práticas sobre a criação, a importância e implicações sobre a Lei 11.645/08 no que concerne às Relações Étnico-raciais, com média de 3 horas de duração da formação. Realizar a revisão do material pesquisado para aperfeiçoamento e propor ações que contribuam para formação de professores e alunos das escolas públicas de educação básica estimulando o ensino de anatomia humana nas escolas públicas, contribuir com o processo de aprendizagem despertando o interesse dos professores para o ensino da cultura afro brasileira, possibilitar a ampliar a visão dos educandos e educadores em relação às diferentes formas de interação entre os ramos do conhecimento da cultura afro brasileiro e promover a interação através da formação continuada e/ou opção por carreira de graduação tecnológica, científica ou docente, contribuindo para preparação dos alunos.

Reconhecer os saberes e fazeres afro-brasileiros em sala de aula não depende exclusivamente dos/as professores/as, mas também da comunidade escolar e tomada de decisão política das secretarias de educação e políticas públicas de formação continuada, para suprir deficiências em torno das questões contemporâneas das identidades étnico-raciais. Essa formação possibilita aos/às professores/as repensar, refazer o currículo escolar, rever o material didático e construir um processo educativo para desenvolver ações pedagógicas e políticas de implementação da lei 10.639/2003.

O texto será dividido sites capes e scielo assuntos específicos listados abaixo:

Como é feita a capacitação de professores para a temática de ensino da cultura afro brasileira.

Os meios de consulta para se trabalhar os materiais da cultura afro-brasileira na sala de aula podem ser: internet como sites próprios youtube com lives do assunto etc. Outros meios podem e devem ser consultados como: artigos, revistas, livros, biblioteca online ou físico, participação em treinamentos para professores sobre a temática racial, oferecidos por faculdades, prefeituras, governos ou outras instituições, gerando anotações das conclusões e vivências dos envolvidos.

Como ser trabalhada a Lei 10.639: em sala de aula, buscar fontes bibliográficas do assunto para a construção do capítulo, usar dados de autores que discutem a temática para fazer uma pesquisa qualitativa.

O processo se deu através de indagações que relataram as maiores dificuldades a aceitação que englobam as Relações Étnico-raciais em contextos culturais e históricos, em uma educação antirracista nos processos de construções do currículo escolar para a inclusão das diversas culturas e novos conhecimentos, se espera propiciar compreensão das relações culturais sobre os livros didáticos, que traz a imagem do negro com estereótipos.

A construção da metodologia em cultura afro brasileira deve envolver o processo histórico onde a sociedade está envolvida, considerando as mudanças na vida dos educandos e educadores, o que deixa o currículo flexível, capaz de se reinventar, onde o currículo tem o compromisso social da inclusão, do reconhecimento e promoção da diversidade. (LIMA, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse estudo fez se refletir no processo de implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira no currículo da escola da educação básica, pois os/as professores/as, assim como alunos/as não reconhecem suas identidades étnicas, o que faz com que não se identifiquem com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no dia a dia, por exemplo no que comem no que vestem no que que dançam, no que ouvem musicalmente entre outras.

Do ponto de vista da organização do texto, se divide em procedimentos metodológicos e avanços jurídicos oriundos da luta política do movimento negro, com destaque para a Lei 10.639/2003.

Nesse processo estabelece diálogo através dessa pesquisa com autores que permite conhecer a atuação dos docentes em suas práticas de ensino, procurando questionamentos acerca da formação inicial e continuada desses docentes. Identifica possibilidades de eliminar preconceitos que geram discriminações com os saberes culturais e fornecer subsídios aos docentes de trabalhar com a diversidade cultural, com dados coletados e analisados, que deverá servir de suporte didático-pedagógico bibliográfico que propõe uma reflexão acerca da contribuição da identidade cultural afro-brasileira em desenvolver atividades que possibilite os docentes entender o cotidiano e a historicidade como norteadores da teoria /prática que deve dar-se no ensino-aprendizagem.

Fazendo uma escrita bibliográfica com conteúdos de diversos autores e fontes sobre a temática da cultura da história afro brasileiras, para atender aos objetivos envolve atividades como capacitar docentes para as temáticas da cultura negra no contexto escolar, para a busca de leitura crítica no eixo educação buscando desenvolver atividades de divulgação e popularização da cultura afro-brasileira de acordo com as leis.

Na introdução contém resumidamente cada tópico do corpo do trabalho, sobre formação de professores para fazer a conclusão e por último o resumo e outros detalhes e referências, estas devem ser feitas no decorrer do trabalho em momentos específicos.

Uma análise da contribuição à reflexão da relevância social e política dos temas de uma educação antirracista. Iniciando por capítulos específicos na metodologia, como o trabalho docente passou a ser realizado para se ajustar a Lei 10.639 no currículo das disciplinas e no cotidiano.

Na realização da revisão do material pesquisado para aperfeiçoamento se propõe ações que contribuem para formação de professores e alunos das escolas públicas de educação básica estimulando o ensino de anatomia humana nas escolas públicas, para contribuir com o processo de aprendizagem despertando o interesse dos professores da para o ensino da cultura afro brasileira, possibilitando ampliar a visão dos educandos e educadores em relação às diferentes formas de interação entre os ramos do conhecimento da cultura afro brasileira e contribuindo para preparação dos alunos e formação docente em sites como capes e scielo.

Ao analisar formações sobre de professores na educação básica no site da capes, ao acessar Ações e Programas, depois Formação de Professores da Educação Básica, na lupa ao buscar sobre o tema afro brasileira, foram encontrado cursos de formação continuada realizados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) <http://portal.mec.gov.br/pnld/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541>, e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) <http://portal.mec.gov.br/politicadeeducacao-inclusiva?id=12265> lançou, em parceria, o edital da Rede de Educação para a Diversidade (Rede) <http://portal.mec.gov.br/rede-de-educacao-para-a-diversidade> , que utilizará os polos da UAB

para oferecer cursos de aperfeiçoamento em diversas áreas.

Esses cursos têm o objetivo de oferecer cursos de aperfeiçoamento para desenvolver metodologias educacionais para a inserção dos temas da diversidade no cotidiano das salas de aula.

Os cursos aprovados são nas áreas: Educação Étnico-racial, Educação Ambiental, Educação de Jovens e Adultos, Educação na diversidade e Cidadania, Gênero e Diversidade na Escola e Educação Integral e Integrada.

Sobre Educação Étnico-racial tem como objetivo qualificar os profissionais da educação para atender às determinações das Leis 11.645/2008, 10.639/2003 e 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena.

Na plataforma scielo conta com artigos e notícias como: Universidade Luso-Afro- Brasileira Racismo, direitos e cidadania no Brasil.

As práticas expressas por negação direta e objetiva do acesso a direitos institucionalizados na sociedade, expressa por um ar de desprezo ostensivo, ou quando nega os direitos de transmitir sua dignidade ou a adequação da cultura ou da identidade afro a serem valorizados, para ter um desenvolvimento ou integração adequada na sociedade mais ampla, para a satisfação das demandas por reconhecimento, ou seja, demonstrar mutualidade entre as partes.

Com assuntos que abordam a ideologia da democracia racial abrangente, para internalizar a orientação normativa, da igualdade de direitos entre cidadãos, se estabelece na Constituição de 1988, entre esfera pública e espaço público no Brasil.

Portanto a educação transmite saberes aos alunos que compreende a cultura oferece aos educandos a trajetória do afrobrasileiro, impedindo assim que uma parte da população não consiga compreender, as injustiças praticadas com a população sem seus direitos negados. Nos espaços educacionais requer atitudes voltadas para a superação racial, na formação da sociedade resgatando sua contribuição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito do texto é discutir a experiência de formação continuada de professores/as na perspectiva da história e cultura afro-brasileira junto aos professores/as no currículo escolar os conteúdos de história e cultura Afro- Brasileira, a lei 10.639/2003, que instituiu os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo da escola de educação básica, que os possibilitem reflexões acerca dos conteúdos com que trabalham em sala de aula, para a construção de uma prática capaz de promover a educação para a igualdade racial.

A formação docente esta sofrendo uma transformação que afeta a sociedade, a educação e a escola acerca da formação e da prática pedagógica de professores. Novos cenários de formação docente indicam que os processos formativos devem considerar a singularidade das situações de ensino como as novas competências e os novos saberes.

Normalmente quando se fala com professores/as da educação básica a respeito da história e cultura afro-brasileira e africana, se percebe que estes profissionais não estão preparados para ensinar conteúdos cultura afro-brasileiros, pois durante o curso de licenciatura na universidade este conteúdo não teve o destaque suficiente.

A inclusão de conteúdos no currículo escolar exige do/a professor/a identificação com essa história e cultura sobre sua prática, para a formação continuada preencher um vazio deixado pela formação inicial deste profissional, esta formação deve ser entendida como processo e contínuo,

para possibilitar ao profissional da educação entender as transformações na sociedade, a educação e a escola.

Para promover a conscientização sobre a cultura afro-brasileira e sua contribuição na educação escolar, os interesses sócio-políticos têm que atender a todos de forma igualitária, incluindo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que se ajude a entender a inserção das leis e devolver à sociedade a história de um povo e sua contribuição cultural. A escola é também um espaço de confronto de forças, de transformações, de reprodução dos interesses e da cultura das classes hegemônicas (BOURDIEU; PASSERON, 2008). Sendo um espaço público e democrático, para vivenciar relações de igualdade entre sujeitos, para educar e gerar emancipação do homem, pensar a formação do/a professor/a, é priorizar a qualidade do trabalho docente, melhorar a ação pedagógica na escola e a qualidade de vida da comunidade inserida.

Com isso, a formação continuada pressupõe abordagens intencionais da prática profissional, que nos faça pensar sobre a responsabilidade de difundir, revisar e ampliar e democratizar a troca de experiência com seus alunos. As práticas pedagógicas possibilitem atingir objetivos comuns, que garantam superar as dicotomias do aprendizado escolar construindo nos docentes valores positivos e enriquecedores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Hilton Santos. Os Desafios do Teatro Negro na Cena Contemporânea Estética e Sobrevivência. In: LEGÍTIMA DEFESA – Uma Revista de Teatro Negro. São Paulo: Cia Os Crespos da Cooperativa Paulista de Teatro – Ano 1- Número 1- 2º semestre de 2014.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. A Inclusão da História e da Cultura Afrobrasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica. Revista Mestrado em História, v. 12, n. 1, jan./jun. Vassouras: 2010 p. 71-84. In: http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A_Inclusaoda_historiaculturaafro.pdf (acesso 07/06/2015).

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centraisdeconteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temasinterdisciplinares/diretrizescurriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnicoraciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>>

FERREIRA, Cléa Maria da Silva. Formação de professores à luz da história e cultura afrobrasileira e africana: nova tendência, novos desafios para uma prática reflexiva. Revista ACOALFAPlp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>. Publicado em: setembro de 2008.

GHEDIN, E. (Orgs.) (2005). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lúcia Maria A.; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.). Educação como prática da diferença. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

LIMA, Elvira Souza. Currículo e desenvolvimento humano. In: BRASIL. In-dagações sobre currículo. Secretaria de Educação Básica. MEC/Brasília-DF. 2006.

LIBÂNEO, J. C. (2003). Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez.

MERCADO, LPL; Formação Continuada De Professores E Novas Tecnologias 1999, editora ufal, Maceió – Al.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Site da capes. Disponível em <<https://www.gov.br/capes/ptbr>>.

MUNANGA. K. Lei 10.639/03: depoimento. [São Paulo, fevereiro 2005] Entrevistador: Fábio 30 de Castro. Disponível em: <<http://www.reporter-social.com.br/entrevista.asp?id=60>>. Acesso: 13 ago. 2005.

PIMENTA, S.G. O Estágio na Formação de Professores Unidade Teoria e Prática? Ed Cortez 7ª edição, processos, teorias, e contextos. São Paulo, SP, 2006.

PARECER CNE/CP 03 definira http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne-cp_003.pdf

ROCHA, A. C.; CAMARGO, M. A. S. Desafios para o ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena. Jornada Nacional da Educação Santa Maria: Unifra. p.01-09.
Resolução SE 61, de 6-6-2012.
http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/61_12.HTM?Time=21/03/2017%2015:02:23

REVISTA ACOALFAPlp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>. Publicado em: setembro de 2008.

ROCHA, A. C.; CAMARGO, M. A. S. A História da África e da Cultura afro-brasileira no cotidiano educacional: reflexões sobre um legado histórico-cultural. In: SOUZA, A. E. (Org.). Educação, Sociedade e Cultura: reflexões interdisciplinares. Curitiba: CRV. p.113 – 123. 2011

SILVA, T. F. de O. Lei 10.639/03: Por uma educação antirracismo no Brasil. INTERDISCIPLINAR Ano VII, V.16, p. 103-116. 2012. Disponível em: <Disponível em: http://200.17.141.110/periodicos/interdisciplinar/revistas/ARQ_INTER_16/INTER16_008.pdf > Acesso em: 28 set. 2018.

SANTOS, Joel Rufino dos. Gosto de África: histórias de lá e daqui. São Paulo: Global: 2006. VACS Assessoria de Comunicação Social.

SILVA, Dilma de Melo; CALAÇA, Maria Cecília Félix. Arte Africana e Afro-brasileira. São Paulo: Terceira Margem, 2006.

GLAUBER ROCHA E O SERTÃO: “DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL” E SUA COMPREENSÃO DA SOCIEDADE SERTANEJA NA DÉCADA DE 1960

Joice Aparecida Santos Faria

RESUMO

“Deus e o diabo na terra do sol” é um filme dirigido por Glauber Rocha, sendo considerado um marco para uma nova fase da cultura brasileira. Principalmente, no ramo cinematográfico, caracterizando o Cinema Novo e o “rompimento” das amarras das grandes produções hollywoodianas. Exibido no ano de 1964, o filme não somente marcou uma nova era, como também, lançou uma nova perspectiva sobre a vida do nordestino brasileiro, e a formação da identidade cultural do sertão. Com isso, a película se tornou um importante instrumento para a compreensão da construção social do Nordeste, na década de 1960. Desta forma, o presente projeto visa entender os impactos que a obra causou na compreensão da sociedade sertaneja no período proposto.

Palavras-chave: Glauber Rocha; Nordeste; 1960; Sertão; Deus e o Diabo na terra do sol.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as produções cinematográficas são consideradas apenas formas de entretenimento rápido. Sendo consideradas mais importantes, as produzidas em grandes indústrias, como Hollywood. Contudo, no Brasil, os filmes podem ser considerados recursos alternativos para a compreensão de determinado período histórico ou de determinada sociedade. E pode-se dizer que este fato se deu a partir de um movimento iniciado em meados de 1960, tendo como principal representante o escritor e diretor Glauber Rocha.

Na década de 1960, o Brasil passava por uma fase política conturbada, a qual foi caracterizada pela crescente instabilidade econômica, juntamente com o Golpe Militar. Entretanto, não foi somente a convulsão política do país que alvoroçava a população brasileira. Em 1964, Glauber Rocha lançou sua mais recente obra cinematográfica, “Deus e o diabo na terra do sol”, a qual marcou o início da Era do Cinema Novo. Tal momento foi um grande marco para a história cinematográfica do país, pois, além de soltar as amarras da imposição cultural hollywoodiana, se tornou uma importante ferramenta para a análise social brasileira.

Por meio do Cinema Novo e inspirados na obra de Glauber Rocha, importantes nomes do ramo cinematográfico brasileiro, tais como Cacá Diegues, Nelson Pereira dos Santos e Joaquim Pedro de Andrade, focavam em relatar a realidade cultural e social do país. Principalmente, das regiões que outrora eram negligenciadas pelo alto escalão do poder, que era centralizado no eixo Sul-Sudeste brasileiro. Com ênfase na região Nordeste do Brasil, os novos filmes produzidos focavam em retratar as condições de subdesenvolvimento desta região, assim como, realçar a construção da identidade cultural da mesma.

Dessa forma, “Deus e o diabo na terra do sol” não foi apenas um meio para se iniciar uma nova fase cultural no Brasil, como também se consolidou em um relevante instrumento de estudo para a sociedade nordestina na década de 1960. Com uma roupagem distinta dos blockbusters internacionais, o longa-metragem apresentou uma nova visão sobre os impactos político-econômicos que assolavam o sertão nordestino, assim como sua formação identitária.

Em virtude do fato mencionado, o presente estudo visa apresentar um ensaio sobre a construção do sertão dilacerado brasileiro, na década de 1960. Pautando-se, sobretudo, na obra de Glauber Rocha e na constituição de espaço e identidade cultural que este apresenta em sua obra mais relevante para o cenário cinematográfico brasileiro, “Deus e o diabo na terra do sol”.

Para isso, o foco será o relato que a obra produzida no Brasil, “Deus e o diabo na terra do sol”, dirigido por Glauber Rocha¹, faz sobre a sociedade nordestina, na década de 1960. Enfatizando como o longa-metragem retrata o sertão dilacerado e sua formação identitária. E quais os impactos que causou na compreensão da sociedade sertaneja, perante o restante país. Assim sendo, estas as problemáticas que visão ser respondidas, no decorrer do presente artigo.

Portanto, a elaboração do ensaio em questão é de natureza explicativa. Tendo como referenciais pesquisas e artigos de mestres e doutores sobre ambos os assuntos: Cinema Novo e Glauber Rocha, e região nordeste brasileira, com a delimitação para o período da década de 1960. Visando a obtenção de resultados qualitativos. Assim sendo, estas as problemáticas que visão ser respondidas, no decorrer do presente artigo.

¹ Por questões de praticidade, será utilizada neste artigo, alternadamente a forma abreviada do título do filme (Deus e o Diabo) ou o título inteiro, para identificar a obra de Glauber Rocha. Também irei me referir, daqui em diante, Glauber Rochapor Glauber.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O início da década de 1960 no Brasil foi pautado por grandes mudanças sociais, políticas e econômicas. A herança deixada pela impulsão do nacional-desenvolvimentismo do ex-presidente Juscelino Kubitschek, no final da década anterior, criou raízes no país, alavancando a industrialização e a economia nacional. Jânio Quadros tomou posse da presidência, em 1961, em um momento no qual o processo de industrialização estava acelerado e a economia, conseqüentemente, se expandia, transformando o estado de São Paulo no maior polo industrial da época. Tal fator fez com que não somente São Paulo, mas toda a região Sudeste ganhasse certa notoriedade nacional por representar, de certa forma, um local de “prosperidade” econômica.

Este cenário propiciou uma “efervescência” mundial, na qual o Brasil passou a ser o centro das atenções. Estreitando cada vez mais os laços com grandes economias estrangeiras, tais como, países europeus e os EUA, o Brasil passou a sofrer certa influência destas culturas diante de uma tentativa da construção cultural nacional. Em sua obra “Cultura e Política”, Roberto Schwarz² afirmou que o Brasil, antes de 1964, viveu em uma realidade rica de manifestações, debates e movimentações tanto políticas quanto sociais e, principalmente, culturais (2001, apud OLIVEIRA E PAVÃO, 2011, p.192). Tal fervor cultural impulsionou o surgimento de movimentos estudantis e rurais no Brasil, que passaram a ganhar notoriedade. Lutando por melhores condições de igualdade, pelo direito à terra e melhores condições de trabalho para os trabalhadores rurais, tais movimentos alcançaram as pessoas de diferentes partes do território nacional, que se uniram em busca de um país novo e melhor.

Deste modo, a conjuntura nacional em meados de 1964 proporcionou o surgimento e o fortalecimento das formações dos movimentos culturais. Os movimentos culturais emergiram como uma nova alternativa de fazer e pensar a cultura nacional. Adequando-se às necessidades brasileiras, como um todo, e às necessidades de cada região em específico, esses movimentos criaram as condições necessárias para que houvesse a construção de nova perspectiva sobre as realidades dos distintos povos que vivem no Brasil. Assim, uma reformulação da produção cultural brasileira acontece, e atinge o ramo da música, da produção literária (não somente de livros, mas revistas e periódicos também), da produção teatral e da produção cinematográfica.

Voltadas para a criação de trabalhos que visassem mostrar a realidade social no Brasil, as composições culturais começaram a dar voz ativa à população brasileira que antes era esquecida. E, a partir desse ponto, de dar voz aos excluídos socialmente, que o Cinema Novo surge no Brasil, como apontou Maria Rita Galvão:

“(...) Tratava-se de transpor para o cinema a visão crítica da realidade social que fora a do romance brasileiro pós-modernista. E ainda havia a aspiração de submeter a realidade a uma elaboração técnica que a explicasse, a partir do tratamento dado aos temas, e dos próprios temas e problemas abordados. O cinema deveria ser antes de mais nada —meio de expressão a serviço da cultura, da *criação* de uma cultura autenticamente brasileira”. (GALVÃO, 1984).

A origem do Cinema Novo, deu-se em meados da década de 1960, como um movimento que buscava se livrar das imposições culturais estrangeiras que assolavam o país. Para Pedro Simonard, as amarras culturais eram o resultado da colonização cultural pela qual o Brasil passou, principalmente, em relação ao cinema, por conta das ideias desenvolvimentistas disseminadas pelo então governo brasileiro (SIMONARD, 2003). Isto é,

2 Crítico literário austríaco que migrou para o Brasil ainda pequeno e se tornou um importante nome da Teoria Literária Brasileira, sendo o principal seguidor da crítica literária de Antônio Cândido.

com o advento do avanço econômico nacional, o Brasil passou a ser afetado também pelo estilo de vida dos países com os quais se relacionava, por meio de suas produções culturais. O que proporcionou a disseminação de seus estilos de vida, fazendo assim, com que a própria população brasileira desconhecesse e se tornasse indiferente à sua própria cultura.

Em sua obra, “O rural no cinema brasileiro”, Célia A.F. Tolentino ao fazer sua análise sobre o filme *Deus e o Diabo*, aponta Glauber como um “narrador apaixonado”. Ou seja, mostra como o diretor, ao produzir sua obra cinematográfica, possui um olhar demasiadamente romântico sobre a população nordestina, de forma a idealizar utopicamente as obras que eram produzidas pelo cinema novo. Apesar desse viés, é importante ressaltar que, apesar do caráter romântico, Glauber conseguiu dialogar sobre política e cultura nacional. Com a ênfase na cultura nordestina, Glauber direcionou a atenção para o povo sertanejo, refletindo na formação da compreensão que foi construída sobre esse povo até então ignorado pela sociedade.

Em uma de suas entrevistas, Glauber fala sobre como a concepção de sua obra mais relevante surgiu de forma lúdica (originada pelo maior contato com as produções de cordel que refletiam a cultura nordestina) e natural, apesar de se embasar em fatos históricos e sociais:

“No Nordeste, os cegos, nos circos, nas feiras, nos teatros populares, começam uma história cantando: eu vou lhes contar uma história que é de verdade e de imaginação, ou então que é imaginação verdadeira. Toda minha formação foi feita nesse clima. A ideia do filme me veio espontaneamente” (ROCHA, sem data. Publicado pelo Paulo Saraceni, para o *Tempo Glauber*³).

Tendo como contexto o cangaço e as lutas em busca da autonomia da população, “*Deus e o Diabo*” retrata uma realidade pautada na dicotomia da sociedade de 1960, acarretada pelo descaso do Estado. A vida do sertanejo é marcada por dois aspectos importantes: o messianismo e o cangaço, que originam o nome da obra cinematográfica, respectivamente. O messianismo representava a crença religiosa que regia, em grande parte, a vida cotidiana dos nordestinos. Estes indivíduos são retratados no filme como povos que buscam, constantemente, por um “milagre divino”, o qual libertaria o sertão da profunda seca que o acometia.

Já o cangaço representa o extremo oposto do lado divino. É o movimento no qual uma parte da população se liberta das amarras de seus patrões e partem em busca de justiça, porém, por meios violentos. Além disso, é importante ressaltar que ambos os movimentos estão alinhados com outros conceitos essenciais que embasam suas fundamentações teóricas, em um contexto histórico e político, até os dias atuais. O historiador José Murilo de Carvalho, em seu ensaio para o simpósio sobre a construção do conceito de nação na América Latina: “Conflito entre poder local e poder nacional no século XIX”⁴, discute sobre o âmbito social, político e econômico no qual os conceitos de coronelismo, messianismo e cangaço se interveem entre eles. Destacando-se a seguinte passagem:

“Era raro que os interesses econômicos de classe assumissem o primeiro plano nas lutas locais da Primeira República. Em geral, isto só se dava em momentos de tentativas de criação ou aumento de impostos pelos governos estaduais. Os interesses mais amplos dos coronéis como classe eram raramente, se jamais o foram desafiados pelos governos ou pelos trabalhadores. Não se colocava em questão o domínio dos coronéis como classe. (...) O conflito assu-

3 Tempo Glauber foi um espaço fundado em 1983, pela mãe de Glauber Rocha, Lucia Rocha, com o intuito de manter a memória e o acervo de seu filho em exposição. O espaço, localizado na cidade do Rio de Janeiro, foi fechado em 2017 e seu acervo foi enviado para a Cinemateca do Rio de Janeiro.

4 Tradução livre do simpósio “Nation-Building in Latin America: Conflict Between Local Power and National Power in the Nineteenth Century”, realizado em abril de 1995.

mia, assim, quase sempre, característica de disputa política entre coronéis ou grupos de coronéis, entrando os governos estaduais e federal seja como juiz, seja como provocador, seja ainda como aliado de uma das facções. Não havia movimentos organizados de trabalhadores que pudessem colocar em xeque o domínio do senhorio. A única organização de setores dominados verificava-se nos movimentos messiânicos e no cangaço.” (CARVALHO, 1997)

Glauber inicia a narrativa de “Deus e o Diabo” de forma contemplativa. O espaço e tempo são mostrados de uma ótica diferente, para evidenciar uma nova percepção e uma realidade distinta da qual o telespectador está inserido. No começo da obra, o foco é a paisagem. E, apesar de ser filmada em preto e branco, fica evidente a luz solar ofuscante e sufocante do árido sertão nordestino. O ambiente de seca, ao mostrar a terra plana, e a casa do personagem principal, o sertanejo Manuel, evidenciam a pobreza e a escassez de insumos que assolam o sertão nordestino.

Ao mostrar a rotina de Manuel e sua esposa, Rosa, o diretor destaca como o casal se relaciona com a perda de seu meio de subsistência (com a morte do gado, devido à seca) e com a opressão que a elite, por meio do coronelismo, impõe. Ademais, o semblante de apatia e desesperança é notório nos personagens, o que enfatiza, ainda mais, a miséria da vida sertaneja. Este fato é explicitado no trecho a seguir, de um artigo publicado na Revista *Moviment*:

“Deus e o Diabo surgem como possibilidades a partir do momento em que subverte-se a estrutura de poder da região, reconhecendo-se nela a origem da miséria; o sofrimento da maioria da população que impulsiona o questionamento do poder exercido pela elite local”. (TAMURA, 2017)

Entretanto, por mais que o cenário não seja favorável para os moradores do sertão retratados no filme, um elemento importante surge de forma a mudar o curso dos personagens: o messianismo. O messianismo, apesar de não ser algo necessariamente ligado à religião, teve papel fundamental ao longo da história nacional. Os maiores eventos messiânicos ocorreram, primeiramente, devido à movimentação dos sertanejos, atingindo depois, o restante do território nacional. De acordo com Lísias Aragão (2001), os movimentos messiânicos: “(...) Seriam todos eles ‘movimentos rústicos’ (...) movimentos típicos de sociedades tradicionais, de base patrimonialista e estruturalmente assentados em parentelas, motivados pelas crenças do catolicismo popular”.

A figura representativa desse movimento é o beato Sebastião. Apelativamente, o discurso do beato afirma que o sofrimento do povo sertanejo se encerraria com a descoberta de uma ilha, na qual a população não passasse fome e a água não seria escassa. Quando Manuel se depara com Sebastião e sua procissão, sua trajetória muda, levando-o a crer, cegamente, que haveria uma salvação para toda a miséria que vivia. Além disso, o personagem do beato também enfatiza, subversivamente, o poder que a elite coronelista tem na sociedade. Fazendo, assim, com que a procissão que o seguia adquirisse, de certa forma, um caráter crítico e revolucionário, diante de sua dura realidade.

Entretanto, o surgimento dessa nova “criticidade”, apesar de promover uma nova forma de encarar a miséria social, também é demasiadamente influenciado pelo olhar religioso. Como mostra a passagem do filme, Sebastião pauta seu discurso de ir contra o sistema implantado a partir da ideia de que um Messias irá ajudar aos mais pobres e vingá-los pelos abusos vividos, impostos pelos coronéis:

“É preciso mostrar aos donos da terra o poder e a força do santo (...). O homem não pode ser escravo do homem, o homem tem que deixar a terra que não é dele, e buscar as terra verde do céu. Quem é pobre vai ficar rico no lado de Deus, e quem é rico vai ficar pobre nas corcunda do inferno. E nós não vai ficar sozinho porque meu irmão Jesus Cristo mandou um anjo guerreiro com sua lança para cortar as cabeça dos inimigo.” (DEUS E O DIABO, 1964)

Dessa forma, Glauber explora em sua película o lado negativo que o fanatismo messiânico pode acarretar. Evidenciando, assim, que Manuel e Rosa saíram de um contexto tirânico para entrarem em outro. Ou seja, conseguiram se livrar das amarras dos donos das terras nas quais trabalhavam, porém, caíram na armadilha de um beato que se faz de santificado. Este lhes impõe uma série de tarefas desumanas (como, por exemplo, matar uma criança recém-nascida com o intuito de fazer Manuel provar sua “fidelidade” a ele), pregando-as como caminho para se alcançar a tão desejada “terra prometida”.

E é nessa circunstância que o diretor manifesta o papel fundamental que o cangaço tem na identidade sertaneja. Uma vez que o personagem Manuel, com o auxílio de Rosa, percebe que a vida que levava com a procissão religiosa era similar àquela que tinha fugido inicialmente, eles fogem. Fogem da realidade extremamente religiosa, e vão em busca de um novo estilo de vida. Caminhando sem perspectivas, se deparam com um grupo de cangaceiros que se apresentam como uma oportunidade de mudança. Assim como o messianismo era a representação de Deus, o cangaço representava o Diabo, do título da obra cinematográfica.

Na década de 1960, o cangaço teve papel de representatividade da população sertaneja. Conforme citou Eric Hobsbawn (1975), “o banditismo é uma forma bastante primitiva de protesto social organizado”. Isto é, o banditismo característico do cangaço era lido por muitos historiadores como forma de rebelião da população sertaneja, principalmente, contra as injustiças sociais as quais eram submetidos. Para Pedro Paulo Gomes Pereira, “Deus e o Diabo” possui importante papel na compreensão da realidade vivida no interior nordestino:

“Deus e o Diabo, pode tornar mais claro o que significa essa desestabilização que possibilita falar o sertão por dentro. (...) As duas obras⁵ abordam o sertão e o cangaço. O cangaceiro tem intenção de conferir alto grau de verossimilhança, no objetivo de retratar o sertanejo “de verdade”; o filme se estrutura numa composição que se limita aos moldes da decupagem clássica”. (PEREIRA, 2008)

Assim como fez com o coronelismo e com o messianismo, Glauber também contrapõe o cangaço. Os cangaceiros não ficavam satisfeitos com a realidade que tinham, promovida pelas desigualdades sociais e descaso do Poder Público, e era essa insatisfação que regia o grupo. Contudo, apesar de representar um movimento no qual o alvo de sua raiva era a classe detentora de poder econômico e político, o diretor expõe seu lado negativo. Suas ações contra a elite e o poder local eram realizadas por intermédio da violência extrema. O ódio e a sede por vingança, por muitas vezes, se tornavam o principal motor dos cangaceiros fazendo com que, conseqüentemente, a luta pela igualdade de terras e direitos deixassem de ser prioridade.

Por conseguinte, Glauber consegue apresentar, em meados de 1960, aos telespectadores uma nova visão da vida dos sertanejos. E como estes, subjugados pelo Poder Público, se reduzem a uma condição sem perspectivas, levando-os a se submeterem em situações distintas e alienáveis. Segundo o historiador Eduardo N.A.Pavão e o psicólogo William V.de Oliveira:

“A fome e a miséria colocam o indivíduo em situações extremas, ao ponto de a opressão chegar a despertar no colonizado este desejo pela mudança. Neste sentido, Glauber partilha das ideias marxistas de que as condições de opressão levariam o explorado a alcançar a consciência de sua condição e, a partir daí, lutar para superá-la (...). A luta deve ser ininterrupta e constante.” (PAVÃO E OLIVEIRA, 2011)

5 Em sua obra, o autor aponta referências entre o filme de Glauber Rocha com o primeiro filme escrito e dirigido pelo escritor de Lima Barreto: “O cangaceiro”, em 1953. Ao discutir sobre “Deus e o Diabo na terra do sol”, Pereira faz diversos comparativos com outras obras cinematográficas, que não vem ao caso nesse artigo aqui apresentado.

À vista disso, o filme analisa os seguintes contextos: Em primeiro, a existência da crença de que a miséria em que viviam existia simplesmente por existir, ou seja, uma realidade condicionada. Em seguida, a religião como instrumento para a libertação da elite opressora. Sendo esta, no entanto, responsável pela doutrinação do sertanejo, que se subordina a uma figura santificada, em busca de um lugar no “paraíso”. Por fim, o cangaço e a vingança dos oprimidos para com seus opressores. Apresentada como único caminho para encontrar a justiça social que lhes é negada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da expansão desenvolvimentista, o foco de investimentos do governo foi voltado, principalmente, para a região Sudeste do país, por ser a localização do estado mais próspero industrial e economicamente – São Paulo. A partir de então, novos movimentos foram surgindo, com o intuito de construir uma identidade nacional. Com a expansão dos movimentos culturais no Brasil, em particular na década de 1960, nota-se o início de uma emergência em inserir socialmente as populações até então negligenciadas.

Nesse contexto surge o Cinema Novo, que usa a arte cinematográfica como ferramenta para demonstrar as diferenças regionais do país. Partindo em busca de uma compreensão acerca das diversas culturas, situações econômicas e sociais, as quais as diferentes sociedades se encontram. Com ênfase na região Nordeste, que era a mais negligenciada pelo Poder Público e atrasada industrialmente, Glauber Rocha, um dos percussores do movimento, constrói uma série de narrativas que visam mostrar o estilo de vida da população que vive nos sertões do Nordeste brasileiro.

Assim, é lançado “Deus e o Diabo na terra do sol” que, com sua temática e linguagem regionais, se tornou uma obra prima do cinema brasileiro, rompendo com os estigmas das produções estrangeiras. Afinal, o filme possibilitou uma nova forma de se analisar a sociedade brasileira, a partir de aspectos históricos e políticos. “Deus e o Diabo” se tornou um importante método de estudos sobre a realidade sertaneja, sobretudo na época em que estreou.

A obra de Glauber Rocha se destacou ao implementar um estilo narrativo diferente daquele que a sociedade estava acostumada. Seu enredo enfatiza uma série de elementos históricos e sociais de forma complementar. Ao demonstrar como as relações sociais entre os sertanejos se dá pela realidade na qual estão inseridos, isto é, a vida em um ambiente escasso de matérias primas para sua subsistência devido à seca e aridez do solo, Glauber destaca a figura do Homem comum como elemento principal. Ou seja, apesar do coronelismo como sistema político enraizado, o messianismo sendo condição para se encontrar uma terra fértil e o banditismo do cangaço serem fatores que poderiam determinar, enfaticamente, a realidade sertaneja, o autor aponta como apenas o próprio homem é capaz de alterar a sua história.

Logo, a importância de “Deus e o Diabo” é justamente o fato de ser um meio acessível para a promoção da discussão acerca dos problemas sociais que acometiam uma parte esquecida do Brasil. Segundo Oliveira e Pavão:

“Na obra de Glauber Rocha essa discussão manteve-se de forma aberta, livre. (...) era fundamental que as pessoas ao assistirem um filme como Deus e o Diabo na Terra do Sol, pudessem superar a colonização, pensar sobre pobreza de sua experiência decorrente da exploração e da dominação. Somente a partir do despertar de uma nova consciência é que o homem seria capaz de superar o seu atraso e tornar-se se verdadeiramente livre” (OLIVEIRA E PAVÃO, 2011, p. 202)

Em virtude dos fatos mencionados, é importante mencionar que a obra de Glauber Rocha não somente pautou o surgimento de uma compreensão social do povo sertanejo na década em que foi lançado. Como também permitiu a produção de uma “identificação coletiva performativa que se distancia das tentativas de construção de uma identidade nacional trans-

cedente e única” (PEREIRA, 2008). Isto é, fez com que estimulasse o surgimento de uma identidade entre as culturas das diversas sociedades que moram no Brasil. Não apenas o conceito de uma identidade nacional, mas além: a formação de uma compreensão social que transpassa o território nacional. A intenção do diretor é explicitada no final do filme. Encerrando assim, sua obra com a cantiga a seguir, escrita especialmente para a trilha sonora do filme:

“Tá contada a minha estória. Verdade e imaginação. Espero que o sinhô tenha tirado uma lição. Que assim mal dividido. Esse mundo anda errado. Que a terra é do homem. Num é de Deus nem do Diabo (bis)” (DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL, 1964)

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Mauricio. O cinema tricontinental de Glauber Rocha: política, estética e revolução (1969-1974). 285 f. Tese (Doutorado) – Langues, littératures et civilisations romanes: portugais, enco-tutelleavecl’Université de São Paulo. 2007.

DE OLIVEIRA, William V; PAVÃO, Eduardo N.A. Arte e política no cinema de Glauber Rocha: Uma análise do filme Deus e o Diabo na terra do sol. Tempos Históricos, 15 v. 2011. 191–202 p.

DEUS e o Diabo na Terra do Sol. Direção: Glauber Rocha. [S.l.]: Copacabana Filmes, 1964. DVD (125 min.). pb.

GALVÃO, Maria Rita. Cinema Brasileiro: 1930-1964. In: FAUSTO, B. (Org.). O Brasil Republicano (economia e cultura – 1930-1964). São Paulo: Difel. 1984.

JUNIOR, Arlindo R. Glauber Rocha, ensaísta do Brasil. 276 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). 2011.

NEGRÃO, Lísias N. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 16 v. 2001. 119-129 p.

OLIVEIRA, Maria C.V. “Novíssimo” cinema brasileiro: práticas, representações e circuitos de independência. 315 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2014.

PEREIRA, Pedro P.G. O sertão dilacerado: outras histórias de Deus e o diabo na terra do sol. São Paulo. Lua Nova; 2008.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política. 1964-1969. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. (Coleção Leitura) In: OLIVEIRA, William V; PAVÃO, Eduardo N.A. Arte e política no cinema de Glauber Rocha: Uma análise do filme Deus e o Diabo na terra do sol. Tempos Históricos. 15 v. 2011. 191-202 p.

SIMIS, Anita. A crise dos anos 1980 e a exibição cinematográfica. Revista Eptic, Araraquara. Editora Unesp; 2016.

SIMONARD, Pedro. Origens do cinema novo: a cultura política dos anos 50 até 1964. Revista achegas.net, n. 9, jul. 2003. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/nove/pedro_simonard_09.htm

SOUZA, Tito E.S. Entre o mar e o sertão: uma análise da narrativa de “Deus e o Diabo na terra do sol”. 8 f. Artigo científico (Graduação) – Departamento de Ciências Humanas III, Universidade do Estado da Bahia. 2011.

TAMURA, Jordy. Deus e o Diabo na terra do sol, de Glauber Rocha. 2017. Disponível em: <https://revistamoviment.net/deus-e-o-diabo-na-terra-do-sol-de-glauber-rocha-cb867c899072>

TOLENTINO, Célia A.F. O rural no cinema brasileiro. São Paulo: Editora Unesp; 2001

MAPEAMENTO CULTURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Ângela Maria Menezes de Andrade, Sophia Cardoso Rocha

RESUMO

Este texto relata a experiência derivada da pesquisa *Mapeamento Cultural da UFBA/2019*, notadamente dos seus procedimentos metodológicos. A realização desse projeto, dirigido pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), com apoio da Vice-Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA), proporcionou uma experiência muito rica de autoconhecimento dessa universidade, alcançando não apenas seus alunos, professores e servidores, como também a comunidade externa. A investigação buscou desvelar a presença da cultura na UFBA, mostrar os lugares que ela ocupa na instituição e colher subsídios para a elaboração de suas políticas para a cultura. A hipótese norteadora dessa pesquisa foi que a cultura não está presente apenas em um registro institucional específico da universidade, mas perpassa o ensino de graduação e de pós-graduação, a pesquisa e a extensão, além de mostrar-se em espaços universitários de diferenciadas naturezas, tais como: estruturas acadêmico-administrativas, laboratórios, auditórios, museus, teatros, bibliotecas, memoriais, cinema, galerias, editora, livrarias, veículos de comunicação, espaços de convivência etc. O estudo pretendeu elaborar um mapa dos lugares da cultura na UFBA no ano de 2019, tomado como um ano de referência para dar visibilidade às atividades culturais empreendidas regular ou ocasionalmente pela universidade. Todas as informações levantadas encontram-se publicadas no site www.mapeamentocultural.ufba.br

Palavras-chave: Mapeamento Cultural. Cultura e Universidade. Universidade Federal da Bahia. Políticas culturais.

INTRODUÇÃO

Desde a sua criação, no dia 2 de julho de 1946, a Universidade Federal da Bahia, então Universidade da Bahia, expressou uma forte vocação para a cultura e as artes. Ainda na década de 40, criou a Escola de Biblioteconomia e integrou a Escola de Belas Artes (criada em 1877). Nos anos 1950, após ser federalizada, foram criados os Seminários Livres de Música, a Orquestra Sinfônica, o grupo vocal Madrigal, a Escola de Dança, a Escola de Teatro, o Centro de Estudos Afro Orientais, o Teatro Santo Antônio e o Museu de Arte Sacra. Com essas iniciativas, o Reitor Prof. Edgard Santos colocou a Bahia no centro do cenário artístico-cultural brasileiro, no qual foram engendrados dois movimentos culturais que, por sua vez, projetaram o Brasil no panorama internacional: o Cinema Novo e o Tropicalismo. Segundo a pesquisadora Rita Aragão (2016), a visão cosmopolita do então Reitor, especialmente aplicada no campo artístico, conformou um ambiente que fez florescer uma geração de artistas e intelectuais fundamentais para a cultura brasileira.

Seis décadas mais tarde, face à importância que a cultura e as artes sempre tiveram para as comunidades interna e externa à Universidade, foi realizado o projeto de pesquisa *Mapeamento Cultural da UFBA 2019* (MapCult). Desenvolvido entre 2019 e 2021, sob a coordenação do Prof. Dr. Antônio Albino Canelas Rubim, o MapCult se propôs a mapear e dar visibilidade à dinâmica cultural da universidade nas suas mais diversas áreas, demonstrando assim o potencial, ainda atual, desse campo. A busca de um conhecimento aprofundado sobre o vigor cultural da UFBA foi também motivada pelo desejo institucional de se produzir um Plano de Cultura para essa universidade, capaz de potencializar os seus talentos, promover interlocuções criativas e reduzir os obstáculos que impedem o desenvolvimento pleno da sua vocação.

Alguns objetivos específicos também foram delineados no projeto original dessa pesquisa, dentre os quais destacam-se três, pela pertinência com o propósito deste artigo: 1) a construção de um banco digital de dados permanente e atualizável; 2) o estímulo a uma maior articulação entre as atividades e instituições culturais da universidade, visando potencializar a sua atuação cultural; 3) a elaboração de procedimentos teórico-metodológicos que auxiliem a realização de mapeamentos culturais em outras universidades e instituições de ensino superior públicas, bem como em outros organismos públicos.

Justamente neste último objetivo específico se espelha a intenção deste artigo, que é o de registrar os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração do *Mapeamento Cultural da UFBA*, no intuito de que possam servir como trilhas orientadoras para trabalhos similares a serem desenvolvidos por outras universidades brasileiras.

Logo de início, é preciso mencionar que o MapCult contou com o apoio da Reitoria, na pessoa do Vice-Reitor e atual Reitor da UFBA, Prof. Dr. Paulo Miguez, por meio da concessão de duas bolsas de pesquisa e da promoção de acesso a todas as fontes de informação, que, em geral, mostraram grande disponibilidade para repassar os dados existentes e apontar os inexistentes. O suporte institucional da administração central foi fundamental, a fim de assegurar o comprometimento dos dirigentes das unidades universitárias envolvidas e a disponibilização de acesso a informações, relatórios e bancos de dados.

PERCURSO METODOLÓGICO

O primeiro passo nesse caminho foi destinado à articulação dos atores para o desenvolvimento da pesquisa-ação. Com o propósito de se estruturar uma equipe de trabalho, foi constituída a *Rede MapCult*, composta por: técnicos-administrativos de diversas unidades da UFBA (cedidos em tempo parcial por seus dirigentes); professores; estudantes de graduação e de pós-graduação. Um técnico (produtor cultural) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi convidado para integrar esse grupo, já na expectativa do compartilhamento e difusão da pesquisa para outras instituições. Os trabalhos foram conduzidos por uma Coordenação Geral, feita pelo Prof. Albino Rubim, e uma Coordenação Executiva, composta pelas duas pesquisadoras do CULT autoras desse texto, configurando, ao total, uma equipe de cerca de 15 pesquisadores. As imagens a seguir revelam alguns encontros da pesquisa.

Foto 1 – Reunião da Rede MapCult



Reunião da Rede MapCult no CULT.
Foto: Sophia Rocha (2019)

Foto 2 – Encontro da Rede MapCult



Encontro da Rede MapCult com a equipe do *Lugares de Memória*, na Biblioteca Central.
Foto: Sophia Rocha (2019)

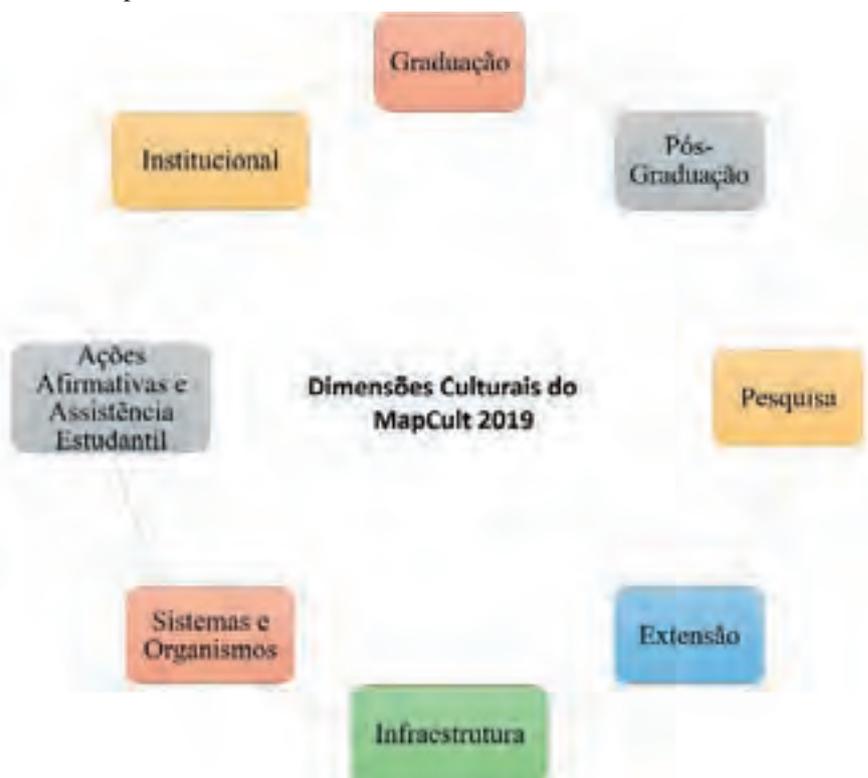
Além dessa Rede, no intuito de sensibilizar os gestores do alto escalão da UFBA, foram realizadas reuniões com dirigentes das Pró-Reitorias correlacionadas ao projeto (Ensino de Graduação, Ensino de Pós Graduação, Extensão, Pesquisa/Criação e Inovação, Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, Administração Acadêmica), de Superintendências estratégicas (Tecnologia da Informação, Ensino à Distância, Meio Ambiente e Infraestrutura), de Sistemas Culturais (Bibliotecas, Editorial), das Assessorias da Reitoria (Comunicação, Especial e Assuntos Internacionais), como também com diretores de Unidades de Ensino, de Órgãos Complementares e de Centros Especiais, como o Lugares de Memória.

Os procedimentos metodológicos do Mapeamento Cultural foram construídos coletivamente, ao longo das cinco etapas da pesquisa, quais sejam: (1) compreensão da dinâmica da cultura na universidade; (2) delimitação da pesquisa; (3) pesquisa de campo; (4) organização dos dados e construção do site; (5) análise de dados e publicação do site. Como em todo processo investigativo, muitas vezes, fases dessas etapas foram desenvolvidas simultaneamente.

Etapa 01: Compreensão da dinâmica da cultura na universidade

Em primeiro lugar, buscou-se compreender como a cultura se expressa, se estrutura e se organiza na universidade para, a partir daí, poder se identificar polos aglutinadores de tais configurações. No site, conforme expresso na Figura 1, esses polos se conformam em oito grandes campos.

Figura 1 – Dimensões estruturantes do MapCult



Fonte: elaboração das autoras a partir da pesquisa MapCult (2023)

A partir dessa identificação, a equipe se organizou em pequenos grupos temáticos, de acordo com o domínio de cada membro, de forma a abranger todas as dimensões e eixos do mapeamento. Cada um desses eixos/campos foi se desdobrando em vários conjuntos de dados e informações, correspondentes aos programas, projetos e ações estreitamente correlacionadas à cultura e às artes. Ao longo da pesquisa, essa organização das informações foi assumindo diversas configurações, resultando finalmente em um conjunto de subcampos, cujos conteúdos demonstram a consistência da teia cultural específica da UFBA, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Subcampos da pesquisa MapCult

Graduação	Pós-Graduação
Cursos/Disciplinas; Programa de Educação Tutorial (PET); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); Programa de Residência Pedagógica (PRP); Empresas Juniores; Intercâmbios Internacionais.	Programas de Pós-Graduação; Dissertações/Teses; Cooperação Acadêmica Internacional.
Pesquisa	Extensão

<p>Grupos de Pesquisa;</p> <p>Projetos de Pesquisa;</p> <p>Pesquisadores(as) do CNPq;</p> <p>Programas de Iniciação Científica;</p> <p>Observatórios e Núcleos de Pesquisa.</p>	<p>Atividades de Extensão;</p> <p>Núcleos de Extensão;</p> <p>Programas e Projetos da Extensão;</p> <p>Cursos de Especialização;</p> <p>Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade – ACCS.</p>
Institucional	Sistemas e Organismos Culturais
<p>Histórico;</p> <p>Instrumentos Legais;</p> <p>Corpo Diretivo 2020;</p> <p>Corpo Técnico-Administrativo;</p> <p>Comunicação;</p> <p>Órgãos Representativos;</p> <p>Projetos Especiais.</p>	<p>Sistemas de Museus e Memoriais;</p> <p>Sistemas de Biblioteca e Acervos;</p> <p>Sistema Editorial;</p> <p>Escolas e Cursos de Arte;</p> <p>Órgãos Complementares e Centros Especiais;</p> <p>Corpos Estáveis, Grupos Residentes e Temporários.</p>
Ações Afirmativas e Assistência Estudantil	Infraestrutura
<p>Programa Permanecer;</p> <p>Programa Sankofa;</p> <p>Residências Universitárias.</p>	<p>Bens Tombados;</p> <p>Equipamentos;</p> <p>Espaços de Convivência.</p>

Fonte: elaborado pelas autoras a partir da pesquisa MapCult 2019 (2023).

Além da organização das informações na perspectiva temática, a pesquisa permite também o conhecimento da atuação cultural de cada Unidade da UFBA, tanto das unidades de ensino e órgãos complementares, como dos órgãos estruturantes e da administração central, constitutivos dos três campi da universidade: Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista.

Etapa 02 - Delimitações da pesquisa

Logo no início dos trabalhos, foi definido o recorte temporal da pesquisa, circunscrevendo-se ao ano de 2019, o que exigiu a espera do encerramento daquele exercício, a fim de se obter os diversos relatórios concernentes à gestão. É importante ressaltar uma natural exceção aberta para o tratamento de informações institucionais mais abrangentes, como, por exemplo, o histórico e a referência aos instrumentos legais que regulam o campo da cultura na UFBA.

A etapa de delimitação da pesquisa se constituiu como um dos mais relevantes pontos metodológicos. Trata-se do debate em torno do conceito de cultura que seria utilizado como referência por toda a equipe de trabalho. Se por um lado, as noções já consagradas, envolvendo arte e patrimônio, são bastante restritas, por outro, a fluidez e dinamicidade do conceito ampliado de cultura desafia a sua operacionalização. Considerando tal

complexidade, o Prof. Albino Rubim elaborou um texto¹ sobre o assunto e propôs alguns parâmetros para balizar as análises sobre quais projetos e ações deveriam ser registrados no âmbito da pesquisa. Após discussões coletivas, resolveu-se considerar como *Cultural*, além da integralidade das ações desenvolvidas na área de Artes, tudo aquilo que:

- (1) implicasse em mudança de valor ou comportamento, envolvendo temas como diversidade, gênero, orientação sexual, combate a estigmas, cidadania, Direitos Humanos etc.;
- (2) tratasse da relação do território com a identidade de um grupo social;
- (3) se relacionasse com memória;
- (4) promovesse a relação da Língua com a cultura;
- (5) tratasse de pensamentos e reflexões sobre um fenômeno;
- (6) estivesse relacionado a um criador ou a alguma singularidade;
- (7) utilizasse a “cultura” como recurso/meio para alcançar fins diversos, inclusive não culturais;
- (8) se referisse à cultura urbana.

As diretrizes conceituais utilizadas pela equipe foram complementadas por um conjunto de palavras-chaves que tiveram como principal referência o Art. 3º da Lei Orgânica da Cultura da Bahia (BAHIA, 2011), acrescidas de outras expressões, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Palavras-chaves da pesquisa MapCult

PALAVRAS-CHAVE MAPCULT			
ACERVO	CULTURAIS	JORNAIS	PATRIMÔNIO
AFRO	CULTURAL	JUVENITUDE	POLÍTICA
ANTIQUÁRIO	DANÇA	LEITURA	POPULAR/ POPULARES
ANTROPOLOGIA	DESENHO	LGBT	POVOS
ARQUEOLOGIA	DESIGN	LINGUAGEM	RAÇA
ARQUEOLÓGICO	ECONOMIA	LÍNGUAS	RÁDIO
ARQUITETURA	EDUCAÇÃO	LITERÁRIO	REDES
ARQUIVO	EQUIPAMENTO	LITERATURA	RELIGIÃO
ARTE	ESPAÇIAL	LIVRARIA	RESTAURAÇÃO
ARTESANATO	ESPAÇO	LIVRO	RITOS
ARTÍSTICO/A	ETÁRIAS	LÚDICO	SABERES

1 Delimitação inicial da noção cultura a ser usada no mapeamento cultural da UFBA. Disponível em: <https://mapeamentocultural.ufba.br/metodologia>

AUDIO-VISUAL	ÉTNICO	MEIO AMBIENTE	SEBOS
BIBLIOTECA	FALARES	MEMÓRIA	TECNOLOGIA
BRINCADEIRA	FEIRAS	MEMÓRIAS	TELECOMUNICAÇÕES
CAMPO	FEMINISTA	MÍDIAS	TELEVISÃO/TV
CAPOEIRA	FESTAS	MITOS	TERRITÓRIO
CIDADE	FOTOGRAFIA	MODA	TRADICIONAL/ TRADICIONAIS
CIGANA	GASTRONOMIA	MUSEU	TRADIÇÕES
CINEMA	GÊNERO	MÚSICA	TURISMO
CIRCO	HISTÓRICA	MUSICAL	URBANISMO
COSMOLOGIA	IDOSO	NEGRO	URBANO/A
CRENÇA	INDÍGENA	ÓPERA	VÍDEO
CRATIVIDADE	INFÂNCIA	ORIENTAÇÃO SEXUAL	
CULTURA	JOGOS	PAISAGEM/ PAISAGENS	

Fonte: pesquisa MapCult 2019

Esse conjunto de palavras foram fundamentais, sobretudo, no processo de seleção das informações contidas nos sistemas informatizados, por meio da aplicação de filtros de busca nos bancos de dados acessados.

Etapa 03 – Pesquisa de campo

Essa etapa foi a mais extensa, definindo-se pelo: mapeamento das fontes de informação; construção de parcerias; levantamento de informações; seleção de documentos – estatutos, regimentos, artigos acadêmicos, livros, planos de cultura etc. –; além da consulta a canais de comunicação institucionais, como sites e blogs. De antemão, é importante ressaltar que o tratamento de todo esse conjunto de materiais não se deu de maneira uniforme, exigindo procedimentos metodológicos específicos, de acordo com as singularidades de cada área pesquisada. Tais explicações encontram-se disponíveis na apresentação de cada campo no site.

Para o mapeamento das fontes de informação, tomou-se como ponto de partida a identificação de dados disponíveis nos sistemas informatizados da UFBA. Para alguns campos da pesquisa foi identificada a existência de vários sistemas consolidados como: SIGAA para os cursos de pós-gradua-

ção; SIAC para os cursos de graduação; SIATEX e GERE para as atividades de extensão; SISPER para o Programa Permanecer; e PERGAMUM para o Sistema de Bibliotecas. Estas bases de dados foram fundamentais para o trabalho, podendo-se afirmar que o levantamento de alguns conteúdos seria humanamente impossível sem as suas existências, como é o caso dos cursos e disciplinas de graduação. O acesso aos materiais derivados destes sistemas foi feito com a anuência dos dirigentes dos respectivos órgãos gestores e contou com o apoio da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) na sistematização dos dados. No decorrer das outras etapas do processo de investigação, outros sistemas externos à UFBA foram identificados e concedidos os seus acessos pelos dirigentes responsáveis, como foi o caso da Plataforma Stela Experta, fundamental para a identificação dos grupos e projetos de pesquisa.

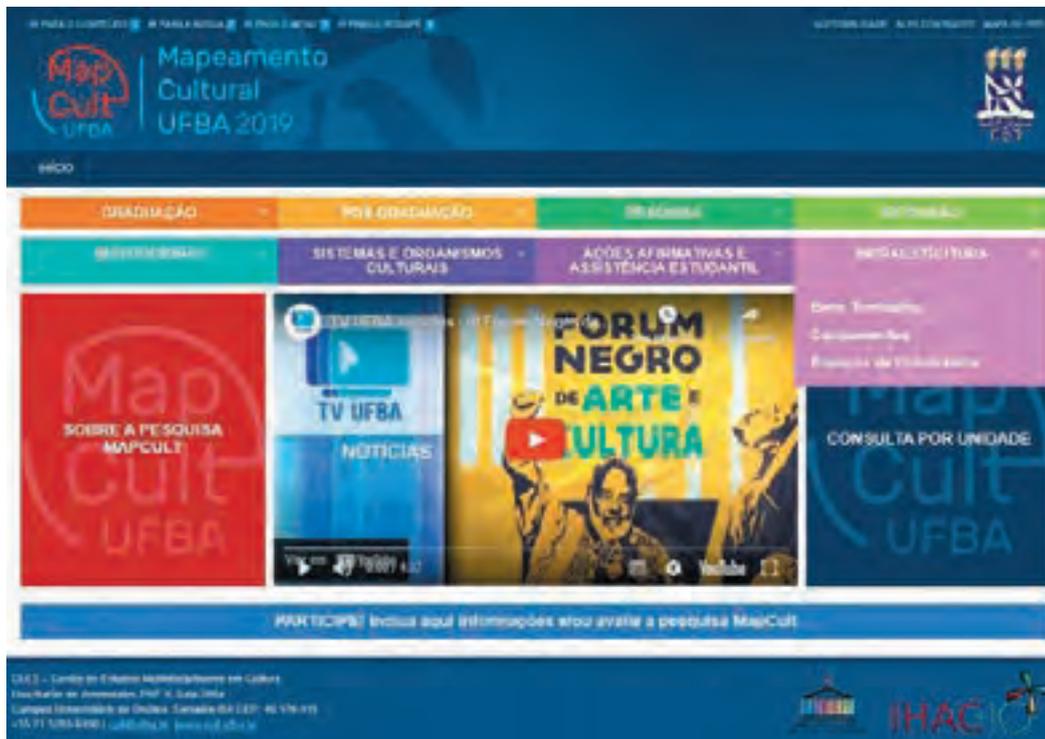
Nesta etapa do desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas entrevistas e articulação de parcerias com dirigentes, gestores e servidores de alguns órgãos da universidade. Destaca-se, nesse processo, as cooperações celebradas com a STI, responsável pela elaboração do site MapCult e pelo tratamento dos dados contidos nos diversos bancos de dados informatizados; com a Escola de Belas Artes e com a Editora Universitária, que juntas possibilitaram a produção e premiação da identidade visual do MapCult, por meio de concurso aberto aos alunos de cursos que integram nos seus currículos artes visuais, design e comunicação.

Também foi necessário contactar pontualmente professores e técnicos de algumas unidades de ensino, órgãos complementares, centros especiais, corpos estáveis e grupos residentes, em busca de imagens e informações sobre os seus funcionamentos.

Etapa 04 - Organização dos dados e Construção do site

A organização dos dados levantados e a construção do site MapCult foram feitas simultaneamente, envolvendo intensamente toda a equipe do projeto, que contribuiu tanto com a estruturação do site, quanto alimentando os seus diversos campos e subcampos. As inclusões das informações foram efetuadas diretamente no site, em formulários projetados especialmente para cada um dos conteúdos. Esse método teve por objetivo evitar um retrabalho para a equipe, economizando tempo e, sobretudo, assegurar a qualidade das informações com sua menor manipulação. Essa quarta etapa exigiu, também, análise, checagem e avaliação da consistência das informações obtidas, a partir de sites das unidades universitárias e de outras fontes. Nesse percurso, o site sofreu várias modificações, a fim de acomodar melhor as informações e de proporcionar aos usuários um site atrativo e com ótimas condições de navegação. O resultado pode ser observado em www.mapeamentocultural.ufba.br, cuja *homepage* pode ser verificada na Figura 2.

Figura 2 – Homepage do site Mapcult 2019



Fonte: www.mapeamentocultura.ufba.br (2019)

Como pode-se ver na Figura 2, os oito grandes campos temáticos se encontram na parte superior do site, cada um deles se abrindo em leque com a oferta dos menus correspondentes (observar o campo “Infraestrutura” na figura). O espaço vermelho à esquerda é dedicado a informações sobre a pesquisa: metodologia, equipe, ficha técnica, identidade visual e agradecimentos. A área azul à direita, permite uma consulta sobre a presença da cultura nas 61 unidades universitárias. É importante registrar que o elemento chave que viabilizou o cruzamento de todas as informações por órgão da UFBA, foi a inclusão do já existente código das unidades universitárias como dado identificador de todas as informações postadas no site.

No campo central da homepage, encontram-se inseridos 21 vídeos, que exibem uma síntese das atividades culturais mais expressivas da universidade em 2019. A inclusão de vídeos produzidos pela TV UFBA atendeu plenamente ao desejo de se criar uma dinâmica estimulante, que resultasse num maior engajamento dos usuários na navegação do site. Esses vídeos estão dispostos em todos os campos e subcampos do site, exemplificando ações relativas aos seus conteúdos.

Por fim, reconhecendo a importância da interlocução com a comunidade universitária e a impossibilidade da pesquisa, por sua própria natureza e envergadura, de mapear 100% da dimensão da cultura na UFBA, foi criado um espaço colaborativo na parte inferior do site, denominado *PARTICIPE! Inclua aqui informações e/ou avalie a pesquisa MapCult*. Com isso foi possível corrigir, atualizar e inserir novos dados na pesquisa; e permitir que o usuário, fosse ele interno ou externo à UFBA, fizesse uma avaliação de cada um dos campos e subcampos da pesquisa.

Etapa 05 - Análise de dados e publicação do site

A experiência vivida nessa quinta etapa do projeto, ofereceu aos pesquisadores uma rica visão dos conteúdos levantados, à medida em que foi necessário produzir uma brevíssima análise dos conteúdos reunidos em cada subcampo, cujos resultados encontram-se disponíveis no ícone “+” ao lado do título de cada campo do site.

As informações compiladas e as análises feitas comprovaram, em síntese, a hipótese central da pesquisa ao demonstrar a importância fundamental da presença da arte e da cultura como amálgama e elemento fundante da própria cultura organizacional da UFBA. Ao percorrer os campos e subcampos do site, isso fica evidenciado para os usuários, que conseguem vislumbrar a capilaridade e intensidade da cultura da universidade. Vejamos, por exemplo, alguns dados de 2019 que revelam a presença da cultura nas diversas dimensões da UFBA: 1) do conjunto de cursos de graduação existentes, apenas dois não oferecem disciplinas relacionadas à cultura, sendo 962 componentes curriculares relacionadas à essa área; 2) na pós-graduação, 47 programas, 76 cursos e 401 disciplinas estavam vinculadas à dimensão cultural; 3) relacionadas ao campo da cultura, foram contabilizados 192 grupos de pesquisa (52% do total geral), 462 projetos de pesquisa (38%) e 63 pesquisadores do CNPq (1/3 do total); 4) na extensão, espaço que tradicionalmente reúne ações culturais da universidade, a pesquisa registrou 368 atividades e 13 cursos de especialização; 5) dentre os programas de ações afirmativas e assistência estudantil, a cultura estava presente em 51 projetos do Sankofa (78,4% do total) e 145 projetos do Permanecer (30%); 6) no Sistema de Museus e Memoriais foram identificados sete museus, quatro memoriais e dois núcleos de memória; 7) o Sistema de Bibliotecas e Acervos conta com 22 bibliotecas, 30 periódicos e 1.400 obras de arte (este acervo pode ser acessado em: <https://cparq.ufba.br/acervo-artistico-audiovisual>); 8) há cinco corpos estáveis, integrantes das unidades de ensino de Música, Dança, Teatro e Belas Arte, sete grupos residentes e sete grupos temporários relacionados, sobretudo, à Escola de Música; 9) 82 livros foram publicados pela Editora da UFBA (EDUFBA); 10) como infraestrutura, a UFBA dispõe dos seguintes equipamentos: 51 auditórios/anfiteatros; uma sala de cinema; duas galerias de arte vinculadas à Escola de Belas Artes; dez laboratórios, distribuídos entre a Escola de Dança, a Faculdade de Comunicação, e a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; 4 salas de videoconferência; e 3 teatros - Teatro do Movimento (80 lugares) e Teatro Experimental (120 lugares) na Escola de Dança, e o Teatro Martim Gonçalves na Escola de Teatro (190 lugares).

Apesar da pesquisa ter revelado esses e outros dados, em razão das dificuldades derivadas da pandemia da Covid-19 à época da publicação do site, os efeitos esperados no seio da comunidade da UFBA não foram proporcionais à sua relevância. Em termos de divulgação imediata, ele ocupou um breve tempo a página principal do site-referência da universidade (www.ufba.br) e mantém-se exposto, desde sua criação, no site do CULT.

Os resultados parciais da pesquisa *MapCult 19* foram apresentados pela primeira vez no Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFBA, realizado em outubro de 2019. No ano seguinte, no mês de setembro, já com a pesquisa concluída, o site integrou a programação de abertura do XVI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT, evento que tradicionalmente reúne pesquisadores e estudiosos da cultura de todo o Brasil, promovido pelo CULT. Esses dois momentos marcam o início da difusão do conhecimento gerado pela pesquisa, algo que ainda hoje permanece intenso, considerando a participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, em grupos de trabalho de políticas culturais para universidade, na produção de artigos científicos dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo processo vivo de pesquisa supõe constantes atualizações e revisões de seu projeto original. Com o mapeamento não foi diferente. Alguns aprimoramentos e mudanças de rota foram necessárias para o andamento satisfatório da investigação e da análise. Nesta perspectiva, a envergadura das atividades e das informações acerca da cultura na UFBA obrigaram, dadas as condições limitadas de equipe, a focar a pesquisa no ano de 2019 para que fosse possível uma abordagem mais cuidadosa. Outro elemento precioso para esse trabalho foi a descoberta dos sistemas informáticos existentes na universidade, que reuniam dados preciosos de modo mais centralizado, conciso e preciso, o que facilitou imensamente o trabalho, mesmo quando tais sistemas ainda estavam sendo implementados. A ausência de sistemas em determinadas áreas criou atrasos e dificuldades bastante expressivas na pesquisa.

Com a intenção de chamar atenção para o impacto da realidade institucional sobre o andamento do projeto, vale aqui mencionar de forma mais pormenorizada alguns entraves e desafios enfrentados pela equipe da pesquisa, tais como: a dispersão e ausência de dados sobre a área cultural; a desatualização de informações em sistemas e sites da universidade; a impossibilidade de se obter alguns dados por não estarem disponíveis na instituição; a dificuldade de operacionalização do conceito de *Cultura* na pesquisa; e a equipe reduzida e na sua maior parte formada por voluntários, com dedicação de tempo parcial. Essas dificuldades, somadas aos impactos da pandemia sobre a vida acadêmico-administrativa da UFBA, tornaram inevitável a ampliação do prazo de realização da pesquisa, por ter afetado profundamente os cronogramas da coleta de informações em 2020 e da publicação dos produtos previstos originalmente - um site e um livro. Até o momento, apenas o texto *Esboço para uma história cultural da UFBA*, do Prof. Dr. Albino Rubim, escrito no âmbito da pesquisa, foi publicado no final de 2022. Apesar disso, os pesquisadores envolvidos vêm participando de diversos eventos acadêmicos, inclusive, internacionais, e artigos científicos também estão sendo publicados.

O site, por sua vez, torna público apenas uma parte do enorme investimento em cultura efetuado pela UFBA, dado que está circunscrito ao ano de 2019, e mesmo para este ano ele não traz todas as informações possíveis acerca da presença da cultura, pois as condições de trabalho não permitiram englobar todas as dimensões necessárias para uma mirada mais completa. De qualquer modo, o *MapCult* expõe um universo, por certo, desconhecido em muitos dos aspectos coletados. A sugestão da equipe de pesquisa é que ele seja atualizado regularmente pela universidade, para permitir um acompanhamento mais sistemático do singular projeto institucional e cultural da instituição e para estimular o aparecimento de novas e mais aprofundadas análises sobre esta dimensão tão rica e fundamental da vida da UFBA.

Em 2023, um dos principais objetivos da pesquisa foi alcançado ao ser utilizada como referência para a construção do Plano de Cultura da UFBA, que ainda este ano deverá estar pronto. O diagnóstico da situação cultural nessa instituição vem sendo produzido a partir do *MapCult*, que, finalmente, vem conseguindo ter maior difusão na comunidade.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Rita de Cássia. O contexto da gestão da Universidade da Bahia. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **A ousadia da criação: universidade e cultura**. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2016. p.45-78.

BAHIA. **Lei Estadual Nº 12.365 de 30 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura, institui o Sistema Estadual de Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-12365-2011-bahia-dispoe-sobre-a-politica-estadual-de-cultura-institui-o-sistema-estadual-de-cultura-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 10 abr. 2023

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Esboço para uma história cultural da UFBA**. Salvador: EDUFBA, 2022. 119p.

Memórias das lutas e empoderamento popular em Heliópolis

Jackson Silva Ribeiro¹

RESUMO:

Este artigo é a produção final de uma jornada de quase um ano de trabalho entre a Universidade Federal do ABC (UFABC), União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) e o Programa Workshop Aficionados em Software e Hardware (WASH). Tal projeto consistiu em selecionar os estudantes de ensino médio de Heliópolis-São Paulo, bem como alunos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do ABC com o objetivo de se produzir pesquisas de iniciação científica e orientação, respectivamente. Através do auxílio financeiro do CNPq, os estudantes tiveram a oportunidade de construir temas de pesquisas importantes para a sociedade contemporânea. Aqui está contido alguns dos resultados deste projeto.

Palavras-chave: Unas/UFABC. WASH. Heliópolis. Extensão.

¹ O artigo é fruto da participação no Polo UNAS/UFABC do programa Workshop Aficionados em Software e Hardware (WASH) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) conforme processos-filhos nº 3371353/2021-1 e 371963/2021-4. O plano de trabalho contou com a coordenação nacional de Victor Pellegrini Mammana, coordenação local de Suze Piza e Marília de Santis. Neste projeto, fui bolsista de extensão EXP-C do CNPq.

INTRODUÇÃO:

Este artigo é resultado de um projeto de parceria entre a Universidade Federal do ABC (UFABC), União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) e o Programa Workshop Aficionados em Software e Hardware (WASH).

A coordenação deste projeto UFABC/UNAS/WASH selecionou alguns alunos do Ensino Médio de diferentes escolas no bairro Heliópolis na Cidade de São Paulo. Eles foram escolhidos a partir da intermediação da Associação de Moradores da comunidade de Heliópolis (UNAS), que tem o contato direto com esses jovens sob as figuras de Angela, Reginaldo e Marília. O autor deste trabalho foi escolhido como parte do projeto de orientação de pesquisa aos jovens escolhidos em Heliópolis, além de três alunos escolhidos para Iniciação Científica, que são discentes da Universidade Federal do ABC (UFABC).

Dessa forma, cada bolsista ficou responsável por um tema de pesquisa de diversas áreas das ciências humanas e sociais (política, sociologia, história). Apesar da diversidade, as pesquisas trazem em comum a relação entre teoria e a realidade social vivenciada no espaço geográfico mencionado e que é cotidiana aos jovens escolhidos. A centralidade do desenvolvimento, da história, da memória de Heliópolis permeou todas as áreas temáticas pesquisadas.

O artigo aqui apresentado baseia-se no objeto pesquisa científica para jovens, em especial, para jovens no âmbito do ensino básico. A discussão do objeto deu-se, de maneira teórica, a partir da revisão bibliográfica de artigos, livros, dissertações e teses. Já a análise empírica do processo, consistiu no acompanhamento de pesquisa de estudantes do Ensino Médio provenientes da região de Heliópolis, na cidade de São Paulo. Este artigo visa descrever o processo de orientação de iniciação científica para dos alunos de Ensino Médio de Heliópolis.

Nesta introdução, trataremos do eixo mais teórico deste artigo. Focaremos na reflexão da pesquisa como *prática*, ou seja, analisaremos o conceito de *pesquisa-ação*. Nos deteremos ainda num breve histórico tanto da comunidade de Heliópolis, bem como na história da UNAS, a associação de moradores da comunidade.

O conceito de *pesquisa-ação* é de suma importância para dar sustentação teórica ao projeto desenvolvido, pois de acordo com Lima & Martins (2006), tal modalidade de pesquisa desenvolve-se como produção de conhecimento às vistas da necessidade que emergem da prática social. Os autores usando Martins (2003) como referência, argumentam que nessa modalidade de pesquisa o levantamento dos dados necessários à análise do objeto de estudo realiza-se num processo metodológico durante o qual os sujeitos da pesquisa problematizam, analisam e realizam intervenções nas suas práticas pedagógicas, ao mesmo tempo que contribuem para a sistematização de novos conhecimentos. Nesse sentido, procuramos desenvolver a orientação aos estudantes de ensino médio que nunca tinham tido contato com o método e a pesquisa científica dentro dessa perspectiva inovadora de aprendizagem.

O termo *pesquisa-ação* foi evoluindo ao longo do século XX. Ainda Lima & Martins (2006) pontuam que, tal conceito teve origem na psicologia social na década de 1940. O objetivo desse estilo de pesquisa psicológica de campo era promover investigação das relações sociais, por meio de mudanças nas atitudes e comportamentos dos indivíduos, a fim de intervir na vida social.

A partir da década de 1980/1990, no campo educacional brasileiro, reflexões causadas pelo estranhamento criado a partir da cisão entre a prática e a teoria, leva pesquisadores e professores a uma perspectiva de cola-

boração em defesa do *professor-investigador*, aquele que pensa na ação, aliando ensino e pesquisa, por meio da *pesquisa-ação*, para superar o estranhamento causado pelo binômio teoria-prática, tornando possível que a prática e a teoria encontrassem um espaço de diálogo comum. (LIMA & MARTINS, 2006)

Tal conceito foi fundamental para direcionar e orientar as pesquisas dos estudantes de ensino médio e a aluna de graduação da UFABC que orientei, pois tais pesquisas estavam focadas nas memórias de luta da comunidade de Heliópolis e questões contemporâneas ligadas a tal temática. Nesse sentido, Baldissera (2012) pontua que, a *pesquisa-ação* é vista como forma de engajamento sociopolítico a serviço da causa das classes populares. A autora, usando Michel Thiollent como base, argumenta que a *pesquisa-ação* se baseia numa explícita interação entre os envolvidos no processo de pesquisa, que não se limita apenas a uma forma de ação (risco de ativismo), mas pretende aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o nível de consciência das pessoas e grupos que participarem do processo, bem como, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas. Nesse sentido, como está localizado neste artigo, esse objetivo de aproximar a comunidade e, particularmente, os jovens de Heliópolis do ofício científico foi alcançado através da interação entre todos os membros do projeto.

É possível caracterizar alguns aspectos da *pesquisa-ação*. De acordo com Egg (1990), o objeto de estudo é decidido a partir do interesse de um grupo de pessoas ou de um coletivo; a finalidade da investigação é a transformação da realidade que afeta as pessoas envolvidas; existe uma estreita interação/combinacão entre a investigação e a prática, entre o processo de investigação e da ação interativa; supõe a superaçãõ da relaçaõ de distanciamento entre o pesquisador, que tem um suporte teórico e metodológico e as pessoas envolvidas que contribuem com suas experiências, vivências e conhecimentos de sua própria realidade. Para que a participação no processo seja efetivo o autor ainda pontua que a *pesquisa-ação* como metodologia de pesquisa e de ação, cria espaços onde as pessoas participam do projeto de atuação organicamente estabelecido.

Nesse sentido, Baldissera (2012) pontua que para a *pesquisa-ação* se torne efetiva é necessário proporcionar as pessoas, os instrumentos e a capacitaçãõ necessária para saber como participar. O trabalho do autor deste artigo se baseou nessas premissas teóricas e práticas da *pesquisa-ação* para obter o arsenal conceitual de orientaçaõ das pesquisas dos jovens estudantes do ensino médio e da estudante de graduaçaõ da UFABC. Através deste método foi possível conduzir o processo mútuo de aprendizagem do grupo. Através da *pesquisa-ação* foi possível diminuir a distância e o estranhamento do fazer científico para os jovens, possibilitando que a iniciaçaõ científica fosse um processo de descoberta mais prazeroso para os moradores da comunidade de Heliópolis.

Todas as pesquisas desenvolvidas tinham por centralidade utilizar como marco de recorte a própria comunidade de Heliópolis. De acordo com Soares (2010), Heliópolis possui aproximadamente um milhão de metros quadrados, localizada ao sul do município de São Paulo, região do Sacomã. Heliópolis também fica próxima às principais vias de acesso de São Paulo como a Rodovia Anchieta e Avenida dos Estados. Hoje a comunidade conta com o terminal Sacomã inaugurado em 2007, com ônibus que atende a vários bairros de São Paulo e principalmente até o Centro de São Paulo com o Expresso Tiradentes que vai até o Terminal Parque D. Pedro, com um percurso de 20 minutos. Segundo dados do IBGE, 92% da população é nordestina, e estão lá desde a década de 1970. Não foram só as pessoas removidas pela prefeitura que são moradores de Heliópolis hoje. Alguns

trabalhadores entre 1970 e 1980 escolheram o Heliópolis para morar, pois trabalhavam nas metalúrgicas das cidades vizinhas do ABC, nessa época havia uma crise de oferta de imóveis para a população de baixa renda e os altos preços dos aluguéis desestimularam os trabalhadores.

Já a UNAS (União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região), nasce com o objetivo de (congregar as associações de Heliópolis e obter maior legitimidade junto ao poder público na conquista e defesa de direitos essenciais como moradia, saúde, educação, trabalho e transporte). A UNAS é uma entidade sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública municipal, estadual e federal. É dirigida por lideranças comunitárias de Heliópolis e militantes da área social; seu trabalho foi reconhecido na cidade de São Paulo, no Brasil e internacionalmente, tendo recebido o prêmio Betinho de Cidadania, concedido pela Câmara Municipal de São Paulo. Durante alguns anos, a UNAS foi ganhando alguns troféus, em 2005 pela atuação feita na rádio comunitária foi agraciada pela Associação Paulista dos Críticos de Arte – APCA com Troféu Cidadania, já em 2004, recebeu o Prêmio Menção Honrosa Itaú Social por seu trabalho nas áreas de Educação e Cultura. Ainda de acordo com o site da entidade, a UNAS administra: 17 Centros de Educação Infantil (CEI) com atendimento a 3000 crianças; 8 núcleos do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) com atendimento a 260 jovens, adultos e idosos; 11 Centros da Criança e do Adolescente (CCA) para 1560 crianças e adolescentes; Serviços de Assistência Social a Família – Chico Mendes com benefício para 1000 famílias; Centro Dia do Idoso - Nelson Mandela com 30 pessoas acima de 60 anos; Medida Socioeducativa em Meio Aberto para 270 adolescentes e jovens; Núcleo de Proteção Social e Apoio Psicológico com 120 pessoas; Serviços de Proteção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência e Abuso Sexual – Curumins do Brasil para 80 crianças e adolescentes; Projeto Assistência Jurídica Gratuita com ajuda jurídica gratuita para 500 pessoas por mês; Biblioteca Comunitária de Heliópolis com cerca de 750 visitantes/mês; Rádio Comunitária de Heliópolis; Telecentro com 1000 beneficiados por mês; dentre outros projetos.

De acordo com Santis (2014), o bairro de Heliópolis é um território marcado por um contexto em que as diversas vulnerabilidades sociais vêm sendo superadas pela organização da sociedade civil, onde a UNAS tem um protagonismo incontestável.

O desenvolvimento deste projeto só foi possível com o auxílio da UNAS, ou seja, em total conformidade com a conceituação da *pesquisa-ação*, onde a coletividade - mais do que apenas um indivíduo -, é responsável pelo processo simultâneo do “conhecer” e o “agir”, que de acordo com Baldissera (2012), é uma relação dialética sobre a realidade social desencadeada pelo processo de pesquisa. Isso também foi responsável por aproximar os atores envolvidos num contexto de pandemia, onde os jovens participaram do projeto através de ferramentas virtuais. A maioria não tinha acesso a um computador ou tinham problemas com o limite do acesso à internet, por conta de os planos dos celulares ter uma franquia de dados baixa.

Importante destacar que tal artigo e o programa que visa aproximar o fazer científico para estudantes de ensino médio, só foi possível através da interação de diversas instituições e atores ligados a elas. A Universidade Federal do ABC (UFABC), a UNAS e o programa WASH, a instituições de ensino básico que forneceram os jovens do ensino médio e, em especial, a EMEF Luiz Gonzaga do Nascimento Jr. (Gonzaguinha), que desenvolveu um processo específico com os estudantes de ensino fundamental. A atuação do CNPq enquanto agência de fomento, através de emenda

parlamentar, merece destaque, pois só com financiamento adequado foi possível concluir tal processo.

Feita a discussão conceitual e teórica, junto com um breve histórico da comunidade de Heliópolis e da sua associação de moradores (UNAS), focaremos nos resultados empíricos alcançados ao longo deste projeto de extensão.

METODOLOGIA E OBJETIVOS:

O objetivo geral deste trabalho é orientar as pesquisas com temáticas que versem sobre as memórias de luta da comunidade de Heliópolis, além de questões contemporâneas relacionadas a tal temática. Dessa forma, auxiliamos os estudantes no levantamento bibliográfico, escolha de metodologias, elaboração de artigo científico, criação de oficinas com resultados da pesquisa.

Alguns dos objetivos específicos foram: a) desenvolver pesquisa sobre acesso à linguagem científica numa perspectiva das ciências humanas na interface com os conhecimentos produzidos pela comunidade, em especial na questão do empoderamento popular em Heliópolis; b) organização de Grupos de Estudo, Pesquisa e Discussão com temáticas ligadas ao projeto; c) articulação e Colaboração com a Rede de Orientação Científica e de Pesquisa Colaborativa; d) Participação em cursos de formação com metodologias diversas; e) produção e revisão de relatórios de acompanhamento e de resultados das atividades desenvolvidas.

A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica e de campo para auxiliar no desenvolvimento dos projetos feitos pelos estudantes do ensino médio, a fim de se abordar metodologias adequadas para a construção de cada pesquisa. O foco se concentrou na temática da memória e do empoderamento popular na comunidade de Heliópolis.

Por conta da situação de pandemia de covid-19 vivida no Brasil, uma parte considerável das reuniões de desenvolvimento e orientação da pesquisa e do desenvolvimento de produto tecnológico foi feita de modo remoto, seja através da plataforma *Google Meet*, ou também orientação contínua através do aplicativo de mensagens *WhatsApp*.

A partir das oficinas promovidas pelo grupo do WASH, os estudantes de graduação da UFABC, juntamente com os pesquisadores selecionados do ensino médio, desenvolveram uma história que culminou em um produto audiovisual que foi desenvolvido na plataforma *Scratch*¹. Dessa forma, os pesquisadores e estudantes da UFABC foram divididos em subgrupos, responsáveis por desenvolver o roteiro, os desenhos e a programação na plataforma *Scratch*.

RESULTADOS:

Como já pontuado, o projeto contou com alguns alunos, tanto da Universidade Federal do ABC, bem como alunos do ensino médio, moradores de Heliópolis. Foram dezoito alunos do ensino médio, três alunos de Iniciação Científica da Universidade Federal do ABC, um aluno da graduação da Universidade Federal do ABC e dois alunos de doutorado da UFABC. Ele contou ainda com a participação de membros da UNAS, associação dos moradores da comunidade. Esses representantes da entidade foram responsáveis por tocar as questões administrativas do projeto, além da interlocução com integrantes do WASH. Esse time foi responsável por manter a dinâmica entre a produção científica (pesquisa), as oficinas virtuais que visavam aperfeiçoar questões metodológicas com relação aos temas pesquisados pelos estudantes, além das que visavam produzir os

resultados tecnológicos do projeto, como o *Scratch*.

Desse modo, ao longo de todo o projeto, o cronograma foi desenvolvido para contemplar tanto a produção das pesquisas, bem como a produção tecnológica. Nas primeiras etapas, através da mediação dos membros da UNAS e organização dos integrantes da UFABC, os estudantes do ensino médio e da graduação tiveram a oportunidade de desenvolver seus projetos a partir de oficinas/aulas sobre pesquisa científica, com a definição de seus temas de pesquisa, perguntas de pesquisa, bem como a revisão bibliográfica necessária para o trabalho e a discussão dos textos escolhidos. Tais oficinas eram ministradas pela plataforma *Google Meet*.

Tal etapa teve uma importância central, pois foi nela que os estudantes do ensino médio tiveram sua primeira experiência direta com o fazer científico. Assim, nesses primeiros encontros foi possível realizar um debate de âmbito mais geral sobre tais questões, além de dividir as pesquisas entre os orientadores de acordo com temáticas que tinham possíveis afinidades. Como conclusão desses encontros mais gerais, os alunos foram divididos em três grandes grupos: educação, política e ciência/metodologia. O autor deste artigo ficou responsável em orientar seis estudantes do ensino médio, além uma aluna de graduação da UFABC. Tal grupo tinha pesquisas relacionadas a temas políticos, que tinham proximidade com a questão de protagonismo popular e com a história de memória e luta na comunidade de Heliópolis.

Feito a divisão dos três subgrupos, cada subgrupo se reuniu individualmente para que fosse desenvolvido de forma pormenorizada a adequação e o recorte do projeto de pesquisa de cada um dos alunos do ensino médio e uma aluna de iniciação científica da UFABC. Esses encontros mais específicos serviram de base para que a produção de um formulário online através da ferramenta de formulários do *Google*, que tinham como objetivo uma sistematização das pesquisas dos estudantes. Em tal formulário se pedia para que eles pesquisassem textos acadêmicos sobre seus temas, bem como fizessem recorte de problema e metodologia a ser adotada, além de produzir um resumo de algum texto relacionado com as suas respectivas temáticas de pesquisa. Feito o formulário, foi promovido um encontro para sanar as dúvidas que restaram deste processo, além de alinhar melhor o recorte de pesquisa dos estudantes.

Após o alinhamento dos formulários, promovemos um encontro geral para apresentação dos resultados. Em tal encontro, foi possível observar um avanço dos alunos no que tange às suas respectivas temáticas. Notou-se um avanço na percepção deles sobre a noção de produzir ciência, pois conseguiram delimitar seus objetos, suas perguntas fundamentais para avançar nas investigações. Outro fato a se destacar foi o aprofundamento deles sobre a própria história da comunidade onde vivem. Heliópolis foi um eixo central em todas as pesquisas, portanto coube a eles alinhar sua temática geral com a especificidade de alinhamento com o bairro.

Seguindo no objetivo de aproximar mais as pesquisas da realidade do desenvolvimento da comunidade e do seu empoderamento popular, através da organização, fizemos uma oficina especial, onde João e Reginaldo, membros do Observatório “De Olho na Quebrada” da UNAS, explicaram a ideia e o avanço de tal projeto. A iniciativa foi gerada por uma necessidade de redefinir as narrativas da quebrada que eram contadas em páginas de jornais, nos telejornais e dados oficiais de forma prejudicial, limitando Heliópolis apenas como um núcleo da violência. Esse encontro foi importante, pois os jovens tiveram contato com uma iniciativa que tem por objetivo construir um banco de dados, estatísticas, análises e reflexões sobre a comunidade de Heliópolis, e é produzida pelos próprios moradores. Um polo de pesquisa feito por e para a própria Heliópolis. Tal palestra se deu

no dia 06 de maio de 2021.

Após essa palestra, incorporamos para que os alunos desenvolvessem um texto sobre a oficina, relacionando-a com os seus projetos de pesquisa de forma a aproximar suas temáticas com a importância e centralidade da comunidade nos temas pesquisados.

Para aprofundarmos ainda mais a questão de Heliópolis para conexão das pesquisas, também promovemos uma oficina sobre a história da comunidade. As palestrantes foram a presidente da UNAS Cleide e uma jovem membro do Observatório “De Olho na Quebrada”, a Karol. Cleide discorreu sobre a história de Heliópolis desde seu princípio, com a vinda da migração nordestina para São Paulo, que remonta as décadas de 1970/1980, num contexto econômico muito difícil, que forçava tais deslocamentos internos no país. Cleide também destacou a sua própria história relacionada com a comunidade, lembrou por exemplo da tentativa de despejo ocorrida em 1988, além de destacar a evolução da ação coletiva em Heliópolis, que culminou na criação da UNAS e a partir disso, de diversas iniciativas que visavam aumentar o empoderamento popular na região e, através da luta coletiva, trazer conquistas efetivas para o bairro. Já mencionamos na introdução deste artigo uma breve história tanto do desenvolvimento de Heliópolis, bem como a evolução de sua associação de moradores, a UNAS.

Tal foco em aprofundar os conhecimentos sobre a realidade, a formação, o desenvolvimento da comunidade de Heliópolis foram fundamentais, para que os jovens que estavam em processo de aprendizado de pesquisa, pudessem produzir a conexão entre suas temáticas gerais com a localidade onde vivem.

Superados esses gargalos com relação a história do desenvolvimento de Heliópolis e de sua organização comunitária, nos concentramos em construir a metodologia de pesquisa para os alunos. Desse modo, a construção metodológica consistiu em revisão bibliográfica primeiramente. A etapa seguinte foi a elaboração de roteiros de entrevista. Para atingir tal objetivo promovemos uma oficina sobre o tema, onde foram pontuados elementos como o nome do entrevistado e justificativa; tipo e número de questões; desenvolvimento das questões para os entrevistados. Enfatizamos também a importância de se escolher de modo adequado quem iria se entrevistar, ou seja, de modo a maximizar a contribuição do entrevistado para cada respectiva pesquisa em questão. Feito todo esse trâmite, os jovens apresentaram seus respectivos roteiros de pesquisa para a análise dos pares e dos orientadores, a fim de aperfeiçoar os roteiros.

As etapas seguintes foram com relação a orientar o andamento das entrevistas dos jovens. Durante o mês de julho e agosto foram efetuadas a maior parte das entrevistas do grupo focado nas questões de memória, luta e protagonismo popular, mas relacionadas a temática política. Foram concedidas entrevistas em diferentes formatos: via e-mail em formato de texto, com gravação de encontro virtual através de ferramentas como o *Google Meet*, questionários feitos através de formulário online *Google Forms*, além de *WhatsApp* e ligações por telefone. Uma das jovens conseguiu promover as entrevistas de modo presencial, respeitando todos os protocolos relacionados a questão da pandemia de covid-19.

Já com relação a produção de desenvolvimento tecnológico, os encontros promovidos pelo WASH, trouxeram aos participantes oficinas com diferentes temas ligados a tecnologia, como enquadramento de vídeo e fotografia, assim como a confecção de roteiros relacionado as questões de tecnologia digital. Durante o mês de junho de 2021, a equipe do WASH promoveu oficinas para o uso do *Scratch* que contou com explicação so-

bre o que é um *brainstorm*², construção de histórias e roteiros para desenhos animados e game, dentre outras questões relacionadas a temática da ferramenta *Scratch*. Os jovens, com o auxílio de um monitor do WASH, produziram coletivamente uma história animada no software *Scratch*. Este trabalho também contou com a ajuda dos orientadores alunos da graduação e pós-graduação da UFABC.

Por fim, em relação à pesquisa, após feitas as respectivas entrevistas, os alunos fizeram as transcrições e análises delas a partir de encontros individuais com os seus orientadores, para a confecção do relatório final individual. A construção do relatório deu-se nos meses de setembro, outubro e novembro. Os orientadores acompanharam de perto o processo de produção final dos relatórios, que acabaram por acarretar interessantes pesquisas sobre as mais diversas temáticas. No caso do grupo orientado pelo autor de tal artigo, elas acabaram por versar sobre a importância da memória na construção de uma organização coletiva em Heliópolis, na questão da relação entre pandemia e saúde mental, na questão do empoderamento de jovens de periferia, e da importância da leitura para a formação dos jovens de periferia, em especial dos da própria comunidade de Heliópolis e ainda na própria história do bairro como sinônimo de superação das adversidades e exemplo de organização comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao longo deste processo se pode concluir que é possível aproximar o processo de pesquisa científica da sociedade com um todo. Vimos como jovens de Heliópolis foram capazes de aguçar sua visão criticamente, de romper alguns dos estereótipos do senso comum, se aproximando do fazer científico na área das humanidades.

Tal projeto foi fundamental para aproximar a universidade pública (financiada pelo contribuinte brasileiro), de jovens do ensino médio de uma região muito carente em termos socioeconômicos. Os jovens do projeto puderam conhecer de mais perto o trabalho desenvolvido dentro da universidade, mais ainda, puderam eles mesmos terem a experiência de entrar em contato com o processo científico de modo prático, ao desenvolverem um projeto de iniciação científica. Em certa medida, mesmo com os desafios impostos pela pandemia de covid-19 (que fez com que o processo fosse quase totalmente feito de forma online), eles conseguiram se aproximar da metodologia da *pesquisa-ação*. O processo de construção de pesquisa fez com que tivesse contato mais profundo com uma diversidade de conhecimentos, vivências e com a própria história de Heliópolis. Eles puderam compreender Heliópolis enquanto comunidade e o desenvolvimento do bairro. Acima de tudo, compreenderam a região como um espaço de permanente construção de organização, de emancipação, em suma, de busca constante por dignidade e cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Baldissera, A. (2012). PESQUISA-AÇÃO: UMA METODOLOGIA DO “CONHECER” E DO “AGIR” COLETIVO. **Sociedade Em Debate**, 7(2), 5-25. Recuperado de <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/570>.

EGG, Ezequiel Ander. **Repensando la Investigación-Acción – Participativa**. México: El Ateneo, 1990.

Lima, M. A. C., & Martins, P. L. O. (2006). Pesquisa-ação: possibilidade para a prática problematizadora com o ensino. **Revista Diálogo Educacional**, 6(19), 51-63.

SANTIS, Marília. **De Favela à Bairro Educador: Protagonismo Comunitário em Heliópolis**. 2014. 194 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) - Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais, [S. l.], 2014.

SANTIS, Marília. **A CAMINHADA DA PAZ DE HELIÓPOLIS. IX COLÓQUIO DE PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES – HISTÓRIA E ATUALIDADE DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA**. 2013

SOARES, Cláudia. **A história de Heliópolis, 1971 – Ações do poder público**. Anotações do Mestrado, 2010.

UNAS (Heliópolis, São Paulo). **Quem somos**. [S. l.], 15 jan. 2020. Disponível em: <https://www.unas.org.br/sobre-nos>.

Movimentos de reivindicação de memórias como espaços de ressignificação de identidades: Análise da organização e resistência operária em uma Universidade Pública de MG.

Vanda do Carmo Lucas dos Santos,¹ Angelo Adriano Faria de Assis².

RESUMO

Sendo a memória um direito, sua reivindicação perpassa pela luta por espaço social. Assim, apesar da modernização dos modos de produção e das mudanças nas relações de trabalho, os operários, atores principais desse processo, se situam, não raro, à margem dessa memória expansionista. A ampliação do conceito de patrimônio cultural ensejado na Constituição Federal de 1988 assegurou a importância da valorização e registros da cultura imaterial como as festas, religiões, musicalidades, danças, culinária, entre outros elementos, agregando valor aos aspectos imateriais da cultura popular. Esse alargamento do campo histórico permitiu a ressignificação das memórias de grupos e culturas, até então, não consideradas no seu valor imaterial. Desta feita, apresentamos nossa experiência acadêmica em busca das narrativas operárias, obliteradas na produção memorial das primeiras décadas das instituições que deram origem à Universidade Federal de Viçosa. Os sujeitos pesquisados compõem a categoria de trabalhadores de atividade-meio da universidade, contudo, utilizamos o termo original de operário, trabalhadores da construção e

1 Mestre em Patrimônio Cultural, Paisagens e cidadania da UFV.

2 Doutor em História - Professor da UFV

manutenção no período de 1922 a 1969. Através da análise documental e da história oral, encontramos informações sobre modos de vida, cultura e tradições, medidas higienistas, controle disciplinar rígido e práticas de apadrinhamento, resquícios de práticas colonialistas e instrumentos de segregação social e racial. Apuramos que o acesso tardio do grupo à educação formal dificultou a reflexão sobre a própria condição, e somente a partir da organização política houve ascensão interna, conferindo algum protagonismo do grupo no arranjo político institucional..

Palavras-chave: Memória. Trabalho. Operários. Universidade. Identidade.

INTRODUÇÃO

Embora o processo de expansão industrial no Brasil se concentre em grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro e São Paulo, não se pode negar que essa modernização das relações de trabalho também se propagou por outras regiões do Brasil. Contudo, essa modernização não passava obrigatoriamente pelo reconhecimento dos trabalhadores como protagonistas dessa jornada para o desenvolvimento. Assim, os processos de reivindicação de memórias desses grupos socialmente desprestigiados se apresentam imbricados aos espaços de luta por direitos e inserção social. Por conseguinte, a contextualização histórica do movimento operário brasileiro exemplifica essa luta por espaço social dos trabalhadores como a iniciativa proposta pela temática deste dossiê, “Trabalhadoras e trabalhadores do ABC: lutas, memórias e patrimônio cultural”. Destacamos, assim, o alinhamento das temáticas de lutas operárias, como a importância da ressignificação das narrativas e do patrimônio cultural dos operários do ABC paulista em consonância com nosso estudo sobre a resistência operária e a luta por memória na trajetória institucional de uma universidade pública mineira, a Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Figura 1 – Construtores da Universidade – Década de 1920



Fonte: Arquivo Central e Histórico - UFV

Embalados pela abertura dos campos historiográficos de estudos acerca dos grupos desprestigiados, as concepções multidisciplinares e a valorização do socialmente diverso amparou nossa questão histórica, que é também social, propondo uma análise sócio-histórica dos fatos que contextualizam nosso problema de pesquisa sobre a obliteração de memórias os operários da UFV. Relacionar a história de pessoas comuns com grandes feitos históricos torna-se um desafio ao historiador, conforme assinala (BURKE, 1992); desse modo, entendemos que a difusão de memórias de camadas sociais desprestigiadas representa a demarcação social e a valorização da diversidade cultural brasileira.

Seja no ABC ou na Zona da Mata mineira, onde situa-se a UFV, essa contextualização histórica é fundamental para analisar as influências mútuas entre os fatos históricos locais aos nacionais e vice-versa. Assim, nossa pesquisa abrangeu o período histórico entre as décadas de 1920 a 1960, contemplando períodos importantes na história do movimento sindical brasileiro, como as primeiras lutas por direitos sociais, com a inserção de um novo ator político no cenário brasileiro, dominado pelas elites, com alternância de poder - ora as oligarquias agrárias, ora o poder militar, com assentimento da elite burguesa. Por conseguinte, esses movimentos de sublevação operária pelo país, longe de representar uma luta local de interesses corporativos, refletia-se por todo o país, alimentando ideais de resistência contra o modo repressivo das relações trabalhistas.

A partir da apresentação das categorias necessárias ao presente artigo, destacamos os estudos sobre memória operária como registro da atuação do trabalhador assalariado, enquanto novo ator político. Desta forma, foi proposto um estudo sobre a memória operária ensejada a analisar os registros dessa mobilização política e, conseqüentemente, das condições de vida e de trabalho dessa nova classe social, que surge a partir da reivindicação de espaço entre as classes mais abastadas da burguesia e do povo.

O movimento operário nacional surge como um questionamento da ordem burguesa, a partir da instauração da Primeira República, nos anos finais do século XIX. Inspirados por movimentos internacionais e tendo como principais pautas a proibição do trabalho infantil, redução de jornada e o acesso a direitos previdenciários, esses trabalhadores, fabris e camponeses, demarcaram seu lugar na história como novo ator social, reivindicando direitos e memórias. Segundo aponta Priore (2010), o movimento operário brasileiro representou um rompimento com as tradições colonialistas, herdadas da época escravista que considerava as atividades manuais indignas, a dicotomia, manual-intelectual que gerou divisão social do trabalho e rejeição do trabalho dos ex-escravizados.

Com forte expansão a partir da revolução industrial, o movimento operário mundial se fortaleceu a partir do cenário de aumento da produção de bens de consumo, até então de produção em pequena escala, por artesãos que trabalhavam sozinhos ou em família. Com a evolução dos padrões de consumo, aumenta a demanda por mão de obra, necessária nas grandes indústrias. Desse modo, inspirados por movimentos internacionais e tendo como principais pautas a proibição do trabalho infantil, redução de jornada e o acesso a direitos previdenciários, os trabalhadores nacionais, fabris e camponeses, demarcaram seu lugar na história como novo ator social, reivindicando direitos e memórias.

O movimento operário brasileiro representou um questionamento às práticas colonialistas, herdadas da época escravista que desconsiderava as atividades manuais. O preconceito ao trabalhador local, formado substancialmente pela maioria negra, foi discutido pela historiadora Sandra Ja-

tahy Pesavento, em que denuncia a subalternização do trabalhador local, composto por maioria de ex-escravizados:

Fora deste mercado de trabalho. Regular ou irregular, rejeitados como mão de obra, considerada de baixa qualidade ou resistindo integrar-se a ele, o negro aparece com frequência no contingente dos incapazes ou indesejáveis para a produção: mendigos, assaltantes, prostitutas, contraventores diversos, bêbados e arruaceiros. Subalternos, em suma. (PESAVENTO, 1989, p.151).

Com a suposta escassez de mão de obra especializada, desqualificando os ex-escravizados como indignos ou inabilitados a esse tipo de trabalho na indústria, era preciso suprir a necessidade de mão de obra a partir de políticas imigratórias. O fomento à imigração torna-se política de governo, que objetivava receber mão de obra qualificada e promover o embranquecimento da população. Contudo, como analisa Mary Del Priore, os imigrantes, bem acolhidos para substituição da mão de obra escravizada, acabam por disseminar ideais revolucionários entre os trabalhadores brasileiros: “Assim, de agentes civilizadores, como eram considerados no Império, os imigrantes europeus passaram a ser vistos como fonte de desordem e subversão política.” (PRIORE, 2010, p. 233), ou seja, a participação dos imigrantes nas mobilizações operárias favoreceu o crescimento da mobilização, levando à expulsão de muitos desses trabalhadores que importaram o anarquismo e comunismo como meios ideológicos da luta operária.

Esse levante operário Brasil afora, representou uma série de movimentos contestadores propalando o avanço das ideias socialistas e comunistas, além de ideias anarquistas trazidas principalmente pelos trabalhadores imigrantes. Para além da mobilização imigrante, o trabalhador local é pouco citado na historiografia do movimento operário, contudo, não podemos deixar de mencionar a importância e protagonismo desses trabalhadores, principalmente negros, recém-libertos do sistema escravista, que engrossavam esse levante dos primeiros movimentos de sublevação de operários no Brasil.

Importante sublinhar, ainda, que tais questionamentos da ordem vigente por trabalhadores sempre foram tratados como caso de polícia, e não seria diferente no tocante ao movimento operário, sempre duramente reprimido. Não bastasse a disciplina de trabalho, o controle extrapolava os muros fabris. A tentativa de regular o operário, em sua vida laboral e familiar, algumas vezes de modo implícito, na forma de cuidados com saúde, educação, fomentando estratégias diversas de controle ideológico do grupo, contexto bem delineado por Margareth Rago, que destaca que passagem para a década de 1920, houve a mudança nos regimes disciplinares das fábricas:

Anuncia-se um projeto racional de produção do novo trabalhador, dissolvido enquanto ator e sujeito e redefinido enquanto objeto de investimento do poder. A “nova fábrica”, higiênica, racionalizada e moderna deveria então constituir o palco formador da nova figura produtiva, através de formas cada vez mais insidiosas e sofisticadas de dominação. (RAGO, 2014, p.34).

Ainda sobre o controle disciplinar de operários, Michelle Perrot, em seus estudos sobre os excluídos da história, problematizou essa prática de regulação do trabalho nas fábricas que, segundo entende, tem dupla função: econômica, a partir do controle de produção, mas principalmente política, ou seja: “disciplinar o corpo do operário, seus gestos e comportamentos”. Perrot discute a disciplina presente nessa transformação da mão de obra escravista para a mão de obra livre, no início da industrialização, e questiona:

De onde a indústria moderna tirou sua mão de obra? Como camponeses, artesãos - ou andarilhos - foram transformados em operários? Por quais meios? Por quais estratégias? Quais foram as etapas dessa transformação? Quais foram os efeitos da tecnologia, por exemplo, o papel das máquinas? Estas modificaram a disciplina? Como? Qual foi a importância da resistência contra esse novo modo de trabalho e existência? (PERROT, 2017, p. 54).

Certamente essa transformação dos modos de produção e o surgimento da categoria dos trabalhadores assalariados fomentaram o espaço questionador citado pela autora e nos leva a conclusão de que, mesmo considerando as divergentes correntes ideológicas do movimento operário, destacamos a importância da formação da classe operária enquanto um novo segmento social. Acirrado pelas ideias revolucionárias, importadas pelos imigrantes europeus, esse novo agrupamento político incita os questionamentos às ideias hegemônicas da elite nacional, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho.

METODOLOGIA

A análise narrativa dos sujeitos sociais de nosso estudo tem como foco os trabalhadores operacionais de construção e manutenção da Universidade Federal de Viçosa, designados como operários das obras iniciais da instituição e permanência da designação ao longo do período do estudo, 1922 a 1969. O recorte temporal engloba a ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária, inaugurada em 1926, mais tarde transformada em UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais que, por sua vez, foi federalizada em 1969, quando passa a ser denominada UFV - Universidade Federal de Viçosa. Assim, o a pesquisa considerou o período de início das obras de construção da universidade, iniciada no ano 1922, finalizando no período de transição administrativa da universidade, do regime estadual para o federativo, o que representou uma significativa mudança nos regimes de trabalho, com incorporação de direitos e estruturação de carreira, o que conferiu uma estabilidade profissional do grupo.

O procedimento metodológico foi construído a partir da história oral dos entrevistados e pesquisa de campo nos acervos da memória institucional da UFV, Arquivo Central e Histórico³ e Museu Histórico da UFV⁴. Contudo, a busca nos acervos institucionais pela identificação desses processos de mobilização operária na universidade não gerou dados substanciais, portanto consideramos também os documentos de acervos particulares dos entrevistados e no acervo da Associação dos Servidores Administrativos da UFV (ASAV)⁵. Reforçamos a história oral como recurso efetivo da transmissão oral entre o grupo, nessa reparação da memória e ressignificação cultural dos trabalhadores. A partir de um roteiro de entrevistas, direcionamos os relatos de forma a estimular o entendimento sobre a história de vida dos entrevistados. Tais registros permitiram uma incursão histórica nos costumes e modo de vida desses indivíduos, com destaque para a relação profissional dos operários, sem deixar de considerar as relações sociais, para entender o que era ser operário naquela época, seu papel na sociedade e na construção da Universidade.

3 Arquivo Central e Histórico da UFV. Disponível em: <https://arquivohistorico.ufv.br>. Acesso em 28 de abr. 2023.

4 Acervo digital do Museu Histórico da UFV. Disponível em: <https://museuhistorico.ufv.br>. Acesso em 28 de abr. 2023

5 Associação de representação política-sindical dos técnico-administrativos da Universidade, fundada em 1984.

Por conseguinte, o registro oral embasado pela pesquisa documental, ou seja, a partir das entrevistas, a história oral apurada foi comparada com a pesquisa bibliográfica e documental. A partir de essa análise triangular, buscamos compreender as políticas de saneamento presentes nessa relação laboral, os traços de regime autoritário e disciplinado, as relações de compadrio e apadrinhamento, entre outras práticas recorrentes a esse contexto histórico e que nos remetem a autores que estudam a classe operária e as relações étnico-raciais no mesmo período.

ANÁLISE E DISCUSSÕES

Embora incipiente no período estudado, identificar as tentativas de organização política do grupo permite entender o processo de mudança cultural, que culminou com a mudança das relações de trabalho na universidade, reflexos de mobilizações em todo país. Contudo, a tentativa de organização interna dos operários era exemplarmente punida pela administração central, que se esmerava na repressão a qualquer tipo de mobilização. Esse comportamento persuasivo dos administradores institucionais aparece enaltecido no relato do engenheiro chefe das obras da ESAV, João Carlos Bello Lisboa, reproduzido por Borges e Sabioni:

De indisciplina só se registrou um facto de alguma importância, uma tentativa de greve, sem razão, por parte de alguns empregados, a 1º de Maio de 1923. Foi a administração forte, para suffocar a rebelião sem ter pedido o menor auxílio à polícia e fez justiça, afastando imediatamente, os responsáveis (BORGES & SABIONI, 2004, p. 8).

Não foi possível compreender especificamente a que tipo de rebelião o dirigente se referia, contudo, nos desperta a atenção a data de 1º de maio, que coincide com o simbolismo do dia de organização da luta dos trabalhadores em caráter mundial, o que nos instiga a pensar que tal rebelião, mais do que sintoma de uma ocorrência local, poderia ter ligação com algum tipo de movimento nacional. Porém, não foi possível averiguar tal sustentação pela análise documental do período.

Nossas buscas no arquivo da ASAV resultaram na apuração de documentos da Associação dos Operários da UREMG, que foi a primeira tentativa oficial de organização sindical do grupo de operários da instituição. Segundo consta na ata, a fundação da Associação dos Operários da UREMG se deu no ano de 1961. Não surpreendente a tentativa de organização em tempos do governo presidencial de João Goulart, marcado por instabilidade política, fortalecimento dos movimentos sociais e pela luta por direitos, pouco antes da instalação do regime ditatorial no país, iniciado em 1964. Desse modo, contextualização de criação da organização reflete o início de uma eclosão de resistência, decorrente do histórico de intensa repressão nas relações profissionais do grupo.

O documento coaduna os relatos orais de existência de um grupo de lideranças locais em torno da associação operária. Nos relatos orais sobre a criação da associação, um dos entrevistados, operário da década de 1940, relata os objetivos da associação: “lutar pelos direitos que a gente tinha e não era reconhecido, né?” A fala do entrevistado fornece informações importantes acerca da associação e confirma as dificuldades de mobilização, atribuídas à pouca formação escolar. Sobre o encerramento da associação, apuramos que a persuasão administrativa dos dirigentes institucionais levou a associação dos operários à dissolução em 1969, tempos de acirramento do regime militar implantado em 1964.

Em se tratando de reparação a partir de espaços reivindicatórios desse grupo, a organização político-sindical se mostrou espaço efetivo de consolidação de pautas, reforçando a ressignificação de identidades. Assim como a associação dos operários, surge em 1984 a Associação dos Servidores Administrativos da UFV, ASAV que, embora criada em período posterior ao recorte temporal da pesquisa, foi incluída na análise pelas diversas citações dos entrevistados em modo comparativo, atribuindo à referida associação um momento de transformação das relações trabalhistas institucionais.

Dessa maneira, buscamos nos arquivos da associação esse relato histórico da criação da associação onde identificamos panfletos, fotografias e acervo audiovisual com o relato dessas memórias. Em um dos vídeos analisados, publicado no Youtube, no canal Asavnaluta⁶, um documentário sobre a história da ASAV, o que nos permitiu entender o processo de criação da entidade sindical que, segundo seu primeiro presidente, Jaime Silvia Oliveira, surgiu a partir da ideia inicial de uma escola de samba e, naquele momento de mobilização, firmou-se como associação sindical. O dirigente sindical entende que essa situação foi mudando a partir das cobranças da organização do grupo, que em alguns momentos da história se organizou em associação de caráter reivindicatório para tentar ganhar força em relação às pressões sofridas.

Esse processo de transição do espaço alienante em que o operário convivia, para a abertura política do grupo é analisado pelo ex-dirigente sindical dos servidores, José Reinaldo de Freitas:

O servidor era subserviente de uma certa maneira, a todos, inclusive ao professorado. O sujeito estava trabalhando numa obra, ou então num roçado, ele tava pitando um cigarro e o encarregado chegava, ele tinha que apagar a guimba e engolir essa guimba, porque se achasse essa guimba no chão de cigarro o cara era advertido e podia até perder o emprego.

Certamente o entrevistado não vivenciou o fato que relata na entrevista, mas reproduziu um relato que lhe foi contado e que circula entre os membros do segmento como uma espécie de denúncia. Desse modo, a fala do ex-dirigente reflete a importância da organização sindical do grupo, denunciando os abusos cometidos em épocas de fragilidade das relações trabalhistas. A entrevista de Aguinaldo Pacheco, ex-liderança do grupo, engenheiro civil da Universidade na época, relaciona essa mobilização política a partir de uma mudança cultural do grupo operário devido à inserção de lideranças de outras realidades que não as viçosenses, com introdução ideológica da mobilização operária.

Em estudo sobre as relações de poder no ambiente universitário, João Eduardo do Nascimento Fonseca, ao analisar as ações de auto-organização dos técnico-administrativos em educação – TAES, constata que esse aparecimento tardio de mobilização política do grupo remete ao surgimento das universidades brasileiras que, por culpa de um projeto colonialista, prevaleceu-se, uma “mentalidade excludente quanto ao valor social de cada segmento da comunidade universitária” (FONSECA, 1996, p.26). O autor apresenta como exemplo, as constituições das cátedras universitárias, que definiam as estruturas de poder político da Universidade, controlando todas as instâncias de poderes acadêmicos de forma autoritária e de modo comparativo reforça que esse tipo de estrutura de poder, que subordinava, os considerados, “estratos inferiores” do corpo docente, não

6 Documentário sobre a história da ASAV, produzido a partir do Encontro de Ex-presidentes em Julho de 2009 como parte das comemorações dos 25 anos da ASAV. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=eA-bid_Bu98&t=234s Consulta em 17 de julho de 2022

se podia esperar nada além da nulidade aos demais funcionários que o autor sintetiza como “servidores universitários”. Para Fonseca, a superação dessa mentalidade excludente no seio acadêmico só foi efetivada durante a década de 1980, nos movimentos pela democratização e reforma universitária, encampada por lutas dos três segmentos - estudantes, docentes e a inserção dos funcionários administrativos.

De modo análogo, no estudo da trajetória e reconfiguração institucional na Universidade Federal de Viçosa, Maria Gontijo Castro adotou uma abordagem histórica para identificar disputas hierárquicas internas e aspectos que incidem na relação entre os componentes atuantes na universidade. A autora entende que “a ação de reconstruir a história da UFV carrega, pois, a necessidade de reproduzir, no plano do conhecimento, as condições efetivas em que se deu a construção histórica dessa instituição”. Neste sentido, problematizando sobre as formas de relações internas, Castro reafirma sua busca por evidenciar atores em movimento e em disputa no espaço social e simbólico, “espaço este que, marcado por relações hierarquizadas” (CASTRO, 2015, p.8). Observamos, assim, que a inserção nos processos históricos institucionais do grupo se deu a partir de sua inserção social na comunidade Universitária. Fatores como mudança cultural e organização política, permitiram o fortalecimento de laços enquanto categoria, promovendo o protagonismo de sua atuação, garantindo a ocupação de espaços decisórios, a legitimação do grupo enquanto trabalhadores da universidade, bem como a ressignificação de sua própria identidade, principalmente, pela tomada de consciência enquanto classe.

Figura 1 – Edifício principal da UFV em construção – Década de 1920



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa análise, a mobilização operária podia ser considerada como instrumento de resistência contra o apagamento do processo sócio-histórico, requerendo um estudo sobre as mobilizações operárias como forma de superação dessa obliteração de memórias. Trata-se de reparação e reconhecimento dos esforços dos trabalhadores, muitos deles olvidados pela memória institucional, a partir de espaços reivindicatórios desses grupos. Um exemplo da Associação dos operários da UREMG apareceu como uma tentativa de organização sindical em contraponto ao acirramento de repressões e perseguições internas. A partir dessas tentativas de organização, observamos que a inserção nos processos históricos institucionais deu-se a partir de sua interação social na comunidade universitária, porém, essa busca por espaço de representação não eram bem-vistas pelos gestores institucionais, que as considerava como ato de rebeldia ou ingratidão. Resultado deste olhar foram atos de punição aos ex-dirigentes da associação de operários, demissões, expulsões e retaliações ocorridas ao longo desse período.

Na concepção patronal não há garantias de espaço para essas narrativas, que permanecem obliteradas até o movimento de sublevação através dos espaços reivindicatórios. Outros fatos a serem considerados, como o acesso tardio do grupo à educação formal dificultou a reflexão sobre a própria condição - o que foi alterado, segundo alguns dos dirigentes sindicais entrevistados, somente a partir da organização política do grupo, onde houve ascensão interna, conferindo algum protagonismo do grupo no arranjo político-institucional. Assim, entendemos que esse apagamento decorre dessa exclusão do processo sócio-histórico institucional que, por sua vez, provém de uma exclusão social caucada na discriminação por raça, cor, origem social e pelos resquícios colonialistas de desvalorização do trabalho braçal.

Retomamos as questões iniciais de nossa pesquisa, ao estudar o apagamento da memória operária, desvendamos narrativas inspiradoras, motivadoras. Desse modo, constatamos que as narrativas operárias não foram devidamente consideradas na formação da memória oficial da universidade, sendo que um dos principais motivos da omissão desse registro advém de um processo crônico de exclusão sócio-histórico. De fato, essa omissão da memória operária não é exclusividade de trabalhadores universitários mas, como problematizado neste dossiê temático, um processo global de omissão de narrativas de grupos socialmente excluídos. Concluimos que o registro histórico dessa memória operária não objetiva enquadrar essas memórias, mas, principalmente, considerando diversidade e fluidez dessas narrativas, incentivar os processos de incorporação de novos repertórios, novas ressignificações de memórias, formando uma diversificada fonte histórica. Além disso, a memória de luta dos trabalhadores serve para a consolidação de identidades e questionamentos das supremacias memoriais e os processos de hierarquização cultural, assim contribuindo para a difusão das memórias de forma a não repetir as injustiças do passado, concretizada na célebre frase do historiador (BURKE, 1989) de que a história serve para lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer.

REFERÊNCIAS

BORGES, José Marcondes, SABIONI, Gustavo Soares (org.). **Relatório de construção da ESAV (1929) elaborado pelo Engenheiro João Carlos Bello Lisboa**. Viçosa: UFV, 2004.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. Tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CASTRO, Maria Gontijo. **Ensino, Pesquisa e Extensão: Origem, Trajetória e Reconfiguração Institucional na Universidade Federal de Viçosa**. 2015. 159 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

FONSECA, João Eduardo do Nascimento. **Novos atores na cena universitária**. Rio de Janeiro: UFRJ/NAU, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. "Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural". In: Regina Abreu & Mário Chagas. **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. 2a ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 59 -79.

HARDMAN, Francisco F.; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil** (das origens aos anos 20). 2 ed., São Paulo: Ática, 1991.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Trabalho livre e ordem burguesa - Rio Grande do Sul - 1870-1900. **Revista História**, São Paulo. 1989.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SANTOS, Vanda do Carmo Lucas dos. **Narrativas obliteradas: das memórias dos operários, trabalhadores da construção e manutenção do campus da ESAV e UREMG, no período de 1922 a 1969**. 2022, 247 f. Dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa – MG, 2022.

OPEB: um observatório, muitas vozes

Diego Azzi, Flávio Rocha de Oliveira, Gilberto Maringoni¹ e Bruno Fabricio Alcebino da Silva²

RESUMO

Este artigo traz o relato da experiência extensionista desenvolvida através do Observatório da Política Externa e Inserção Internacional do Brasil, o OPEB da UFABC, um projeto com quatro anos de existência envolvendo mais de duzentas discentes e quinze docentes. Apresentamos aqui nossa metodologia de trabalho, nossos principais parceiros externos à universidade, bem como os resultados colhidos ao longo dos últimos quatro anos. Os indicadores que apontam para um progressivo estabelecimento do OPEB como referência em produção de conteúdo em relações internacionais no Brasil demonstram que o protagonismo discente na produção e divulgação do conhecimento tem encontrado reconhecimento por parte do público externo e que os meios virtuais são ferramentas que ampliam em muito o alcance desta ação extensionista.

Palavras-chave: Extensão universitária; Política Externa Brasileira; Inserção Internacional do Brasil; OPEB.

O Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB) completou em 2023 quatro anos de intensos e ininterruptos trabalhos. Temos a satisfação de aqui apresentar um relato sobre alguns dos resultados desta empreitada coletiva de extensão e pesquisa de docentes e estudantes da graduação e da pós-graduação da Universidade Federal do ABC (UFABC).

O OPEB traz desde a sua criação, ao final de 2018, uma marca interdisciplinar, reunindo discentes e docentes dos Bacharelados de Ciências e Humanidades (BC&H), de Relações Internacionais (BRI), do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPG-PRI) e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial (PPG-EPM).

A partir do ano seguinte, o OPEB passou às atividades práticas de extensão-reflexão, contando desde então com a participação de parceiros externos, com destaque para a FES (Fundação Friederich Ebert) que desde o início foi parceira na estruturação do projeto e, também, a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais), o Instituto Lula, o Instituto Diplomacia para Democracia e o Centro Tricontinental. Assim, o próprio Observatório foi construído dialogando com relevantes atores da sociedade civil não científica e não acadêmica, seja de maneira presencial ou através de meios virtuais. Ao mesmo tempo, também se procurou abrir um campo de interação pública e democrática, com análise acadêmica e reflexões não acadêmicas sobre a Política Externa Brasileira,

1 Docentes, Coordenadores do OPEB (2023).

2 Discente de Graduação, Monitor bolsista (PAAE-PROEC 2023) do OPEB.

buscando assim contribuir não somente com a divulgação científica do campo das relações internacionais mas também com a sua popularização no seio da sociedade brasileira.

UM OBSERVATÓRIO EXTENSIONISTA, COM PROTAGONISMO DISCENTE

O OPEB é uma iniciativa que se destaca não apenas pela sua relevância acadêmica, mas também pela sua contribuição para a extensão universitária e sua afinidade com o projeto pedagógico da UFABC. A extensão universitária é uma das atividades que mais fortalecem a integração entre universidade e sociedade, promovendo ações de formação, difusão do conhecimento e desenvolvimento social. Nesse sentido, o OPEB cumpre um importante papel ao aproximar a universidade do debate público não acadêmico sobre a política externa brasileira e a inserção internacional do país, ao mesmo tempo em que leva a produção dos discentes participantes - e portanto o nome da nossa universidade - a atingir outros públicos. Por meio da realização de eventos abertos ao público, como cursos, seminários e palestras, o OPEB tem demonstrado a capacidade de ampliar o alcance das reflexões e discussões produzidas na universidade. Além disso, a presença de estudantes em atividades promovidas pelo Observatório contribui para a formação de cidadãos críticos e engajados nas questões nacionais e internacionais, tanto no setor público como no setor privado e na sociedade civil organizada.

Outro ponto importante a se destacar é a afinidade do OPEB com o projeto pedagógico da UFABC. Ao estimular o desenvolvimento de pesquisas e análises sobre temas relacionados à política externa brasileira, o Observatório enriquece o conteúdo das disciplinas ministradas na Universidade, além de proporcionar um espaço interdisciplinar aberto para que estudantes de diferentes cursos de graduação e de pós-graduação participem, em conjunto, diretamente no desenvolvimento das atividades. Ou seja, ao se voltar à análise da realidade imediata, o OPEB dá sentido prático ao projeto pedagógico do BRI, colocando os estudantes e pesquisadores diante de questões reais da presença do Brasil na cena global.

A pluralidade de vozes que compõem o OPEB é um fator determinante para a construção de um ambiente de reflexão crítica e de aprendizado conjunto. Através da atuação organizada em dez Grupos de Trabalho temáticos, professores coordenam o trabalho de estudantes, que por sua vez assumem o protagonismo de pesquisa, na troca de experiências, na produção autônoma de conhecimentos e no debate sobre perspectivas diferentes sobre um mesmo objeto. Além disso, produzem diretamente os conteúdos que levam o nome do OPEB para um público externo. Essa dinâmica contribui para a formação de profissionais capazes de lidar com problemas reais da complexidade das relações internacionais, e os torna aptos a assumir responsabilidades no trabalho em equipe, além de estimular a construção de uma visão dialógica, plural e democrática da realidade.

Dessa maneira, é importante ressaltar que a iniciativa do OPEB vem servindo de inspiração também para outras instituições de ensino superior do país que se veem às voltas com os desafios da curricularização da extensão. A promoção de espaços de discussão e análise crítica voltados à extensão sobre temas de interesse nacional e internacional deve ser uma preocupação constante das universidades, no seu papel de lidar com os desafios da contemporaneidade e contribuir para suas soluções.

Em suma, o Observatório da Política Externa e Inserção Internacional do Brasil da Universidade Federal do ABC é uma iniciativa que, por meio da

pluralidade de vozes e da promoção de ações de extensão universitária, contribui significativamente para o projeto pedagógico da UFABC e para a formação de profissionais críticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.

PESQUISA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

O Observatório é organizado por Grupos de Trabalho (ver quadro 1), coordenados pelos professores da UFABC e compostos por estudantes de graduação e pós-graduação, cujas pesquisas são temas específicos da política externa e inserção internacional do Brasil e do mundo, e produzem textos que são divulgados e publicados no site próprio do OPEB, redes sociais e em veículos de imprensa (ver quadro 2). Também é produzida uma *newsletter* quinzenal a partir do material de pesquisa para facilitar a divulgação ao máximo de interessados(as) via e-mail.

Quadro 1 – Grupos de trabalho temáticos e docentes coordenadores³

	
Grupos de Trabalho Temáticos	Coordenação
Comercio Internacional	Prof. Dr. Lucas Tasquetto
Meio ambiente, agricultura e mudança climática	Prof. Dr. Diego Azzi/ Prof. Dr. Olympio Barbanti Jr.
Direitos Humanos	Prof. Dr. Gilberto Rodrigues
Relações Brasil-EUA	Profa. Dra. Tatiana Berringer
Relações Brasil-China	Profa. Dra. Ana Tereza Marra
Política de defesa, segurança e questão militar	Prof. Dr. Flávio Rocha de Oliveira
Relações com África	Prof. Dr. Flávio Thales/ Prof. Dr. Mohammed Nadir
América Latina	Prof. Dr. Gilberto Maringoni
Inserção econômica internacional do Brasil	Prof. Dr. Giorgio Romano
Diversidade e desigualdade	Profa. Dra. Bruna Muriel

Quadro 2 – Formas de divulgação das pesquisas

	
Formas de divulgação	Onde está disponível
<i>Site do OPEB</i>	https://opeb.org/
<i>Redes sociais do OPEB, de professores e da UFABC</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Twitter (https://twitter.com/opeb_ufabc) - Facebook (https://www.facebook.com/opeb.ufabc) - Instagram (https://www.instagram.com/opeb.ufabc/)

³ Docentes visitantes no BRI/UFABC que já participaram coordenando GTs do OPEB: Profa. Dra. Larissa Rosevics, Profa. Dra. Yamila Goldfarb, Prof. Dr. Mathias Alencastro.

Veículos de imprensa	Folha de S. Paulo, Le Monde Diplomatique, Brasil de Fato, Revista Fórum, Opera Mundi, Carta Capital, Podcast Chutando a Escada, dentre outros.
----------------------	--

CURSOS, DEBATES E PALESTRAS

O Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB) da UFABC tem um caráter extensionista e busca levar o conhecimento acadêmico produzido na universidade para a sociedade civil. Nesse sentido, os cursos, debates e palestras realizados pelo OPEB têm um impacto significativo na sociedade, promovendo a reflexão crítica sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil. Através do OPEB, a interação direta dos(as) discentes com diplomatas como Celso Amorim, Rubens Ricupero, Irene Vida Gala, Antonio Cottas Freitas, dentre outros(as) vem gerando oportunidades de aprendizado e troca de grande valia.

As parcerias firmadas com organizações da sociedade civil possibilitam a ampliação do público alcançado, democratizando o acesso ao conhecimento produzido pelo OPEB. Além disso, a realização de debates e palestras online durante o período de pandemia de COVID-19 permitiu que um público externo ainda maior passasse a participar, sem as limitações geográficas e de deslocamento características do modo presencial anterior a março de 2020.

Os temas discutidos nos debates e palestras do OPEB são relevantes para a compreensão da política externa do Brasil e seu impacto na sociedade civil. A discussão sobre a “Nova Política Externa” nas eleições de 2022, por exemplo, contribuiu para o debate público e trouxe esclarecimentos importantes sobre as *fake news* relacionadas a países vizinhos.

A comemoração dos 10 anos do Bacharelado em Relações Internacionais da UFABC também foi um momento importante para reunir pesquisadores, diplomatas e outros atores relevantes no debate público, somando esforços para o desenvolvimento de uma análise crítica da política externa brasileira por parte de nossos e nossas discentes.

Dessa forma, os cursos, debates e palestras realizados pelo OPEB cumprem um relevante papel extensionista ao levar o conhecimento produzido na universidade para a sociedade civil, contribuindo para a formação de uma opinião pública mais crítica e informada sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil.

Produção dos artigos do OPEB e sua divulgação ao público externo

Os Grupos de Trabalho (GTs) do OPEB são responsáveis por produzir artigos e estudos sobre temas relacionados à política externa brasileira e à inserção internacional do país. Cada GT é coordenado por um ou mais docentes e é composto por pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação que se dedicam a investigar e analisar questões específicas dentro de temas mais amplos. Existe uma preocupação metodológica quanto à linguagem e tamanho dos artigos produzidos, uma vez que se objetiva produzir textos mais aprofundados do que os geralmente disponíveis na imprensa, mas com uma linguagem não estritamente acadêmica para ampliar sua aceitação por um público não científico e não acadêmico.

O processo de produção de artigos pelos GTs geralmente começa com a escolha do tema a ser abordado – numa reunião de pauta – que pode ser sugerido pelos próprios membros do grupo ou por demanda do coordena-

nador(a) do GT diante dos fatos da conjuntura. A partir daí, os pesquisadores e estudantes iniciam uma pesquisa bibliográfica, documental, buscando informações relevantes e atualizadas sobre o assunto em questão, podendo inclusive recorrer a entrevistas e consultas com fontes não acadêmicas e não científicas nesse processo.

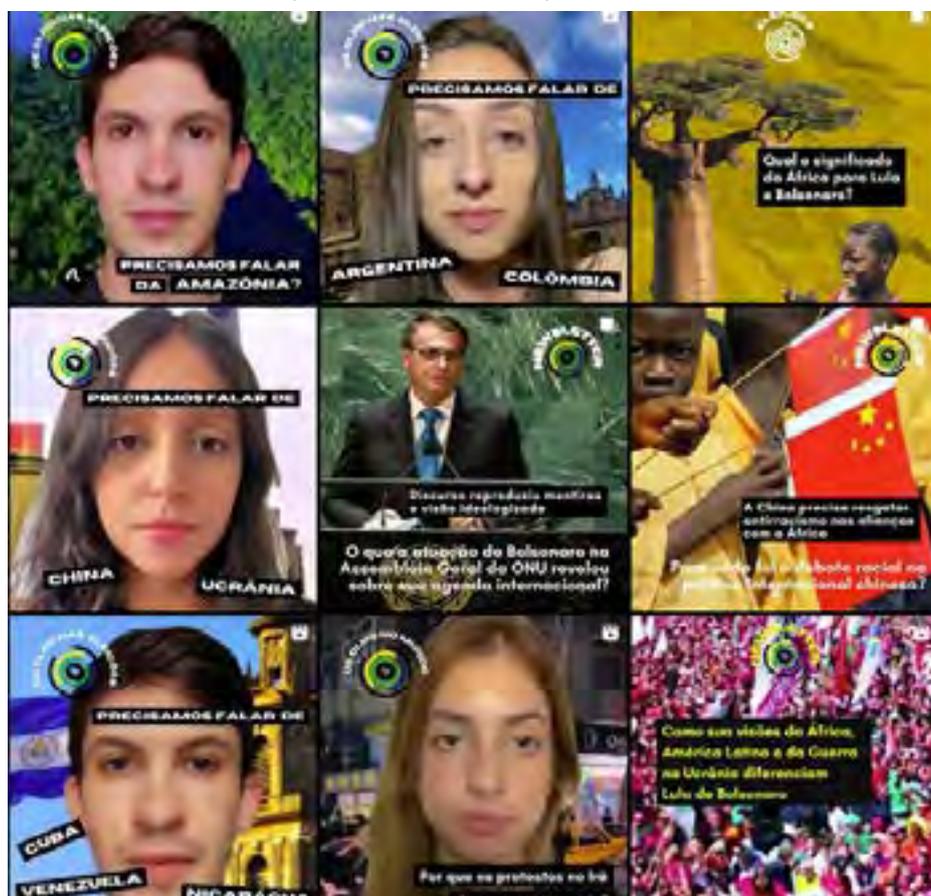
Com base nessa pesquisa, o grupo elabora um esboço ou um roteiro preliminar do artigo, definindo a estrutura do texto e os principais argumentos a serem apresentados. Em seguida, os membros do GT trabalham em conjunto para desenvolver cada seção do artigo, debatendo ideias, trocando informações e revisando o texto.

Após a finalização do artigo, ele é revisado por um ou mais membros do grupo, que verificam a coerência e a consistência dos argumentos, além da qualidade da redação e da formatação. O texto final é então submetido à avaliação do coordenador(a) do GT, que pode sugerir ajustes ou modificações antes da publicação.

Em resumo, a produção de artigos pelos Grupos de Trabalho do OPEB é um processo colaborativo e rigoroso, que envolve pesquisa, análise, debate e revisão. Essa metodologia de trabalho tem como objetivo garantir a qualidade e a relevância dos estudos produzidos pelo Observatório, numa linguagem acessível que contribua para o debate público e para o desenvolvimento da política externa brasileira.

Uma vez publicados, os artigos de análise de conjuntura das *newsletters* são também transformados em peças de comunicação em vídeo para as redes sociais do OPEB, como por exemplo inserções curtas em *posts* e *stories* em que discentes sintetizam o argumento principal e remetem a um link para o conteúdo completo produzido (ver imagem 1).

Imagem 1 – exemplos ilustrativos da atuação discente na divulgação científica do trabalho do OPEB nas redes sociais.



Transformando a análise de conjuntura em livros anuais

O OPEB lança anualmente um livro que recupera, sintetiza e consolida a produção dos discentes participantes nas *newsletters* quinzenais, produzindo capítulos temáticos que abordam os temas relevantes da política externa e inserção internacional do Brasil ao longo de determinado ano. Esses livros têm grande importância por diversos motivos.

Em primeiro lugar, eles contribuem para a difusão do conhecimento produzido pelos pesquisadores e pesquisadoras do OPEB, democratizando o acesso a informações e análises sobre a política externa do país. Com a publicação dos livros, o OPEB amplia seu alcance e torna seu trabalho mais completo e acessível a um público mais amplo, tanto dentro quanto fora da academia.

Além disso, os livros anuais do OPEB servem como uma importante fonte de referência para pesquisadores e estudantes interessados em aprofundar seus conhecimentos sobre a política externa brasileira. A partir dos artigos produzidos por discentes mas contando também com a contribuição de especialistas convidados(as), os livros oferecem uma ampla gama de perspectivas sobre os temas abordados, permitindo uma visão mais completa e multifacetada do assunto.

Por fim, a produção dos livros anuais do OPEB é uma importante atividade de extensão universitária, cumprindo um papel social relevante ao promover a democratização do conhecimento e a disseminação de informações relevantes para a sociedade como um todo. Todos os livros tiveram lançamentos públicos, sendo os dois primeiros em modo virtual por força da pandemia e o terceiro lançado em 2022 de forma presencial, com docentes e discentes participando conjuntamente em evento público na livraria Tapera Taperá, na Praça Dom José Gaspar, cidade de São Paulo (ver imagem 2). O livro foi lançado também durante o XV Congresso sobre Democracia, promovido pela Universidad Nacional de Rosario (UNR), na Argentina, em novembro de 2022.

Imagem 2 – Docentes e discentes do OPEB em lançamento público do livro *Política Externa Brasileira em tempos de isolamento diplomático* (Ed. Telha), em agosto de 2022, na livraria Tapera Taperá, em parceria com a FES e o Instituto Diplomacia para Democracia, com transmissão ao vivo pelo YouTube.



Dessa forma, os livros produzidos pelo OPEB oferecem análises críticas e aprofundadas sobre a política externa brasileira em diferentes momentos. A seguir, apresentaremos em detalhes cada uma das quatro obras produzidas até aqui:

“As Bases da Política Externa Bolsonarista” (2020)⁴:

Lançado em 2020, este livro é uma coletânea de artigos que analisam a política externa do governo Bolsonaro em seus primeiros meses de mandato. Os autores destacam o caráter ideológico da nova gestão, que se afasta do multilateralismo e do papel de liderança do Brasil no cenário internacional. Além disso, são abordados temas como a relação do governo com os Estados Unidos e a China, a política ambiental e o Mercosul.

“A Política Externa de Bolsonaro na Pandemia” (2021)⁵:

Publicado em 2021, este livro se concentra na política externa brasileira durante a pandemia de COVID-19. Os autores argumentam que a gestão Bolsonaro adotou uma postura negacionista em relação à pandemia, o que teve impacto na imagem do país no cenário internacional. O livro também aborda a atuação do Brasil em fóruns multilaterais como a OMS e a ONU, bem como a relação com os Estados Unidos e a China.

“Política Externa Brasileira em Tempos de Isolamento Diplomático” (2022)⁶:

Lançado em 2022, este livro analisa a política externa brasileira em um contexto de crescente isolamento diplomático. Os autores destacam a crise nas relações com a China e a União Europeia, bem como a atuação do governo em temas como a Amazônia e a migração venezuelana. O livro também aborda a postura do governo em relação a temas como a democracia e os direitos humanos.

“Política externa e Inserção internacional do Brasil no governo Bolsonaro: Pragmatismo irresponsável” (2023):

Livro no prelo, a ser lançado em 2023, este livro analisa a política externa brasileira ao longo do ano de 2022, aborda diferentes facetas das consequências da Guerra na Ucrânia e faz um balanço da atuação do Brasil no mundo durante os quatro anos de governo Jair Bolsonaro.

Além de oferecer análises críticas e aprofundadas sobre a política externa brasileira em diferentes momentos, os livros do OPEB da UFABC têm em comum o caráter extensionista e interdisciplinar da universidade. A produção desses livros envolveu a participação - até 2023 - de mais de duzentos pesquisadores e pesquisadoras discentes de diferentes áreas do conhecimento, o que resultou em uma abordagem plural e diversa dos temas em questão. Essa abordagem interdisciplinar é fundamental para uma compreensão mais completa e crítica da política externa brasileira e suas implicações para o país e para o mundo.

A monitoria discente como peça-chave na dinâmica de trabalho

A monitoria da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFABC (ProEC) é uma importante colaboração para o funcionamento do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB). Desde o primeiro ano do projeto em 2019, a ProEC vem financiando bolsas para monitoria e colaborando com o OPEB, auxiliando na formalização do projeto como extensionista e legitimando seu caráter dentro e fora da universidade.

No ano de 2022, o OPEB contou com dois monitores bolsistas da graduação pela ProEC, Bruno Fabricio Alcebino da Silva e Nicole Lima, e uma monitora bolsista da pós-graduação pela Friedrich Ebert Stiftung (FES Brasil),

4 https://editora.ufabc.edu.br/images/Livros/Bases_da_politica_externa_bolsonarista.pdf

5 <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17340.pdf>

6 <https://editoratelha.com.br/product/politica-externa-brasileira-em-tempos-de-isolamento-diplomatico/>

Bianca Peracchi Afonso. Juntamente com a assessora de comunicação Paula Vianna, disponibilizada pela parceria com a FES, eles foram responsáveis pela estratégia de comunicação das redes sociais do OPEB, assim como pelo contato e relação com outras mídias sociais em que o OPEB publica seus conteúdos, como a Folha de São Paulo, Brasil de Fato e Carta Capital.

Além disso, os monitores foram responsáveis pela edição dos textos enviados pelos grupos temáticos para publicação no site e na *newsletter*, assim como seu envio aos e-mails inscritos. Eles também organizaram workshops e reuniões, além do lançamento anual do livro, em conjunto com a coordenação. É importante ressaltar que o trabalho dos monitores e monitoras foi e continua sendo essencial para o pleno funcionamento e crescimento do OPEB ao longo dos anos.

A monitoria da ProEC é fundamental para o OPEB, uma vez que os monitores ajudam a garantir o bom andamento do projeto e a manter a qualidade das publicações. Além disso, a monitoria possibilita que estudantes de graduação e pós-graduação tenham a oportunidade de vivenciar a experiência de trabalhar em um projeto de extensão universitária de grande importância e relevância social, contribuindo para sua formação acadêmica e profissional.

MÍDIAS SOCIAIS COMO FERRAMENTAS DE AMPLIAÇÃO DO ALCANCE DA EXTENSÃO

O Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB) da UFABC tem se destacado cada vez mais nas redes sociais, apresentando um crescimento significativo no seu impacto e menções ou repostagens feitas por terceiros. O OPEB mantém perfis ativos em diversas plataformas, como o Twitter, Facebook e Instagram, e vem progressivamente se consolidando como uma referência em análises e debates sobre temas relacionados à política externa brasileira e à inserção internacional do país.

No Twitter, por exemplo, o OPEB tem mais de 2 mil seguidores e mantém uma média de mais de 20 mil impressões mensais, o que evidencia o alcance de suas publicações. Além disso, o perfil do Observatório na rede social é considerado um dos mais influentes em política externa e relações internacionais no Brasil, segundo o ranking da plataforma de análise de redes sociais Followerwonk.

No Facebook e Instagram, o OPEB também vem apresentando um crescimento significativo, com mais de 1,6 mil e 2,4 mil seguidores, respectivamente. As redes sociais são importantes ferramentas de comunicação para o Observatório, que utiliza as plataformas para divulgar suas atividades, como palestras, debates e publicações, além de compartilhar análises e opiniões sobre a política externa brasileira, além de funcionarem como canal de comunicação direta do público não acadêmico e não universitário com o OPEB.

O crescimento do desempenho nas redes sociais é um reflexo da relevância do OPEB na produção de conhecimento sobre a política externa brasileira e a inserção internacional do país, aumentando o fluxo de acessos ao site (ver gráfico 1). O Observatório tem como objetivo promover o debate público e através da extensão contribuir para a formação de uma consciência crítica sobre os temas de política externa no Brasil. E, com o crescente interesse do público pelas questões internacionais, a presença do OPEB nas redes sociais tem se tornado cada vez mais importante para ampliar o alcance de suas atividades, disseminando suas análises e opiniões.

Gráfico 1 - Comparação entre acesso e visitantes entre os anos de 2019 e 2021.



Por último, mas não menos importante, contamos ainda com um grupo amplo de comunicação via Whatsapp no qual participam todos(as) discentes, docentes e parceiros(as) que em algum ano desde 2019 estiveram vinculados ao OPEB e onde circulam referências, documentos e debates de interesse geral. Ainda que seja um grupo informal, ele permite que de alguma forma se mantenha uma linha de contato e diálogo entre participantes atuais e participantes já egressos(as) do Observatório, em alguns casos até mesmo egressos(as) da universidade que já estão em suas carreiras profissionais mas seguem dialogando com o OPEB.

Considerações finais

Através deste breve e certamente incompleto relato de experiência extensionista, buscamos contar à comunidade UFABC um pouco do processo vivido em torno do OPEB, espaço este que cumpre um papel social relevante ao democratizar o conhecimento sobre temas de política externa e relações internacionais, por meio de seus eventos, cursos, pesquisas, publicações e interação nas redes sociais. O crescente desempenho nas redes sociais do OPEB é um indicativo do interesse da sociedade em conhecer e compreender assuntos de relevância internacional.

O acesso ao conhecimento é um direito e a universidade pública tem um papel fundamental nesse processo de democratização. Nesse sentido, o OPEB contribui para a promoção da cidadania e do desenvolvimento social ao levar informações e análises de qualidade sobre política externa e relações internacionais para um público amplo e diversificado. Ao mesmo tempo, a experiência extensionista que discentes de graduação e pós-graduação vivenciam no Observatório tem se revelado positivamente transformadora na trajetória de vida e numa relação de maior afinidade com a própria universidade.

Certamente existem desafios a serem enfrentados na manutenção e no melhoramento do OPEB como projeto de extensão nos próximos anos, pois existe um aprendizado constante do "como" se conectar de maneira dialógica com a sociedade, de como fomentar a troca de experiências, visões e análises junto a atores externos. As possibilidades variam em cada área do conhecimento e campo profissional. No campo específico das relações internacionais, da política externa e da inserção internacional do Brasil, acreditamos que há um terreno fértil a ser explorado.

Esperamos que o trabalho desenvolvido pelo OPEB continue a cumprir esse papel social e a contribuir para a formação de uma sociedade mais informada e engajada nos debates sobre a política externa brasileira e as

relações internacionais. Afinal, essa é a razão pela qual existimos e pela qual trabalhamos.

REALidade Virtual: projeto de extensão no ensino médio

Sergio Vale da Paixão ¹
Eduardo Sasdelli de Deus²

Resumo: Na metade do século XX, as tecnologias tiveram seu desenvolvimento acelerado de tal forma que a sociedade não acompanhou com a mesma intensidade as mudanças que surgiram no que tange as suas adaptações e posicionamentos críticos. As escolas encontraram dificuldades para adaptar-se ao novo ambiente, resultando num ensino metódico e desinteressante dando continuidade as metodologias e estratégias tradicionais, sem atualizações. A inserção precoce de jovens nas redes sociais com a possibilidade de estarem sempre conectados e opinando sobre quaisquer assuntos, retardou o desenvolvimento emocional e a capacidade de lidar com pessoas, uma vez que as interações são virtuais e também, por consequência, perderam interesse pelo ensino e pelas supracitadas metodologias tradicionais. O presente trabalho sugere alternativas para que a educação seja interessante aos estudantes, uma vez que a proposta dialoga com o universo desse público favorecendo, por extensão que os jovens adquiram maturidade para lidar com o meio real e virtual em que estão inseridos.

Palavras-chave: educação; tecnologias; virtualidade; realidade.

1 Professor do IFPR Jacarezinho. Doutor em Psicologia (UNESP). Mestre em Estudos da Linguagem (UEL). Coordenador do projeto de extensão REALidade Virtual. E-mail: sergio.paixao@ifpr.edu.br

2 Estudantes do curso de ensino médio técnico em Eletrotécnica no IFPR de Jacarezinho. Bolsista do projeto de extensão REALidade Virtual. E-mail: sasdellieduardo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, houve momentos de crescimento populacional e, com ele, o aumento da produção de alimentos, criação de animais, construção de moradias e armamentos, dentre tantas outras. Contudo, se fez necessário criar mecanismos que auxiliassem na organização das necessidades que surgiam. Dessa maneira, os povos antigos criaram o Ábaco, um instrumento, que consistia em colocar algumas varretas em paralelo com pequenas bolas para realizar contagem. O Ábaco foi a primeira calculadora da história.

Séculos mais tarde, o matemático, físico e astrônomo John Napier apresentou o sistema de logaritmos neperianos, e com ele, a Régua de Cálculo. Esse equipamento possui valores pré calculados marcados em seu corpo, utilizado para realizar medidas, de maior precisão e com mais praticidade.

Contudo, a premissa de uma máquina mecânica com a capacidade de realizar cálculos seria desenvolvida por Blaise Pascal. Sua invenção, de início, realizava apenas contas de adição e subtração. Outras maneiras de realizar contas como, a divisão, multiplicação e raiz quadrada foi implementada mais tarde pelo alemão Gottfried Leibnitz. Inspirada nessa calculadora, surgiu outra máquina inovadora, denominada de Hollerith. Criada por Herman Hollerith, seu projeto reduzia em até $1 / 3$ o tempo de coleta de informação.

Esses projetos, ainda que desenvolvidos em intervalos distantes, foram importantes para que surgisse a primeira máquina de criptografia e cálculo e de projetos que revolucionaram os meios de comunicação e interação social. Em 1946, desenvolvido por John Eckert e John Mauchly, o ENIAC (Electronic Numerical Integrator And Computer), surgiu. Pesando aproximadamente 30 toneladas, e com capacidade de processamento mil vezes mais rápida que qualquer outra máquina da época, o ENIAC foi o precursor do que mais tarde seriam os computadores. Em 1976, o lançamento do Altair 8800 mudou o design dos computadores, passou de 30 toneladas e cento e oitenta metros quadrados, para um desktop de mesa, com capacidades de processamento maiores e mais rápidas.

Durante o tempo em que decorreu a Guerra Fria, a corrida tecnológica possibilitou a invenção de um mecanismo que caminhará junto com os computadores, chamado internet. A junção dessas duas invenções, também possibilitou o comércio, o uso profissional e doméstico dos computadores. A partir disso, qualquer indivíduo poderia ficar em casa e fazer uso dessas tecnologias. Desenvolveu-se também, na metade do século XX, os videogames, computadores de jogos eletrônicos nos quais os jovens poderiam passar parte de seu tempo sozinhos usando de aparelhos como fonte de diversão por longos períodos, e também, reduzindo a interação social e pessoal, por consequência.

No início dos anos 2000, o aumento da comercialização de computadores e internet, gerou os primeiros sites. Páginas digitais onde quaisquer indivíduos podem comunicar-se com outros, independente do lugar, bastava adquirir um computador e internet. A possibilidade de publicar fotos, vídeos e comentar sobre qualquer assunto sem adquirir conhecimentos aprofundados sobre ele deu início a uma geração de imaturos emocionais.

Tornou-se comum acordar pela manhã e responder as mensagens no smartphone buscando algo para se fazer. Alimentar-se ao mesmo tempo que assiste a um vídeo no Youtube e nos intervalos do dia onde não há atividades para realizar, rolar o feed e curtir várias publicações no Instagram ou fazer críticas e debater sobre assuntos dos mais diversos do Twitter.

O grande problema, diante do contexto, não está no uso de aparelhos eletrônicos, ou divertimento dos jogos e redes sociais, mas sim no uso excessivo dessas tecnologias, e como qualquer excesso, os problemas que estão sendo desenvolvidos. Também os novos meios de comunicação estão destruindo cada vez mais a relação com o outros. Byung-Chul Han em seu livro *Sociedade do Cansaço* (2017, p.91) afirma que “O mundo digital é pobre em alteridade e em sua resistência”.

As escolas são instituições que têm como o papel essencial na educação de sujeitos apresentar e dialogar sobre informações sobre as mais variadas áreas do conhecimento. Entretanto, muitas instituições de ensino não acompanharam de maneira eficiente a evolução tecnológica e o impacto que tais avanços podem trazer de forma benéfica e maléfica aos estudantes.

Em sua maioria, e da forma tradicional como se organizam, as instituições escolares não permitem que os estudantes escolham suas aulas, oferecendo uma grade fixa que deva ser cumprida ao longo de sua trajetória acadêmica. Essa decisão reduz o interesse pelo estudo, porque retira do sujeito que aprende a capacidade de decidir as áreas do conhecimento. Consequentemente, se não há interesse pelos conteúdos, não há engajamento, e sem engajamento o estudante não vê sentido em se manter na instituição, resultando na evasão escolar ou não participação efetiva nas atividades propostas ao longo do ano.

Em março de 2023, o jornal *O Especialista* realizou um estudo³ que concluiu que adolescentes na faixa de treze a dezoito anos passam aproximadamente oito horas e trinta e nove minutos diários nas redes sociais. Tempo que poderia ser investido no desenvolvimento intelectual e social desses indivíduos se utilizassem de maneira consciente as tecnologias.

O grande objetivo das redes sociais é fazer com que o usuário passe o maior tempo possível utilizando-as gerando, naturalmente, lucros ao mantenedor. Por isso, apresenta apenas temas de interesse de quem as utilizam. Apenas para exemplificar, se determinado sujeito apresenta um posicionamento político qualquer, as redes mostrarão, a partir da inteligência artificial, apenas informações que ele concorda, reforçando ainda mais a premissa de que está correto em seu modo de pensar, levando os usuários a acreditar que a possibilidade de opinarem sobre tudo ao mesmo tempo, sem filtros e avaliações, resulta em liberdade de expressão. Essa atitude aumenta a polarização dos grupos sociais, e gera ignorantes digitais.

Outro fator a ser considerado é que a busca incessante pela aprovação de outras pessoas nas mídias digitais, refletida em likes e compartilhamentos, tira a realidade e apresenta apenas utopias. Dificilmente será postado uma foto de um usuário passando por dificuldades financeiras ou pessoais. As publicações apresentam como conteúdo status social, saúde, diversão e sucesso, criando a falsa sensação de liberdade e realizações. E, consumido diariamente tais conteúdos, prejudicam o emocional dos jovens usuários ao pensarem que sua vida não é tão interessante quanto a das pessoas vistas nas publicações. Han (2017, p.117) afirma que “As enfermidades psíquicas como a depressão e o burnout são a expressão de uma profunda crise de liberdade”

Esse cenário desenvolve três problemáticas: instituições que não acompanharam o desenvolvimento tecnológico, e algumas insistem em se manter assim. Jovens excedendo o tempo nas redes sociais e consumindo apenas o que concordam, evoluindo para ignorantes digitais, como já comentado e, por fim, adolescentes que não conseguem diferenciar a rea-

3 Mais sobre a pesquisa em: <https://oespecialista.com.br/criancas-estao-gastando-de-quatro-a-sete-horas-por-dia-nas-redes-sociais/>

lidade da virtualidade, tornando-se imaturos digitais.

Neste contexto, surge a necessidade de se pensar a virtualidade e a realidade como conteúdos a serem trabalhados com os estudantes no ensino médio, o que passaremos a exemplificar a seguir.

O projeto REALidade Virtual

Nos esforçaremos para apresentar o projeto de extensão REALidade VIRTUAL desenvolvida pelo IFPR campus Jacarezinho em que procuramos dialogar com estudantes da própria instituição e para além dela, em escolas estaduais de ensino médio, sobre o assunto da vida REAL e VIRTUAL e como temos lidado com nossas produções nas redes sociais da internet. Um projeto que objetiva promover, a partir de um bate papo com jovens estudantes, reflexões sobre a sociedade em que vivemos no intuito de fazer com que se reconheçam como potenciais construtores de sua história rejeitando estímulos externos, em especial os encontrados nas redes sociais da internet, que têm se ocupado estabelecer padrões de beleza, estabelecer as regras de como as coisas devem ser e quais são os padrões sociais aceitáveis, sem considerar a história individual dos sujeitos que fazem parte das redes.

Em extensão, temos como objetivos desse projeto, dialogarmos acerca das inúmeras possibilidades de percepção do mundo e de suas possibilidades em busca de olhares mais observadores e contemplativos na compreensão de que a negatividade e a positividade estão sempre disponíveis, principalmente nas redes sociais da internet com seus oferecimentos constantes, mas é preciso avaliar o sim e o não com consciência para o controle de nossos impulsos. De acordo com Han (2015, p.52). “Essa vida não é um abrir-se passivo que diz sim a tudo que advém e acontece. Ao contrário, ela oferece resistência aos estímulos opressivos intrusivos”. Nosso interesse, no desenvolvimento do projeto de extensão, que busca atingir o maior número de jovens estudantes do ensino médio, é ajudá-los a ser mais críticos em relação as suas opções de produção escrita, compartilhamentos de informações e, principalmente, permanência excessiva diante das telas de computadores e celulares que têm, de acordo com pesquisas, contribuído com o surgimento e fortalecimento de doenças consideradas tecnológicas “tais como depressão, burnout, déficit de atenção ou síndrome da hiperatividade, ao contrário, não se vê a influência do processo de repressão e do processo de negação. Remetem, antes, a um excesso de positividade, portanto, não estão referidas à negação, mas antes à incapacidade de dizer não, não ao não ter direito, mas ao poder-tudo. (HAN, 2015, p.88)

Nossa opção em escolher estudantes do ensino médio se justifica por ser esse público alvo de nossas atividades docentes no IFPR de Jacarezinho e também por entender que seja a idade que mais esteja presente nas redes sociais da internet por serem considerados nativos digitais (PRENSKY, 2021). Jovens estudantes imersos em contextos tecnológicos que os convidam a produzir cada vez mais para serem aceitos em diferentes grupos sociais e que se submete a condições de esgotamento mental e físico para dar conta de tanto convite e possibilidades existentes no universo virtual.

O sujeito do desempenho, esgotado, depressivo está, de certo modo, desgastado de si mesmo, de lutar consigo mesmo. Totalmente incapaz de sair de si, estar lá fora, de confiar no outro, no mundo, fica se remoendo, o que paradoxalmente acaba levando a auto erosão e ao esvaziamento. Desgasta-se correndo numa roda de hamster que gira cada vez mais rápida ao redor de si mesma. Também os novos meios de comunicação e técnicas de comunicação estão destruindo cada vez mais a relação com o outro. O mundo digital é pobre de alteridade e em sua resistência. (HAN, 2017. p.91)

Diante do exposto, consideramos o projeto como sendo uma iniciativa que sirva não como exemplo copiável, mas motivador para que outras práticas possam acontecer nos espaços escolares no intuito de acentuar com criticidade a percepção dos estudantes do ensino médio sobre seus comportamentos no universo virtual promovendo aprendizagens e, naturalmente, qualidade de vida.

METODOLOGIA DO PROJETO DE EXTENSÃO

O trabalho realizado com o projeto de extensão REALidade Virtual, aliado ao projeto de pesquisa “Educação Integral: alternativas teóricas e práticas” de nossa autoria no IFPR, é o de levantamento de leituras e pesquisas práticas sobre o que acontece nos meios virtuais, sobretudo das redes sociais da internet em que os estudantes estejam fazendo parte como usuários e produtores de conteúdos. Os estudos sobre o meio virtual, mas também o real, fazem parte do dia a dia do currículo escolar no IFPR de Jacarezinho nas unidades curriculares⁴ “Emoções e sentimentos por detrás das telas” e “Leitura e Interpretação de textos: navegando pelas redes sociais” e encontros de formação e estudos que ocorrem com os bolsistas e voluntários envolvidos.

E, fazendo jus ao termo “extensão”, visitamos escolas públicas e privadas que ofereçam ensino médio para apresentar em forma de palestras, oficinas, rodas de conversa ou outro gênero que se encaixe nos dias e horários disponibilizados pelas escolas acolhedoras para socialização com os jovens estudantes os conteúdos do projeto.

Coordenação e estudantes envolvidos, sejam bolsistas ou voluntários, fazem contato com escolas para apresentar à equipe gestora o projeto no intuito de agendar o momento da ação de extensão com os grupos. Também são acolhidas escolas que nos procuram devido ao interesse da ação.

Imagem 1 – “Atividade em Escola Estadual na cidade de Quatiguá - PR”



O projeto teve início no ano de 2021 ainda com a Pandemia do Covid 19 quando tivemos a oportunidade de realizar algumas intervenções externas nas escolas na cidade de Quatiguá - PR e Joaquim Távora – PR, cidades localizadas há aproximadamente 60 quilômetros de Jacarezinho - PR.

4 Mais sobre as unidades curriculares do IFPR de Jacarezinho: <https://jacarezinho.ifpr.edu.br/cursos/cursos-integrados/>

Nos aproximamos das escolas para oferecer o trabalho e fomos muito bem acolhidos. Tivemos aproximadamente 500 estudantes do ensino médio envolvidos na proposta naquele primeiro momento. No ano de 2022 iniciamos os agendamentos nas escolas que nos procuraram e tivemos a oportunidade de realizar uma intervenção interna nas dependências do IFPR de Jacarezinho por meio de uma palestra que aconteceu na IV Semana de Educação Física para tratarmos do assunto central do projeto de extensão em que dialogamos com todos os estudantes do ensino médio. O projeto teve continuidade no ano de 2023 e já temos recebido uma demanda bastante grande de escolas estaduais da cidade de Jacarezinho e também da região circunvizinha que desejam agendar algum tipo de atividade com os estudantes para tratar do assunto do projeto.

Imagem 2 – “Ação de extensão no IFPR em Jacarezinho - PR”



No ano de 2023 iniciamos nossas atividades, a que chamamos de ação de extensão dialogando com um grupo de estudantes do curso de ensino médio de formação de docentes.

Imagem 3 – “Ação de extensão em Escola Estadual em Jacarezinho - PR”



O convite aconteceu a partir do contato do coordenador que vê como importante apresentar o conteúdo aos ingressantes do curso a fim de motivá-los a pensar em sua carreira profissional e nos excessos dos usos das tecnologias. Segundo a coordenação, tem sido muito recorrente casos de violência virtuais a partir de compartilhamentos de mensagens e outros conteúdos entre os estudantes, além do uso excessivo das telas em horários de aula sem a finalidade de estudos e pesquisas.

A partir dessa demanda, achamos por bem ressignificar cada ação de extensão nas escolas acolhedores do projeto para que o diálogo possa atender aos públicos e seus interesses, que nem sempre são iguais em cada grupo.

Temos agendado para o primeiro semestre do corrente ano, inúmeros outros encontros em formatos variados para conversar tanto com estudantes quanto com seus professores que também se mostram interessados em pensar sobre o conteúdo para saber lidar com suas turmas.

A ação mais comum ocorrida nas escolas tem sido a de apresentação dos conteúdos em forma de palestra. As escolas geralmente organizam as turmas em forma de auditório e organizam o momento com aparelhos de mídias e projetores para que as turmas se sintam confortáveis para o momento. Há sempre um combinado com as turmas que, ao final da exposição dos palestrantes, seja o professor responsável pelo projeto, sejam os bolsistas e voluntários, pode haver a participação do público em forma de perguntas e comentários. O ponto mais significativo ao longo da exposição é a que nos referimos a manipulação dos conteúdos em relação a nosso modo de ser no mundo. Percebemos que os estudantes que participam da ação, em sua maioria, nunca pararam para pensar o quanto são manipulados pelos discursos e pelas imagens que invadem seus olhos nas telas pelas redes sociais da internet.

A participação de forma significativa, com atenção total dos estudantes e professores envolvidos nas escolas e sempre supera nossas expectativas, nos reforçando cada vez mais que vale muito a pena dar continuidade ao projeto.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos que todo o trabalho realizado em projetos de ensino, o que é o caso da proposta que aqui apresentamos, efetivado dentro da instituição na modalidade de extensão, para além dos espaços do IFPR de Jacarezinho, não nos mostra em curto prazo resultados mensuráveis. No entanto, estamos certos de que afetamos de modo significativo, e no sentido produtivo do termo, grande parte dos estudantes que puderam participar das ações desenvolvidas. Os feedbacks recebidos ao término de cada ação de extensão e a excelente participação dos envolvidos nos mostram que conseguimos plantar sementes de reflexão e despertamos criticidade no olhar quando assunto é a produção e leituras nas redes sociais da internet.

Inúmeros estudantes nos trazem relatos posteriores as ações que corroboram para a continuidade das atividades no projeto, o que nos motiva a darmos continuidade e aprimorarmos nossas ações nas escolas parceiras. Além, naturalmente, das interações que ocorrem nos momentos das ações.

O projeto REALidade VIRTUAL se encontra numa fase ainda inicial, porém carregado de novas possibilidades a partir das coletas de informações trazidas pelos professores e estudantes que de modo direto e indireto são afetados com as ações. Pretendemos dar vida longa a ele na expectativa de alcançarmos um número ainda maior de estudantes fazendo-os refletir sobre o assunto foco do projeto.

Estamos certos, agora com maior clareza, a partir de tudo o que temos experimentado no projeto, de que falar sobre as redes sociais e os universos virtuais e reais de convivência, as produções que ocorrem em determinadas plataformas e, naturalmente, sobre as emoções e sentimentos dos estudantes são conteúdos tão importantes quanto os que comumente se encontram no currículo escolar nas disciplinas. Propostas de trabalho no dia a dia em metodologias transversais ou mesmo em ações como a que apresentamos neste texto são importantes para que possamos sensibilizar os alunos para uma ressignificação do ser e estar neste mundo com avanços tecnológicos cada vez maiores.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001. 258 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015. 80 p.

SASTRE, Genoveva; MORENO; Montserrat. O significado afetivo e cognitivo das ações. In: ARANTES, Valéria Amorin. Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 2003.

PAIXÃO, Sergio Vale da. Sentimentos na rede e educação: um estudo sobre a produção de jovens nas redes sociais. Curitiba. CRV editora, 2017. 170p.

PRENSKY, Marc. Disponível em <http://www.marcprensky.com/writing> Acesso em 01 ago.2011 (texto publicado na sua primeira versão em 2001).

RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA UTILIZAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Elaine Cristina do Nascimento Candido, Fernando Lessa Tofoli.

RESUMO

O presente trabalho tem uma abordagem pautada em uma pesquisa bibliográfica, que investiga a forma como tem ocorrido a inserção das tecnologias no cenário da Educação Básica. Aborda questões relacionadas à formação do professor e desenvolvimento tecnológico, de valorização dos recursos tecnológicos, para que a tecnologia faça parte do cotidiano dos alunos e da formação docente. Traz as dificuldades encontradas pelos professores na utilização dos recursos tecnológicos em suas práticas, o profissional da área educacional precisa de se capacitar e acompanhar o processo dessas tecnologias de maneira dinâmica e criativa. É preciso refletir sobre o uso das tecnologias digitais como ferramenta pedagógica para a Educação Básica, quanto ao uso dos recursos tecnológicos digitais no cotidiano escolar.

Retrata como se fazer uma metodologia onde as mídias educacionais e recursos didáticos importantes no processo de ensino aprendizagem, transformando o desafio em uma possibilidade efetiva na rotina educacional.

Palavras-chave: Educação Básica, Escola, Professor, Recursos tecnológicos.

INTRODUÇÃO

Com o uso da tecnologia crescente no cotidiano das pessoas em diversos espaços sociais, como residências, escola, serviço, faz com que o uso das ferramentas de tecnologias investigue e analise o processo ensino aprendizagem, de uma forma mais dinâmica no âmbito da educação básica.

A tecnologia é um mecanismo que facilita e melhora o desenvolvimento dos afazeres diários, pois facilitar o convívio humano na maioria dos serviços como aplicativos, softwares, sites, sistemas, entre outros meios de modernização. Estes recursos fazem parte da vida contemporânea e do cotidiano escolar, como é um recurso facilitador e motivador.

Com a modernidade se expandindo, surgem novos recursos tecnológicos que estimulam a educação básica, deixando a mais dinâmica, inovadora e lúdica na sociedade. Neste contexto o uso das tecnologias como recursos pedagógicos na educação básica, traz novos horizontes para discutir o uso das tecnologias digitais, como recurso pedagógico e aprendizagem no campo educacional.

O uso dos recursos tecnológicos em sala de aula surge como recurso para facilitar o professor a ensinar o aluno no contexto atual, com o intuito de desenvolver uma análise para o entendimento sobre o conceito e a importância do uso da tecnologia no ambiente escolar.

Os estudos foram pautados em uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, de artigos publicados, revistas eletrônicas entre outros, que traz a possibilidades do uso das tecnologias na educação.

A escola necessita ter a tecnologia favorecendo a aprendizagem dos alunos, que serão direcionados para construção de novas possibilidades de saberes e conceitos junto ao desenvolvimento intelectual do aluno no ambiente escolar, oferecendo possibilidades de aprendizagem através da tecnologia, que possibilita a construção do conhecimento para eficiência no processo educacional. Assim a escola consegue abordar questões relacionadas à inserção de tecnologia o uso de computador, o acesso à internet e como estudantes pode fazer o uso dessas tecnologias de acesso no ambiente escolar.

A educação tecnológica é prevista em lei, por exemplo, a LDB 9394/1996 no Art. 39 fala da educação profissional e tecnológica nas suas modalidades.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, PCNEM (1999) apontam o uso das tecnologias na formação dos alunos, para formarmos uma sociedade marcada pelos avanços tecnológicos, no Art. 36, inciso I, mostra conhecimentos básicos claros à educação, de relacionadas às áreas de internet, recursos áudios visuais, meios informatizados como revistas, livros, etc.

As práticas pedagógicas e tecnológicas da escola possibilitam espaços educativos com desenvolvimento e aprendizagem, onde a utilização das mídias e tecnologias constroem possibilidades aos educadores de forma flexível, unindo à teoria a prática.

A internet é sem dúvidas uma das ferramentas mais utilizada pela humanidade, ela contribui no mundo moderno e globalizado, onde o acesso das tecnologias traz informação nas relações econômicas, sociais e culturais da sociedade.

Na internet os alunos encontram um lugar de leitura, escrita e produção de sentidos da realidade, na preparação do indivíduo, uma forma de investigar e pensar. Um ambiente online onde a tecnologia serve para conhecer com uma linguagem conectada, a um ensino pedagógico forma uma nova proposta e cria estratégias, recursos e metodologias na Educação Básica.

O tema das tecnologias nas salas de aula tornando-se mais atrativos e significativos na aprendizagem, transformando a escola em ambiente moderno pelas tecnologias e mudanças de forma ampla e de fácil acesso, sendo possível introduzi-la de forma gradativamente na área educacional. Para se utilizar a tecnologia na educação de uma maneira crítica e questionadora, é preciso ser articulada ao social, individual e coletiva. Cortelazzo, 1996, p.20, fala que professores sentem a necessidade de mudar, mas não sabem como, sabem que é preciso acompanhar a mudança do mundo.

As tecnologias servem como auxílio das práticas pedagógicas e o acesso às informações, pelos alunos no ambiente escolar, devido às mudanças contemporâneas, no setor educacional, na aprendizagem nas escolas, nas novas tecnologias, pois é um recurso transformador na sua prática pedagógica.

Valente 1999 diz: "A disseminação da tecnologia na educação e os avanços de softwares educacionais, estão entre o uso do computador e a aprendizagem". Prova disso é o crescimento do ensino à distância no país, que vem aumentando progressivamente com instrumentos multimidiáticos por parte das escolas, levado a uma visão crítica e construtiva de mundo.

O uso das tecnologias educacionais traz praticidade dentro e fora das escolas, e consegue ter uma explosão tecnológica para melhoria na qualidade do ensino, utilizando pesquisa na internet, livros na utilização das tecnologias educacionais em sala de aula, evidenciando a necessidade destes espaços. Traz aspectos importantes à abordagem educacionais no contexto atual, trazendo resultados aos recursos tecnológicos no ambiente escolar, pois busca uma crescente necessidade de adaptação das metodologias pedagógicas.

Segundo Kenski (2004 p.18), a necessidade de ter equipamentos tecnológicos concebe uma sociedade tecnológica, a autora argumenta que essas tecnologias presentes de uma forma tão natural, que nem percebemos como realizar tarefa que garante nossa sobrevivência, por exemplo, em talheres, pratos, panelas, e outros. Diz que a tecnologia "é a junção das ferramentas correspondentes aos usos, em cada época".

Neste sentido, é preciso discutir a inserção destes recursos nas salas de aula, ampliar o debate sobre os desafios no cotidiano escolar, bem como capacitar continuamente o profissional do ensino, para lidar com os desafios que surgem.

Como objetivo geral, pretende-se pesquisar sobre a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no processo de aprendizado na educação básica, aproximar os alunos aos novos recursos tecnológicos e a contribuir para o processo de ensinoaprendizagem por meio de recursos tecnológicos atuais.

Os objetivos específicos referentes aos recursos tecnológicos a ser aplicado na Educação Básica.

Entender a mente dos alunos com o uso das tecnologias, uma forma interativa e prática.

Saber como as aulas podem ficar mais criativas, motivadoras e dinâmicas.

Saber mais sobre o acesso a informação, buscando inserir as novas tecnologias no âmbito escolar.

Entender como os alunos utilizam os computadores na vida escolar.

Saber como o professor pode melhorar a sua forma de ensino com as tecnologias por meio de programas e projetos.

REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

As novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem é um desafio que apresenta informações sobre o papel de preparar os alunos para uma sociedade tecnológica, e ampliação desses mecanismos tecnológicos relacionados à área educacional.

Este trabalho traz uma reflexão sobre o uso das tecnologias como recurso pedagógico, para o processo de ensino aprendizagem, uma abordagem qualitativa que reforçar a importância dessas tecnologias nas salas de aula através da pesquisa.

A discussão sobre o uso das tecnologias nas instituições escolares e as ferramentas como recursos, traz uma abordagem sobre a importância e relevância da pesquisa, para percebermos através das tecnologias oportunidades de recursos na educação básica da rede pública de ensino.

Para os alunos a integração das tecnologias deve ser desenvolvida de forma que consiga captar toda informação, e organizar a multiplicidade dos dados da comunicação, as audiovisuais, lúdicas, textuais, musicais.

As tecnologias podem ser utilizadas na educação, pois hoje as integrações multifuncionais de um processo de ensino aprendizagem, como a televisão, o vídeo, o computador, a internet devem dar oportunidade partir dos materiais leituras para determinar o conteúdo, e a divisão dos tópicos, dos objetivos propostos e conhecimento para as crianças.

Alarcão (2001) diz que a formação do professor é importante, pois esta sempre em construção, principalmente diante das tecnologias, inclusive os espaços precisam de concepções, onde os educadores possam dominar o recurso tecnológico e transpor didaticamente, com as tecnologias, conteúdos curriculares e rotinas pedagógicas.

Deparamo-nos com diversos desafios para colocar as tecnologias nas escolas, aquisição de computadores e utilização de tecnologias, manutenção destes recursos, contratação de profissionais capacitados nas escolas, suporte na utilização de novas mídias e novos recursos tecnológicos didáticos.

De acordo com Castells (1999), a nossa sociedade atualmente é tida uma sociedade em informações de rede, podendo a informação chegar a qualquer lugar. Alguns autores contemporâneos nominam que a era das conexões deixa o conceito mais amplo, e posteriormente trazer um olhar revolucionário para os recursos tecnológicos usados em sala de aula.

Cabe ao professor ser o motivador das informações tecnológicas, experiências e ensinamentos colocando os recursos tecnológicos às rotinas programas pedagogicamente da Educação Básica, propiciando um ensino para atender as demandas da sociedade, junto a construção que pode ser tanto pessoal, quanto coletiva. Na educação básica o professor tem a capacidade de aumentar a concepção de tecnologia, utilizando esta formação junto da prática pedagógica nas rotinas diárias no ambiente escolar, no projeto político pedagógico e na construção de novas concepções de currículo.

Atualmente muito se fala sobre a Educação Básica avançar com qualidade no ensino, para isso a programas do governo paulista como o Inova Educação e o Programa de Inovação Educação Conectado, por exemplo. Como o Inova Educação, que traz a proposta de aprendizado com robótica, programação, redes e mídias digitais nas escolas da rede estadual, a um pensamento computacional, crítico compreensão do mundo digital, para utilizar tecnologia com ética em ambientes escolares, pessoais e sociais com colaboração, responsabilidade e cidadania. Com esse programa uma vez por semana, os estudantes terão atividades didáticas como,

por exemplo, realizar atividades pedagógicas e tecnológicas de realização de cartazes e realização de rádio tecnológica digital ou campanha em redes sociais.

De acordo com o secretário da Educação, Rossieli Soares explica “A aula de tecnologia do Inova Educação irá tratar a tecnologia, como ensinar e como usá-la melhor.

Temas relacionados a vida cotidiana do educando”.

O governo paulista tem realizado algumas palestras, alguns seminários e também alguns debates referentes ao programa Inova Educação, para debater modificações da política tecnologia escolar no estado de São Paulo. Para a coordenadora da escola de formação e aperfeiçoamento dos professores do

Estado de São Paulo (Efape), Cristina Mabelini, “Os debates tem a intenção de ampliar a movimentação na rede de ensino, e entender os relatos do Estado. Precisamos falar e compreender as práticas legais, que devem ser ampliadas no estado de São Paulo”.

Além da formação serão fornecidos materiais de suporte, módulos complementares de 30 horas estarão disponíveis, para que seja mais qualidade de educação, referentes aos novos recursos tecnológicos na escola, aliado nos métodos de ensino aprendizagem, recurso pedagógico em sala de aula.

Outro programa ligado aos recursos tecnológicos é o Programa de Inovação Educação Conectado, desenvolvido pelo Ministério da Educação e parceiros. Tem a proposta de juntar o acesso à internet de alta velocidade, ao uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica.

O Programa ajuda o ambiente escolar a receber a conexão de internet, onde os professores têm novos conteúdos educacionais junto aos alunos em contato com as novas tecnologias educacionais. Ele tem metas para alcançar o atendimento de 44,6% dos alunos da educação básica (2019 a 2021), a utilização desses meios tecnológicos no ambiente escolar, gera grandes debates entre professores e pessoas ligadas ao meio acadêmico, transformando os investimentos tecnológicos em para a aprendizagem aos alunos.

Um projeto chamado GLOBE, onde os alunos pesquisam informações sobre o meio ambiente e encaminham aos responsáveis especializados, sugeri soluções para problemas de sustentabilidade ambiental. Plataformas como Padlet conecta a estudantes e professores a montar projetos virtuais em parceria, websites e produção conteúdo próprios.

O trabalho do professor no desenvolvimento de habilidades dos estudantes, não somente em propor tarefas de memorização como, por exemplo, tabuada, é muito mais produtivo em como internet, tablets, computadores, aplicativos e outras plataformas pode ajudar o trabalho do professor para estimular a imaginação dos alunos.

O tablet tem uma tendência de médio prazo na educação, pois os estudantes aprendem a criar novos conteúdos, em vez de serem apenas receptores. Desta forma, o professor passa a ser transmissor de conhecimento e mediador, com instruções e feedback.

A tecnologia e os recursos tecnológicos, podem ajudar alunos com gráficos e experimentos científicos, desta forma alunos adquirem conceitos e ver o resultado de seus experimentos de uma forma mais fácil.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As tecnologias têm a possibilidade de apresentar algumas formas de ensinar os recursos tecnológicos nas escolas, e juntos integrar as práticas

pedagógicas do currículo escolar a ser desenvolvido junto aos modelos estruturais da educação básica do país.

A escola tem o poder de transformar a realidade dos alunos e integrar ao ensino e aprendizagem as tecnologias, pois disponibilizam aos alunos novas habilidades e informações para adquirir uma futura vida profissional. Segundo Lopes (2005, p. 214), a informática se adequa as escolas e possibilita alguns benefícios aos alunos, como rapidez de lidar com dificuldades, novos pensamentos, oportunidades, aumenta a inteligência, novas informações, conhecer a várias culturas e fazer parte da escrita junto à sociedade.

Um benefício considerável na construção do cognitivo do aluno é torná-los mais pensantes, críticos e criativos, em relação a questões cognitivas de comunicação, de forma pessoal ou virtual, em relação às disciplinas.

De acordo com Santos (2006, p. 215), traz como benefícios maneiras dos educadores aplicarem disciplinas dinâmicas com softwares e aplicativos, as tecnologias permitem uma imensidade de opções para aulas, utilizando os recursos tecnológicos nas rotinas pedagógicas.

Hoje o que se espera das escolas e que elas incentivem os alunos a utilizarem um senso crítico, e não ter medo de expressar suas opiniões, utilizando diversos saberes para tirar as dúvidas relacionadas às disciplinas, com os recursos tecnológicos e a tecnologia da informação e comunicação em suas práticas

pedagógicas, é possível acompanhar os avanços da sociedade.

De acordo com Castells (1999), a sociedade que habitamos é considerada uma sociedade em rede, sem limitações até que ponto a informação pode ir. Alguns pensadores contemporâneos, falam de uma era onde as conexões trazem uma nova visão em relação os recursos pedagógicos, usados no ambiente escolar.

O uso de tecnologias pode ser utilizado para auxiliar no aprendizado, sendo que a tecnologia é importante desde que seja usada com moderação, pois vivemos na época da informação e não ter informação (ou acesso) pode trazer desvantagem ao aprendizado.

Os computadores quando implementados ao ensino aprendizagem é favorável porque a tecnologia serve como ferramenta de remediação, pois um aluno pode não aprender matemática com um livro convencional em sala de aula, mas talvez aprenda com o uso de animações pelo computador.

Em Educação x Tecnologia, traz um exemplo de como os professores e as instituições de ensino conectam entre si a educação e a tecnologia.

Por um lado há a educação e a formação dos docentes, que se adequa as ferramentas online, formando profissionais bem treinados e capacitados a lidar com a tecnologia, e por outro lado há as tecnologias que junto com as instituições de ensino, formam uma ameaça a

existência da forma antiga de ensino, pois muitas instituições ainda estão presas ao ensino ultrapassado, tendo dificuldades de se adaptarem aos novos recursos tecnológicos.

Desta forma o professor é mediador do saber, das experiências e aprendizagens, unindo as tecnologias ao planejamento pedagógico da Educação Básica, para formar um método que atenda as necessidades da sociedade, para a construção pessoal e coletiva.

Segundo Barbosa et al. (2014), a maioria do alunado é nativo digital, assim, possui habilidades e facilidades para se relacionar com as novas mídias. Cabe ao professor aproveitar e tornar mais prazeroso o processo, que envolve o uso das tecnologias, ampliar espaços de trocas e de saberes na sala de aula.

É preciso selecionar programas comprovados e eficazes ao desenvolvi-

mento dos alunos, com materiais utilizados para ajudar nas atividades e conhecimento dos estudantes, para a inserção da tecnologia.

As novas tecnologias de informação podem trazer resultados promissores ao desenvolvimento do pensamento e rendimentos escolares, o computador, o celular, o tablete, a lousa digital, site de jogos educativo, desenvolvem a imaginação e promovem a autonomia dos alunos.

Segundo o blog amber a historia da tecnologia na educação, alguns estudiosos atribuem ao século XX como início da história da tecnologia na educação. A educação sempre utilizou de alguma tecnologia, a educação esteve cercada de tecnologias desde 1650, segundo o filósofo Demerval Bruzzi, ex-diretor do Ministério de Educação.

Como exemplos temos a tecnologia *Horn-Book*, uma madeira com letras escritas utilizadas para alfabetizar crianças, e o Ferule usada como apontador, entre 1850 a 1870. No final da década de 1870, surgiu o projetor de slides, o *Magic Lan Tern*.

Na Linha do tempo da educação e tecnologia traz outras tecnologias que surgiram ao decorrer dos anos, que serviram para melhorar a tecnologia de hoje em sala de aula.

A implantação das tecnologias nas escolas é um discurso comum perante a reformulação do projeto político pedagógico, com a organização do tempo e conteúdos escolares, devido ao processo de modernização com vários recursos tecnológicos e inovação das práticas pedagógicas, para atender as demandas da atualidade e considerar os desafios deste processo.

Os recursos tecnológicos teorias e métodos pedagógicos torna-se o grande desafio do ser humano, pois deve utilizá-la acompanhando o desenvolvimento do mundo e os avanços tecnológicos, construção de políticas públicas com programas desenvolvidos no ambiente escolar, isso torna uma crescente discussão sobre à Educação Básica no Brasil.

Algumas atividades desenvolvidas nos planejamentos de aulas, com metodologia de aplicativos educativos, utiliza o computador, o tablete, site com jogos educativo onde os professores instalam os aplicativos desenvolvidos com o objetivo de educar e estimular o raciocínio dos alunos, que relatam que as aulas são mais interessantes e legais, os resultados tende ser promissor, pois materiais e programas precisam ser passados por testes para serem comprovados eficazes.

Os alunos precisam aprender a ter fontes seguras e confiáveis de informações, os professores precisam estimular os alunos a terem autonomia e conhecimento, para se tornar criador de seu próprio programa, e a ser mais que um usuário.

Os professores podem fazer o uso das tecnologias na educação básica com seus alunos, para contribuem a apropriação de conceitos, dinamizam as suas aulas, buscando informações na internet para incorporá-las em suas ações pedagógicas, elaborando atividades diversificadas através de imagens, planilhas, vídeos, sons, registros, jogos educacionais e fomentar a autonomia e a criatividade.

Segundo a revista nova escola, Elisângela Fernandes (2001) a teoria de Ausubel, aprendizagem significativa, envolve a interação da nova informação com o conhecimento do conceito subsunçor, onde o processo de assimilação que ocorre com a criança na construção do conhecimento a partir do seu conhecimento prévio. Nessa teoria de Ausubel, o processo de assimilação esta na compreensão do processo de aquisição e organização de significados na estrutura cognitiva.

O uso das tecnologias nas escolas vem com mediação pedagógica, o planejamento prévio e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem, se não houver organização e seriedade na implantação das tecnologias na

educação, não há aprendizagem significativa.

O professor incentiva os alunos a participarem do aprendizado, promovendo trocas de experiências, saberes e ampliação do conhecimento, acompanhar as atividades propostas e as ações sempre que necessário. As tecnologias da informação e comunicação participam do processo de ensino aprendizagem junto aos alunos, comunidade e professores, pois não existe método que possa substituir o professor, de acordo com o Demo (2008, p.134), “necessitamos valorizar o professor, e as modificações para o bem estar da instituição, o professor é muito importante”.

Não há como substituir o professor

Os educadores possuem contato com as tecnologias utilizam como ferramenta em sala de aula, utilizam *e-mail*, conectam a internet todos os dias para pesquisar, ler, fazer atividades em blogs. Quanto o fazer pesquisas, avalia o conhecimento em informática, em muitos lugares, em suas residências e na ambiente de trabalho, usando celulares, e computadores.

Perante a utilização das tecnologias receberam informações, ou cursos oferecidos pelo governo. Através dessa pesquisa e de vídeos de leituras formados pelos educando, onde eles ouvem, fazem vozes que conhecem, há troca de mensagens entre pais e responsáveis com os educadores e divulgam projetos sociais pelas mídias, com identificação antecipada na matrícula que os responsáveis preenchem.

Os professores são pesquisadores e deve estar atualizando seus conhecimentos, estar cientes e permanecer sua prática motivada e dinâmica aplicando a tecnologia de forma adequada à situação vivenciada, para deixar a prática pedagógica melhor e enriquecer as atividades escolares.

CONCLUSÕES

De acordo com as pesquisas feitas na realização deste trabalho percebe-se uma análise sobre o uso das tecnologias educação básica, e as dificuldades enfrentadas para introduzir as tecnologias de informação na sala de aula, como finalidade fazer uso das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem, onde o professor busca dominar as tecnologias na escola.

Durante a pesquisa se pode perceber que as tecnologias são essenciais para aumentar o acesso de informações rapidamente, de maneira ampla. Assim sendo, Otto (2016), diz que as informações obtidas pelos jovens por meio das tecnologias tem importância de orientar os alunos, aos perigos das fontes de pesquisas, para assim construir um trabalho pedagógico crítico com ética.

Segundo os autores estudados neste trabalho, as tecnologias são ferramentas inovadoras ao processo educativo, visto que ela está presente em praticamente todos os lugares. De acordo com Berlato (2016), a tecnologia está no dia a dia de todos, seja tanto no social quanto no familiar. Ela esta atrelada a modernidade que sofre constantes mudanças.

Atualmente o ensinar exige métodos e buscar para se adequarem as novas tecnologias, para tornar as aulas interessantes com conteúdos produtivos pelo professor, como fonte de pesquisa e estratégia. A utilização dos recursos na sala de aula favorece para que os alunos tenham mais interesse pelos conteúdos das disciplinas garantirem uma sala dinâmica. As atividades programadas seguem um conteúdo de ensino, onde o professor tem conhecimento da tecnologia disponibilizada junto aos recursos digitais e o processo educativo, para assegurar um equilíbrio ao aprendizado dos alunos, ampliando o diálogo sobre o tema.

Embora existam alguns problemas para que haja uma utilização eficiente

do uso de computadores em sala de aula, como problema técnico que podem surgir nos computadores, falta de políticas pública governamental, estadual ou federal, é possível fazer a utilização do computador no ensino e domínio do uso do computador mediante treinamento dos professores. Para resolver isso são necessárias capacitações bem aproveitadas, para alunos e professores, para as instituições desempenha um trabalho eficiente no processo de ensino e aprendizagem. Porém a melhoria do ensino depende de varias medidas, atitudes e procedimentos, que exige que a escola busque novas formas de aprimorar o ensino.

A internet faz parte do universo dos estudantes, os discursos sobre fatores políticos, sociais, econômicos, culturais e geográficos mostra que as tecnologias entram nos ambientes escolares desafiando aqueles acomodados a sua zona de conforto, desequilibra as estruturas existentes para ser construída de um novo projeto e pôr em prática uma mudança.

A internet e a tecnologia trabalham em conjunto para um processo de aprendizagem, que cria novas possibilidades e oportunidades na educação básica. O investimento em aprendizagens com o uso das tecnologias na aprendizagem cria rotinas pedagógicas aos educadores, proporcionando um espaço escolar que possibilite diminuir a distância entre teoria e prática com a aproximação das tecnologias com o currículo escolar.

O professor realmente precisa encontrar-se mais capacitado para a pós-modernidade, de processar a construção do conhecimento, pois surge a necessidade das escolas desenvolverem ações visando que seja aplicada tecnologia aos seus alunos, para investigações e questionamentos no processo de construção do desenvolvimento das tecnologias, e incorporação de novas posturas e ações. Neste contexto é importante que o professor saiba usar e adequar a tecnologia ao ensino no sentido de aproveitar todos os benefícios que os recursos os propulsionam, sendo possível oferecer aplicabilidade sobre a utilização da tecnologia na educação.

Mesmo que exista precariedade nas escolas como a falta de recursos e orçamento para mantê-los, o professor pode trabalhar o aprendizado por meio de jogos lúdicos para desenvolvimento intelectual, as tecnologias estão presentes na vida dos estudantes de forma lúdica e educativa, aderindo esses recursos ao seu currículo escolar para complementar o aprendizado do aluno de uma forma positiva.

A produção tecnológica dos dias atuais oferece possibilidades para garantir recursos didático-pedagógicos, *hardwares*, *softwares*, que possibilitam o ensino financiado pelas políticas públicas, utilizando as ferramentas para superar os obstáculos.

A Escola deve formar cidadãos que possam viver plenamente o futuro, buscar envolvimento no planejamento de soluções dos problemas, na busca do conhecimento e deve incentivar o interesse dos professores em buscar mudanças.

Embora tenhamos um longo caminho a percorrer, e muito que se investir em relação à infraestrutura e planejamento das instituições, a escola se torna um espaço virtual da aquisição do saber, sendo o aluno um agente democratizador do acesso, para que passe a expressar a sua autoria

REFERÊNCIAS

SP NOTÍCIAS. Inova Educação: Tecnologia Será Disciplina Regular a partir de 2020| Portal do Governo. Disponível em:<<https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/inoa-educacaotecnologia-sera-disciplina-regular-a-partir-de-2020/>>. Acesso em: 15/05/2019.

IDOETA, Paula Adamo. Dez Tendências da Tecnologia na Educação. BBC Brasil em São

Paulo. Disponível

em:<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141202_tecnologia_educacao_pai> Acesso em: 6/12/2014.

MAGALHÃES, Anthonie Mateus Afonso e Gonzalez. COUTINHO, Wania Regina. Desafio da Educação Profissional e Tecnológica: Novas Faces dos Mesmos Problemas. Disponível em:<<http://www.comciencia.br/desafios-da-educacaoprofissional-e-tecnologica-novas-facesdos-mesmos-problemas/>> Acesso em: 9/11/2018.

MINISTERIO DA ESUCAÇÃO. MEC. Educação Conectada. Inovação Tecnológica Impulsionada Educação Brasil. Disponível em:<<http://educacaocnectada.mec.gov.br/oprograma/sobre>>.

MORAN, José Manuel. A integração das tecnologias na educação. 2000. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_educacao/integracao.pdf>. Acesso em: 25/08/2016.

DANTAS, Aleksandre Saraiva. A Formação Inicial Do Professor Para O Uso das Tecnologias de Comunicação e Informação. Disponível em:< <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/53/57>>. Acesso em: 01/08/2012.

SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena M. C. dá S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. Tecnologias Digitais na Educação. Campina Grande – PB, Editora-Universal Estadual da Paraíba. 2011.

Educação x Tecnologia: o desafio atual. (MR – Agência IN). IN- Investimentos e notícias.

Disponível em:

<<https://www.investimentosenoticias.com.br/noticias/tecnologia/educacao-x-tecnologia-odesafio-atual>> Acesso em: 13/03/2015.

BLOG Amber sistemas. A historia da tecnologia na educação. Disponível em:

<<https://www.ambersistemas.com.br/historia-da-tecnologia-na-educacao/>> Acesso em: 21/02/2018.

BRUINI, Eliane da Costa. Brasil Escola, canal do educador. Disponível em:<<https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/aprendizagem-significativa.htm>>

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

PONTE, João Pedro Da. Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: Que desafios? Revista Ibero-Americana de Educación. OEI. N. 24, septiembre / diciembre, 2000. Disponível em <http://>

www.oei.es/revista.htm. Acesso em 30 de junho de 2014.

SERAFIM, Maria Lúcia. Tecnologias em seus múltiplos cenários. Maria Lúcia Serafim, Marta Lúcia de Souza Celino, Patrícia Cristina de da Aragão Araújo, Roseane Albuquerque Ribeiro, Rosemary Alves de Melo (Organizadoras). Ed. Universitária da UFPB. João Pessoa PB, 2013.

ROSSO, Jota Del. Marketing & Clientes. 6 dicas para aliar criatividade e tecnologia. Disponível em: <<https://www.freelancermap.com/blog/pt/aliar-criatividade-e-tecnologia/>>. Acesso em: 20/12/2017.

BLOG. amber Disponível em :<https://www.ambersistemas.com.br/historia-da-tecnologia-na-educacao/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2018.

FERNANDES, Elisângela. Revista Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/262/david-ausubel-e-aprendizagem-significativa>. Acesso em: 01 de Dezembro | 2011.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura Vol. 1 - O Poder da Identidade. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.

LOPES, Rosana Pereira. Um Novo Professor: Novas Funções e Novas Metáforas. In: ASSMANN, Hugo. (Org.) Redes Digitais e Metamorfose do Aprender. Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, Marli E R. A gestão da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia na universidade: o caso da PUCRS. Apresentação. II Congresso Internacional de propriedade Intelectual. Florianópolis: maio de 2006.

REFLEXÕES E CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DE DOCENTES SOBRE HABILIDADES SOCIAIS DURANTE O CURSO “(NEURO) CIÊNCIA, CULTURA E EDUCAÇÃO”

Igor Espindola de Almeida
Fábio Theoto Rocha

Resumo

Dentre as atividades direcionadas à formação de professores da educação básica, a extensão universitária pode contribuir para a atualização e o aperfeiçoamento da atividade docente. Neste contexto, se deu a execução do curso “(Neuro)Ciência, Cultura e Educação”. Procuramos, neste trabalho, além de descrever as vivências e reflexões dos professores participantes, analisar como suas concepções de sociedade - e suas organizações nos campos da justiça, da economia, da política e da comunicação - podem impactar na construção das suas práticas de ensino procurando incentivar a mesma reflexão em seus estudantes. A partir da escrita dos docentes e de suas falas durante o curso, podemos observar uma relação entre teoria e prática, além de deixar registrado as ideias de atividades que podem ser aplicadas na educação básica. Além disso, foi possível pensar sobre melhorias para o curso e indicar caminhos para projetos extensionistas futuros.

Palavras-chave: Extensão. Formação de professores. Neurociência.

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) pressupõe que a universidade, em relação à extensão, deve ser “aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996). A noção de extensão é complementada por Silva (2020) pelo pressuposto de que as atividades devem trazer a comunidade para dentro da universidade e não só fornecer o que ela solicita. Nesse contexto, a troca de vivência, os saberes e experiências são orientados para a construção de novas formas de conhecimento. Esta relação de troca também é evidenciada por Rodrigues et al. (2013), sendo benéfica para ambos os lados.

A extensão universitária deve fazer parte da vida da comunidade de estudantes e docentes, contribuindo para sua formação, sendo prevista no sistema universitário brasileiro desde 1931 pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. No contexto da Universidade Federal do ABC (UFABC), a instituição aponta que as atividades de extensão devem “beneficiar a comunidade local, em primeira instância, e depois nos níveis regional e nacional, com soluções que impactem diretamente na melhoria da qualidade de vida da população.” (UFABC, 2015). Dentre as atividades extensionistas desenvolvidas pela instituição, os cursos de curta duração são realizados para auxiliar na formação de docentes da rede pública de ensino e no diálogo com a comunidade.

No que concerne à neurociência, Ribeiro (2014) aponta, entre suas funções para com a educação, complementar a prática docente e seus aspectos éticos por meio da biologia e o modo como a memória é entendida pela neurociência. O autor cita a importância de conceitos neurológicos fazerem parte da formação de professores, dando-lhes suporte científico para lidar com o entendimento da mentalidade dos estudantes e com os mitos e preconceitos que aparecem ao longo da sua atividade como docente.

Foi pensando nessa necessidade formativa para professores que o curso “(Neuro) Ciências, Cultura e Educação” foi estruturado, visando também a troca de experiências, vivências e saberes, em caráter nacional, por ser realizado de forma remota, como é esperado por seu caráter extensionista.

Dentre os tópicos tratados no curso, entendemos que a concepção de cultura que o docente possui tem impacto no modo como conduz seus discentes, podendo, ou não, estimular o desenvolvimento de habilidades sociais. Esse entendimento está de acordo com os apontamentos de Vieira-Santos, Del Prette e Del Prette (2018) que, ao discorrerem sobre a necessidade dos docentes desenvolverem tais habilidades, indicam que os professores contribuem para a incorporação, pelos discentes, de valores de cidadania, cooperação, solidariedade, responsabilidade social e reciprocidade, valores importantes para a futura atuação como cidadão, considerando-se suas ações econômicas, políticas e morais.

Desse modo, o objetivo do presente estudo foi analisar as percepções dos docentes sobre aspectos sociais tratados no curso (organização social, moral, economia, política, linguagem e comunicação) e descrever propostas pedagógicas provenientes destas percepções que ajudariam no desenvolvimento de habilidades sociais.

METODOLOGIA

DESCRIÇÃO DO CURSO

A realização do curso se deu entre setembro e novembro de 2022, de forma remota, usando as salas de conferência do serviço Conferência Web, da Rede Brasileira para Educação e Pesquisa (RNP - <https://conferenciaweb.rnp.br/>), uma organização social do Ministério de Ciência e Tecnologia. Os materiais foram disponibilizados por meio do portal SIGAA, disponibilizado pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da UFABC, e do serviço Google Drive. Os encon-

tros aconteceram duas vezes por semana, às terças e quintas, no período da noite, sendo das 19 às 21 horas na terça, quando ocorreram os encontros teóricos, e das 19 às 20 horas nas quintas, dia dos encontros práticos. Os encontros foram gravados e disponibilizados por meio da plataforma Edu Play (<https://eduplay.rnp.br/portal/playlist/173630>), serviço também disponibilizado pela RNP. Os encontros foram divididos em módulos: Introdução (1 semana), Sociedade (4 semanas), Linguagem (4 semanas) e Matemática (2 semanas). Os encontros teóricos consistiram em exposições sobre o tema, partindo das noções de homeostase orgânica, psicológica e social do organismo. Nos encontros práticos, os participantes foram convidados a compartilharem experiências relacionadas aos temas que observaram em suas salas de aula, assim como reflexões, materiais, dúvidas e propostas de atividades e práticas educativas. Nos módulos de Linguagem e Matemática, foi feito o acompanhamento do material “Caderno pedagógico Synapse - primeiro ciclo do ensino fundamental” (<https://www.ipti.org.br/documentos/>), produzido pelo Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação (IPTI), organização sem fins lucrativos que “busca gerar inovações capazes de promover o desenvolvimento humano, a partir da criação de tecnologias sociais nas áreas de educação básica, educação empreendedora e saúde básica” (<https://www.ipti.org.br/sobre/>). O caderno utilizado, especificamente, foi elaborado em Santa Luzia do Itanhhy, no estado de Sergipe, por profissionais de educação do município com apoio de profissionais do instituto, procurando integrar modelos científicos acerca do aprendizado com o conhecimento e a experiência dos educadores, na organização de atividades pedagógicas voltadas para a alfabetização e aritmética básica.

ANÁLISE DO CURSO

Ao longo dos encontros teóricos, os participantes receberam perguntas dissertativas sobre os temas abordados e foram solicitados a descreverem possíveis atividades pedagógicas para desenvolvimento, em sala de aula, das habilidades, conhecimentos e comportamentos envolvidos com cada um dos temas, dentro do contexto em que atuavam (ano do ensino fundamental ou médio, tipo de escola e ensino técnico). As perguntas e as propostas de atividades foram usadas como método avaliativo para o curso, sendo entregues por endereço eletrônico. Ao final do curso, foi solicitado também aos participantes que respondessem um formulário para obtenção de dados pessoais e de opiniões sobre o curso. O presente estudo usará essas respostas e atividades entregues, especificamente do módulo de Sociedade, para o relato e a análise qualitativa das concepções dos docentes quanto ao comportamento social humano em seus diferentes aspectos (organização, moral, economia, política, linguagem e comunicação), assim como das atividades propostas para desenvolver essas habilidades e comportamentos com os discentes da educação básica. Também serão utilizadas ideias discutidas nos encontros práticos do mesmo módulo.

RESULTADOS

Por se tratar da primeira vez que esse curso seria oferecido, decidiu-se abrir apenas 35 vagas que foram todas preenchidas e aprovadas. No entanto, apenas 14 pessoas começaram a frequentar os encontros, dos quais apenas 8 concluíram todas as atividades avaliativas e tiveram seus certificados emitidos.

O formulário de finalização do curso aponta que os participantes foram professores do estado de São Paulo, atuando no ensino infantil, anos iniciais do ensino fundamental e ensino médio integrado ao técnico, tendo tido conhecimento do curso por meio das redes sociais e plataformas da UFABC. Salientamos, entretanto, que não foi possível conseguir dados de

todos os participantes pela falta de adesão ao formulário, somente coletando resposta de 5 participantes.

Concepções teóricas dos participantes ao longo do curso

A partir das perguntas dissertativas sobre as exposições feitas nos encontros teóricos, podemos observar, nas respostas dos docentes, a incorporação e associação dos conceitos e termos apresentados e discutidos, como pode ser visto na Tabela 1.

Apesar do uso desses termos, houve apenas uma relação com a neurociência, sendo a associação entre o comportamento social para obtenção de prazer e o funcionamento do sistema dopaminérgico no chamado “sistema de recompensa”, mostrando que o entendimento sobre o aspecto cerebral no comportamento poderia ter tido mais enfoque durante o curso.

Pelo formulário, ao final das atividades tivemos acesso a algumas falas sobre como o curso impactou a vida pessoal e profissional dos participantes. Dentre as falas, destacamos “a importância de dar voz ao aluno, para que ele também se expresse”. Nela, podemos observar que as discussões sobre cultura tiveram a capacidade de levá-los a refletir sobre como consideram os seus estudantes como atores sociais.

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS PARA DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIAIS

A fim de sistematizar as atividades propostas pelos participantes, podemos separá-las pelo seu modo de execução. Assim, consideramos aqui quatro subtipos de atividades: A) os *jogos* se caracterizam, neste estudo, por serem atividades voltadas a utilização de alguma estrutura já conhecida pelos estudantes (ex. cartas, tabuleiros), sendo alteradas as regras convencionais em sua utilização, ou a criação de situações com regras específicas que, apesar de baseadas na realidade, não são naturais; B) as *simulações* foram entendidas como situações propostas a partir do funcionamento real de alguma instituição (ex. mercado, partido político); C) as *intervenções* têm como característica comum o impacto da atividade no ambiente em que os indivíduos estão inseridos, D) por fim, as *discussões* foram vistas como atividades voltadas à expressão e levantamento de pontos de vista dos discentes sobre algum tema previamente estudado por meio de pesquisas ou materiais provocadores (ex. livros, artigos, propagandas). Dadas essas definições, detalhamos a seguir as atividades propostas:

JOGOS

Jogos de cartas foram citados, tanto por sua acessibilidade em qualquer faixa etária, quanto pelo potencial para criar situações que explorem as noções de justiça e equidade. Pela maioria dos jogos começar com cada participante possuindo o mesmo número de cartas, manipular essa quantidade inicial poderia provocar reflexões sobre a diferença na quantidade de recursos acumulados por diferentes indivíduos e seus grupos, motivando a investigação das origens dessas situações, bem como possíveis ações para promover condições compatíveis para todos os jogadores.

Outro ponto citado é o entendimento da noção de “regra” de um ponto de vista emocional: seguir as regras pressupõe não só seu entendimento e aceitação, mas o processo de lidar com as consequências de sua desobediência. Nesse contexto, a partir das experiências de escolher cartas, prever resultados, ganhar ou perder a partida, os estudantes podem desenvolver habilidades de avaliação

emocional dos riscos, benefícios e recompensas que cada ação sua pode ter em função de se alcançar o objetivo do jogo, habilidades que poderão ajudá-los nas suas tomadas de decisão ao longo da sua vida.

Jogos de tabuleiro que possuem sistemas de compra e venda foram propostos como atividades de cooperação. Muitos jogos que envolvem operações financeiras fictícias têm como principal objetivo levar os demais participantes ao esgotamento de seus recursos (falência) evidenciando apenas um caráter competitivo. Ao alterar as regras, fazendo com que o objetivo do jogo seja a máxima obtenção de recursos por todos os participantes ao invés de acúmulos individuais, os estudantes teriam a possibilidade de explorar outros modos de atuação frente aos recursos disponíveis. O jogo assim, portanto, provocaria a percepção de que ambos os comportamentos, cooperativo e competitivo, fazem parte da atividade econômica e **se bem balanceados podem favorecer** o bem-estar da comunidade, como resultado do bem-estar coletivo dos seus indivíduos.

Outro jogo proposto que possui o mesmo objetivo, de maneira inventiva, consiste na divisão da sala em grupos que devem executar uma tarefa em um determinado tempo para receber uma premiação. Este tipo de jogo geralmente leva a competição entre grupos, já que a premiação costuma ser diferenciada de acordo com maior ou menor desempenho de cada grupo em relação ao outro. Entretanto, é possível estimular a cooperação entre estudantes adicionando a possibilidade de que todos ganhem a mesma premiação se todos os grupos atingirem um determinado objetivo.

SIMULAÇÕES

A fim de se propor o entendimento da participação política institucional e posto que o debate entre estudantes já é uma atividade com ampla utilização, a simulação de casas legislativas pode ser usada de diversas maneiras. A proposta feita durante o curso foi que os discentes fossem divididos em grupos, tendo cada um que construir um partido político fictício com base nos direcionamentos reais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foram indicadas como etapas a criação do nome, do slogan e as escolhas do viés ideológico do partido, seguidos dos planos para combate à violência e segurança pública, economia, desemprego, saúde, combate à corrupção e educação, sendo necessário que cada grupo apresentasse 3 propostas para cada item. Em uma variação citada para esse tipo de dinâmica, a fim de provocar a reflexão sobre as desigualdades sociais, o docente poderia restringir certos grupos de votarem e se candidatarem, fazendo com que todos percebam as consequências das restrições.

No campo da economia foi indicado que, mesmo para crianças do primeiro ciclo do ensino fundamental, a simulação de mercados ou feiras pode levar à exploração do funcionamento da demanda e oferta, pela participação dos **discente** ou como **consumidores**, a partir de uma lista de compras, ou como **produtores**, ou como **vendedores**, que procurariam atender à demanda através de ações cooperativas e competitivas.

INTERVENÇÕES

Dentre as práticas citadas que podem impactar a vida dos estudantes e professores e que contribuem para o desenvolvimento das habilidades sociais em cenários mais orgânicos estão as Assembléias e os Grêmios, para os mais velhos, e os combinados de sala, para todos. As discussões sobre as demandas provenientes do convívio no ambiente escolar foram indicadas como meio para promover o protagonismo e autonomia dos estudantes. Exemplos de combinados comentados para as salas de fundamental I foram: apagar a luz assim que saírem da sala, levantar a mão quando quiser falar com a sala, o que levar ou não para a sala (ex. brinquedos, jogos, livros), as orientações para ir ao banheiro, beber água ou encher garrafas

durante as aulas, a organização da sala no início e final das atividades e os modos de conduta durante atividades em duplas e grupos. A digitação e impressão de documentos sobre as discussões, bem como a assinatura do documento pelos estudantes e disponibilização a todos foi levantada como meio material de estabelecer os conceitos tomados na prática e ressaltar a importância do voto de cada um.

Os clubes escolares também foram lembrados como ambiente de desenvolvimento social, sendo necessário estabelecerem líderes/presidentes assim como seu modo de gestão (identidade do clube, horários das atividades e regras de convivência).

No caso de atividades de cunho comunitário que são realizadas em instituições (ex. visita a asilos, abrigos, orfanatos; mutirões de limpeza de lugares públicos) ou na própria escola (ex. hortas, organização da biblioteca, limpeza das salas) foi ressaltada a necessidade de rotatividade de papéis a fim de que a responsabilidade pelo trabalho proposto possa ser compartilhada e assim experimentada por todos, ao invés de ser deixada para certos indivíduos sempre incumbidos da mesma função.

DISCUSSÕES

A utilização de materiais literários e pesquisas prévias foram mencionadas como facilitadores de discussões entre os estudantes e entre docentes e discentes. Dentre os materiais nomeados estão os livros “Por que não posso? Um Livro Sobre Regras” da autora Sue Graves e “A Gente Pode, a Gente Não Pode” das autoras Anna Cláudia Ramos e Ana Raquel. Como pesquisa, foram sugeridos o uso do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para coleta de dados sobre os partidos que se mantêm no município e de materiais que explicam a função do cargo de cada candidato e a hierarquia dentro do governo. Para estudos de influência do discurso na política e economia foram mencionados o trabalho com anúncios publicitários.

Partindo da necessidade de que as discussões tenham correlação com a vida dos estudantes, analisar como a escola está organizada (ex. funções de cada funcionário, hierarquia) e questionar o porquê desta estrutura foi uma prática apresentada para a percepção das relações políticas fora do ambiente institucional formal (casas legislativas e executivas) e para a reflexão sobre as diferentes potencialidades individuais e de grupo, bem como elas podem ser organizadas para melhoria das condições de convívio do grupo.

Além disso, foi recomendado fortemente que os docentes procurassem utilizar das temáticas próprias do espaço discursivo e comunicativo de seus estudantes, como séries, animes, mangás, canais de redes sociais e divulgação, de modo que as analogias e correlatos utilizadas em aula estejam atualizadas e acessíveis aos discentes.

DISCUSSÃO

Partindo das respostas dos professores e das atividades propostas, fica evidente o entendimento das esferas sociais que permeiam suas vidas e a de seus estudantes, como apontada no curso. Todos os tópicos conseguiram ser debatidos e contemplados nas atividades, fazendo com que os docentes desenvolvessem ações que tangenciasse aquilo que Vieira-Santos, Del Prette e Del Prette (2018) apontam como habilidades sociais que podem ser incorporadas pelos discentes por meio dos professores (cidadania, cooperação, solidariedade, responsabilidade social e reciprocidade). Deste modo, a presunção do curso de que a concepção de cultura dos docentes pode conduzir seu modo de ação foi atendida, sendo as atividades propostas condizentes com tais concepções.

A partir das produções obtidas em sua execução, o curso se mostrou efetivo em proporcionar a troca de vivências, saberes e experiências necessárias em um pro-

jeto extensionista, efetuando, assim, o contato entre universidade e ensino público previsto pela Universidade Federal do ABC. Pela procura, participação e resultados positivos para todos os envolvidos, novas iniciativas de cursos extensionistas de curta duração para formação de professores se mostram propícios para a comunidade em contato com a instituição.

Em relação ao conteúdo trabalhado, para as próximas edições do curso, os professores propuseram como temas complementares o letramento digital e a adequação das atividades à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), coerentes com as concepções vigentes de educação. Foi solicitado pelos participantes, também, a disponibilização de outros materiais de aprofundamento e de referência sobre os tópicos abordados nas aulas. Como foi citado ao longo do estudo, vê-se a necessidade de abordar com mais profundidade os termos da neurociência e os elementos básicos do funcionamento neural para que tais conhecimentos façam parte do repertório dos docentes participantes e sirva de base para as interpretações sugeridas ao longo do curso.

Em termos estruturais, apontamos a necessidade de limitar a participação do curso à professores que atuem no primeiro ciclo do ensino fundamental (1º ao 5º ano), não para segregar, mas para que os participantes possam ter aproveitamento máximo das atividades propostas, visto que o material utilizado no curso visa a alfabetização, as operações matemáticas aprendidas nesses anos iniciais e a construção de práticas sociais por crianças desses anos. As plataformas usadas para a videoconferência e para disponibilização dos materiais foram indicadas como parcialmente adequadas, podendo ser avaliadas outras opções para as futuras edições. Também ressaltamos a necessidade de se fazer um formulário de levantamento de perfis e de expectativas sobre o curso em seu início, para maior compreensão do público participante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso proporcionou a integração entre os aspectos teóricos e práticos do entendimento da sociedade e do desenvolvimento de práticas sociais para professores da educação básica, tornando possível o objetivo do presente estudo de descrever as concepções e atividades sobre o assunto. Com isso, a necessidade de discussão sobre tais temas pode ser evidenciada e incentivada para atividades futuras de extensão.

Temas ligados à neurociência e sua interface com o ensino se mostram engajadores para o público. Além disso, deixamos como indicações para outros projetos os temas demandados pelos professores: o “letramento digital” (e incluímos as discussões sobre cultura digital), pela necessidade de se conhecer e pensar o uso e a interferência da tecnologia no ambiente social, podendo ser explorados seus aspectos éticos e de influência nas práticas sociais, como a linguagem, a política e a economia; e a “BNCC”, dada a falta de compreensão que os docentes possam ter sobre seu contexto de criação, aplicação e resultados após sua ratificação como diretriz federal. Independente do tema, ficou claro o engajamento dos professores por metodologias e atividades práticas dentro do curso, por isso destacamos a preocupação com uma formação de professores que não parta somente de percepções teóricas, mas que consiga acrescentar algo ao cotidiano da sala de aula.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB. 9394/1996. 1996.

DA SILVA, Wagner Pires. **Extensão universitária: um conceito em construção**. Revista Extensão & Sociedade, 2020.

DE PAULA, João Antônio. **A extensão universitária: história, conceito e propostas**. Interfaces-Revista de Extensão da UFMG, 2013, 1.1: 5-23.

ROCHA, Fábio Theoto. ROLLEMBERG, Graziella. LONG, Monique. **Caderno pedagógico Synapse-primeiro ciclo do ensino fundamental**. Aracaju: IPTI. 4a edição, 2021. 320 p.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima. et al. **Contribuições da extensão universitária na sociedade**. Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE, 2013, 1(2), 141-148.

SIGMAN, Mariano. et al. **Neuroscience and education: prime time to build the bridge**. Nature neuroscience, 2014, 17.4: 497-502.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia**. 2015

VIEIRA-SANTOS, Joene; DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. **Habilidades sociais de docentes universitários: uma revisão sistemática da literatura**. Acta Scientiarum. Education, 2018, 40.3.

Tabela 1: Interpretações esperadas e obtidas dos docentes

Tópico	Interpretações
Moral	<p>Interpretação esperada: A moral manifesta-se como uma emoção associada a um benefício ou risco social que a ação de um indivíduo possa causar. Essa emoção pode ser gerada tanto no ator da ação quanto naqueles que sofrem o resultado da ação (positivo ou negativo) ou mesmo apenas observam a ação.</p>
	<p>Interpretação dada pelos docentes: Aspectos da moral foram interpretados usando a separação entre os espaços de decisão pessoal e social nas avaliações de riscos e benefícios feitas pelos indivíduos.</p>
Organização social	<p>Interpretação esperada: A evolução das organizações sociais humanas compreende-se inicialmente como bandos genealógicos de indivíduos que se mantêm próximos a outros bandos relacionados mais ou menos linguísticamente. Em determinadas condições geo-demográficas, dadas as situações econômicas e culturais, os comportamentos de cooperação e competição intra e inter bandos levam a uma hierarquização em relação à gestão dos recursos coletivos acumulados. Observa-se assim o surgimento de sociedades tribais que passam a criar urbanizações fixas em locais estratégicos para controle do território ocupado, assim como seus recursos físicos e humanos.</p>
	<p>Interpretação dada pelos docentes: A organização social foi entendida com base na influência de fatores familiares, linguísticos, ideológicos, identitários, racionais e de práticas comuns de uma comunidade.</p>
Política	<p>Interpretação esperada: Compreende-se a política como a decisão coletiva acerca da gestão dos recursos coletivos. Em diferentes sociedades observa-se ao longo do tempo diferenças em suas organizações políticas em função de movimentos migratórios e/ou mudanças nas condições econômicas dos diferentes grupos que compõem a sociedade.</p>
	<p>Interpretação dada pelos docentes: O funcionamento das instituições políticas foi abordado com base nas noções de gestão dos recursos acumuladas pela sociedade, de prestígio interpessoal, surgimento das classes sociais e de rotatividade do poder em governos impessoais.</p>
Economia	<p>Interpretação esperada: Compreende-se a economia como a gestão dos recursos necessários para a homeostasia orgânica e emocional do indivíduo. Sendo o Ser Humano um organismo social, sua economia envolve a gestão de recursos de forma individual e coletiva, envolvendo cada sociedade mais ou menos atividade econômica e manifestando mais ou menos comércio com outras.</p>
	<p>Interpretação dada pelos docentes: A economia foi entendida como uma construção baseada na obtenção de recursos, produção e trocas motivadas por necessidades orgânicas ou desenvolvidas pelos indivíduos com base em suas avaliações de benefícios e riscos.</p>
Linguagem e comunicação	<p>Interpretação esperada: Compreende-se pela linguagem verbal um mecanismo de comunicação que evoluiu para o uso de unidades simbólicas de representação de objetos e ações, as palavras, as quais podem ser concatenadas em orações e frases com uso de outras palavras de função para expressarmos sucessões de eventos e suas possíveis relações, assim como o seu impacto emocional percebido ou imaginado. Com essa capacidade, podemos criar discursos que procuram convencer o interlocutor da veracidade das proposições que criamos, ou fazê-lo imaginar o que estamos imaginando.</p>
	<p>Interpretação dada pelos docentes: O estudo da retórica e as funções dos discursos foram tópicos abordados nas interpretações sobre a comunicação e o papel da linguagem nas relações públicas.</p>

SAP CIÊNCIA UFABC: TRADUZINDO CIÊNCIA PARA A SOCIEDADE

Giselle Correia Prospero da Silva, Matheus Gruppi Vital e Fabiana Rodrigues Costa Nunes

RESUMO

O SAP Ciência é uma ação de extensão da Universidade Federal do ABC (UFABC) financiada pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) desta instituição e que tem como objetivo popularizar a Ciência mediante o uso de uma linguagem fácil e acessível para comunicar assuntos do meio acadêmico ao público em geral, especialmente jovens usuários de redes sociais. A ação foi criada em 2021, durante a pandemia de COVID-19, por iniciativa da professora Dr.^a Fabiana Costa, e hoje, em sua terceira edição, conta com a participação dos bolsistas Giselle Correia e Matheus Gruppi. Instagram®, Twitter® e YouTube® são as principais plataformas utilizadas para a disseminação dos conteúdos produzidos, sendo estes principalmente textos e vídeos com convidados com competências em diferentes áreas do conhecimento (por exemplo, ciências aplicadas, básicas, humanas, exatas, programação e biológicas). A ação, portanto, tem como principal desafio produzir engajamento na internet para que os conteúdos elaborados atinjam seu público-alvo.

Palavras-chave: Ciência; Divulgação Científica; Redes Sociais; Sociedade.

O QUE É, QUAL OBJETIVO E QUEM FAZ O SAP CIÊNCIA

O SAP Ciência é uma ação de extensão da Universidade Federal do ABC (UFABC) que tem por objetivo divulgar ciência nas plataformas digitais através de uma linguagem fácil e acessível para o público leigo, com foco nos jovens, maiores usuários das redes sociais. Nosso objetivo é popularizar a ciência tornando-a acessível a partir da promoção de um diálogo entre cientistas e este público, propiciando, portanto, que este último possa ser inserido em um contexto até então distante da sua realidade corrente e contribuindo, assim, para uma ampliação de sua visão de mundo. A ação é atualmente constituída pela Professora Dr.^a Fabiana Rodrigues Costa Nunes, sua coordenadora e idealizadora, e alunos de graduação e pós-graduação da própria UFABC, que têm seu vínculo registrado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC). Atualmente estão atuantes os alunos bolsistas de graduação Giselle Correia Próspero da Silva e Matheus Gruppi Vital (Figura 1). Abaixo é transcrito o texto de apresentação do projeto quando da sua criação, no ano de 2021.

“A tecla SAP você já conhece... é aquela ‘teclinha’ do televisor que te permite escolher se quer ouvir um filme com o seu som original ou dublado. Agora imagine se você pudesse decodificar todo aquele ‘academiquês’ para uma linguagem fácil, e de quebra entender um bocado de pesquisa bacana que os cientistas vêm produzindo! Legal, não? E foi com essa proposta, fazendo um trocadilho com a tecla SAP, que nasceu a ideia do SAP Ciência! (além de termos sapiência implícita, que é sinônimo de conhecimento). Esse projeto foi pensado para simplificar todas as linguagens do meio acadêmico, “traduzindo” ciência para o grande e respeitável público! De filmes, livros, a entrevistas, colunas e afins, vamos transitar por uma série de formatos, plataformas e recursos para levar a ciência até vocês, com muito humor e leveza! E aí, ‘simbora’ embarcar nesta jornada conosco?”



Figura 1. Integrantes participantes do projeto 2023. Da esquerda para a direita, em sentido anti-horário: Matheus Gruppi Vital, Giselle Correia Próspero da Silva (bolsistas de graduação) e Fabiana Rodrigues Costa Nunes (e filha, Olivia Costa Nunes).

O SAP Ciência foi criado em 2021, durante a pandemia da COVID-19. Nesse cenário de instabilidade e reclusão imposta pela quarentena, o SAP Ciência buscava aproximar Ciência e sociedade. Além disso, uma vez que seja de conhecimento geral a escassez de iniciativas que aproximem a ciência do público leigo, e com o intuito de valorizar a mesma bastante descredenciada durante a pandemia, a ação pretendia, mediante divulgação e popularização da Ciência, resgatar este valor junto ao grande público, tornando-o ciente da importância desta para o próprio desenvolvimento do país. Ademais, promovendo a troca de experiências e particularmente com a formação cidadã dos participantes envolvidos, também o cientista aprende a dialogar fora da esfera acadêmica, tornando-o mais eficiente na comunicação de conteúdos formais a partir da sua tradução para uma linguagem informal. Por fim, a ação permite que diferentes áreas do conhecimento possam ser abordadas, viabilizando a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade.

A ação tem por objetivo a comunicação nas plataformas digitais, particularmente Instagram®, Twitter® e YouTube®. Em sua primeira edição também foi utilizado o Facebook que, pelo baixo engajamento, foi cancelado como canal de comunicação. É possível encontrar a ação em todas as redes (@sapcienciaufabc) e fazer contato com a equipe via e-mail (sapciencia2@gmail.com) para tratativas sobre palestras e elaboração de conteúdos, dentre outros assuntos.

Assim sendo, durante os três anos de vigência da ação, a equipe promoveu conteúdos em texto e vídeos (ao vivo – *lives* - e gravados) com convidados de diferentes áreas do conhecimento, dentro das ciências aplicadas, básicas, humanas, exatas, programação e biológicas. Os vídeos foram concentrados na plataforma YouTube®, e os textos nas plataformas Instagram® e Twitter®. Os convidados são pesquisadores da área abordada (ou seja, professores, mestrandos, doutorandos e graduandos de dentro ou fora da UFABC, e até mesmo técnicos administrativos que possam, por exemplo, “traduzir” o funcionamento da universidade para o público recém-ingressante na universidade, como já foi abordado em uma *live*)

Criar engajamento na internet é o passo mais desafiador enfrentado pelos criadores de conteúdo em razão do *algoritmo* (código da rede social que leva o seu conteúdo até o usuário e define a posição em que o conteúdo aparecerá, a quantidade de pessoas que vai alcançar, e assim por diante). Ou seja, a “sobrevivência” do seu conteúdo na internet depende de engajamento, e o engajamento depende da sua frequência e assiduidade nas postagens (postar sempre no mesmo dia e horário, nos melhores horários do dia e outros fatores, por exemplo). Desse modo, lidar com as “preferências” do algoritmo é a parte mais difícil, pois, uma vez que o conteúdo (*post*) chega aos seus leitores, as respostas manifestam-se em curtidas, comentários e compartilhamentos. Assim, o SAP Ciência iniciou com a busca de quem seria esse público que mais acessaria conteúdos da natureza que se pretendia divulgar, descobrindo os assuntos de maior preferência e os melhores horários para as suas postagens para que, a partir daí, ajustes fossem recorrentemente feitos para melhorar este alcance.

O segundo ponto importante para a “sobrevivência” de uma ação que se lança na internet é o fazer-se conhecido. Esse ponto depende, e muito, do algoritmo, embora se possa ter uma boa ajuda de quem já está melhor consolidado no ramo. Dessa maneira, os contatos e trocas são importantes, com colaborações (*colabs*) com outros canais para promover tanto a ação em si quanto a troca de experiências.

Ademais, um recurso frequentemente usado por muitas páginas e que gera muito retorno, inclusive para esta ação, é o trabalho em cima de postagens mais curtas e descontraídas sobre determinados conteúdos, particularmente via *stories* do Instagram. A ação busca, com isto, manter um frequente contato com seus seguidores nesta e em outras redes, prática esta que mantém os seguidores próximos e o algoritmo ativo para a promoção do constante engajamento do público (Figura 2).

Além disso, a ação faz uso de ferramentas que unem todos os conteúdos produzidos para diferentes plataformas em um mesmo local, como o LinkTree®, ferramenta esta gratuita e que monta um único link agregando todos os demais links. Desse modo, reunindo todos os canais em um único local, o usuário tem acesso a todas as redes e postagens pelo menos local (disponível em <https://linktr.ee/SAP.ciencia>), facilitando, assim, os acessos a todos os canais da ação.

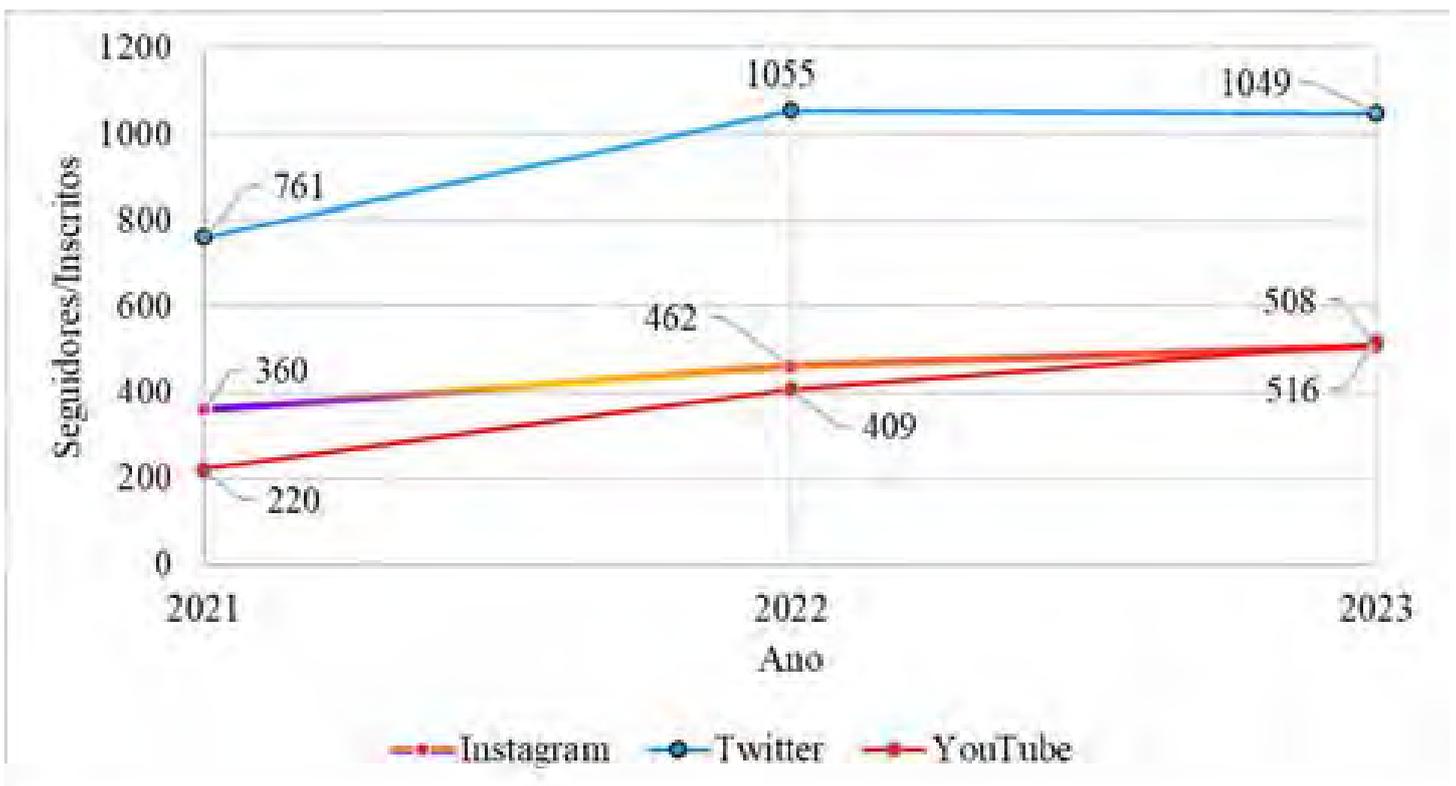


Figura 2. Número de Inscritos/Seguidores por ano de exercício (até mai/23).

A ação enfrentou alguns imprevistos como, por exemplo, o baixo engajamento na rede *Facebook* que levou ao encerramento do perfil da ação neste canal. A ação também passou por uma série de adaptações como, por exemplo, o número de publicações elaboradas e divulgadas por semana. Iniciamos na frequência de 2 a 3 vezes semanais, mas pesquisar, escrever ou encontrar convidados com agenda para essa frequência foi uma das grandes dificuldades enfrentadas. Assim sendo, a ação foi adaptada para a garantia e manutenção de uma publicação por semana. Os resultados dessas duas ações foram positivos, pois houve mais foco sobre o conteúdo sendo elaborado e atenção aos retornos obtidos a partir do conteúdo divulgado, primando, portanto, pela qualidade, e não quantidade.

Outro grande aprendizado foi com a plataforma YouTube®. Vídeos muito longos (> 20 min) gravados não são conteúdos bem visitados para engajamento, enquanto vídeos ao vivo, no estilo *live*, promoveram bom engajamento, mesmo quando apresentavam mais de uma hora de duração. Por fim, foi de importante valia para o projeto o aprendizado sobre identidade visual. A fácil identificação da publicação da página, que se dá por cores e elementos gráficos, como o logo do projeto e a cor verde, bem como marca d'água, auxiliaram na difusão da ação e todo o seu conteúdo produzido.

Recebemos frequentes relatos de pessoas que aprenderam algo com as experiências compartilhadas nas entrevistas e conversas promovidas em vídeos, ou passaram a entender melhor determinados assuntos até então limitados, em sua circulação, ao ambiente acadêmico. Além do mais, recebemos também retornos positivos de quem compartilhou alguma experiência na ação e acabou aprendendo, em contrapartida, com a ação, além da própria equipe em si aprender constantemente com o exercício da divulgação destes conteúdos e com os próprios entrevistados, contribuindo para a experiência e conhecimento de todos os envolvidos (Figura 3).

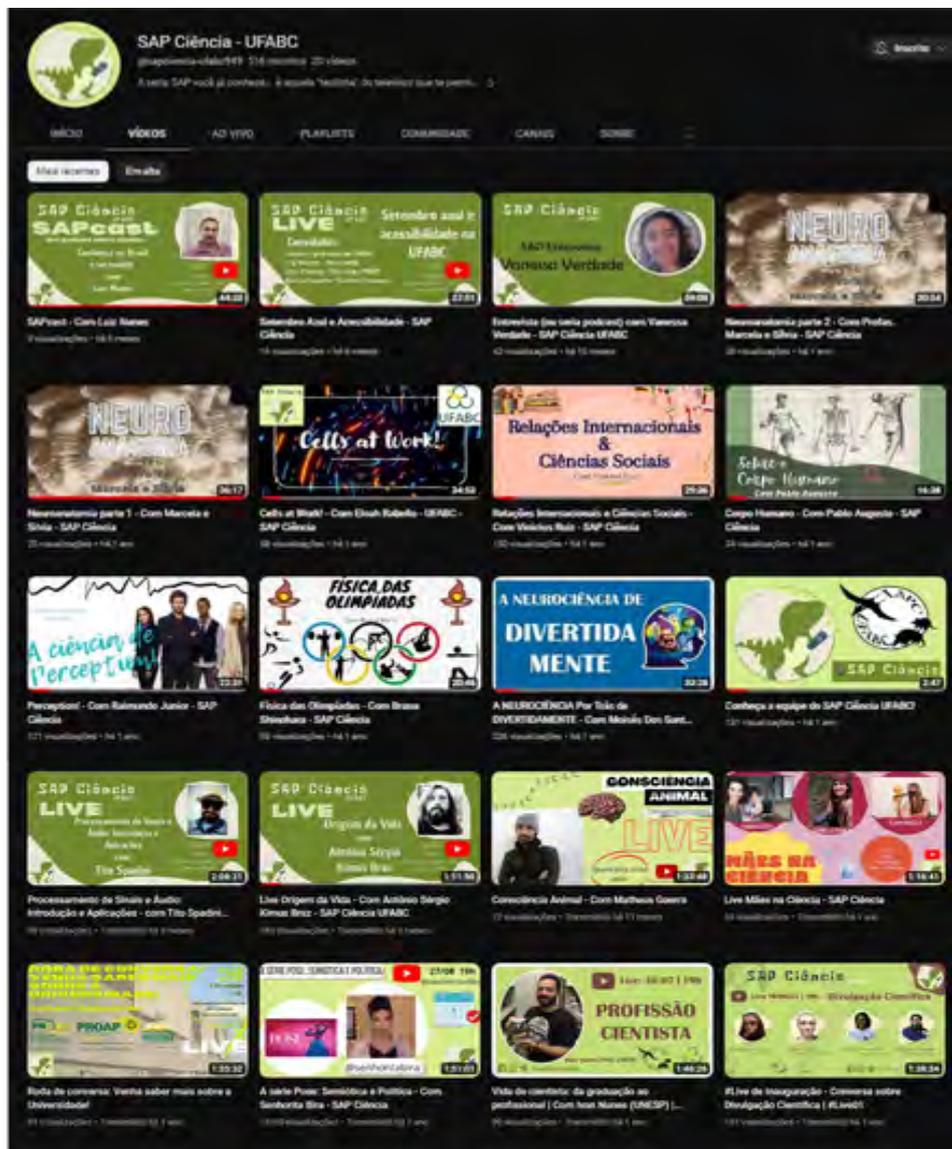


Figura 3. Histórico de vídeos produzidos no canal do YouTube do SAP Ciência.

Em suma, observou-se, além dos resultados apresentados, no período de 2 de junho de 2021 a 8 de maio de 2023, um total de:

- **Instagram®:**
Publicações: 85
Curtidas de todas as publicações: 1728
Comentários de todas as publicações: 63
Compartilhamentos de todas as publicações: 37
- **YouTube®**
Vídeos: 20
Curtidas de todos os vídeos: 108
Visualizações de todos os vídeos: 920
- **Twitter®**
Tweets: 409
Curtidas de todos os tweets: 3910
Compartilhamentos de todos os tweets: 922

- **Perspectivas futuras:**

A ação deve continuar ampliando o seu alcance, particularmente no ano corrente com o enfoque na construção do seu site, hospedado no domínio da PROEC/UFABC (<https://sapciencia.proec.ufabc.edu.br/>), visando, com isto, chegar a um maior número de pessoas e expandir sua atuação inclusive nas redes sociais a partir da inclusão do TikTok®.

TECNOLOGIAS DE MANUFATURA ADITIVA: CURSO DE EXTENSÃO ONLINE E GRATUITO 2021- 2022

Prof. Dr. Miguel Angel Calle Gonzales

RESUMO

A Manufatura Aditiva é um conjunto de tecnologias de fabricação digital considerada uma das tecnologias fundamentais da quarta revolução industrial (Indústria 4.0) pelo seu enorme potencial de crescimento e competitividade em setores do mercado com fortes tendências de customização, prototipagem, uso de materiais inteligentes e otimização funcional como nas áreas médica, aeroespacial, automobilística, etc. Contudo, para fazer uso destas tecnologias, o profissional de engenharia precisa contar com uma capacitação adequada que muitas vezes não é acessível. Nesse contexto é proposto um curso de extensão online e gratuito 'Manufatura Aditiva' que envolve tanto os princípios básicos das tecnologias de manufatura aditiva assim como as ferramentas para sua aplicação prática. Neste trabalho, além de descrever a metodologia do curso, são relatadas as experiências nas duas primeiras edições 2021 e 2022 e a percepção dos participantes.

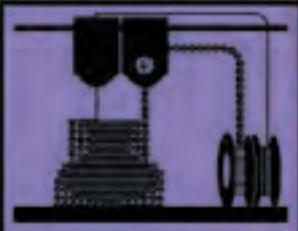
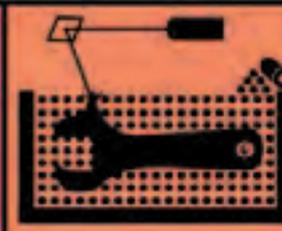
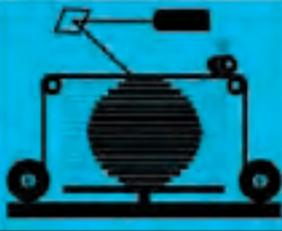
Palavras-chave: manufatura aditiva, impressão 3D, curso de extensão, educação gratuita, educação a distância.

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, a manufatura aditiva é uma tecnologia que vem crescendo nos países mais desenvolvidos e um dos principais motivos é que as empresas que adotam estas tecnologias estão obtendo um aumento no retorno sobre o investimento. Isso se deve ao alto grau de eficiência, precisão, customização e funcionalidade oferecidas pelas tecnologias de manufatura aditiva, permitindo a fabricação de peças complexas, antes impossíveis em sistemas de produção tradicionais suportados por tecnologias subtrativas (Calle, 2021). A grande revolução que traz as tecnologias de manufatura aditiva jaz no potencial de alterar aspectos da produção, cadeia de suprimentos, manutenção, desenvolvimento de produtos e, inclusive, economia global. É por isso que a manufatura aditiva é considerada uma das tecnologias fundamentais da quarta revolução industrial, também denominada de Indústria 4.0.

Nos últimos vinte anos, estas tecnologias migraram da prototipagem rápida para a manufatura digital direta, e novas formas de usar as tecnologias de manufatura aditiva e ferramentas computacionais estão aparecendo a cada dia. Cada uma destas tecnologias apresenta vantagens e desvantagens que podem ser adequadas ou não, dependendo dos critérios competitivos priorizados no sistema de produção. Na Figura 1 é apresentada a classificação das tecnologias de manufatura aditiva segundo as normas ISO/ASTM 52900 (2015).

Figura 1 – Classificação das tecnologias de manufatura aditiva segundo ISO/ASTM 52900.

			
EXTRUSÃO DE MATERIAL	FOTOPOLIMERIZAÇÃO EM CUBA	FUSÃO EM LEITO DE PÓ	JATEAMENTO DE MATERIAL
Nome alternativo: FFI - Fluid Fronted Fabrication VDM™ - Voxel Deposition Modeling	Nome alternativo: DLA™ - Direct Light Additive DLP™ - Digital Light Processing SCT™ - Scan, Slice, and Selectively Print CLP™ - Continuous Liquid Interface Production	Nome alternativo: SLM™ - Selective Laser Sintering; SLS™ - Selective Laser Sintering DMLS™ - Direct Metal Laser Sintering; DMT™ - Direct Metal Melt LDM™ - Laser Directed Melt SLS™ - Selective Laser Sintering MSP™ - Metal-on-Paper	Nome alternativo: PBJ™ SCT™ - Selective Coaxial Printing MJI™ - Micro Jet Printing Print™
			
JATEAMENTO DE AGLUTINANTE	ADIÇÃO DE LÂMINAS	DEPOSIÇÃO COM ENERGIA DIRECIONAL	
Nome alternativo: SJP™ - 3D Printing TxD™ Voxel™	Nome alternativo: LDM™ - Layer Directed Melt SCL™ - Selective Coaxial Lamination LAM™ - Laminated Additive Manufacturing	Nome alternativo: LMD™ - Laser Metal Deposition LEP™ - Laser Forward Air Deposition	

Fonte: criado por Hybrid Manufacturing Technologies, adaptado/traduzido pelo autor

O uso industrial das tecnologias de manufatura aditiva no Brasil é ainda muito incipiente e indireto, sendo sua maior aplicação no uso de acessórios para auxiliar outros processos de fabricação (soldagem, usinagem, montagem, etc.) que são fabricados por impressão 3D (Fabricação por

Filamento Fundido = FFF) pelo baixo custo e simplicidade deste tipo de equipamento. Muito do grande potencial destas tecnologias acabam não sendo utilizados na realidade nacional pelo alto custo das máquinas e matéria prima das outras tecnologias de manufatura aditiva, mas especialmente pela falta de capacitação dos profissionais brasileiros para explorar plenamente o potencial destas tecnologias.

A impressão 3D está sendo cada vez mais integrada nos currículos de engenharia em universidades de todo o mundo (Stern et al., 2019; Borgianni et al., 2019; Deloitte, 2019), não somente porque ela transparece o procedimento básico das tecnologias de manufatura aditiva usadas industrialmente, mas também pela crescente demanda de profissionais capacitados na manufatura digital como um dos pilares da Indústria 4.0 (ComCiência, 2018; Revista Fapesp, 2019; EdTech, 2019; Motyl e Filippi, 2020; Betim et al., 2020). A manufatura aditiva acaba envolvendo diversas tecnologias de fabricação digital pelo uso do processamento computacional na maioria das etapas envolvidas como modelamento sólido (CAD), digitalização (escaneamento 3D), fatiamento (geração de código G), simulação de tensões residuais induzidas na fabricação (CAE), simulação de trajetória de ferramenta de fabricação (CAM) entre outras etapas. Todos estes conhecimentos são necessários para profissionais que trabalhem com tecnologias de manufatura aditiva, por isso a importância de contar cada vez mais com cursos completos para capacitação no Brasil nesta área.

ESTRUTURA E PLATAFORMA DO CURSO

Generalidades: O principal objetivo do curso de extensão sobre as tecnologias de manufatura aditiva é de contribuir para a formação de profissionais para atuarem em projetos que envolvam tecnologias de manufatura aditiva ou, inclusive, para detectar oportunidades para sua implementação. Ao final do curso o participante deverá estar capacitado para poder desenvolver um projeto de fabricação/produção de um componente por manufatura aditiva indo do design até a fabricação. O participante também poderá ser capaz de identificar quando (e quando não) a manufatura aditiva é adequada na fabricação de algum componente quando comparada com outros métodos de manufatura tradicionais. Levando em conta que o curso é online e gratuito, se espera que este curso possa habilitar e incentivar estudantes, profissionais e hobbistas de todo o Brasil para começar a interagir ou, inclusive, trabalhar com tecnologias de manufatura aditiva na indústria, na pesquisa científica o até de forma recreativa.

Estrutura do curso: A estrutura do curso consiste basicamente em dez (10) aulas, ministradas considerando uma aula por semana. Um grande diferencial deste curso em comparação de outros sobre as tecnologias de manufatura aditiva oferecidos no mercado é de não somente apresentar os fundamentos das principais tecnologias de manufatura aditiva (aqui chamadas de aulas teóricas: aulas 1-5), mas também um olhar mais pragmático para identificação de oportunidades de aplicação, fluxo de trabalho, software, considerações de design e princípios de otimização estrutural (chamadas de aulas práticas: aulas 6-10). A parte teórica deste curso foi baseada em livros de referência (Volpato, 2017; Gibson et. Al., 2010; Yang et al., 2017) assim como no material do curso Advanced Manufacturing que o autor participou no Laboratório de Design Digital (ADDLab) da Universidade Aalto durante sua estadia na Finlândia. Por causa das contínuas inovações nas tecnologias de manufatura aditiva, a parte prática

do curso foi desenvolvida e é continuamente aprimorada baseada basicamente em websites de fornecedores de tecnologias, revistas tecnológicas e artigos científicos. Vale lembrar que parte do conteúdo foi desenvolvido em colaboração com CTI Renato Archer. Abaixo são citados os temas das dez aulas do curso:

Introdução à manufatura aditiva

Processos de extrusão de material

Processos de fotopolimerização em cuba

Processos de fusão em leito de pó

Outros processos de manufatura aditiva

Aplicações da manufatura aditiva nos dias de hoje

O papel do software na manufatura aditiva

Design para manufatura aditiva

Design heurístico para manufatura aditiva

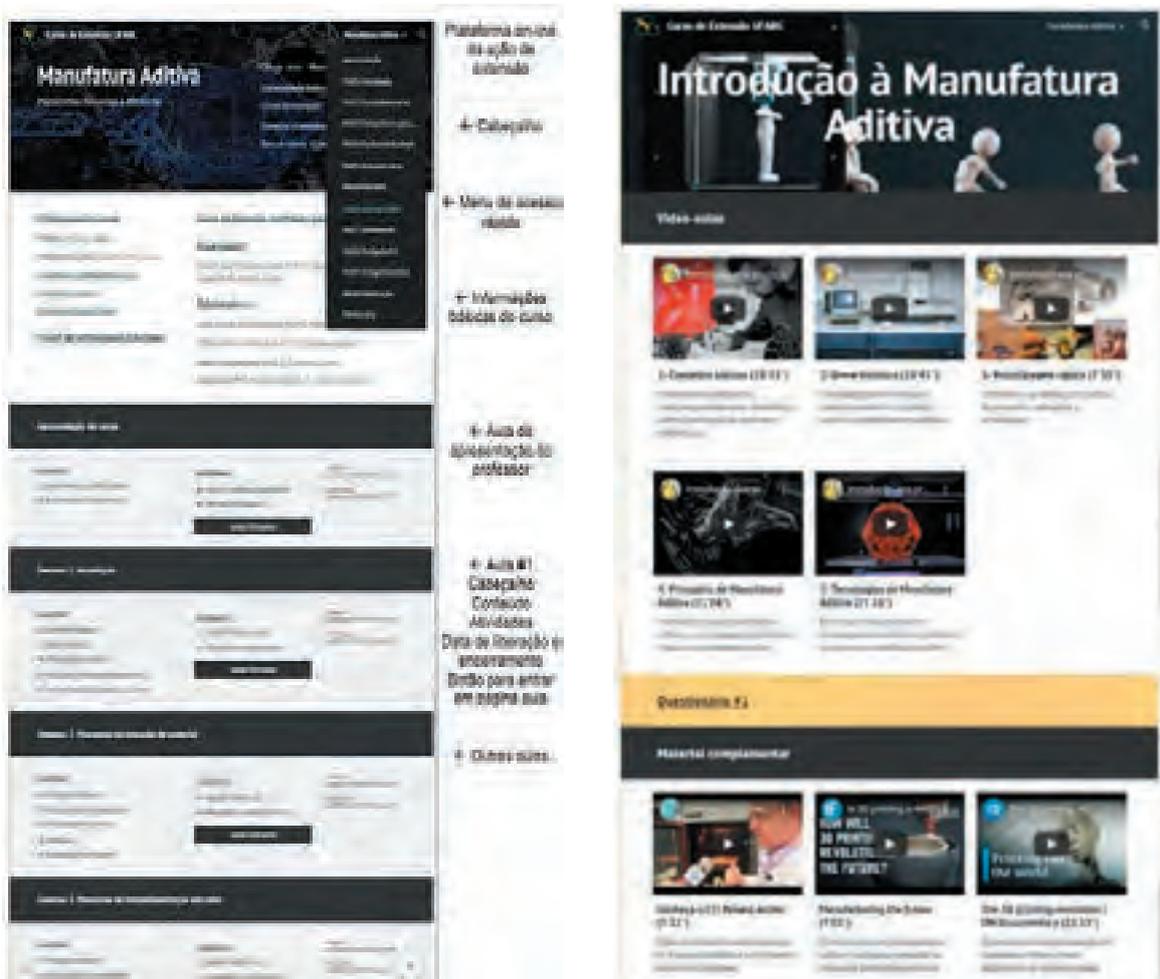
Otimização estrutural

Mais informações sobre o conteúdo de cada uma das aulas está disponível no site de divulgação da última edição do curso (AM2022, 2022).

Metodologia de ensino: O curso é proposto para ser atendido de forma remota, de forma completamente assíncrona, por meio de website desenvolvido para essa finalidade chamada aqui de plataforma de aulas, na qual as aulas são liberadas semanalmente. Para garantir o acompanhamento semanal das aulas e aproveitamento dos participantes, no final de cada aula questionários são propostos e a média das notas faz parte da avaliação total na disciplina precisando um aproveitamento mínimo de 7/10 para certificação pela universidade. A comunicação entre o professor e os participantes do curso é atendida por grupo WhatsApp. É por este meio que serão lançados comunicados de interesse geral da turma assim como dissipar dúvidas e questões que são também de interesse de toda a turma. Já questões de interesse particular de um participante, são atendidas pelo e-mail institucional do professor.

Plataforma online do curso: A plataforma de aulas consiste numa página web principal que conta com todas as informações relacionadas à disciplina (nome, professor, e-mail de contato, duração, carga horária, horário, código, notas parciais e fórum de comunicação) e com a informação e enlaces para todas e cada uma das aulas, liberadas à medida que avança o curso. O material das aulas envolve principalmente videoaulas curtas. Além disso, informações complementares ao tema da aula em forma de vídeos, websites, documentos e tutoriais são disponibilizados. Esta plataforma pode ser acessada a partir de computador desktop, tablet ou inclusive smartfone.

Figura 2 – Plataforma de aulas a distância: (a) página de entrada e (b) página de primeira aula.



Fonte: Calle (2022)

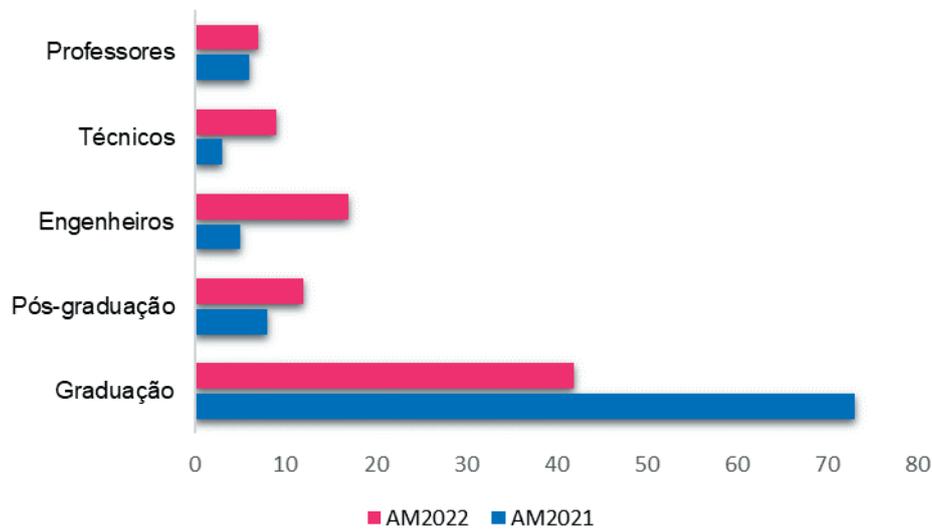
RESULTADOS

Nas duas primeiras edições do curso tiveram um total de 132 participantes inscritos na plataforma da universidade na edição (2021) e 160 participantes na segunda edição (2022). A estes participantes foram disponibilizadas a plataforma das aulas à distância e o enlace com o convite para o grupo Whatsapp do curso. O grupo Whatsapp contou até a última semana do curso com 80% dos participantes inscritos na primeira edição e 65% na segunda. A participação dos alunos no grupo consistiu mais para esclarecer dúvidas em relação ao conteúdo, corrigir bugs, compartilhar novidades sobre manufatura aditiva, gabaritos e eventos relacionados a manufatura aditiva assim como dar apoio e suporte. O grupo Whatsapp foi imprescindível para o desenvolvimento do curso. Do total dos participantes, os que obtiveram a certificação representaram 61% e 47% dos inscritos inicialmente nas edições do curso em 2021 e 2022 respectivamente. Nas duas edições do curso foram elaboradas enquetes no começo e fim do curso para levantar a percepção dos participantes em relação ao curso. A informação coletada por meio das enquetes é comentada a seguir:

Perfil do público: A grande maioria dos participantes do curso de extensão foram estudantes de graduação que desejavam aprimorar seus conhecimentos em impressão 3D para usar nos seus trabalhos de pesquisa, como especialização para ter mais oportunidades de trabalho, por curiosidade e/ou por hobby. Participaram também do curso estudantes de pós-graduação, professores (graduação e ensino técnico) e profissionais da área técnica e de engenharia. Na primeira edição, 95% dos participantes residiam no estado de São Paulo e 76% na segunda edição, e o resto dos

participantes vinham de outras partes do Brasil. Esses números mostram a melhor divulgação do curso da primeira para a segunda edição: um aumento de 20% nos participantes inscritos, quatro vezes mais participantes profissionais atuantes no mercado de trabalho e 24% mais de participantes de fora de São Paulo. Por outro lado, também foi percebida uma menor retenção de participantes até o final do curso na segunda edição.

Figura 3 – Estatísticas sobre o perfil dos participantes do curso.

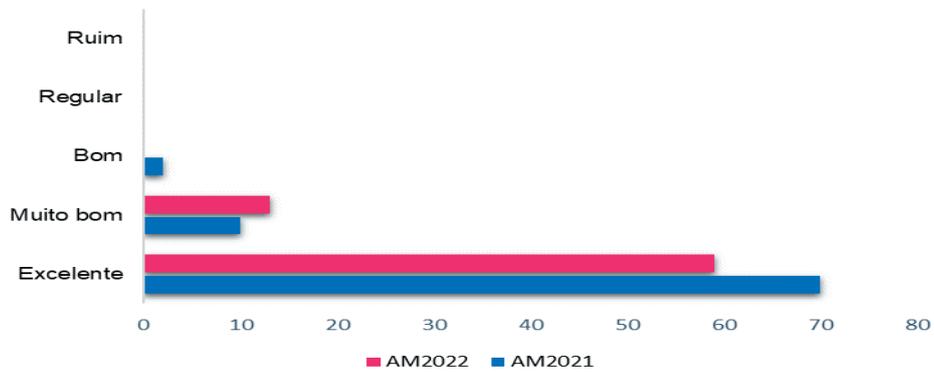


Fonte: Gráficos gerados pelo autor

Dificuldade de acompanhamento do curso: Por outro lado, em relação à dificuldade para acompanhar o curso, na primeira edição, a maior parte dos participantes (56%) consideraram que precisavam prestar bastante atenção às aulas de forma isolada em relação a outras atividades ligadas aos estudos ou trabalho. Por outro lado, uma boa parte dos participantes considerava fácil de acompanhar as aulas (34%) de forma que conseguiam assisti-las em paralelo com outras atividades e poucos acharam uma dificuldade moderada ou alta para acompanhar as aulas (8%). A partir de conversações com participantes do curso, consideram o curso com um conteúdo realmente denso, mas muito bom, o que dificulta ao coordenador a escolha de sacrificar parte do conteúdo para deixar mais fácil de acompanhar as aulas. Por outro lado, é a didática das aulas que permite que uma boa parte dos participantes julguem o curso fácil de acompanhar.

Qualificação geral do curso: No final do curso, a maior parte dos alunos qualificaram o curso como excelente ou muito bom o que por si foi uma grande satisfação para o proponente da ação de extensão. Vale complementar que praticamente todos os participantes desejam ser informados por e-mail de novos cursos desenvolvidos pelo professor coordenador desta ação de extensão inclusive sugerindo temas de cursos envolvendo ferramentas computacionais CAE, otimização topológica, design de componentes fabricados por manufatura aditiva e cursos práticos 100% sobre impressão 3D.

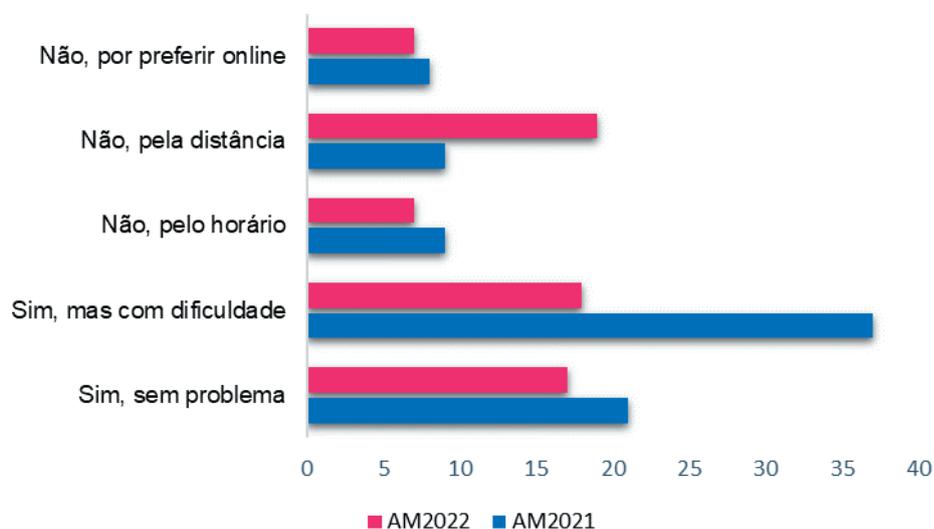
Figura 4 – Estatísticas sobre como os participantes qualificaram o curso no final.



Fonte: Gráficos gerados pelo autor

Alcance do público: Também foi perguntado aos participantes se o curso tivesse sido presencial, teria participado? Ainda que aproximadamente a metade dos participantes confirmasse que sim teriam arrumado um tempo para levar as aulas de forma presencial, para uma boa parte deles teria sido difícil para acompanhar. Já o resto dos participantes admitiram que não poderiam ter participado do curso por conta do horário, do local (residem em outras cidades inclusive fora de São Paulo) e simplesmente prefeririam atender cursos à distância pela comodidade. Isso acaba confirmando a preferência de ministrar o curso à distância para facilitar a acessibilidade de participantes.

Figura 5 – Estatísticas sobre se o curso tivesse sido presencial: teria participado?



Fonte: Gráficos gerados pelo autor

Comentários dos participantes: Os comentários dos participantes sobre o curso levantados na enquete final transparecem basicamente a qualidade do conteúdo ministrado e a metodologia acertada. Foram dezenas de comentários postados em cada uma das edições do curso, dentre os quais podem ser destacados vários aspectos comuns e importantes que podem contribuir para ter um feedback sobre o curso:

Visão geral: em geral, ampliou a visão dos participantes em relação ao que conheciam sobre as tecnologias de manufatura aditiva que era limitada à impressão 3D;

Conteúdo do curso: consideraram os temas das aulas bem interessantes, atualizadas, completas, bem estruturadas, de boa qualidade e bem abrangente;

Aulas práticas: a parceria com CTI Renato Archer contribuiu muito na qualidade do curso trazendo exemplos práticos de uso das tecnologias que foi muito valorizada pelos participantes;

Metodologia: apesar da densidade do conteúdo passado nas aulas, os participantes acharam a didática das aulas simples, organizada, leve, clara e acessível muito por causa dos vídeos de curta duração;

Comunicação: participantes acharam professor muito prestativo e atencioso;

Motivação: muitos participantes ficaram motivados a comprar impressora 3D no curto prazo e baixar programas CAD focados em técnicas de otimização topológica e design generativo;

Experiência: muitos participantes ressaltaram a relevância do curso nas suas trajetórias profissionais e pesquisas científicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foram apresentados a organização e metodologia usada no curso de extensão sobre manufatura aditiva (gratuito, a distância e certificado pela UFABC) assim como a experiência das primeiras duas edições 2021-2022 baseada na percepção dos participantes do curso que foi levantada por meio de enquetes.

Baseado nas informações das enquetes, o curso foi avaliado positivamente pelos participantes destacando principalmente a qualidade e originalidade do conteúdo do curso, a didática clara, leve e organizada que facilitou a transferência de conhecimentos para os participantes assim como a boa comunicação entre professor e participantes. Assim também, segundo grande parte dos participantes, o curso significou uma experiência importante na trajetória profissional motivando inclusive um contínuo interesse no tema.

Vale mencionar também que a proposta de um curso de extensão gratuito e online sobre manufatura aditiva (uma das tecnologias habilitadoras da Indústria 4.0) é muito relevante e imprescindível no Brasil, onde estas tecnologias ainda não são plenamente acessíveis por conta da falta de capacitação. Este curso adere também a tendência atual de educação gratuita com qualidade para mais estudantes e profissionais de engenharia.

AGRADECIMENTOS

O autor gostaria de agradecer aos colaboradores do curso do CTI Renato Archer: Jorge Vicente Lopes da Silva, Pedro Yoshito Noritomi, Marcelo Fernandes de Oliveira e Paulo Inforçatti Neto assim como a Mika Salmi, colaborador da Universidade Aalto.

REFERÊNCIAS

AM2021. Curso de extensão UFABC: CR039-2021 Manufatura Aditiva 2021 (website de divulgação do curso). Disponível em: <https://sites.google.com/view/am2021>. 2021.

AM2022. Curso de extensão UFABC: CR025-2022 Manufatura Aditiva 2022 (website de divulgação do curso). Disponível em: <https://sites.google.com/view/am2022>. 2022.

BETIM, D.V.; TEIXEIRA, L.F.H.S.B.; GOMES, C.F.S.; QUELHAS, O.L.G.; SANTOS, M. Análise de cenários prospectivos: um estudo sobre a manufatura aditiva no Brasil em 2024. In: XVI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2020, São Paulo. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos19/16228143.pdf>

BORGIANNI, Yuri; MACCIONI, Lorenzo; RUSSO SPENA, Pasquale; SHUNMUGAVEL, ManikandaKumar. University education in additive manufacturing and the need to boost design aspects. In: International Conference on Engineering Design, ICED19, 2019, Delft, The Netherlands.

CALLE, M. A. G. Impressão 3D: Tecnologia revolucionária ou hobby bacana? UFABC Divulga Ciência, v. 4, n. 10, p. 8, 2021. Disponível em: <https://ufabcdivulgaciencia.proec.ufabc.edu.br/2021/10/28/impressao-3d-tecnologia-revolucionaria-ou-hobby-bacana-v-4-n-10-p-8-2021/>

CALLE, M. A. G. Manufatura aditiva: Proposta de um curso de extensão online e gratuito. In: L Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, 2022.

ComCIÊNCIA. Manufatura aditiva: primeiras impressões 3d e o futuro da produção camada por camada. Dossiê 195. Disponível em: <https://www.comciencia.br/manufatura-aditiva-primeiras-impressoes-3d-e-o-futuro-da-producao-camada-por-camada>. Fev. 2018.

DELOITTE INSIGHTS. 3D opportunity for higher education: Preparing the next generation of additive manufacturing professionals. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/us/en/insights/focus.html>. 2019.

EdTECH. How Higher Ed Can Help Solve the Additive Manufacturing Puzzle. Disponível em: <https://edtechmagazine.com/higher/article/2019/12/how-higher-ed-can-help-solve-additive-manufacturing-puzzle-perfcon>. Dec. 2019.

GIBSON, Ian; ROSEN, David; STUCKER, Brent. Additive Manufacturing Technologies: Rapid Prototyping to Direct Digital Manufacturing. New York: Springer. 2010.

MOTYL, B.; FILIPPI, S. Trends in engineering education for additive manufacturing in the industry 4.0 era: a systematic literature review. International Journal on Interactive Design and Manufacturing (IJIDeM), v. 15, p. 103–106, 2021.

Revista FAPESP. O avanço da impressão 3D. São Paulo: ed. 267, fev. 2019

STERN, A.; ROSENTHAL, Y.; DRESLER, N.; ASHKENAZI, D. Additive manufacturing: An education strategy for engineering students. *Additive Manufacturing*, v. 27, p. 503–514, 2019.

THE INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO/ASTM 52900: Additive manufacturing - General principles - Fundamentals and vocabulary. 2015.

VOLPATO, Neri. *Manufatura aditiva: tecnologias e aplicações de impressão 3D*. São Paulo: Editora Blucher. 2017.

YANG, Li et al. *Additive Manufacturing of Metals: The Technology, Materials, Design and Production*. Springer International Publishing. 2017.



conectadas

**Conectadas 7 vol.
Revista Interdisciplinar de
Extensão e Cultura da UFABC**

**Universidade Federal do ABC
ISSN 2764-0345
Santo André, julho de 2023**

REITOR
Dácio Matheus

VICE-REITORA
Mônica Schröder

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
E CULTURA**
Gabriela Maruno
Lídia Pancev

COMISSÃO ORGANIZADORA
Caroline Silvério
Gabriela Maruno
Natalia Gea
Renata Cezarini Canesso
Thiene Pelosi Cassiavillani
Vanessa Aparecida do Carmo

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO
Bruna Constantini
Sabrina Oliveira Santos
Vitória Serecikas Loyola

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Pugliese Netto Lamas
Alfredo Balduino Santos
Cristine Koehler Zanella
Flavi Ferreira Lisboa Filho
Francisco de Assis Comarú
Mario Minami
Roberta Kelly Amorim de França
Sílvia Dotta
Suzana Cecília Kleeb
Thiago Sales Barbosa

Dia do Trabalho: comemora

Mulher ainda sofre o

ativio